



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Camila Pierobon Moreira Robottom

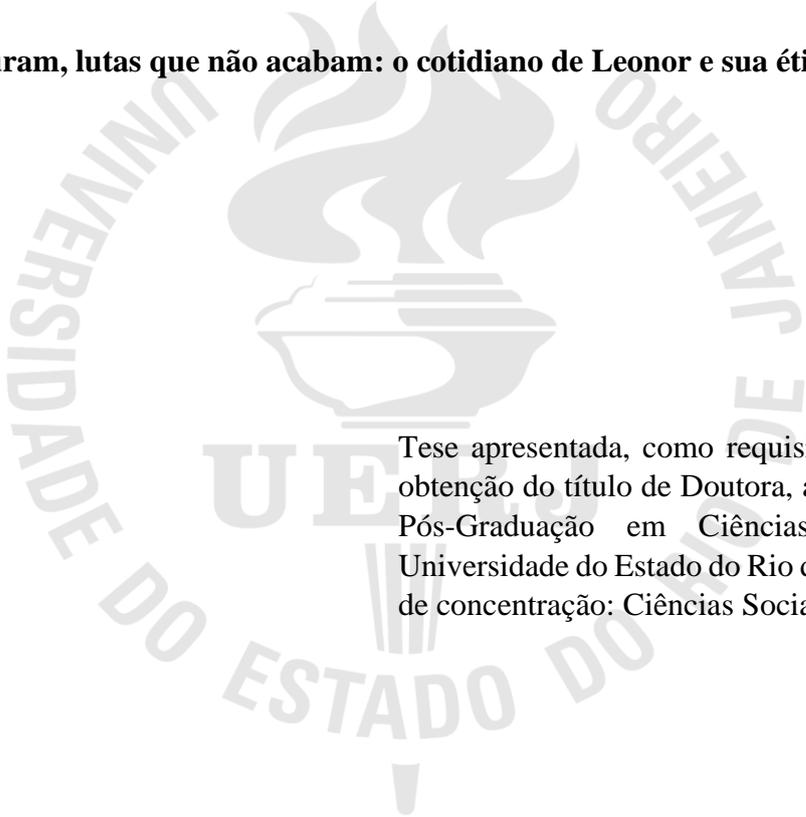
**Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua
ética de combate**

Rio de Janeiro

2018

Camila Pierobon Moreira Robotom

Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais.

Orientadora: Prof.^a Dra Patrícia Birman

Rio de Janeiro

2018

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

R666 Robottom, Camila Pierobon Moreira.
 Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética
 de combate / Camila Pierobon Moreira Robottom. – 2018.
 288 f.

 Orientadora: Patrícia Birman.
 Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro Instituto de
 Filosofia e Ciências Humanas.

 1. Ciências Sociais – Teses. 2. Mulheres - Condições sociais – Teses. 3.
 Violência familiar – Teses. I. Birman, Patrícia. II. Universidade do Estado do Rio
 de Janeiro. Faculdade de Educação. III. Título.

es CDU 3

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta
tese, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Camila Pierobon Moreira Robottom

Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ciências Sociais.

Aprovada em 2 de março de 2018.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dra. Patrícia Birman (Orientadora)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dra. Cyntia Andersen Sarti
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UNIFESP

Prof.^a Dra. Adriana de Resende Barreto Vianna
Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRJ

Prof.^a Dra. Carly Barbosa Machado
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UFRRJ

Prof.^a Dra. Márcia Pereira Leite
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UERJ

Prof.^a Dr. Fábio Alves Araújo (Suplente)
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia – IFRJ

Prof.^a Dra. Paula Mendes Lacerda (Suplente)
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – UERJ

Rio de Janeiro

2018

DEDICATÓRIA

A Leonor,
e a todas as mulheres que vivem a vida em exceção ordinária.

A Marielle Franco,
mulher que lutava para que as exceções ordinárias acabassem

AGRADECIMENTOS

Posso dizer que fui uma pessoa privilegiada durante os cinco anos de doutorado em termos de relações. Foram muitos os amigos que fizeram parte de minha trajetória e não tenho condições de nomeá-los um a mim. Assim, neste agradecimento vou me reter apenas àqueles que fizeram parte direta da escrita tese.

Assim, agradeço imensamente Leonor pelo compartilhamento de mundo e por me autorizar a contar suas histórias. Agradeço minha orientadora Patrícia Birman que participou ativamente da pesquisa em todos os anos e foi presença fundamental na escrita da tese. Posso dizer que, no limite, a tese foi escrita a seis mãos, na medida em que tudo o que está escrito foi compartilhado com Leonor e com Patrícia, que não mediram esforços nessa caminhada. Agradeço também a Adriana Fernandes e a Mariana Ferreira, por lerem meus textos, comentarem e me incentivarem a escrever histórias tão difíceis, e a Lívia Reis que foi minha parceira de escrita em diferentes momentos da vida. Agradeço especialmente meu amado Alexander Gebara que se mostrou um companheiro maravilhosos nesses cinco anos de doutorado e Karla Ellwein amiga de todas as horas!

À Adriana Vianna, Adriana Fernandes e Márcia Leite, agradeço os comentários valiosos durante a qualificação e todos os outros encontros durante esses anos. Eu tentei levar a sério as arguições e posso dizer que elas mudaram os rumos da minha pesquisa. Agradeço os membros da banca Adriana Vianna, Cynthia Sarti, Carly Machado, Márcia Leite, Fábio Araújo e Paula Lacerda, por aceitarem participar dessa banca. Gostaria de dizer que Patrícia me deu toda a liberdade de convidar aqueles com quem eu, de fato, gostaria de dialogar.

Agradeço a David Lehman e a Julie Coimbra que me abriram as portas para estudar na Universidade de Cambridge e, mais do que isso, me abriram as portas de suas casas. Ser recebida com tamanho carinho foi fundamental para que eu tivesse uma excelente estadia fora do Brasil. Afirmo que essa experiência também mudou os rumos da pesquisa, na medida em que eu consegui me tornar fluente na leitura do inglês e, assim, pude ampliar minhas discussões. Agradeço ao CNPq pela bolsa de doutorado e pela bolsa de doutorado sanduíche. Sem o financiamento integral do doutorado essa pesquisa não teria sido possível. Por fim, agradeço a todos os professores e funcionários do PPCIS, da UERJ e aos colegas do grupo de pesquisa “Distúrbio” por terem resistido aos inúmeros ataques recebidos nos últimos anos.

Eu não acredito na possibilidade de evitar algo, de anular sua repetição. A história se repete. E qualquer fuzilamento de 1937 pode ser repetido. Por que então escrevo? Escrevo para que alguém, apoiando-se em minha prosa alheia a qualquer mentira, possa contar sua própria vida, num outro plano.

Varlam Chalámov, Anotações dos anos 70. Preso político, viveu 20 anos nos campos de trabalho forçado na Sibéria.

RESUMO

PIEROBON, Camila. *Tempos que duram, lutas que não acabam: o cotidiano de Leonor e sua ética de combate*. 2018. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

Nesta tese descrevo o cotidiano de Leonor a partir da relação de amizade que estabelecemos durante a pesquisa. Moradora de uma ocupação popular no centro da cidade do Rio de Janeiro, Leonor me apresentou diversos problemas que alargam o campo de entendimento da pobreza, precariedade e violências. A tese é dividida em três partes. Na primeira, privilegio as memórias de dor e de sofrimento que habitam a vida diária de Leonor através de complexas tramas que fazem do passado experiência embebida no presente. Num segundo momento, trabalho as éticas do cuidado desenvolvidas por Leonor para cuidar de sua mãe idosa e doente bem como a duração e os efeitos dessa tarefa em seu corpo e subjetividade. Descrevo a ética do cuidado em relação à moradia precária, ao território dominado por grupos masculinos armados e às instituições de saúde. As duas primeiras partes da tese têm como fio condutor as complexas relações familiares que tecem a vida diária de Leonor. Na terceira parte, faço uma discussão sobre a precariedade infraestrutural da moradia, no qual o acesso a água potável e à rede de energia elétrica não estão garantidos, ao contrário. Água e energia elétrica são analisadas em meio a um emaranhado de relações conflituosas que envolvem vizinhos, agentes do estado, de movimentos sociais e do tráfico de drogas. Por fim, analiso uma promessa estatal de reforma da ocupação bem como a suspensão do projeto e o efeito na no cotidiano dos moradores do prédio. Essa tese é uma tentativa de descrever os significados de ser mulher e viver a vida em exceção ordinária em uma metrópole como o Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Vida cotidiana. Exceção ordinária. Precariedade. Relações familiares. Violências

ABSTRACT

PIEROBON, Camila. *Times that last, fights that never end: Leonor's quotidian and her ethics of combat*. 2018. 324 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

In this thesis, I describe the quotidian of Leonor, departing from the friendship we developed during the research. Living in a popular occupation in Rio de Janeiro city centre, Leonor showed me several problems that enlarge the field of understanding poverty, precarity and violences. The thesis is divided in three parts. In the first, I privileged the memories of pain and suffering that inhabit Leonor's ordinary life through complex wefts that make past experiences embedded in the present. In the second, I work the ethics of care developed by Leonor to take care of her aged and ill mother, as well as the duration and the effects of this task in her body and subjectivity. I describe the ethics of "taking care" in relation with a set of issues: the precarity of housing; the territory dominated by drug traffickers; and the health institutions. These two first parts have the complex family relations as conducting wire. In the third part, I discuss the infrastructural precarity of housing, in which the access to drinkable water and electrical network are not granted. In middle of a tangle of conflictuous relationship, involving neighbours, traffickers, State agents, I analyse a promise from the State to refurbish the occupied building, as well as the suspension of the project. This thesis tries to describe the meanings of being a woman living her life in ordinary exception.

Keywords: Everyday life. Ordinary exception. Precariousness. Family relationships. Violence

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AVC –	Acidente Vascular Cerebral
BOPE –	Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro
CDH -	Comissão de Direitos Humanos
CEDAE –	Companhia Estadual de Águas e Esgotos do Rio de Janeiro
CEHAB - RJ –	Companhia Estadual de habitação do Rio de Janeiro
DEGASE –	Departamento Geral de Ações Sócio Educativas
FNHIS –	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
IML –	Instituto Médico Legal
INCA –	Instituto Nacional do Câncer
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERJ –	Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro
NUDEDH –	Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado
NUTH –	Núcleo de Terras e Habitação da Defensoria Pública do Estado
OAB –	Ordem dos Advogados do Brasil
PADI –	Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso
PM –	Polícia Militar
RJ –	Rio de Janeiro
SEH –	Secretaria de Estado de Habitação
SISREG –	Sistema Nacional de Regulação
SMH –	Secretaria Municipal de Habitação
UERJ –	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UPA –	Unidade de Pronto Atendimento

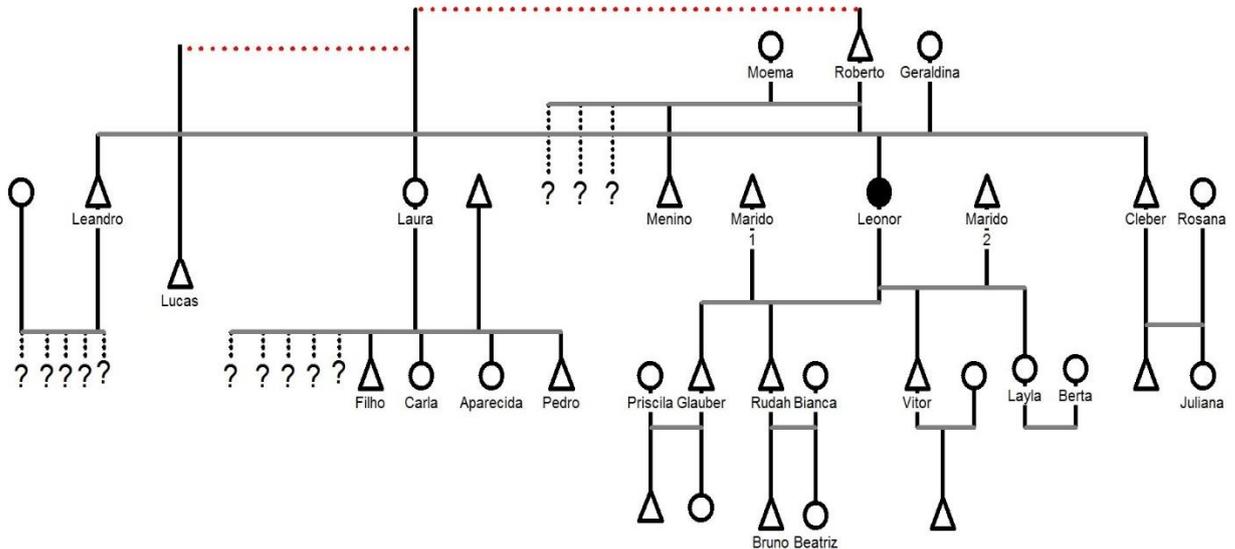
SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	11
1	FAMÍLIA, MEMÓRIAS E GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA E FORMAS DE REABITAR O COTIDIANO	23
1.1	O trabalho do tempo na vida ordinária: mortes, corpos, gêneros e dores	25
1.1.1	<u>Caminhar pela Central do Brasil</u>	25
1.1.2	<u>Tráfico, polícia e prisão: assinaturas de gênero na vida cotidiana</u>	28
1.1.3	<u>Morrer e (re)viver: o trabalho do tempo na vida ordinária</u>	33
1.1.4	<u>Emprestar o corpo para a dor do outro: exceção ordinária, eventos extraordinários</u>	44
1.2	Enfrentar o estado, afrontar a família: entidades, heranças e conflitos	51
1.2.1	<u>Três Marias e uma Cigana: a absolvição de Layla</u>	55
1.2.2	<u>Exu Caveira, Malandro e Tranca Ruas: o mal que cai para a família inteira</u>	68
1.2.3	<u>Considerações sobre a culpa</u>	79
2	ÉTICA DO CUIDADO E ÉTICA SOB PRESSÃO: SAÚDE, DOENÇAS E PRECARIEDADE COTIDIANA	83
2.1	Corpos marcados: temporalidades, responsabilidades e subjetividade	90
2.1.1	<u>Trânsitos, doenças, família e instituições</u>	92
2.1.2	<u>Vencer o câncer e a anemia: comida, trabalho e ética cotidiana</u>	101
2.1.3	<u>Adoecer e morrer ou quem cuida do cuidador?</u>	117
2.2	Diário da queda: entre exceção ordinária e eventos extraordinários	129
2.2.1	<u>Quando o extraordinário é ordinário</u>	131
2.2.2	<u>Marcas territoriais, marcas corporais e acesso a direitos</u>	141
2.2.3	<u>Dinheiro, família e silenciamento do cuidado doméstico</u>	148
2.2.4	<u>Histórias que não se fecham: a vizinha, a amiga e a mãe de santo</u>	156
2.3	Instituições de Saúde: precariedade e conflitos cotidianos	158
2.3.1	<u>Os dias sem humanidade</u>	161
2.3.2	<u>Da casa ao hospital, da infecção urinária ao “câncer” nos rins</u>	176
3	INFRAESTRUTURA E POLÍTICA COTIDIANA: ÁGUA, ELETRICIDADE, ESPERA E SUSPENÇÃO	195
3.1	A mudança: redes, conflitos e precariedade	201
3.1.1	<u>Deslocamentos: família, política e religião</u>	204
3.1.2	<u>Anedotas sobre eletricidade</u>	220

3.2	Água em disputa: tempos sobrepostos, conflitos emaranhados	225
3.2.1	<u>Tempos e conflitos emaranhados</u>	228
3.2.2	<u>Tráfico de drogas e o controle sobre a água</u>	241
3.2.3	<u>A cobrança ilegal da água</u>	245
3.2.4	<u>A água imunda do Porto Maravilha</u>	246
3.3	Esperança, ilegibilidades e suspensão	250
3.3.1	<u>Como falar em meio a ameaças: tentativas de denúncias</u>	254
3.3.2	<u>Minha Casa Minha Vida: tempo da esperança</u>	258
3.3.3	<u>A reunião</u>	260
	PONTOS SEM FIM: FAZER VIVER EM EXCEÇÃO ORDINÁRIA	275
	REFERÊNCIAS	280

APRESENTAÇÃO

Figura 1 - Diagrama familiar de leonor



Eu não confio em ninguém, eu nasci desconfiada. Mas também, a merda acontecia dentro da minha casa. Meu pai ia atrás da minha irmã mais velha e dizia que a próxima seria eu. Naquela época eu dormia com faca em baixo do travesseiro. Depois, minha irmã mais velha teve um caso com meu marido quando eu estava grávida do meu primeiro filho. Eu não gostava dele não, mas fazer isso comigo foi sacanagem. Eu tinha 17 anos e ainda tinha sonho de menina. Meu irmão batia na minha mãe. Ele também mandou matar meu filho mais velho depois que ele recebeu a condenação da ocorrência que fiz contra ele. Meu filho tinha 24 anos quando caiu das pedras do Arpoador. Ele deixou dois filhos. Eu achei o corpo dele vinte dias depois lá em Niterói, a cabeça estava cheia de camarões. Eu aprendi a desconfiar dentro da minha casa, é por isso eu não confio em ninguém. O lugar que era para me proteger foi onde eu mais me ferrei. Você pode se esforçar, Camila, mas eu sempre vou esperar você me passar a perna.

Foram essas as palavras escolhidas por Leonor para me dar “boas-vindas¹” à sua vida, ditas de forma áspera. Ou talvez tenham sido essas as palavras que me marcaram. Eu assustei

¹ Os termos em itálico são aqueles utilizados com frequência por meus interlocutores ou falas específicas das pessoas com quem mantive contato durante a pesquisa; os termos entre aspas são aqueles utilizados nos

quando Leonor me disse essas palavras. Ao mesmo tempo, eu entendi que ela me oferecia uma dimensão profunda de si mesma, me colocava desafios de diferentes ordens e que este seria o ponto de partida caso eu quisesse entrar, enfrentar e encarar a sua vida. Com estas palavras, Leonor me alertou que não havia mal humano que ela não conhecesse: morte, tortura, traição, estupro, todos ocorridos no interior da sua família, dentro da sua casa. As pessoas que a socializaram foram as mesmas que a machucaram. Com sua fala, Leonor me apresentou ao mesmo tempo sofrimento e força, me mostrou o seu modo de ser e de se colocar no mundo, como vim a aprender com os anos de amizade. Ela deixou claro que não haveria espaço para uma relação descompromissada, ao contrário era um chamado ao engajamento. Quando comecei a entender o que se passava, eu quis entrar nessa atmosfera e, depois de entrar, escolhi permanecer. As palavras de Leonor me foram ditas no final de 2013, momento em que eu começava a frequentar sua casa e, com o passar do tempo, a habitar sua vida.

Fronteiras, eventos críticos e aproximações: caminhos da pesquisa

Embora a tese seja focada na vida cotidiana de Leonor e em suas redes de relações, ela não foi a primeira pessoa que conheci durante o trabalho de campo na Ocupação Nelson Mandela, centro da cidade do Rio de Janeiro². Entre os anos de 2010 e 2013 eu fui assistente de pesquisa da professora Patrícia Birman e acompanhava a pesquisa de doutorado de Adriana Fernandes, defendida em 2013. Por elas, fui apresentada a um grupo de moradores vinculados a movimentos sociais de cunho libertário, que tinham organizado diferentes ocupações no centro da cidade do Rio de Janeiro. A partir do contato com moradores, com militantes e apoiadores das ocupações, nossos interesses estavam em entender os esforços e as dificuldades de se construir uma organização autogestionária³ quando a precariedade, a criminalização e a

documentos oficiais e também problematizações ou ainda citações de textos e conceitos, estes acompanhados da referência bibliográfica; os termos em negrito são aqueles os quais considero importante chamar atenção.

² A Ocupação Nelson Mandela se situa no centro antigo do Rio de Janeiro, área hoje intitulada “Zona Portuária”. É um prédio de 15 andares dividido em 70 apartamentos onde vivem, aproximadamente, 250 pessoas. Desde 2009 esta região da Zona Portuária tem sido alvo de uma política de *reurbanização* para a Copa do Mundo de Futebol (realizada em 2014) e para as Olimpíadas (realizada em 2016). Essa política, intitulada “Porto Maravilha”, foi dirigida por um consórcio de empreiteiras e por atores públicos e privados associados aos governos federal, estadual e municipal e visava minimizar ou mesmo eliminar as formas de trabalho, de comércio e de moradia populares ali existentes para abrir espaço às classes médias. Inúmeros documentos fizeram um balanço das remoções e despejos no Rio de Janeiro. (Fernandes 2013a; Magalhães 2013; Faulhader e Nacif 2013; Gutterres 2014; Azevedo e Faulhaber 2015; e Lobo 2015). Destaco o trabalho de Azevedo e Faulhaber (2015), que elaboraram vários mapas das remoções na cidade, através dos quais é possível ter uma visualização dos movimentos políticos/institucionais das remoções das populações pobres do centro para a periferia.

³ De forma genérica, uma ocupação classificada como “autogestionária” são aquelas geridas pelos próprios moradores através de assembleias e do voto direto, sem (ou com pouca) interferência de partidos políticos e

pobreza compunham a vida diária dos ocupantes. Foi acompanhando algumas dessas pessoas que eu me interessei pelas maneiras com as quais os ocupantes elaboravam os arranjos políticos – e as virações⁴ a elas relacionadas – em torno da luta pelo direito à moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Após a leitura crítica de trabalhos que tratam de movimentos sociais relacionados à moradias populares, muitos deles focados nas narrativas das lideranças locais, eu me interessei por atravessar essa fronteira para entender a vida diária e a luta política daqueles que não eram classificados como lideranças e militantes, ou ainda, daqueles que se recusavam a fazer parte dessa rede, podemos dizer, mais formal de militância. Longe de uma experiência “comunitária” e “homogênea” (Birman 2008), as pessoas que habitavam os 70 apartamentos existentes na Ocupação Nelson Mandela teciam tensas tramas de confianças e desconfianças atualizadas nos encontros, aproximações, fofocas, acusações, paranoias, conflitos e rumores. Essas tramas eram atravessadas por dinâmicas políticas, espaciais, infraestruturais, religiosas, familiares e de gênero, além da presença do tráfico de drogas, na qual os militantes eram mais um componente.

Durante três anos eu fiz inúmeras tentativas de me inserir em diferentes redes que existiam dentro da ocupação, que eu conseguia ver, mas não era capaz de acessar. Entre 2010 e 2013 eu não conseguia ser recebida na Ocupação Nelson Mandela fora dos encontros, assembleias e festas organizadas por moradores referidos como militantes. Ser associada aos militantes - ou militontos⁵ na linguagem jocosa que vim a aprender depois - restringia a minha entrada de campo a poucas famílias que tinham um projeto político específico para a ocupação e suas narrativas públicas eram quase sempre uma tentativa de construir esse projeto⁶.

lideranças de movimentos sociais externas à ocupação. Sobre as diversas ocupações autogestionárias que existiram no centro da cidade do Rio de Janeiro ver: Fernandes 2013a.

⁴ *Viração*, termo utilizado por diversos trabalhadores das classes populares e analisado por Vera Telles (2010) em associação com as ideias de “saber circulatório” de Alan Tarrius (2002), quando ele discute os percursos de imigrantes nas fronteiras de países europeus. A ideia de viração é fértil para pensarmos como os trabalhadores das classes populares circulam entre o legal, ilegal e o ilícito, como escapam da morte matada e os esforços para não cair na situação de dependência e caridade. Associada à ideia de “sobreviver na adversidade” (Hirata 2010), a viração seria: “saber transitar entre fronteiras diversas, deter-se quando é preciso, avançar quando é possível, fazer o bom uso da palavra certa no momento certo, calar-se quando é o caso. E, sobretudo, saber jogar com as diversas identidades que remetem a esses diversos universos superpostos e embaralhados nas coisas da vida. Em outros termos, como passadores que são entre as fronteiras do mundo social, saber transformar esses diversos territórios em recursos de vida, vias incertas de construção de outros possíveis que lhes permitam escapar seja da morte matada, seja da pobreza extrema” (Telles 2010:165).

⁵ *Militonto* é um termo jocoso empregado pelos moradores das ocupações populares em que fiz pesquisa e utilizado para se referirem a militantes brancos, apoiadores de classe média, estudantes ou professores universitários que frequentam as reuniões/assembleias e enunciam falas normativas ou tem atitudes tutelares em relação aos moradores dos territórios populares. Sobre os conflitos entre militantes, apoiadores e moradores em ocupações populares, ver: Fernandes 2013a.

⁶ Em seu artigo “Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Mata mineira” John Comefford (2015) discute sobre a aproximação e distanciamento dos dirigentes e militantes sindicais na Zona da Mata de Minas Gerais e como esse deslocamento foi importante para reformular os rumos da pesquisa.

Não é novidade que o lugar do antropólogo e as questões de pesquisa possíveis de serem formuladas estão diretamente entrelaçadas às pessoas com quem se constrói relações durante o trabalho de campo. Sobretudo se a preocupação do pesquisador está em capturar as situações a partir do ponto de vista dos sujeitos, entender as maneiras com que esses sujeitos elaboram suas éticas, racionalidades e estratégias de ação no cotidiano e compreender as formas como as pessoas concebem a si próprias ao narrar sua vida. Neste sentido, quando minha entrada de campo se deu a partir da relação que eu estabelecia com pessoas identificadas como militantes, certas possibilidades de pesquisa foram abertas. Contudo, quando eu tentava realizar contatos fora da trama de confiança/desconfiança da militância, fui pouco a pouco percebendo os limites de estar associada a esta categoria. No interior de um regime de desconfianças, tensões e de disputas a “palavra-ato”⁷ militante, quando evocada em uma situação, identificava pessoas e criava, ao mesmo tempo, alianças, fronteiras e alteridades.

Foi com a fissura causada pelo tremor e violência de um “evento crítico” (Das 1995) que transformou o cotidiano dos ocupantes e reposicionou os atores envolvidos, que pude adentrar em outras tramas de relações. Em março de 2013 fazia nove meses que a Ocupação Nelson Mandela havia conseguido a regularização fundiária em meio a um crescente de remoções e despejos na região da Central do Brasil, Zona Portuária e Morro da Providência. Neste mês de março, o Comando Vermelho invadiu a ocupação e instalou um ponto de vendas armado de drogas na portaria do prédio. Após este evento desolador⁸ algumas das fronteiras internas à ocupação foram momentaneamente suspensas e pessoas que muitas vezes estavam

Sobre a relação entre militância e a temática de habitação na cidade do Rio de Janeiro, os trabalhos de Heloisa Lobo (2015) e Anelise Gutterres (2014) discutem os limites e aproximações possíveis ao estar associado à militância política. Especificamente no campo das ocupações, destaco o trabalho de Adriana Fernandes (2013a) que trata com maiores detalhes essas disputas entorno dos modos de ação dos moradores, “morapoiros”, militantes e apoiadores na cena das ocupações.

⁷ A ideia de “palavras-atos” nos direciona rapidamente ao pensamento de Austin, para o qual as palavras não apenas dizem algo, mas fazem. Somado a essa ideia, trago a proposta de Adriana Vianna (2014) que expande esse pensamento ao explorar as indicações dadas pelas “palavras-atos quando postas em cena por seus principais atores”. A autora pretende ver nas palavras-atos quando posta em ação “algo da múltipla dimensão que creio que contenham: são capazes de descrever situações presentes e passadas, indicando ainda os contornos de momentos futuros esperados; são peças cruciais na construção e transformação dos próprios atores, que se fazem enquanto tal ao enunciá-las em cenas públicas de espectro variado; fazem parte de mapas morais que ajudam a traçar linhas e fronteiras entre aliados, semelhantes, antagonistas ou inimigos e, por fim, são matéria vital na organização de posicionamentos políticos que coletivizam, redimensionam e alteram aquilo que nasce como uma dor 'doméstica'”, no caso de seu trabalho de campo, “a morte de um irmão, um filho, um sobrinho” causadas por agentes do estado: policiais militares ou carcereiros (Vianna 2014:210-211). Vou trabalhar as palavras enunciadas por Leonor como palavras-ato no sentido elaborado por Vianna.

⁸ No texto que escrevi com Patrícia Birman e Adriana Fernandes (2014), nós analisamos o momento exato desta invasão, sobretudo como estava inscrita nas transformações urbanas da cidade, se relacionava à militarização crescente dos territórios populares e como afetou os jogos de poder e as micropolíticas de autogestão do prédio. Com o passar dos anos, a boca de fumo acabou se tornando um dos pontos de venda mais importantes da região portuária, o que afetou profundamente a vida cotidiana dos moradores do prédio e dos moradores arredores.

em disputas viram a necessidade de se aproximar, naquele momento preciso, para articular redes (novas e antigas) na tentativa de retirar o grupo de tráfico de drogas do local.

Após a invasão do tráfico de drogas, muitos dos apoiadores e militantes, a maioria homens – embora houvesse várias mulheres – e que eram ligados a movimentos sociais (partidários ou não), sofreram ameaças e foram proibidos de entrar no prédio e exercer suas atividades políticas e educativas. Eu, por outro lado, não era ligada a nenhum movimento social específico e era um corpo feminino que não representava uma ameaça para os agentes do tráfico de drogas que vivem o dia a dia no interior de um regime militarizado (Graham 2010) no qual os corpos masculinos, estes sim, aparecem como ameaça. Dessa forma, eu continuei visitando a ocupação como amiga ou fingindo ser uma prima de alguns moradores. Com essa estratégia, eu pude atravessar o ponto de venda de drogas e frequentar o apartamento de algumas mulheres que articulavam maneiras de tirar a boca de fumo da porta de suas casas. Mas eu tinha que prestar atenção se havia ou não operações policiais para que eu pudesse ir à ocupação e também, por exemplo, em como me vestir, como a vez em que cheguei na ocupação vestida de calça jeans, camiseta branca, tênis e cabelos presos em formato de coque, para mim a roupa mais neutra possível, e um dos agentes do tráfico me confundiu como sendo uma policial disfarçada, conhecido como P2. Ele me bloqueou na portaria do prédio em tom ameaçador e Leonor precisou intervir.

Voltemos para minha inserção no campo. Exatamente pelo trânsito que eu fazia entre dentro e fora da ocupação e pelo contato com diferentes redes que fiz ali dentro, que eu fui escolhida, ao mesmo tempo em que aceitei, fazer a mediação entre um grupo de moradores da Ocupação Nelson Mandela e a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil do Rio de Janeiro (CDH/OAB/RJ), contato que iniciamos em dezembro de 2013 na tentativa de retirar a boca de fumo do local. Não foi, portanto, apenas a invasão do tráfico de drogas e o meu corpo feminino o que me permitiu adentrar a outras redes. Foi necessário um deslocamento da minha posição que resultou em uma mudança classificatória. Se entre os anos de 2010 a 2013 eu era uma pessoa genérica para a maioria dos moradores e identificada como mais uma militanta ou mais uma universitária que quer vir aqui ensinar como a gente deve morar, a mediação com a CDH/OAB me colocou em outro lugar.

Em muitos momentos eu fui confundida pelos moradores que supuseram que eu fosse uma advogada da OAB. Mesmo que eu sempre me rerepresentasse como estudante da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e como pesquisadora que trabalhava com movimentos populares de ocupação de prédios públicos, essa referência se tornou, por certo tempo, um espectro do qual eu não conseguia me distanciar. Ser a pessoa que fazia o contato

entre os moradores da ocupação e uma instituição reconhecida e ser classificada como a advogada da OAB alterava o lugar que eu ocupava nas tramas de confiança/desconfiança no interior da ocupação. Com alguns meses atuando nessa mediação eu passei a ser considerada por minhas novas interlocutoras como uma pessoa de confiança, mas nunca inteiramente confiável, afinal, algumas delas sabiam de onde eu tinha vindo.

Esse deslocamento de posição e classificatório produziu outras consequências. No interior de um regime de desconfianças, tensões e disputas, na medida em que me aproximava de algumas mulheres críticas à atividade da militância, eu me distanciava daqueles com quem iniciei a pesquisa. Na realidade, eu não escolhi me distanciar dos primeiros interlocutores. Meu intuito era manter relações com diferentes grupos de moradores e participar de distintas tramas, na tentativa de capturar a diversidade dos modos de morar na ocupação, de construção de lutas políticas, virações e resistências cotidianas. No entanto, eu fui pouco a pouco percebendo que independente da estratégia que eu adotasse essa minha ambição era ao mesmo tempo ingênua e impossível.

Quando o “evento crítico” passou a “habitar” a “vida ordinária” dos ocupantes⁹ e quando minha nova posição no campo começou a se fixar, foi ficando claro que além de mediadora entre os moradores e a CDH/OAB eu entrava na trama de confiança/desconfiança de algumas mulheres críticas à militância. Esse reposicionamento fez com que meus primeiros interlocutores passassem a ter dúvidas se eu realmente era uma pessoa confiável. Soube, através das fofocas e rumores que rolaram na rádio corredor, que esses antigos interlocutores desconfiavam das minhas intenções e diziam que eu não era mais a mesma pessoa. Soube também que esses moradores diziam que teriam que tomar cuidado com o que falariam comigo dali em diante. Ainda assim, os moradores-militantes continuaram por um tempo me alertando e afirmando que as novas moradoras com quem eu me relacionava não eram de confiança. Cada aproximação e distanciamento, portanto, reconfigurava minha posição no campo, modificava a classificação sobre mim, transformava a minha inserção nas tramas de confiança e desconfiança, criava novas fronteiras e identificações, e me abria outras questões de pesquisa.

Foi no interior de um emaranhado micropolítico de conflitos que envolviam ameaças, rumores, paranoias, classificações e deslocamentos que fui me aproximando de Leonor. Ela é uma das mulheres que fazia forte oposição aos moradores-militantes no interior do prédio. Isso não significa dizer que eles não se relacionavam na vida ordinária, ao contrário, o contato era intenso. O que gostaria de ressaltar é que o trânsito no interior dessas tensas tramas não se fez

⁹Todos os termos aqui são referentes aos trabalhos de Veena Das (1995 e 2007) e os desenvolverei no decorrer da tese.

de forma simples, tão pouco rápida. Apenas para termos uma dimensão do tempo despendido nesta aproximação: Leonor e eu havíamos nos conhecido em agosto de 2011 na festa de aniversário de 7 anos da ocupação¹⁰, fato que ela não se recorda. Em 2013, eu participei das primeiras reuniões que tentavam traçar estratégias para retirar os meninos do tráfico do local. Algumas dessas reuniões foram realizadas no apartamento de Leonor. Como estávamos no curto momento de suspensão de fronteiras, várias das pessoas que nunca tinham atravessado a porta de sua casa foram convidadas a entrar e eu fui uma delas. Contudo, foi preciso cerca de 3 anos, desde o primeiro contato, até que eu recebesse um convite espontâneo para visitá-la. Desde então, fomos lentamente construindo uma relação de amizade.

Compartilhar e “habitar com”: escolhas metodológicas

Saí de minha casa às 16h para visitar Conceição. Nós estamos em um momento da pesquisa em que percebemos a necessidade de entrar no universo feminino das ocupações.

Eu já havia feito duas entrevistas coletivas com os homens: Crispim, André e Duda na presença de Conceição. Ocorre que, mesmo que as entrevistas tivessem sido feitas em sua casa, as falas de Conceição eram constantemente contestadas e silenciadas pela visão militante e masculina predominante nesses encontros.

Depois de uma conversa de pesquisa com Patrícia Birman, ficou decidido que privilegiaríamos a dimensão das mulheres. Me pergunto, como fazer esta entrada no campo?

Conceição aparece para mim como uma entrada para a narrativa das mulheres. Ela já havia comentado sobre as histórias que ela me contaria sem a presença dos homens “que não a deixavam falar”. Contudo, há a questão de quebrar um certo distanciamento colocado pela formalidade que as entrevistas com o gravador – forma como estamos executando – nos coloca. As questões que se elaboram para mim são: como sair da formalidade e entrar no universo da intimidade? Como sair da hegemonia masculina e entrar na vida das mulheres?

Caderno de Campo. 25.10.2011.

¹⁰ O aniversário da Ocupação Nelson Mandela era em julho. No entanto, devido a ameaça do corte de energia elétrica feito de forma irregular por agentes da empresa Light, a festa foi transferida para o mês de agosto. Depois da invasão do tráfico, em 2013, não houve mais festas que comemorassem o aniversário da ocupação. Mesmo que os moradores tentassem organizá-las, as festas foram impedidas ora pelo medo das possibilidades de retaliações, ora por ameaças concretas feitas pelos agentes do tráfico.

Pesquisar o universo feminino no interior das ocupações era o desafio que lentamente vinha sendo construído junto com minha orientadora Patrícia Birman. No ano de 2011 Patrícia iniciava um texto no qual ela explorava a experiência das mulheres em uma ocupação que se desfazia, localizada no centro da cidade do Rio de Janeiro (ver: Birman 2015). Em fevereiro de 2018, quando eu fazia um balanço dos caminhos de minha pesquisa, me deparei com a anotação de campo descrita acima. Fortemente influenciada pelas leituras dos trabalhos de Veena Das (1995, 2007), penso que foi a partir daquele ano que houve uma mudança de perspectiva em nossos encontros e, conseqüentemente, do que me interessava olhar na vida cotidiana. Mas, de fato, eu não sabia o que me esperava.

As anotações que descrevi relacionada à Conceição me permitem concordar com as críticas feministas que nos mostram como os discursos públicos foram (e permanecem sendo) social e historicamente feitos por vozes masculinas, cujo efeito é o silenciamento das vozes das mulheres – que podemos ampliar para todos os corpos classificados como femininos. Minha impressão é que as vozes socialmente silenciadas das mulheres são também ignoradas por parte significativa das pesquisas. Certamente eu não estou fazendo essa afirmação sozinha e no correr da tese discuto com algumas pesquisadoras a partir de temas específicos. Aqui, eu destaco o livro *Life and Words: Violence and the Descent into the Ordinary* (2007) de Veena Das e toda sua dedicação em mostrar como as vozes das mulheres indianas sobre as violências da Partição entre Índia e Paquistão (1947) foram silenciadas em nome de uma narrativa pública e masculina de construção do estado indiano e como essa dinâmica também atravessava as experiências domésticas. Em outro plano, Svetlana Aleksievitch (2016) nos apresentou flashes de histórias que falam das mais de um milhão de mulheres russas que lutaram pelo Exército Vermelho na Segunda Guerra Mundial, cujas experiências foram apagadas, invisibilizadas, desqualificadas e corriam no subterrâneo das histórias dos “heróis” que venceram a guerra: o homem soviético.

Veena Das e Svetlana Aleksievitch trazem as experiências sociais das mulheres através das miudezas postas em práticas por elas para tornarem seus mundos habitáveis – na guerra ou após a guerra – e não é por acaso. É através desses gestos minúsculos e quase invisíveis, muitas vezes capturados por meio de fragmentos narrativos, que as mulheres teceram suas vidas cotidianas e são essas pequenas experiências que o leitor encontrará nesta tese através do dia a dia de Leonor. Peço ao leitor que não se engane ao pensar que esta seria uma perspectiva feminina de se colocar no mundo. O que quero mostrar é como o exercício mundano e nada heroico de tecer a vida a partir dos minúsculos detalhes é parte fundamental da via ordinária, como recai especificamente sobre as mulheres e se relaciona com o silenciamento de suas falas, com a invisibilização e desqualificação de suas atividades diárias.

Permitam-me fazer uma digressão para deixar claro que os gestos minúsculos e quase invisíveis não são características femininas. Em seus Ensaio sobre o mundo do crime (Contos de Kolimá 4, 2016) Varlam Chalámov descreve as atividades dos “blatares”, criminosos profissionais forjados nos campos de trabalho forçado na Sibéria. Muitas vezes delegados a controlarem a produtividade das minas, eles atuavam como capatazes. Um dos blatares ficou responsável por uma mina populosa onde trabalhavam apenas mulheres a padecer a fome, exaustão e frio. Para obter sexo das mulheres, o blatar oferecia um mísero pedaço de pão cujo acordo era que elas comessem o que conseguissem durante o ato sexual. Ocorre que pela manhã o blatar enfiava o pão na neve para que de noite a mulher roesse a menor quantidade possível do alimento congelado.

Ao voltarmos para os livros de Veena Das e Svetlana Aleksievitch, aprendemos sobre a impossibilidade de expulsar da memória os fantasmas das violências vividas que conectam memórias coletivas de assassinatos em massa e o aspecto íntimo e pessoal da perda (Carsten 2007). Aprendemos também sobre como estas violências passadas estão inscritas no corpo de suas interlocutoras e nas suas relações familiares. Retomando a fala de Leonor que abre a tese, um dos fios que percorre todos os capítulos é exatamente os fantasmas da memória que habitam, tecem e se entrelaçam à sua vida ordinária. Embora a fala de Leonor nos abra para as memórias das violências no interior da família, eu também trabalhei na tese como a violência coletiva se inscreve em sua vida doméstica.

Minha tentativa nesta tese, apoiada em Veena Das (2007), é mostrar como a vida cotidiana fica ainda mais complicada quando levamos em consideração as formas como o passado se constitui como experiência embebida no presente. Em outras palavras, o que eu quero trazer é como a complexificação do passado e seu emaranhamento nas experiências do presente nos abre para pensarmos as formas concretas com que as pessoas habitam a vida cotidiana, como explicam suas decisões, ações e sentimentos. Nesse sentido, a tese não é uma análise da trajetória de Leonor. O que descrevo abaixo são algumas das questões e situações que fizeram parte do seu dia a dia durante os anos de pesquisa, na qual o passado não é construído através de narrativas únicas, mas trabalhado a partir do presente concreto em que ele é evocado.

Eu não consegui entrar no universo de Conceição. Ela foi moradora de uma das ocupações esvaziadas pelo poder público em 2011 e, no momento em que eu tentava iniciar uma relação com ela, Conceição pagava o aluguel de uma pequena casa próximo ao terminal Américo Fontenele, Central do Brasil, cuja rua também tinha um ponto de venda de drogas armado. Eu cheguei a visitá-la mais duas vezes após o episódio narrado acima. Contudo, ela

começou a se desviar de mim: em um momento não atendia o telefonema, em outro ela não poderia me receber e outra vez iria viajar. Eu passei a me colocar em seu lugar e a pensar no quanto eu a estava importunando e decidi por abandonar esta investida e continuar frequentando a Ocupação Nelson Mandela, local onde eu tinha relações. De fato, eu não tinha ideia da dimensão dos conflitos e desconfianças que constituem o cotidiano nesses espaços. Foi esperando e dando tempo ao tempo que me aproximei de Leonor. Assim, desde 2013 Leonor e eu construímos uma lenta e pacientemente relação de amizade e confiança, que não acabou com a escrita da tese.

Para descrever a vida cotidiana de Leonor cada capítulo traz diferentes histórias mundanas nas quais privilegio suas escolhas ocultas, mas vitais, para viver a sua vida. Arrisco dizer que várias das questões e problemas colocados por Leonor podem ser ampliados para um sem número de mulheres que vivem a vida em exceção ordinária nas grandes metrópoles brasileiras. Isso não significa dizer que possamos generalizar suas decisões e ações e tomá-la como um ícone emblemático das mulheres que vivem em situações de pobreza e precariedade.

O que está em jogo neste trabalho é um compartilhamento de mundo. Por isso, conforme ela foi me mostrando o seu dia a dia, os assuntos que eram para mim de suma importância, a saber, a luta pela moradia no centro antigo da cidade do Rio de Janeiro, acabaram sendo diluídos e surgiram outras lutas, necessidades, prioridades. Dia após dia, o que me interessava era o que Leonor queria me falar: se a água da torneira estava marrom ou se a bomba da caixa d'água queimava e faltava água no prédio; se sua mãe havia dormido no período noturno ou se tinha arrancado a fralda geriátrica e sujado o colchão; se houve operação policial ou se um policial militar invadiu sua casa; se uma vizinha foi visitá-la ou se ela brigou com um dos seus filhos; se os agentes do tráfico de drogas torturaram uma pessoa nos fundos da ocupação ou se a ajudaram a subir com as compras do supermercado, tudo me interessava.

Anotar cada um desses eventos – fossem eles à primeira vista grandes e violentos ou minúsculos e sem importância – me permitiu analisar o acúmulo desses acontecimentos, a duração na subjetividade e no corpo de Leonor e os desgastes produzidos ao longo do tempo. Aquilo que Leonor queria me contar, portanto, era o que me interessava e eu fiz deste ouvir paciente e do compartilhamento do mundo a minha metodologia de trabalho. Neste movimento, a centralidade da vida cotidiana de Leonor na escrita da tese crescia com o desenrolar paulatino da intimidade. Compartilhamento ou, nas palavras de Veena Das (2015a), fazer da antropologia uma forma de “habitar com”, me permitiu deixar que a experiência de Leonor atravessasse e marcasse meu corpo e subjetividade. Nesse sentido, esta tese também pode ser lida como uma

espécie de autobiografia, na medida em que vivi experiências que se inscreveram e mudaram a minha própria pessoa.

Esta tese é feita a partir de múltiplos sentidos. Ela descreve uma partilha de mundo através de uma complexa relação de amizade que conecta o meu interesse em escrever sobre Leonor e o interesse dela em ter alguém que escutasse suas histórias a partir do que ela queria falar, o que não significou uma relação instrumentalizada. Como eu falei acima, quando eu comecei a entender o que estava acontecendo, eu escolhi permanecer e participar dos diferentes problemas que tecem a sua vida ordinária, acompanhar e documentar o acúmulo dos pequenos gestos e seus efeitos no cotidiano e capturar a complexidade de suas redes de relações. Neste lento e paciente processo, o “trabalho do tempo” (Das 2007; Vianna 2015) se tornou fundamental para compreender a constituição das relações, não apenas para pensar a nossa amizade, mas principalmente para entender a inscrição do tempo em suas relações familiares, religiosas, de vizinhança, com as instituições estatais... O tempo, portanto, não aparece na tese como abstração, mas como um forte componente na formação de corpos e subjetividades, na composição dos vínculos afetivos e redes de relações. O que tentei fazer na tese foi alinhar minha escrita às falas de Leonor para capturar as qualidades variadas do tempo, as formas específicas de suas agências e da temporalidade dos desgastes e, por fim, as maneiras de refazer a vida.

Ao escolher como caminho metodológico habitar a vida com Leonor, eu fui desafiada a abandonar a tradição das ciências sociais que organiza as pesquisas através de domínios temáticos e a inverter a lógica de investigar e documentar o que o pesquisador considera importante. Embora a tese se organize por temas, as escolhas não foram feitas a priori, ao contrário, foi somente no momento da escrita que eu organizei o que achava fundamental na tentativa de mostrar o que significa viver a vida em exceção ordinária. Eu escolhi prestar atenção ao que Leonor me dizia sobre sua vida e, por “descer ao ordinário” (Das 2007), as tensões, os deslizamentos e entrelaçamentos de questões e temas atravessam todos os capítulos. Ironicamente, continua sendo uma tese que tem a habitação como tema central, mas agora transformado em verbo: habitar o mundo de Leonor. Empresto novamente as palavras de Veena Das (2015a) para dizer que a grande maioria das histórias descritas na tese eu pude contar não porque fiz sequências de entrevistas, mas porque participei e compartilhei por muitos anos das experiências de Leonor, muitas vezes como confidente.

Eu não vou fazer nesta introdução uma descrição dos capítulos, tão pouco da bibliografia acionada, pois elas estão detalhadas nas introduções de cada parte da tese. Afirmando apenas que ao fazer este percurso metodológico de prestar atenção aos temas que Leonor

pautava como importante, eu precisei enfrentar o difícil desafio de buscar bibliografias que me ajudassem a entender o que eu via, ouvia e documentava. Cada capítulo, nesse sentido, tem sua especificidade e sua lógica interna, o que não significa que possam ser lidos aleatoriamente, visto que eu escolhi uma sequência que nos ajuda a entender a complexidade e a densidade do mundo apresentada por Leonor. Capítulo a capítulo, a complexidade e a densidade da vida cotidiana vai emergindo a partir dos processos de descrição. Não há neutralidade: essa tese é sobre Leonor, sua vida, seus pontos de vista, sua forma de habitar o mundo. É sobre um conjunto de redes e de conexões que alargam um campo do entendimento da pobreza, precariedade e violências, através das relações que eu pude acompanhar. É sobre como as micropolíticas se implicam em circunstâncias concretas específicas, em seus vínculos íntimos e em suas constituições éticas, morais e emocionais. Os capítulos lidos em sequência me ajudam a mostrar a profundidade e diversidade de questões e enfrentamentos que fazem a vida diária de Leonor.

Nesse processo de descrição, as questões de gênero aparecem como constitutivo das tessituras da vida cotidiana, na qual o corpo de Leonor é o ponto fulcral do cruzamento de diferentes vetores e feixes de relações. É através do seu corpo que Leonor mobiliza sistemas judiciários, religiosos, familiares, econômicos, dinâmicas do cuidado, solidariedades e tantos outros. Minha tentativa é mostrar como essas questões se cruzam em um corpo que não é genérico, mas é um corpo feminino. Ao mesmo tempo, é este corpo de mulher que estava o tempo todo e em todos os âmbitos de sua vida tentando construir um cotidiano menos difícil e sofria os efeitos de cada ação. As histórias que conto nesta tese, mais uma vez me dispenho das palavras de Das (2015a), são, ao mesmo tempo, histórias de dor, de perda e de sofrimento, mas também histórias de coragem, de luta, de enfrentamento e do imenso esforço de tornar a vida habitável em meio a sequências de exceções que são vividas todos os dias.

Da primeira à última linha veremos como a tese tem uma circularidade que faz com que os temas sejam interligados. Finalizo esta introdução dizendo que os problemas trabalhados na tese tocam em apenas algumas questões que pude partilhar com Leonor nesses anos de pesquisa. Não é retórica quando digo que não pretendo esgotar o que Leonor compartilhou comigo e muito menos o seu cotidiano porque essa tarefa, se um dia foi minha ambição, logo ficou claro que me seria impossível. Ainda assim, há uma arbitrariedade nas escolhas das histórias narradas. Eu privilegiei, dentre as muitas situações de campo que eu pude participar, aquelas que Leonor aparece com forte protagonismo, seja na cena doméstica ou pública, e que desse alguma dimensão da quantidade e profundidade de frentes de enfrentamento que uma pessoa que vive a vida em exceção ordinária acaba por encarar.

1 FAMÍLIA, MEMÓRIAS E GÊNERO: EXPERIÊNCIAS DE VIOLÊNCIA E FORMAS DE REABITAR O COTIDIANO

Os dois capítulos que abrem essa parte da tese são fundamentais para entendermos algumas das memórias do passado que habitam o presente de Leonor. Como os leitores verão no decorrer dos capítulos, aqui - e em toda a tese - as memórias do passado não aparecerão como uma sequência “coerente” de eventos, mas através de complexas formas cotidianas de emaranhá-las no presente. Nesse sentido, veremos como temporalidades, memórias, biografia, conexões familiares e violências (institucionais e familiares) perturbam a vida cotidiana (Carsten 2007). Ao mesmo tempo, veremos como essas memórias e os acionamentos do passado conectam Leonor com as pessoas de sua família (vivos e mortos), com seus amigos e vizinhos e com as instituições estatais.

Foi Veena Das (1995, 2007) quem nos mostrou como os acontecimentos públicos violentos se inscrevem na vida ordinária e nas relações familiares. Segundo Janet Carsten (2007), as análises de Das sobre “eventos críticos” e seus efeitos na vida cotidiana, em especial na vida cotidiana das mulheres, formulou uma nova perspectiva nos estudos sobre memória que conectam políticas da memória, memória das relações familiares e suas inscrições no cotidiano. “Eventos críticos” como a Partição entre Índia e Paquistão ou o desastre industrial de Bophal (1984), resultaram em categorias políticas que relacionam vítima, trauma, tradição e memória, mas também em heróis, honra e sacrifício. A proposta de Veena Das (1995) para analisarmos a elaboração de memórias, também valorizada por Carsten, é exatamente a de não tomar as categorias abstratas de classificação como um dado, mas analisá-las concretamente em como se conjugam ou se invertem na vida social das pessoas. O que Veena Das defende é que mesmo as narrativas mais íntimas elaboradas na vida domésticas são também narrativas políticas. Nesse sentido, as histórias pessoais e familiares, bem como suas memórias, se conectam às formações políticas mais amplas das quais fazem parte, que tem a elaboração de comunidades morais como um de seus efeitos.

Na introdução do livro *Ghosts of Memory: essays on remembrance and relatedness* Janet Carsten (2007) faz uma revisão da literatura sobre memória e nos convida a explorar as interseções sutis, embora complexas, das formas como as memórias do passado aparecem no presente. Sua proposta, ou o que me interessa dela, é como o passado coaduna na vida ordinária o íntimo e o político e como envolve na mesma trama pessoas, famílias e práticas de estado¹¹.

¹¹ Nesta tese, quando utilizado o termo “o Estado”, estarei me referindo à ideia de Abrams (1988) que difere o “Estado ideia” do “Estado prática”. O “Estado ideia”, nos fala sobre os processos de abstração, na qual o

Aqueles que são atingidos pelos eventos (que podem ser de larga ou pequena escala) acabam tendo que refazer seus mundos e, como Carsten defende, os antropólogos não podem deixar de lado as questões políticas que os envolvem. Apoiada em Veena Das, Carsten nos escreve que a passagem do tempo desempenha um papel fundamental na absorção dos acontecimentos ao mesmo tempo em que deixa marcas indelévels na memória, subjetividade e no corpo dos sujeitos. Apoiada em Janet Carsten e em Veena Das, são esses alguns dos problemas que descrevo nos dois capítulos que abrem a tese.

Eu escolhi iniciar o trabalho com algumas das memórias que marcam a vida de Leonor para mostrar como elas foram lentamente aparecendo conforme desenvolvíamos nossa relação de amizade e de intimidade, mas não só. A partir do momento em que essas memórias passaram a habitar nossa relação, foi sendo tecido um vínculo de confiança. Ao mesmo tempo, foi ficando mais claro para mim as explicações de certos acontecimentos, visto que as memórias aqui narradas foram evocadas em todos os anos da pesquisa em diferentes situações. Por isso a importância do leitor conhecer de antemão as memórias que estão emaranhadas no presente de Leonor e que constituem a sua vida cotidiana, sem que esqueçamos as palavras que abrem a tese. Por não ser uma narrativa linear do passado, elas também aparecerão em outros capítulos.

As histórias contadas por Leonor que trago abaixo podem ser lidas como narrativas dos processos íntimos de constituição de si mesma, da centralidade da memória na produção do eu e da forma como ela foi se mostrando para mim. Veremos abaixo que as memórias acionadas são profundamente generificadas, ao passo que gênero é fundamental na sua constituição do presente e na sua forma de se colocar no mundo. Nesse sentido, as memórias por ela acionadas não são uma memória abstrata, mas tecida na conjunção entre família, estado, gênero e experiências de violências, na conexão entre passado, presente e, como veremos, futuro. São essas experiências específicas do passado e suas formas de acioná-las no presente, bem como o acúmulo e a permanência das histórias o que me permite mostrar algumas das experiências que marcam a vida cotidiana de Leonor.

Nos dois capítulos que abrem a tese eu narro diferentes experiências que foram atravessadas por violências e incidiram sobre os filhos de Leonor: prisão, tortura, ameaças de morte, morte, e seus efeitos na vida cotidiana e na subjetividade da mãe. Essas experiências,

Estado aparece como unidade coesa de sentido. Por outro lado, “Estado” prática é olhar as agências do estado na vida social das pessoas. Em um sentido aproximado ao proposto por Abrams, temos as análises de Das e Poole (2004), na qual o estado deve ser grafado com letras minúsculas exatamente para que as análises se distanciem da forma como é trabalhada nas teorias políticas que analisam o estado em suas abstrações. Assim, quando escrevo a palavra Estado em maiúsculo, me refiro às abstrações que fazem do estado uma unidade coesa e, quando grafada em minúsculo, o que está em jogo são as práticas cotidianas que fazem o estado funcionar.

algumas relacionadas a seus familiares outras a agentes do estado, foram mais ou menos absorvidas na vida diária de Leonor, estão inscritas no processo de reelaboração de sua pessoa e de constituição das suas relações. Ao mesmo tempo, muitos dos acontecimentos de dor e sofrimento que aconteciam com os filhos de suas amigas e vizinhas fazia com que suas memórias reaparecessem (Carsten 2007). Nesse sentido, as rememorações aparecerão abaixo como prática ética e moral que produz uma intrincada, continua e recíproca relação entre o social e o íntimo, em que a centralidade da memória enquadra discursivamente as formas das pessoas se refazerem (Lambek, Antze 1996).

Leonor foi pouco a pouco me mostrando os complicados detalhes íntimos de sua biografia pessoal e de seus familiares. Muitos desses detalhes não são incorporados e reanimados na vida ordinária sem que ela reviva a experiência da dor e do sofrimento. Não vou me alongar nas discussões teóricas sobre memória, pois meu objetivo é mostrar como os atos de rememorar aconteceram concretamente na vida de Leonor. Por isso, passo rapidamente para os capítulos, visto que as discussões estão alinhadas à concretude das relações e memórias acionadas.

1.1 O trabalho do tempo na vida ordinária: mortes, corpos, gêneros e dores

A memória dói, assim como dói a mão queimada pelo frio ao primeiro sopro do vento gelado.

Varlam Chalámov. Sobre a prosa, Contos de Kolimá 3.

No ano de 2007 Layla, a filha de Leonor, foi torturada e presa por policiais militares por fazer pequenos trabalhos para o tráfico de drogas na região da Central do Brasil. Dez anos depois, em 2017, Jorginho também fazia pequenos trabalhos para o tráfico de drogas e foi assassinado por policiais militares. No momento da prisão de Layla e do assassinato de Jorginho, ambos tinham acabado de completar 18 anos e moravam na Ocupação Nelson Mandela, ela com a mãe e ele com a avó. É o encontro desses dois eventos e os efeitos na vida cotidiana e na subjetividade de Leonor e de outras moradoras da ocupação o que trato neste capítulo.

1.1.1 Caminhar pela Central do Brasil

Em meados de 2014, Adriana Fernandes e eu decidimos alugar um quarto na região da Central do Brasil na tentativa de acompanhar melhor as miudezas cotidianas das transformações urbanas que estavam acontecendo naquela área. No dia dois de julho de 2014

eu entrei no quarto alugado. A Copa do Mundo de Futebol havia acabado e o centro da cidade, que há poucas semanas estava repleto de camisetas, cornetas, bolas e outros produtos verde e amarelo, voltava a ter o colorido habitual presente nas mãos e barracas dos ambulantes. Depois de deixar minhas roupas no quarto, decidi caminhar pela região e observar, mesmo que de longe, o que estava acontecendo nos prédios onde, em um passado recente, se localizavam as ocupações Machado de Assis e Zumbi dos Palmares.

Mas antes eu precisava almoçar. Na esquina da nova casa havia um pequeno restaurante que servia comida a quilo. Quando entrei, vi que o restaurante era frequentado por policiais militares. Eram cinco ou seis policiais sentados à mesa, mais cinco ou seis fuzis encostados na parede. Um deles tirou o colete a prova de balas para almoçar, na minha interpretação, um sinal de que ele se sentia seguro naquele espaço. O pequeno restaurante era comandado por dois chineses, um homem e uma mulher. Ele chegou no Brasil há onze anos e ela há dois anos. Ambos tinham bastante dificuldade com o português. Pela forma como agiam, imaginei que esses policiais almoçavam com frequência no restaurante. Um deles se levantou e foi em direção ao caixa e o policial e o comerciante se cumprimentam dando as mãos. O policial perguntou se tinha aquele bolo que ele gostava.

Saí do restaurante e fui primeiro em direção à antiga Machado de Assis. Passei pela que era a entrada principal da ocupação e o local havia sido lacrado. O lugar onde existiu um portão estava fechado com tijolo e cimento. As janelas mais próximas ao chão, cerca de um metro e meio de altura, estavam com os vidros quebrados ou estavam bloqueadas. Comprei uma água em um pequeno comércio próximo à antiga ocupação. Conversando com o comerciante, perguntei o que era aquele prédio, como se eu não soubesse da história da ocupação. O comerciante me respondeu que ali havia morado muita gente, que era uma invasão. Fiquei em silêncio e ele continuou: eu não gostava muito daquela invasão não, era muita bagunça, mas era melhor que agora que só tem lixo, rato, cracudo e outras coisas que a gente não pode falar. O comerciante me apontou um gato que saía de uma das janelas e um caixote de feira, tem uns gatos também, são os gatos dos cracudos. Tá vendo aquele caixote de feira, eles usam aquilo de escada pra entrar e sair do prédio. Continuei minha caminhada, agora em direção à entrada lateral da antiga ocupação. Essa entrada dava para um grande terreno outrora conhecido como Nárnia¹². Ali havia um garoto armado segurando o portão. Passei em frente sem olhar diretamente, mesmo assim, consegui ver algumas casas construídas naquele terreno.

¹² Nárnia era um grande terreno que ficava nos fundos da Ocupação Machado de Assis. Esse terreno foi alvo de intensas disputas, que estão trabalhadas na tese de Adriana Fernandes (2013a), que acompanhou algumas ocupações autogestionárias no centro da cidade do Rio de Janeiro.

Logo concluí que novamente havia moradores no quintal da antiga Machado de Assis e que agentes do tráfico controlavam aquele espaço.

Caminhei em direção à antiga Ocupação Zumbi dos Palmares na rua Venezuela. Esta ocupação foi desativada pela prefeitura em 2011 de forma bastante violenta¹³. Foi triste ver um prédio imenso e completamente vazio em pleno centro da cidade, onde há poucos anos abrigava centenas de pessoas. Passei em frente ao prédio e, como na antiga Machado de Assis, o portão e as janelas dos andares mais baixos estavam lacrados com tijolos e cimento. Mas, diferente da Machado de Assis, não havia sinal de vida dentro daquela que estava entre as maiores ocupações urbanas da história recente do Rio de Janeiro.

Continuei minha caminhada em direção às ruínas que sobraram depois da derrubada do Elevado da Perimetral¹⁴. Encontrei uma agente da prefeitura que tirava fotos dos gigantescos entulhos produzidos pela obra. Usei meu sotaque do interior de São Paulo para parecer uma turista caminhando pela região e me aproximar dela. Com uma pasta na mão, ela me mostrava imagens do projeto de revitalização para aquela área da cidade. A agente da prefeitura me explicava que o centro do Rio estava passando por uma revolução, por isso, ela se sentia muito entusiasmada com o novo túnel que estava sendo construído. Segundo ela, seria o túnel o mais lindo da cidade e com a revitalização a área teria mais vida e não precisaríamos andar por ali com medo. Não fiz muitas perguntas. Era certo que nossas percepções sobre a reforma urbana eram opostas. A vida que ela se referia não cabia os moradores de ocupações, favelas, trabalhadores informais, prostitutas, ambulantes entre outros que faziam daquela região um espaço fervilhante e diversos na cidade.

Da rua, eu liguei para Leonor para comunicá-la que, de fato, tinha alugado um quarto próximo à ocupação. Nós havíamos combinado que eu a acompanharia na defensoria pública do Rio de Janeiro para tentar pensar em alguma solução para o caso de sua mãe, Dona Geraldina. A mãe de Leonor estava com 81 anos em 2014, cataratas nos dois olhos, um suposto Alzheimer, um câncer na boca, além de dificuldades de locomoção. Fazia aproximadamente um ano que Leonor tinha trazido sua mãe da casa de seu irmão Cleber e ela queria saber na Defensoria Pública quais eram os seus direitos frente aos três irmãos sendo ela a única cuidadora de sua mãe.

¹³ Sobre essa e outras “desativações” de ocupações populares no centro da cidade do Rio de Janeiro, ver Fernandes 2013a.

¹⁴ O Elevado da Perimetral foi uma via suplementar que ligava os principais entroncamentos rodoviários da cidade do Rio de Janeiro. Em meio a muitas críticas, o Elevado da Perimetral foi demolido entre os anos de 2013 e 2014 como parte das obras de “revitalização” do centro da cidade, chamado oficialmente de “Porto Maravilha”. Para um ensaio fotográfico sobre entulhos e ruínas na cidade ver: Fernandes 2013b. Para uma análise sobre ruínas nos processos de reforma urbana ver: Gutterres 2016.

Ainda por telefone, Leonor pediu que eu fosse até sua casa para irmos juntas à Defensoria. Eu aceitei e fui caminhando para lá. Perguntei como estava a portaria do prédio, se estava tranquila ou se ela teria que me buscar embaixo. Sem me referir diretamente aos garotos do tráfico que haviam instalado um ponto de venda de drogas na porta de sua casa, a palavra tranquilo era a que usávamos para tratar da possibilidade de eu entrar no prédio sem maiores problemas. Ela me sugeriu subir as escadas sem dar confiança a ninguém. Como fazia dias que não havia confronto com a polícia militar, os meninos estavam mais tranquilos. Assim, fiz o que ela me sugeriu: subi as escadas sem dar confiança a ninguém e, mesmo com a boca de fumo montada, ninguém me incomodou.

Leonor estava cozinhando, como sempre faz quando vou visitá-la. Boa cozinheira que é, e se gaba por isso, fez um nhoque de inhame com espinafre para quando voltássemos da Defensoria. Não sei como entramos nessa conversa, mas, enquanto ela cozinhava, foi a primeira vez em seis meses de amizade que ela me falou sobre o envolvimento de sua filha Layla com o tráfico de drogas e sobre a sua prisão.

1.1.2 Tráfico, polícia e prisão: assinaturas de gênero na vida cotidiana

No ano de 2007 Layla havia acabado de completar 18 anos quando foi presa por fazer pequenos serviços para a facção Comando Vermelho, grupo que dominava o comércio de drogas no Morro da Providência. Antes disso, com cerca de 16 anos, ela começou a andar de bicicleta nas ruas da região fazendo o radinho, ou seja, informando aos colegas que trabalhavam no tráfico via rádio ou telefone a aproximação de policiais nos arredores dos pontos de vendas de drogas. Certo dia, Luís, o braço direito do gerente do Morro da Providência naquele momento, veio procurar Layla no apartamento de Leonor. A filha teria aberto a porta e abaixado o tom de voz, falando quase em cochicho com Luís. Leonor me contou que desconfiou de alguma coisa e perguntou à filha quem estava na porta. Layla respondeu que era um amigo gay.

Leonor caminhou em direção à porta e reconheceu Luís, olhou para a mão da filha e ela tinha um celular que não era o que havia ganhado de sua mãe. Me contou Leonor que se intrometeu na conversa e mandou que a filha devolvesse o celular. Ela obedeceu a mãe, mas em poucos dias tinha outro telefone celular na mão. Foi assim que começaram as brigas entre elas, nas quais Leonor exigia que a filha saísse do tráfico.

O clima ficou mais tenso quando policiais do BOPE invadiram a casa de Leonor procurando a Gordinha, apelido de Layla dentro do tráfico. Seus dois filhos estavam em casa e precisaram apresentar os documentos. Leonor me contou que após a visita do BOPE bateu

muito na filha e chegou a quebrar um cabo de vassoura nos joelhos dela. Ela me disse que o joelho da filha ficou tão inchado que Layla não conseguia andar. Segundo Leonor, ela orientava sua filha depois da surra dizendo que ela (Leonor) sabia que caso os policiais do BOPE a pegassem, ela certamente seria torturada e não iria aguentar, em suas palavras: tá vendo como você não aguenta? Se o BOPE te pegar você não aguenta apanhar e você vai se ferrar. Leonor via a surra que deu na filha não como violência, mas como uma forma de correção, um alerta e a produção de um saber para que a filha conhecesse no próprio corpo uma amostra do que poderia acontecer se o BOPE a pegasse. Contudo, a surra que levou da mãe não fez com que Layla deixasse o tráfico de drogas, e ela passou a trabalhar de forma mais discreta para enganar a mãe. Não podemos desconsiderar que devido às regras internas ao tráfico de drogas, deixá-lo não é tarefa simples e pode (dependendo do caso) levar a tortura e/ou a morte.

Leonor, que não é boba nem nada, percebeu que a filha não havia deixado o trabalho no tráfico de drogas. A mãe, então, decidiu tomar uma atitude. Ela me contou que subiu o Morro da Providência e foi atrás do Luís para ameaçá-lo e dizer para ele deixar sua filha em paz. Ao chegar no Morro da Providência, Leonor encontrou Luís e ele não estava sozinho, mas acompanhado do Rogerinho. Como ela não sabia quem era o rapaz, não teve medo. Olhando diretamente para Luís, Leonor lhe disse para que ele nunca mais procurasse sua filha dela, disse que Layla não era bandida e que pela filha dela ela teria coragem de matar, caso ele ficasse perturbando. Disse também que ela iria indiciá-lo por aliciar menores e que ela subiria com o exército atrás deles. Depois de dar o seu recado, Leonor voltou para casa.

Quando Layla subiu o Morro para começar o dia de trabalho, Rogerinho a esperava com um fuzil e apontou a arma para seu rosto. Rogerinho teria dito a Layla em tom ameaçador, mas Leonor me contava em tom de deboche: sua mamãezinha esteve aqui e a gente não quer ninguém que dê trabalho, então se resolva com ela. Segundo Leonor, Layla voltou para casa chorando. Ao encontrar a mãe, Layla disse que ela não sabia o que estava fazendo, que as duas poderiam ter morrido, que quem estava com o Luís era o Rogerinho, o matador do tráfico. Luís voltou à casa de Leonor e pegou de volta o radinho e o telefone que ele havia dado para a Gordinha. Minha impressão é que a atitude de Leonor só foi tolerada pela questão geracional e por ela representar a figura da mãe que tenta tirar a filha do tráfico de drogas. Comparativamente, se uma mulher jovem fizesse o mesmo enfrentamento, ela poderia ser espancada ou assassinada¹⁵.

¹⁵ O caso de Mia é exemplar neste sentido. Pretendo desenvolver em trabalhos futuros como Mia, uma jovem moradora de 23 anos, foi espancada quando enfrentou os poderes dos garotos do tráfico após eles ameaçaram um de seus namorados. Mia ficou internada durante 30 dias no hospital Souza Aguiar. A moradora não pôde

Leonor achou que tivesse vencido a disputa e tirado a filha do tráfico de drogas. Mas logo Layla fez 18 anos e, com isso, Leonor perdeu o controle sobre a filha e ela voltou a trabalhar para o Comando Vermelho. Dentro da ocupação onde morava, Layla era alvo de acusações, piadas e desconfianças por trabalhar no tráfico e por ser sapatão. Layla foi presa semanas depois de completar 18 anos. Policiais militares pegaram a garota, a levaram para O Casarão – local onde a polícia e o tráfico torturavam suas vítimas, também local de desova de corpos e onde moradores da região buscavam água potável de forma gratuita – e torturaram Layla em uma das salas. De acordo com Leonor, sua filha foi levada para O Casarão na companhia de duas outras garotas de sua idade. Mas, por sua filha ser a mais tonta e também a mais arrumadinha e parecer uma patricinha – imagino que Leonor faça essa distinção pela criação que deu à filha – as garotas a incriminaram dizendo que era ela quem sabia onde estava a droga e que a família tinha dinheiro. Para conseguir a informação sobre o paradeiro das drogas, os policiais militares torturaram Layla com o saquinho. Esta técnica de tortura consiste em cobrir toda a cabeça da vítima com um saco plástico, puxar este saco até que não tenha ar dentro e a vítima seja asfixiada. Layla ainda foi afogada em um balde e, por ser sapatão, foi espancada no rosto. Na sequência, colocaram Layla na viatura e rodaram com ela a noite toda, na tentativa de negociar o preço do resgate¹⁶: dez mil reais que poderia ser pago pela família ou pelo tráfico. Depois de tanto apanhar, Layla não aguentava mais e entregou a droga que na época valia um mil e quinhentos reais. Como nem a família nem o tráfico pagaram o resgate, os policiais a levaram para a delegacia.

Leonor recebeu por telefone a notícia enquanto trabalhava como cuidadora de idosos em uma casa na Zona Sul. Ocorre que todos estavam dormindo e ela não tinha como avisar a doutora que precisaria sair do trabalho, passou a noite em claro. Quando amanheceu, ela foi desesperada na delegacia e encontrou Layla com o rosto inchado e todo machucado. Por conhecer as regras internas ao tráfico de drogas e por antecipar uma possível retaliação, Leonor subiu o Morro da Providência para falar com o Luís. Como Layla havia entregado a carga aos

voltar à ocupação durante os meses subsequentes por dois motivos: primeiro porque os garotos do tráfico (num total de 5 garotos) a espancaram na região uterina, genitálias e virilha, visto que muitos consideravam Mia como prostituta, embora ela nunca tenha se auto definido nesses termos para mim. Essas agressões, além de fazer com que ela precisasse de fraldas geriátricas nas primeiras semanas, a impediram de caminhar sem o apoio de muletas por cerca de 3 meses. Seu apartamento se situava no 10º andar e o prédio não tinha (e continua não tendo) elevadores. Segundo porque no momento da vinda da ambulância para socorrê-la, vieram também policiais. Houve tiroteio e um policial baleou a perna de um dos garotos do tráfico. Estes, então, ameaçaram de morte a moradora referida. Após a tese, trabalharei a inscrição genericada das violências comparando a tortura policial no corpo de Layla com a tortura que Mia recebeu em seu corpo por agentes do tráfico de drogas.

¹⁶ Sobre a relação entre polícia militar, polícia civil e tráfico de drogas nas atividades de sequestro e resgate, ver: Hirata 2014.

policiais, Luís falou que não teria muito jeito e que a situação dela era bastante complicada. Acrescentou ainda que se ela não devolvesse o dinheiro da carga seria morta. Uma forma de limpar a barra de Layla, me contou Leonor, era que ela pagasse os um mil e quinhentos reais para Luís. À época, Leonor era frequentadora da Igreja Adventista de Botafogo. Segundo ela, uma igreja grande e cheia de granfino e artistas da Globo, por isso ela sabia que o pastor recebia muito dinheiro em dízimos e doações. No final do culto, Leonor foi falar com o pastor e pediu emprestado a ele os um mil e quinhentos reais para que não matassem sua filha na cadeia. Ele se negou a ajudá-la e ela deixou de ser evangélica¹⁷.

Luís gay e Layla lésbica, talvez por serem dois homossexuais trabalhando no tráfico de drogas, haviam ficado amigos e o braço direito do gerente do tráfico decidiu aliviar a pena da sua amiga Gordinha. Mais do que isso, Luís começou a ajudar Layla na cadeia enviando dinheiro a ela escondido dos seus superiores e de outros agentes do tráfico. Achei interessante que, se por um lado os policiais militares exerciam um tipo de tortura particular (bater na cara) por Layla ser lésbica - através do qual podemos supor que homens gays devam receber em seu corpo torturas específicas - por outro, se forjou uma solidariedade entre homossexuais que trabalhavam em um mundo militarizado e majoritariamente masculino (e homofóbico?¹⁸) que relaciona o tráfico de drogas e a polícia militar, entre outros agentes. Foi essa solidariedade generificada que ajudou Layla a não ser assassinada. Foi pela amizade de Luís com Layla que Leonor começou a se aproximar de Luís e, segundo Leonor, ficaram amigos. Não demorou muito para Luís ser preso. Contudo, soube que em maio de 2017 ele havia deixado a prisão e voltado a ocupar um cargo importante no Comando Vermelho do Morro da Providência.

Na cadeia Layla foi pressionada pelos agentes penitenciários a raspar os cabelos longos e lindos com o objetivo de deixar claro que ela era sapatão, ou seja, retirando os traços considerados “femininos” e impondo uma marca corporal generificada que a distinguiu das mulheres de verdade. Depois de ser forçada a raspar os cabelos, Layla incorporou esta assinatura de gênero e nunca mais deixou os cabelos crescerem, para o desgosto de Leonor que via a filha parecida com um homem. Na prisão, Layla começou a namorar uma garota presa,

¹⁷ Como trabalham Carly Barboza Machado (2014, 2015) e Cesar Pinheiro Teixeira (2015, 2016) é interessante notar que outras igrejas pentecostais desenvolvem uma relação diferente com aqueles que trabalham no tráfico de drogas. Como veremos a frente, o pastor se recusou a ajudar Leonor, segundo ela, por que *a Igreja não ajuda traficantes*. Contudo, nos trabalhos de Machado e Teixeira vemos como pastores de igrejas pentecostais se envolvem no “resgate da morte”, quando agentes do tráfico estão em vias de ser assassinados por outros agentes do tráfico e nos processos de ressocialização dos “ex-bandidos”, a saber aqueles que deixam o tráfico de drogas e entram para a igreja.

¹⁸ Não tenho material etnográfico para descrever como se dão as relações que envolvem homossexualidade no interior do Comando Vermelho, sobre o tema indico o trabalho de Carla Mattos (2014). Em São Paulo, especialmente relacionados às prisões comandadas pela facção PCC, ver Biondi (2009), Boldrin (2014), Padovani (2011 e 2015) e Zamboni (2017).

mas Leonor acreditava que a nova namorada só estava com Layla para usufruir das comidas, das roupas, dos absorventes que Leonor levava para a filha dentro da cadeia. Do seu ponto de vista, as mulheres presas são logo abandonadas pelos companheiros ou pela família, mas Leonor nunca faria isso com Layla e, para ela, a namorada se aproveitava disso. Me contou Leonor que ela tinha sorte por ser velha e feia porque as mães das presas que eram bonitas muitas vezes eram obrigadas a manter relações sexuais com policiais para que suas filhas não fossem violentadas e/ou violadas dentro da cadeia. Mais uma marca da violência do poder masculino que relaciona o poder masculino do estado através de agentes estatais masculinos que é brutalmente inscrito no corpo e na subjetividade das mulheres presas e das mulheres não presas que enfrentam o cotidiano das prisões.

Em todos os momentos dessa história de Leonor, vemos como o gênero é crucial para entendermos a conexão entre Estado, violência, sexualidade, família, corpo e subjetividade na vida cotidiana. Veena Das (2010, 2008a) faz uma crítica aos estudos sobre violência nos quais os pontos de vista fortemente masculinos presentes nas pesquisas acabam por subtrair as maneiras como o gênero constitui relações. Das afirma que é comum a violência aparecer nas pesquisas como uma categoria abstrata em que “a violência” parece surgir de nenhum lugar, ou seja, desconsiderando as situações, os atores e os gêneros específicos que vivem (fazem e/ou recebem) a violência. O caso que apresentei acima vai ao encontro do pensamento de Das, através do qual podemos ver como a violência carregou uma marca de gênero e incidiu sobre o corpo e subjetividade das mulheres de forma específica: um policial que bateu na cara de uma jovem, como forma particular de tortura para as mulheres lésbicas, esta mesma jovem que dentro do sistema prisional foi obrigada a raspar os cabelos, no qual mais uma vez a violência generificada do estado incidiu no corpo de Layla, e ela, como uma forma de resistência ou como incorporação da normativa imposta a ela, assumiu para si um corpo masculinizado como sua assinatura de gênero; a mãe dessa jovem que, mesmo sem ter sido diretamente ameaçada, conhecia as “regras” do sistema prisional para as mulheres no qual a possibilidade da violência sexual sobre os corpos femininos é uma ameaça, não raro concretizada. Leonor se sentiu com sorte por ser velha e feia, combinando violência, gênero, geração e estética na formação de corpos e subjetividades femininas mais ou menos vulneráveis ao estupro no sistema prisional¹⁹.

A centralidade do gênero nas pesquisas pode nos ajudar a observar como a violência generificada incide sobre o corpo e a subjetividade das mulheres e como esta violência se coaduna com a violência masculina do estado na vida cotidiana. Como assinalou Das (2008a)

¹⁹ Para um estudo sobre a relação entre Estado, machismo, violência contra as mulheres, estupro, racismo e sistema prisional ver: Davis, 2017.

para compreender o que se chama de “violência”, não precisamos olhar apenas para aquelas que são consideradas as grandes violências como genocídios, chacinas, etc. Ao contrário, é preciso que olhemos para aquelas violências que estão naturalizadas e que constituem o dia a dia das pessoas e que, por isso, nem sempre são claramente identificáveis. Quando analisamos os casos de violências em suas configurações específicas e atentos aos gêneros que fazem e/ou recebem essas violências, podemos ver como elas estão embebidas no cotidiano e como constituem corpos e subjetividades. No caso, trabalhei especificamente com mulheres, mas sabemos que as violências também constituem corpos e subjetividades masculinas.

* * *

Enquanto me contava a história da prisão de sua filha, Leonor deu almoço a sua mãe e a colocou na cama para que ela dormisse um pouco depois de comer. Eu pedi para olhar o Morro da Providência através da única janela do apartamento. Estava frio e ela me pediu que eu fechasse a janela para não ir vento em sua mãe. Assim que Dona Geraldina pegou no sono nós descemos e caminhamos rapidamente em direção à Defensoria a fim de irmos e retornarmos durante o sono da mãe. Ao chegar na portaria da Defensoria, não havia mais vaga para sermos atendida naquele dia. Voltamos para a casa de Leonor, assistimos um pouco das notícias que passavam na televisão, conversamos e, por fim, jantamos o delicioso nhoque de inhame com espinafre.

1.1.3 Morrer e (re)viver: o trabalho do tempo na vida ordinária

Assim que terminei de escrever a história da prisão de Layla para a tese, no dia 12 de maio de 2017, senti saudades de Leonor e liguei para ela para saber como ela estava e para conversar um pouco. Nós duas tínhamos divulgado pelo Facebook o mesmo vídeo anônimo que registrou o momento em que os policiais militares colocaram um rapaz baleado na caminhonete do BOPE e, soube depois, o levaram já morto para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Esse rapaz se chamava Jorge e era neto de Dona Clara, moradora do segundo andar da Ocupação Nelson Mandela. Quando eu compartilhei o vídeo, eu não imaginava que ele seria morador da ocupação e essa informação me deixou perplexa. Leonor estava triste, muito triste. Dizia para mim que no segundo andar do prédio estava uma choradeira só.

Sobre a morte de Jorge, Leonor me contou que estava dormindo e não estava ouvindo os tiros que ocorriam na região, mas acordou com uma voz de mulher no corredor do prédio

que repetia: o BOPE está mandadão²⁰. Ela ficou curiosa, foi olhar na janela e viu muitos policiais do BOPE armados de fuzis subirem o Morro da Providência pela quadra esportiva da favela. Leonor ouviu três disparos e perguntou ao filho o que era e recebeu como resposta: é o BOPE matando gente.

Em uma das versões sobre o assassinato de Jorginho que circulou à época falava que os meninos do tráfico foram até a portaria do prédio tentar libertar o menino Jorge dos policiais. Os policiais do BOPE haviam pegado o menino, levado para a ocupação e pediram para o tráfico ou para a família uma quantia para soltá-lo. Como o tráfico já havia pagado uma quantia para soltá-lo em outra ocasião, não liberaram o dinheiro. Até aquele momento as pessoas não sabiam que o menino seria assassinado. Imaginava-se que o menino seria torturado e na sequência seria solto, mas logo o vídeo de seu corpo sendo levado na caminhonete do BOPE começou a circular pelo Facebook. Outra versão da história - que circulou meses depois - diz que Jorginho foi alvejado por policiais do BOPE assim que desceu do ônibus. Seu avô tentou ficar com o corpo do neto, mas os policiais militares o colocaram na caminhonete e o levaram ao hospital.

No início daquela noite a neta de Leonor de 9 anos de idade apareceu em seu apartamento: vovó, aconteceu uma coisa. Mataram o Jorginho! Naquele momento Leonor já sabia o que havia acontecido, mas quis acalmar a neta que estava triste e nervosa, pois Jorginho era seu vizinho de apartamento e ela o conhecia desde muito pequena. Por isso, Beatriz ficou na casa da avó, jantaram juntas, ficaram conversando e vendo televisão.

Na hora de sua neta voltar para casa, Leonor acompanhou Beatriz para protegê-la (da polícia, do tráfico ou de um tiroteio) se fosse preciso e para dar um abraço em Dona Clara. Ao entrar na casa de Dona Clara, Leonor falou: eu não tenho nada para falar para a senhora, só posso dizer que estamos no mesmo barco, pois eu também estou sujeita a isso, isso porque, o filho de Leonor, Vitor, há pouco tempo voltou a trabalhar para o Comando Vermelho e é uma possível vítima de tortura e/ou assassinato policial. Para mim, Leonor disse: eu dei um abraço nela, chorei pra caramba, porque eu vi a dor dela. Jorginho tinha acabado de completar 18 anos e tinha um filho pequeno que morava com ele e com a avó na ocupação. Além de Jorginho, uma garota foi baleada no braço e um rapaz foi baleado não sabemos se na perna ou na genitália, ninguém soube se ele sobreviveu ou morreu.

²⁰ No glossário feito por Diogo Lyra (2013), no qual ele define muitos dos termos nativos utilizados em seu livro que trata da relação entre tráfico de drogas, juventude e virtude no Rio de Janeiro, o termo “Mandado” significa “hostil, mal-intencionado”.

Durante nossa conversa por telefone, uma vizinha, também moradora da Nelson Mandela, bateu na porta do apartamento de Leonor. Ela veio trazer a notícia que outro jovem tinha acabado de morrer na rua lateral à ocupação. Este garoto foi assassinado por policiais do BOPE enquanto Leonor e eu falávamos ao telefone. A outra notícia que a visita trouxe era que Jorginho não tinha sido enterrado pois não havia vagas nos cemitérios públicos da cidade. Fazia 2 dias que ele estava na geladeira do Instituto Médico Legal (IML) aguardando na fila de corpos uma vaga para ser enterrado. A informação que se tinha até aquele momento era que a fila estava demorando entre uma semana e um mês.

Leonor pediu para a visita esperar um pouco e continuou conversando comigo ao telefone. Aproveitando que seu filho Vitor não estava em casa naquele momento, ela poderia quebrar o silêncio imposto pela presença do filho e falar comigo sobre o que estava acontecendo na relação entre polícia e tráfico, sobre o que ela estava sentindo e sobre suas dificuldades, incluindo a tensa relação com seu filho e sua luta para que ele deixasse o tráfico de drogas. Aqui, podemos pensar em como, no interior das famílias, uma pessoa fazer parte do tráfico de drogas se torna um dispositivo poderoso de silenciamento, medos, acusações e desconfianças. Vou reproduzir toda a sua fala, pois tem uma complexa formulação temporal e uma marca de dor e de sofrimento cotidiano que quero destacar e discutir.

Camila, eu só vivo nervosa, eu só vivo abalada. Ontem, quando eu ouvi os tiros eu fiquei atacada aqui dentro. E meu filho: “mas a senhora não é envolvida com nada”. E eu respondi: “mesmo quando você não morava aqui, eu ficava abalada, eu chorava, eu ia na janela e chorava, eu sempre fiquei abalada”, então, Camila, eu estou em um estado que eu nem sei o que dizer. Eu vou procurar um psicólogo, sabia? Vou fazer tratamento. Eu vou fazer tratamento, porque eu estou muito abalada, muito. É uma série de fatores aqui que estão me arrasando, me derrubando. Eu não posso continuar assim.

A fala de Leonor me remeteu aos trabalhos de Adriana Vianna (2015) e de Veena Das (2007). As questões trabalhadas por Vianna me ajudaram a pensar na temporalidade circular das dores e dos sofrimentos, em que a possibilidade de (re)viver a morte sempre retorna na vida cotidiana. Ao analisar mais um adiamento de uma audiência judicial que julgaria o policial militar que assassinou um adolescente dentro do Departamento Geral de Ações Sócio Educativas (DEGASE), Vianna apresentou o cotidiano de “luta” dos familiares da vítima em busca de “justiça”. A longa e ininterrupta luta dos familiares de vítimas de violência policial para que o assassinato não caia no esquecimento tem como marca o “tempo de espera” que, de audiência em audiência, produz nos familiares a frustração e a percepção de estar sem forças e sem poder de reação.

Com o trabalho de Veena Das (2007) aprendi sobre a importância de observar como as pessoas continuam a habitar um mundo de dor e devastação e como essas dores estão vivas na vida cotidiana e estão embebidas nas relações. Com outras palavras, analisando o cotidiano de mulheres indianas após a violência da Partição, Das nos abre para violência que habita o ordinário, muitas vezes de forma silenciada, mas que aparece nas relações que tecem o cotidiano. O caso de Manjit, cujos pais foram sequestrados e mortos durante a Partição e, após o casamento, o marido mantinha uma constante suspeita de ter sido enganado e sua mulher ter sido violada no mesmo período, é exemplar para Veena Das trabalhar estas questões. Embora ninguém na família verbalizasse abertamente sobre as suspeitas de Manjit ter sido sequestrada e estuprada, o que significaria a desonra para a família, ela aparecia na relação cotidiana entre Manjit e seu marido, entre Manjit e sua sogra e na relação conflituosa do pai com o filho mais velho. Através de pequenas frases, muitas delas fragmentadas e incompletas, Das nos mostra como a violência da Partição permanece no cotidiano de Manjit num processo contínuo no qual as conversas, as acusações feitas de forma obscuras e as desconfianças tácitas habitam o cotidiano ordinário dessa família.

Conjugar o pensamento das duas pesquisadoras com os termos utilizados por Leonor para definir a sua condição emocional no momento em que me falava do assassinato de Jorginho, me permitiu pensar em como a violência é corporificada e subjetificada nos sujeitos femininos e na forma circular com que a violência habita a vida das mulheres. As palavras de Leonor nos mostram que o mundo no qual ela habita há uma violência que a ataca, a abala, a arrasa, a derruba, a faz chorar ao ponto dela pensar que não pode continuar assim ou, em uma fala posterior, não estar aguentando mais. Na conversa que levávamos ao telefone, Leonor formulou uma complexa temporalidade na qual a dor e o sofrimento cruzaram presente, passado e futuro. O assassinato de Jorginho e a dor de Dona Clara reinstauraram na vida ordinária de Leonor a força da violência estatal masculina que atravessou e continua a atravessar seu corpo e faz de seu cotidiano um lugar de constante tensão.

A prisão de Layla aconteceu em 2007; Leonor me contou pela primeira vez em 2014; me contou outra narrativa em 2015 (que trabalharei no próximo capítulo); eu escrevia sobre esse evento em 2017, senti saudades e liguei para Leonor, contei a ela que estava escrevendo sobre a prisão de sua filha e, na sequência, ouvi sobre o assassinato de Jorginho que ambas tínhamos compartilhado pelo Facebook. Rememorar a prisão de Layla, escrever sobre ela e, no mesmo dia, ouvir sobre o assassinato de Jorginho me fizeram pensar nas dinâmicas do tempo, ou melhor, em como o passado, o presente e o futuro se enredaram no assassinato de Jorginho, na dor de sua avó, na narrativa e no corpo de Leonor. Para Leonor, rememorar seu passado com

sua filha Layla, viver o presente de Jorginho e Dona Clara e prever um futuro “venenoso²¹” para seu filho Vitor e consequentemente para si própria, atravessaram seu corpo, produziram sofrimento e a fizeram chorar. Para que eu pudesse perceber (e descrever) aquilo que Vianna (2015) chama de temporalidade circular das dores e dos sofrimentos, em que a possibilidade de (re)viver a morte (e também a tortura) sempre retorna na vida cotidiana, foi fundamental um ouvir paciente de todas as histórias que ela escolhia me contar.

A fala de Leonor nos diz mais, ela nos ensina que situações de dor e tristeza como o assassinato cometido por agentes masculinos do estado que teve como vítima um adolescente também masculino, forjou uma ética, uma moral e uma forma de solidariedade entre as mulheres que sofrem e choram. Não é minha pretensão formular uma regra geral para pensar os processos de formação de solidariedades femininas, pois, como destacou Das (2010), sabemos que compartilhar experiências e, no caso, experiências da tortura e da morte, não são garantias para que se crie solidariedade seja ela política, de gênero, entre outras possíveis. O que Veena Das destaca e que reforço aqui é que solidariedades podem não surgir ou podem surgir de maneiras tão diversas que só é possível serem percebidas e analisadas a partir de situações concretas. Neste caso, Leonor criou uma ética generificada e uma solidariedade entre as mulheres que permitiu que ela visse e sentisse a dor de sua vizinha para chorar com ela. Ao mesmo tempo, esta ética e solidariedade faz com que ela viva sob ataque e constantemente abalada neste mundo. O mundo, portanto, não ataca Leonor apenas porque seu filho está trabalhando no tráfico de drogas e é uma possível vítima de tortura e/ou assassinato policial, embora ele seja branco e a probabilidade de que Vitor seja assassinado é menor se comparada com os jovens negros. O mundo continuará atacando Leonor e ela continuará abalada e chorando mesmo que seu filho não esteja com ela, pois sua dimensão ética faz com que ela sinta e veja a dor das outras mulheres que passam pela experiência da perda, da dor e do sofrimento que tem como causa a violência masculina e militarizada que envolvem estado e do tráfico de drogas.

Leonor conseguiu ver a dor de Dona Clara. A questão de olhar a dor me remeteu novamente ao trabalho de Veena Das e suas reflexões sobre os olhos “não como o órgão que vê mas como o órgão que chora” (2011a: 15). No texto, Das está discutindo sobre a formação de sujeitos com gênero e como essa formação é moldada por transações complexas entre a

²¹ Referência ao conceito de “conhecimento envenenado” desenvolvido por Veena Das (1995, 2007), no qual a autora argumenta que as experiências traumáticas, longe de serem inassimiláveis, constituem os sujeitos e habitam a vida cotidiana. Através da ideia de conhecimento envenenado, Das nos mostra como as experiências de dores e sofrimentos estão embebidos e coadunam presente, passado e futuro.

violência originária e a forma como esta violência se infiltra nas relações cotidianas formando uma atmosfera que não pode ser expelida para fora das relações. No caso de Leonor, o olho é aquele que consegue ver corpos e sentimentos e, ao perceber a dor que existe neles, o olho chora. O olho aparece, portanto, como o órgão que chora, mas que também consegue ver sentimentos expressados no corpo da amiga. Esse “conhecimento envenenado” (Das 2007), de um filho que está morto, de uma filha que já foi presa, de um filho que no momento da escrita deste capítulo trabalhava para o tráfico e por isso ela estaria sujeita a viver mais uma vez a experiência da dor e do sofrimento dentro de sua casa, se juntou à dor de Dona Clara e permitiu que Leonor visse a dor de quem teve um neto assassinado, se sentisse no mesmo barco que a vizinha e, durante o abraço, chorasse com ela.

Foi com o sensível trabalho de Mariana Ferreira (2015) que articula formas minoritárias de compaixão e engajamento na vida cotidiana como possibilidade de abertura ao sofrimento do outro que pude olhar para as memórias do sofrimento não como algo que fica enterrado, escondido e reprimido em um corpo individual. Através de uma prática que leva em consideração questões éticas, estéticas, políticas e também o sensível, o indizível e as lembranças, Ferreira nos mostra como a profundidade afetiva e o engajamento na vida ordinária conjuga diferentes temporalidades e constrói sujeitos não só individuais, mas sujeitos coletivos que compartilham dores e sofrimentos. Quando volto para as histórias de Leonor depois de ler as reflexões de Adriana Vianna, Veena Das e Mariana Ferreira, percebo que seu sofrimento é o tempo todo (re)vivido em cada nova tortura, em cada nova prisão, em cada assassinato que acontece em volta dela, em cada lembrança dessas dores que podem aparecer em sonhos ou nas vezes em que Leonor se sente confortável para compartilhar suas histórias mesmo que em pequenos pedaços. Essa percepção do sofrimento como algo que retorna na vida ordinária de Leonor só me foi possível através do ouvir sem nenhum julgamento moral somado à solidariedade que construí com Leonor através da qual ela pôde abrir seu sofrimento para mim e eu pude me abrir aos sofrimentos dela.

Continuando com as reflexões sobre os processos de abertura ao sofrimento do outro, sobre o engajamento na vida cotidiana, sobre o compartilhamento das dores e dos sofrimentos e sobre ética e solidariedade, o lugar do antropólogo aparece como questão. Durante a pesquisa eu fui lentamente tecendo uma amizade com Leonor na qual o ato de ouvir através de uma escuta calma e paciente, e de me fazer presente no ordinário da vida no momento em que ela me chamasse, me levou a uma forma de fazer antropologia que valoriza o trabalho no tempo e na duração somado a um profundo respeito ao tempo, ao espaço e à vontade do outro. Como Veena Das (2010) e Mariana Ferreira (2015) discutem, nós antropólogos podemos ultrapassar

as formas tradicionais do fazer antropológico baseado na “observação participante” e na “coleta” das informações que interessam ao pesquisador. Como pessoas morais, que temos nossa maneira de viver e de nos colocar no mundo, nós podemos não apenas prestar atenção aos temas que nos interessam, mas fazer parte da vida das pessoas e esperar até que as histórias surjam a partir do que as próprias pessoas escolhem nos contar ou nas situações que elas nos convidam a fazer parte. Meu movimento no campo não foi o de colocar questões para Leonor, portanto, mas o de tentar entender, a partir de um fazer antropológico que valoriza as miudezas da vida cotidiana, o que ela me dizia e o que ela me mostrava nas diversas formas de se expressar e nas situações em que fui convidada a participar.

Foi a partir do momento que Leonor escolheu me contar sobre suas dores e sofrimentos que eu passei a ser alguém que ela queria que estivesse em seu cotidiano. Durante o telefonema em que Leonor me narrava o assassinato de Jorginho, eu pedi desculpas por não poder fazer nada e disse que gostaria de lhe dar um abraço na tentativa de levar algum conforto, mesmo que mínimo. Contudo, ambas concordamos que naquele momento era impossível que eu fosse visitá-la devido aos tiroteios diários que ocorriam na região o que deixava todos os envolvidos em constante tensão. Como resposta, ela me disse:

Se alguma coisa acontecer com você, Camila, eu nunca vou me perdoar, porque eu te amo, então, eu prefiro que você não venha aqui. Só de poder falar com você [ao telefone] eu fico um pouco aliviada. Você não sabe, mas você já me ajuda muito.

Minha relação com Leonor, portanto, não é nem uma “observação participante”, pois eu quis ser alguém que habitasse sua vida ordinária, alguém que ela pudesse ligar ou mandar mensagens de whatsapp a qualquer momento, alguém com quem ela pudesse contar em uma situação difícil, mesmo que minha única ação possível fosse ouvi-la, alguém que ela convidasse para participar de certas situações; nem uma “coleta de dados”, palavras comuns aos pesquisadores, mas que me provocam certo mal-estar quando utilizada por antropólogos pelo tom instrumental que as acompanha, como se as relações que estabelecemos na vida cotidiana pudessem ser traduzidas em dados passíveis de serem coletados.

Depois de fazer essa rápida passagem pela relação que mantenho com Leonor, posso voltar à questão da transmissão da dor e do sofrimento como algo que atravessa corpos e subjetividades agora me incluindo neste processo. Como finalizar um trabalho de campo quando estabelecemos uma relação que envolve amizade e amor em meio a tantas dores e sofrimentos? Como sair do campo quando viramos um ponto de fuga em que as pessoas se sentem seguras para falar sobre suas angústias e aflições? Ser uma antropóloga é ser também uma pessoa moral, um corpo com gênero e uma subjetividade e foi essa pessoa específica que

Leonor escolheu para falar de si e transmitir algumas de suas dores e sofrimentos cotidianos. Isso não significa que ela não fale de si com outras pessoas em outros formatos, com diferentes vocabulários e argumentos, obviamente. O que quero levantar aqui é sobre a responsabilidade do antropólogo quando ocupamos certos lugares na vida das pessoas e um comprometimento ético quando nos engajamos com as vidas que estão sendo vividas em exceção ordinária.

Nesse movimento – em que o ato de ouvir passou a ser minha prática quase diária, somada à minha presença na casa de Leonor sempre que foi possível, às vezes em que acompanhei Leonor nos hospitais durante o tratamento de câncer e outras doenças de sua mãe, nos momentos em que a íamos juntas aos órgãos estatais na tentativa de resolver a questão do tráfico de drogas e da moradia precária – Leonor passou a habitar a minha vida ordinária. Leonor e eu não apenas nos falamos quase diariamente ao telefone, mas trocamos mensagens de “bom dia” pelo whatsapp, muitas vezes ela me manda mensagens carinhosas sobre a amizade, correntes de autoajuda, mensagens em áudio falando de alguma situação que aconteceu com ela, com os filhos ou com os netos e também: gravações de tiroteios que acontecem no prédio onde ela mora ou em seu em torno; gravações de áudios desesperados quando acontece um assassinato ou quando ela escuta gritos de pessoas que estão sendo torturadas; quando acontecem operações policiais, quando essas operações são feitas através de caveirões ou acompanhadas de cachorros; mensagens no exato momento em que ela está em meio a um tiroteio e precisa ficar deitada no chão até o tiroteio acabar, entre tantas outras. Na perspectiva ético-política que adoto como um fazer antropológico, o trabalho de campo está embebido na relação de amizade e inscrito nas densas e difíceis tramas de afetos e obrigações no qual fazer parte do cotidiano significa acordar com falas desesperadas, gritos de pessoas, sons de tiros e granadas enviadas por uma mensagem de celular durante a madrugada e depois não conseguir mais dormir.

Retomo aqui o argumento de Mariana Ferreira (2015) de que a dor e o sofrimento não ficam enterrados na memória ou em um corpo individual, mas são também compartilhados e transmitidos em diferentes formatos à diversas pessoas, no qual nós antropólogos estamos (ou podemos estar) inseridos neste processo. É fato que essas histórias atravessam nossos corpos e subjetividades de forma desigual. Contudo, através de uma escuta paciente podemos rememorar, testemunhar, ouvir e escrever sobre as violações que ocorrem no cotidiano ordinário em sua escala mais micro, valorizando os processos de inscrição dessas violações nos corpos e subjetividades, na formação de sujeitos e de gêneros e nas formas de reabitar o mundo após essas violações. Os sentidos de rememorar, testemunhar, ouvir e escrever que adoto como perspectiva caminham no mesmo sentido das lutas engendradas por muitas dessas pessoas que

não querem que as violações que elas enfrentam fiquem apagadas ou caiam no esquecimento. Mesmo que muitas vezes eu não estivesse aguentando entrar nessa atmosfera sufocante do que é o dia a dia de Leonor, o ouvir paciente foi fundamental para que eu pudesse dar continuidade na transmissão dessa memória do sofrimento e das dificuldades de quem vive o cotidiano em exceção ordinária. Gostaria de destacar que entendo os sentidos de rememorar, testemunhar, ouvir e escrever como uma forma de compartilhar a atmosfera da vida vivida em exceção ordinária. Os atos de rememorar, testemunhar, ouvir e escrever nos permite mostrar o acúmulo de histórias sobre histórias, as tramas que perfazem o trabalho do tempo através do qual nós antropólogos podemos partilhar com outras pessoas os eventos que acontecem todos os dias, os sofrimentos que são corriqueiros e estão sendo vividos e transmitidos na vida ordinária de pessoas e populações²² específicas.

Dez anos separaram acontecimentos tão próximos em suas configurações: dois jovens que acabavam de completar 18 anos, moravam em casas chefiadas por mulheres, viviam em uma ocupação popular, faziam pequenos trabalhos para o tráfico de drogas, foram pegos por policiais do BOPE (uma torturada o outro eu não soube, mas é provável) que exigiam um resgate cujo valor as famílias jamais poderiam pagar. Ao colocar essas histórias uma ao lado da outra, podemos ver como as camadas do tempo se sobrepõem nesses acontecimentos e encrustam essas violações no corpo e na subjetividade das pessoas. Cada nova história que se repete ao longo do tempo vai tecendo desgastes de tal modo que fica muito difícil sair dessa atmosfera. Na mesma conversa por telefone, Leonor me falou que não descansa nem nos sonhos, pois ela tem sonhado muito com operações policiais, com tiroteios, essas coisas. É horrível.

Após o assassinato de Jorginho, que acompanha o aumento no número de assassinatos cometidos por policiais militares na região nos últimos meses²³, Leonor me contou que conversou com seu filho Vitor e pediu que ele deixasse o tráfico de drogas e fosse embora para

²² Penso o termo “populações” no sentido trabalhado por Foucault (2008a; 2008b), a saber, como uma forma do estado biopolítico criar e gerenciar grupos de pessoas através de “populações”. Nesse sentido, o compartilhamento do sofrimento que trago aqui é, ao mesmo tempo, vivido entre pessoas estão em conexão e se inscrevem em populações específicas, a saber, aquelas que vivem em certas situação de pobreza, em territórios que estão no interior da política de “guerra às drogas” (Leite 2012).

²³ Desde o fim das Olimpíadas, em agosto de 2016, e com a derrocada da política de segurança do estado, em especial as UPPs, tem crescido o número de mortes de policiais militares no Rio de Janeiro, as mortes por eles provocadas, as mortes por “balas perdidas” e as mortes decorrentes das disputas entre facções. Até No ano de 2017, 134 policiais haviam sido assassinados desde o início do ano no estado, enquanto que a polícia militar matou 1.124 pessoas. Em todo o estado, 6.731 pessoas foram assassinadas no ano de 2017, o que corresponde 40 mortes violentas por 100 mil habitantes. Os números podem nos dar alguma dimensão do que vem ocorrendo e, ao olharmos concretamente para a Ocupação Nelson Mandela, podemos ver os efeitos da intensificação dos casos de violências relacionadas ao tráfico de drogas e às intervenções policiais.

São Paulo. Mesmo ganhando um salário mínimo, decorrente da aposentadoria de sua mãe que vive com ela, Leonor prometeu ao filho que conseguiria algum dinheiro para que ele deixasse a cidade já que o “salário” de Vitor no tráfico de drogas é baixo e não cobriria essas despesas, o que se relaciona com seu vício em cocaína. Vitor chegou a pensar nessa possibilidade e foi conversar com alguns de seus colegas no tráfico. Estes o aconselharam a não deixar o tráfico de drogas agora devido às tensas e mortíferas disputas que os diferentes grupos de tráfico de drogas enfrentavam naquele momento no Rio de Janeiro, com intensos tiroteios, assassinatos e prisões. Deixar o tráfico só seria possível em um momento de calma, sendo assim, aquele que deixa o tráfico em um momento de dificuldades carregaria a marca da traição e um traidor deve ser morto. Vitor trouxe essa resposta para a mãe que, para finalizar essa história, me disse: Camila, não tem jeito, aqui nós somos reféns de todos os lados.

Essas histórias de devastação e de violências que fazem com que as mães e avós se sintam abaladas, nervosas, arrasadas, derrubadas, não são acontecimentos singulares que atravessam individualmente os membros de algumas famílias, como as histórias narradas acima nos mostram. Ao contrário, a devastação e no caso o assassinato de Jorginho, a prisão de Layla e a possibilidade de que alguma violência aconteça com Vitor, a violência das instituições masculinas militarizadas, que incluem polícia militar e tráfico de drogas, é algo compartilhado e que se repete cotidianamente na vida ordinária e atinge diversos corpos ao mesmo tempo. Uma violência tão cotidiana que acaba por se tornar ordinária na vida coletiva das populações pobres urbanas na qual os homens, jovens e negros, em geral, são as vítimas dos assassinatos e as mulheres majoritariamente negras são aquelas que acabam tendo que habitar o mundo pós-morte e lidar com o cotidiano do sofrimento²⁴.

Talvez aqui consigamos entender uma das formas da gestão generificada das populações pobres através de militarizações e sequências de assassinatos para os homens e devastação, dor, sofrimento, abalos, choros e adoecimentos para as mulheres. No trabalho de Veena Das (2011a), a autora argumenta que a formação generificada dos sujeitos é constituída por transações complexas entre diferentes escalas de violências e que estas ficam embebidas nas redes de relações formando uma espécie de atmosfera de onde não se consegue sair. A violência está no corpo, na subjetividade, no cotidiano, na vida ordinária dessas mulheres, através da qual podemos entender o funcionamento do terror como potência na gestão de

²⁴ Segundo o Mapa da Violência de 2016, os homicídios no Brasil vêm aumentando exponencialmente. Para se ter uma ideia dos números, no ano de 2014 houve 58.946 homicídios no Brasil e 94,4% das pessoas assassinadas eram homens. Dentre eles, 58% eram jovens entre 15 e 29 anos. De todos os homicídios, 71% atingiu a população negra. Gostaria de destacar que apenas 5% dos homicídios no Brasil chegam a julgamento.

populações (Guterres 2016) e como um projeto civilizador para as mulheres pobres através do sofrimento. A militarização constrói, nesse sentido, uma forma generificada da biopolítica que “faz viver e deixa morrer” (Foucault 2008b) através do estabelecimento de laços fortes entre o “fazer viver” no sofrimento e o “deixar morrer” pelo assassinato. Mas também podemos entender o contrário se no primeiro plano estiver as políticas de “guerra às drogas” como produtora desses conflitos. Se assim for, entramos na proposta de Achille Mbembe (2011) de pensar a política contemporânea como “necropolítica” e vemos os laços fortes entre o “fazer morrer” pelo assassinato e o “fazer viver” no sofrimento.

Nas histórias contadas por Leonor, a mãe aparece com aquela que na micropolítica cotidiana tentou tirar a filha do tráfico de drogas em 2007 e em 2017 enfrenta essa questão com seu filho Vitor pela segunda vez. Não é novidade que o cuidado com os filhos, a luta pela permanência das crianças e adolescentes na escola e, neste e em outros casos que acompanhei, a difícil tarefa de afastar os filhos do mundo do crime recai com maior peso sobre os corpos e subjetividades das mulheres. Essa luta constitui o cotidiano ordinário das mulheres que são mães e moram nas periferias do Rio de Janeiro e vai ao encontro da convenção social que responsabiliza as mulheres pela criação dos filhos. Sobre o corpo e subjetividade das mulheres recai um duplo fardo: ao mesmo tempo elas têm que reabitar a vida após a violência que incide sobre seus filhos e lidar com a convenção social e com a autoacusação que diz que elas não souberam “criar” seus filhos (Lacerda 2015, Ferreira 2015). Não raro, escutei de Leonor a autoacusação: eu sei que eu errei na criação dos filhos, quando se referia aos vínculos dos filhos com o tráfico de drogas e, por esse vínculo, a possibilidade (e a probabilidade) da prisão, da tortura ou do assassinato. O cotidiano das mulheres que vivem a vida em exceção ordinária não é apenas o lugar do hábito e da repetição, mas é o lugar em que se acumulam camadas de cobranças, responsabilidades, violências e devastações.

Como as histórias acima nos mostram, a violência aparece como força produtiva que constitui o ordinário e não como uma força que não interrompe o ordinário. Ainda com Veena Das (2007, 2010), diferente das versões de análises da violência que a tratam “a violência” como ruptura do cotidiano, eu quis mostrar como as pessoas reabitam o mundo após a devastação e como as violências ficam embebidas no cotidiano. Esses eventos marcados pela violência são, por fim, tecidos no cotidiano ordinário. Nada é mais ordinário na vida de Leonor do que receber a visita de sua neta que vive em um apartamento dois andares abaixo do seu. A violência que foi tecida na vida ordinária, que conecta pessoas e diferentes gerações, está em ouvir de uma criança de 9 anos de idade que seu jovem vizinho foi assassinado por policiais militares: vovó, mataram o Jorginho.

1.1.4 Emprestar o corpo para a dor do outro: exceção ordinária, eventos extraordinários

Gostaria de pedir ao leitor que voltasse comigo para a conversa que eu levava ao telefone com Leonor no momento em que a vizinha trouxe a notícia de que um rapaz acabara de ser assassinado por policiais do BOPE na rua ao lado da ocupação onde elas moravam. A segunda notícia trazida pela vizinha era a de que Jorginho ainda não havia sido enterrado e que o corpo teria que aguardar na geladeira do IML uma vaga em um dos cemitérios públicos municipais que realizam enterros gratuitos às populações comprovadamente pobres da cidade²⁵. Gostaria de discutir como Leonor e eu recebemos essas notícias e reagimos a esses eventos. Estou pensando aqui em como o cotidiano de pessoas que vivem em exceção ordinária não é o lugar do óbvio e da repetição, mas o lugar em que eventos extraordinários acontecem no dia a dia e fazem com que as pessoas precisem reabitar o mundo a cada novo acontecimento (Das, 2015b).

Durante a visita, a vizinha acrescentou que a espera na fila de enterros estava durando entre uma semana e um mês e que o corpo de Jorginho ficaria dentro da geladeira do IML neste período aguardando esta vaga. Eu fiquei chocada com essa informação e expressei esse choque para Leonor. Assim que terminei minha fala indignada com a possibilidade de Dona Clara ficar entre uma semana e um mês aguardando uma fila fúnebre para enterrar seu neto que foi assassinado por policiais do BOPE, o que significava a quase-certeza de impunidade aos assassinos, Leonor me disse as seguintes palavras:

A família fica sofrendo enquanto isso, fica massacrada, porque a ficha maior da gente cai quando a gente enterra o corpo. Eu sei porque eu enterrei um filho e fiquei 22 dias procurando um corpo e eu sei que só cai a ficha de verdade, eu sei que você descansa, descansa mesmo, depois que acaba o enterro. Porque é aí que você vai dormir, é aí que você vai chorar muito, porque a gente sabe que foi verdade mesmo e acabou. Porque enquanto não enterra, a família não tem sossego. A gente sabe que tem um (corpo) que está há uma semana esperando (para ser enterrado) e não tem vaga. Em nenhum cemitério, sei lá, nem na puta que pariu. É muito duro, Camila, é muito duro. A gente não sabe o que fazer.

A indignação que Leonor e eu compartilhamos sobre a impossibilidade de Dona Clara enterrar seu neto foi sentida e vivida por nós de maneiras bastante diferentes. Imaginar a dor de Dona Clara provocou em mim uma forma de compaixão através da qual eu pude me abrir

²⁵ Fiquei curiosa em como se dá o processo de enterros de populações pobres e os processos de comprovação de pobreza para que se possa utilizar esse serviço de forma pública e gratuita. O trabalho de Juliana Farias (2014 e 2015), parte dele feito no IML do Rio de Janeiro, fala dos processos de lutas de familiares que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares para que os assassinos sejam julgados e condenados e lança luz sobre uma das faces do “governo de mortes” de populações pobres. Outra face do governo de mortes são os processos burocráticos que levam aos enterros que, como sabemos, afeta de forma desigual as diferentes “populações” (Foucault 2008a) que formam a cidade. Sobre o tema ver: Medeiros 2012.

sofrimento do outro, no sentido trabalhado por Mariana Ferreira (2015). A compaixão trabalhada pela autora não aparece como uma dimensão psicológica e individualizante, nem como uma perspectiva privada do sensível, tão pouco como uma dimensão do sacrifício “altruísta” ou como uma aposta heroico-revolucionária. Na contramão dessas perspectivas majoritárias de se relacionar com a dor do outro, a compaixão seria uma forma de exercício de si no qual nós (que podemos ser qualquer um) nos abrimos com atenção e cuidado a um corpo que necessariamente sofre. As dores que atravessaram meu corpo e me fizeram sentir tristeza, insônia, impotência e mal-estar não diziam respeito apenas à dor de Dona Clara que vivia a experiência do assassinato, do luto, da impunidade e a impossibilidade de enterrar seu neto, mas também à de Leonor que revivia a morte de seu filho mais velho e o desaparecimento de seu corpo, e à da criança Beatriz que acabara de saber que mataram seu jovem vizinho que ela conhecia desde muito pequena. A compaixão que existiu neste telefonema apareceu como uma forma minoritária de construção de solidariedades, de engajamento cotidiano e como um modo de habitar o mundo que envolveu mulheres com idades, memórias, classes sociais, trajetórias e experiências distintas.

Enquanto esses acontecimentos atravessavam meu corpo como experiência de abertura ao sofrimento do outro, Leonor revivia a dura experiência da morte de seu filho mais velho Glauber, a angústia do desaparecido de seu corpo, a esperança de que ele estivesse vivo, a dor de encontrar um corpo em decomposição e o sofrimento de quem viveu o luto nessas condições. Leonor aproximou a morte de Jorginho à de seu filho Glauber em um movimento em que, mais uma vez, podemos ver como a circularidade das dores e dos sofrimentos acontece a partir do “conhecimento envenenado” que reanima o passado como experiência embebida e emaranhada no presente. Além de reviver as suas próprias dores e lidar com suas memórias, Leonor compartilhou corpo-a-corpo a dor de Dona Clara (com quem ela chorou) e os sentimentos de tristeza e medo vividos por sua neta (que ela protegeu). Esse compartilhamento corpo-a-corpo nos permite ver como a exceção ordinária habita a vida cotidiana, como incide no corpo das pessoas, no caso especificamente mulheres, e como são transmitidas umas às outras. Nas relações aqui estabelecidas, não vemos narrativas de heroísmo, nem cenas de violências espetaculares, tão pouco vemos esses eventos como traumas inassimiláveis o que não significa dizer que se absorvem facilmente no cotidiano. Ao contrário, podemos perceber como o tempo todo as pessoas reabitam o cotidiano, mesmo aqueles marcados pela exceção ordinária e por eventos extraordinários, e como esses eventos se acumulam na vida das pessoas.

Glauber, o filho mais velho de Leonor, caiu no mar quando escorregou das pedras do Arpoador aos 24 anos de idade. Ele trabalhava nas praias da Zona Sul vendendo os salgados e

sanduíches que Leonor preparava em Santa Cruz. No mesmo dia em que Leonor me contou pela primeira vez sobre a prisão de Layla, ela me narrou com mais de detalhes a morte de seu filho Glauber e é a história contada naquele momento preciso a que narro aqui.

Por conta de conflitos familiares que envolviam ameaças de morte, Leonor havia deixado a casa que ela e seus filhos dividiam com seu irmão Cleber, sua cunhada Rosana e os filhos do casal. Certo dia, Leonor preparava os sonhos e pães que ela venderia no bairro e os salgados e sanduíches que seu filho venderia na praia quando Rosana, sua cunhada, surgiu em sua casa trazendo a notícia de que seu filho havia caído das pedras do Arpoador. Naquele momento, Leonor sentiu que algo de ruim havia acontecido com seu filho e, ao olhar para Rosana, ela gritou chorando: o que vocês fizeram com o meu filho? atribuindo a eles a responsabilidade pela morte de Glauber decorrente das ameaças que recebia dos tios. Leonor me contou que procurou o filho durante 22 dias quando, junto com o corpo de bombeiros, ela encontrou o corpo nas pedras de Niterói. Ela dizia não esquecer a imagem do corpo em estado de decomposição e a cabeça cheia de camarões. Naquele dia, Leonor me falou desse filho como “o mais bonito”, o que me fez pensar em Dona Rosa e em outras mães presentes no trabalho de Paula Lacerda (2015) que construíam a memória dos filhos que foram brutalmente assassinados como os mais bonitos, os mais companheiros, os mais carinhosos, os que mais ajudavam em casa.

Depois de sabermos um pouco mais da morte de Glauber, peço ao leitor que retornemos ao telefonema, no ponto em que Leonor definiu a dor e o sofrimento de uma família que não consegue enterrar um parente morto como um massacre. Eu tive curiosidade e fui procurar em diferentes dicionários o significado dessa palavra. A palavra massacre é comumente usada para definir assassinatos em massa, quando se mata com crueldade e tortura ou para definir uma morte ocorrida de forma humilhante e degradante. Outro significado diz respeito ao ato de infringir vexame e humilhação a alguém, de deixar alguém moralmente abalado e o de levar uma pessoa à estafa física ou mental. Embora eu tenha ficado curiosa com os significados da palavra massacre descritos nos dicionários e pelo fato de que eles não estão descolados dos sentidos que Leonor atribuiu à palavra, eu estou mais interessada na vitalidade das palavras, ou seja, nas formas como os conceitos foram tecidos no interior das experiências concretas. Desse modo, vemos que o massacre definido por Leonor se relaciona com os sofrimentos específicos provocados em sua família como o cansaço, a impossibilidade de dormir, o desassossego, a dureza, palavras essas combinadas para qualificar a condição de quem ficou 22 dias procurando o corpo de um filho morto em circunstâncias duvidosas.

Voltemos às notícias trazidas pela visita de Leonor: a do jovem que acabara de ser assassinado por policiais militares ao lado da ocupação, o assassinato de Jorginho e seu corpo que ficaria na geladeira do IML até que surgisse uma vaga em um cemitério público para enterrá-lo. A partir desses acontecimentos, eu gostaria de entrar na discussão proposta por Veena Das (2007, 2015b) que relaciona as práticas de exceção no interior da vida ordinária e em eventos extraordinários. Segundo a autora, a vida ordinária tem sido pensada como o lugar da rotina e do hábito, a partir do qual as disputas em torno do que é culturalmente aceito como a honra ou o prestígio tem seu lugar. Em outra chave de discussão, a vida ordinária tem sido trabalhada como o lugar de resistências aos projetos de poder estatais e às diversas normatividades. O que Veena Das tem argumentado é que a vida ordinária não é algo óbvio ou simples que podemos tomar como certo ou garantido. Embora não seja algo que se destaque no cotidiano, a vida ordinária é um lugar cheio de surpresas que ultrapassa ao mesmo tempo a repetição, o hábito, a banalidade e a resistência constante. A vida ordinária, aquilo que fazemos todos os dias, é o lugar da reabitação no qual, em cada novo evento, as pessoas criam suas relações, se constituem enquanto sujeitos com classe, raça, corpos, gêneros e subjetividades específicas. Cada uma das mulheres envolvidas nesses eventos que descrevi teve de inventar sua maneira própria de reabitar o mundo após esses acontecimentos.

Muitos pesquisadores vêm discutindo sobre as situações de violências que as populações pobres atravessam no Rio de Janeiro, que incluem os assassinatos cometidos por policiais militares (Farias 2014; Leite 2012, Cano 2003, Justiça Global 2003). Como destaquei acima, os assassinatos geram efeitos generificados no cotidiano no qual (em termos gerais) os homens são passíveis de matar e morrer e as mulheres são aquelas que terão que reabitar o mundo após a experiência da morte (Leite 2004, Vianna e Farias 2011; Araújo 2014; Lacerda 2015; Ferreira 2015). Longe de ser uma experiência excepcional, ou uma experiência traumática que fica enterrada na memória, essas mortes habitam a vida ordinária e estão embebidas no cotidiano. O assassinato de um garoto por policiais militares no momento em que estávamos ao telefone gerou poucos comentários entre nós e entrou no registro do temos que lidar com isso todos os dias e ainda o não sabemos o que fazer. Isso não significa que não produza efeitos concretos, pois, ainda que Leonor e a vizinha não conhecessem este jovem, ele fazia parte das redes de relações dos filhos, netos e sobrinhos dessas mulheres. A notícia de um jovem assassinado ao lado de suas casas por policiais militares, a quase-certeza de impunidade aos assassinos e a certeza de que novos assassinatos acontecerão talvez no próximo dia, reinstaurava a atmosfera de terror e vulnerabilidade em que certos corpos não importam, a partir do ponto de vista do estado (Butler 2002a, 2002b), não geram comoções sociais mais amplas

(Catela e Novaes 2004), mas estão inscritos e marcados no cotidiano ordinário de pessoas específicas. Sem nenhum contato com os familiares e amigos desse jovem, podemos apenas inferir sobre a dor e o sofrimento que essa morte causou nessas pessoas e que passará a habitar suas vidas.

O caso de Jorginho foi diferente para essas mulheres e também para mim. Desde que o Comando Vermelho invadiu e instalou um ponto de venda de drogas na Ocupação Nelson Mandela em maio de 2013, os moradores da ocupação foram pouco a pouco aprendendo a lidar com um cotidiano marcado por tiroteios, torturas, assassinatos, invasão de casas, entre outras violações. Contudo, Jorginho foi o primeiro morador da ocupação assassinado por policiais militares. Essa morte foi um evento extraordinário para essas mulheres (e também para mim), o que não significa dizer que ela não esteja inscrita no cotidiano ordinário de mortes e assassinatos que acontecem nos territórios populares e majoritariamente negros do Rio de Janeiro. O que estou querendo dizer, comparando os efeitos do assassinato de alguém desconhecido (ainda que próximo) e do assassinato de uma pessoa conhecida e próxima, é que o extraordinário é sentido por aqueles que estão diretamente relacionados à pessoa assassinada, ao mesmo tempo em que reinstaura uma atmosfera de terror sobre aqueles que vivem a vida em exceção ordinária e, por isso, estão vulneráveis e sabem que essa violência pode entrar em suas casas no dia seguinte.

Um segundo evento extraordinário no interior desses acontecimentos foi a impossibilidade de enterrar Jorginho e, com isso, a inviabilidade de se encerrar o ritual do luto para que as pessoas envolvidas pudessem reabitar um mundo após a devastação (Araújo 2014). Pensar que o corpo de Jorginho poderia ficar entre uma semana e um mês em uma geladeira dentro do IML e que sua avó não poderia enterrá-lo me afetou de uma forma diferente dos outros testemunhos de violências e violações cotidianas que com o passar dos anos eu precisei me habituar para continuar a fazer a pesquisa. Talvez aqui eu tenha entendido como o extraordinário está embebido e constitui o ordinário e como ordinário e extraordinário são próximos e tecidos na vida cotidiana. No caso, todas as mulheres envolvidas tiveram (cada uma à sua maneira) que aprender a habitar o mundo entrelaçando suas memórias e experiências, eventos ordinários (tiroteios, assassinatos, invasões de casas) e eventos extraordinários (o assassinato de um morador do prédio e a impossibilidade de enterrá-lo).

Estar embebido, embora tenha sido amplamente trabalhado por Veena Das (2007), foi com Mariana Ferreira (2015) que eu entendi este significado. Embeber é um verbo que tem sentidos específicos dependendo de como ele é empregado. Quando falo que as mortes desses jovens ficam embebidas no cotidiano, significa que elas estão constituindo as relações e estão

sendo assimiladas em diferentes níveis, o mesmo acontece quando afirmo que o extraordinário está embebido e constitui o ordinário. Contudo, Ferreira nos leva a pensar o lugar do antropólogo no interior desse cotidiano, em que embeber-se significa abrir-se gradualmente ao sofrimento do outro e lentamente absorvermos em nossos corpos essas experiências até que elas façam parte das nossas vidas. O ato de “embeber-se” vai na contramão da “imersão” ou do “mergulho”, termos comumente usados por pesquisadores nas ciências sociais para descreverem suas formas de fazer o trabalho de campo que incluem entrada e saída do campo. Deixo os leitores com as palavras da autora e toda sua sensibilidade na descrição do significado da palavra embeber:

Embeber envolve um aspecto gradual de absorção através dos poros e é interessante por abranger tanto um aspecto passivo de “estar embebido”, que respeita à questão da atenção, como uma forma de entrega, quanto um caráter reflexivo de “embeber-se”, bem como ainda um caráter ativo de embeber, ou seja, fazer um líquido penetrar e ser absorvido por outra matéria. É delicado, porém também preciso e incisivo, pois outro dos sentidos é “introduzir (-se) abrindo; cravar(-se), enterrar(-se)”. Então parece envolver dois aspectos: a decisão de introduzir-se, penetrar e depois a de ali permanecer, deixando-se afetar por aquela atmosfera. Podemos, portanto, aqui, relacioná-lo com a definição da testemunha de Jeanne-Marie Gagnebin como “aquele que não vai embora”. Embebido, você não tem mais como ir embora, porque você é constituído por essa experiência e não tem como se desprender dela (Ferreira, 2015: 163)

O que Mariana Ferreira coloca é que quando estamos embebidos nas relações, as experiências dos outros passam a habitar o nosso mundo de forma que é impossível desprender-se dela. A autora também argumenta que o conhecimento através do “embeber-se” ocorre de diversas maneiras: como um ato passivo, no qual lentamente as experiências vão entrando em nossas vidas, como ato reflexivo quando aprendemos a habitar o mundo a partir dessas experiências e como um ato ativo, quando escolhemos viver essas experiências. No livro *Corpos que Importam* de Judith Butler, a autora escreve que “a vida corporal não pode estar ausente da teorização” (2002a:12). Enquanto a autora está discutindo no campo filosófico a materialidade dos corpos nos processos de humanização e desumanização, eu empresto essa formulação para pensar em como nós, antropólogos, sentimos em nossos corpos as experiências que nos são transmitidas, ou ainda, em como emprestamos o corpo para a dor do outro e, através dela, conhecemos um pouco melhor as experiências vividas pelas pessoas.

Quando eu soube do assassinato do Jorginho e da impossibilidade de enterrá-lo, eu já estava escrevendo a tese com bastante dificuldade, dentre vários motivos, porque eu tenho uma má formação genética no quadril que me impede de trabalhar sentada. O assassinato de Jorginho e os sofrimentos em cadeia que este evento provocou, intensificou minha tensão e acentuou minhas dores no quadril, embora eu não estivesse refletindo sobre essa conexão. Dias depois

de saber do que acontecera com Jorginho e sua avó, eu fui procurar um profissional de medicina oriental na tentativa de amenizar as dores que só aumentavam e que a medicina alopática não tinha conseguido resolver. Em sua primeira fala, João pediu que eu descrevesse o que estava me afligindo naquele momento e eu iniciei com a auto cobrança em relação à tese e ao tempo de escrita, a insegurança em relação ao que eu estava escrevendo e como eu estava expondo meus interlocutores e que eu tinha passado por uma dura experiência em meu trabalho de campo que estava sendo muito difícil lidar. Dentre o que me afligia, João pediu que eu escolhesse aquilo que era insuportável e eu comecei a chorar. Foi com essa pergunta feita por João que eu consegui formular o quão insuportável estava sendo pensar no assassinato de Jorginho, na dor de sua avó, na certeza da impunidade aos assassinos e na impossibilidade da família viver o ritual do luto pois o corpo do garoto ficaria na geladeira do IML aguardando uma fila para ser enterrado. Eu havia escolhido abrir o meu corpo e deixei que ele fosse atingido por outros corpos em sofrimento, emprestando-o para a dor do outro até o ponto em que, nos termos de Lapoujade (2011), meu corpo não aguentou mais. Depois de ter conseguido formular o que me era “insuportável”, liguei para Leonor para saber como ela e Dona Clara estavam. Durante o telefonema, eu soube que Jorginho havia sido enterrado e que elas estavam mais aliviadas por isso. Eu, por consequência, também senti alívio.

O que significa habitar a vida com as pessoas que vivem em exceção ordinária? Para finalizar este capítulo, retomo o argumento de que a antropologia pode ser mais do que o trabalho de coletar dados e escrever sobre eles. O fazer antropológico é uma forma de nos conectarmos e de habitarmos o mundo com outras pessoas, através do qual o nosso corpo passa a receber a experiência do outro e, a partir dessa relação, teorizamos sobre o cotidiano. Na antropologia, o corpo faz parte da pesquisa e nos permite formular pensamentos que são também afetivos. Leonor e eu, embora não habitemos o mesmo cotidiano, compartilhamos experiências mesmo que ambas soubéssemos da impossibilidade de compartilharmos essas experiências da mesma maneira. Não é à toa que antes de iniciar uma história ou de me explicar o que pensava, Leonor com frequência me dizia: eu não sei se você vai conseguir entender ou você não vive aqui, eu não sei se vai dar para eu te explicar. Essas frases deixam claro que duas pessoas distintas estão em relação e que essa condição já torna difícil o “conseguir entender”. O “conseguir entender” se torna ainda mais complicado quando a partilha de mundo é feita entre pessoas com classes sociais, trajetórias e realidades cotidianas distintas.

Para finalizar, refaço a pergunta de Veena Das (2010): como subjetividades vem sendo formadas através de gerações que não conhecem nenhuma vida ordinária exceto uma vida ordinária sob a guerra? Não tenho condições de responder a essa questão, mas penso que através

dos eventos que descrevi acima podemos ver como o “conhecimento envenenado” entrelaça presente, passado e futuro, como conectam corpos distintos e como diferentes gerações estão em relação (a criança Beatriz e o filho de Jorginho, os jovens assassinados, eu, Leonor, sua vizinha e Dona Clara, além de todos os moradores do prédio e outros que me são impossíveis de descrever).

No dia 12 de maio de 2017 eu terminei de escrever a história da prisão de Layla, senti saudades e liguei para Leonor para saber como ela estava. Naquele dia eu soube do assassinato de Jorginho e da impossibilidade de enterrar seu corpo e ouvi de Leonor que ela não estava aguentando mais e que estava precisando de um tratamento ou de um psicólogo. No dia 16 de maio de 2017, Mia, outra moradora da Ocupação Nelson Mandela com quem mantive relações, me mandou uma mensagem por whatsapp pedindo ajuda. Na mensagem, ela perguntou se eu teria como indicar uma psicóloga que a atendesse gratuitamente, pois ela não estava mais aguentando o que estava acontecendo com ela e com os moradores do prédio e que estava ficando doida. Mia estava grávida de 7 meses. Com a mensagem de Mia, dias após o assassinato de Jorginho, vemos que são muitos os corpos femininos que não estão aguentando viver em um mundo onde a devastação é o ordinário.

1.2 Enfrentar o estado, afrontar a família: entidades, heranças e conflitos

Fazia pouco mais de seis meses quando Leonor me contou pela primeira vez sobre a prisão de sua filha Layla. Depois dessa primeira narração, as histórias da prisão de sua filha surgiam sempre em nossas conversas, mas não da mesma maneira. Nessas histórias, diferentes personagens vivos e mortos, deuses, entidades e espíritos apareciam ou desapareciam, outros contextos eram mobilizados, novas relações eram tecidas e pouco a pouco Leonor abria seu mundo e sua pessoa para mim. A junção desses diferentes elementos somada à confiança que lentamente íamos construindo formavam novos e complexos emaranhados narrativos. São essas diferentes histórias sobre um mesmo acontecimento, inscritas em um curso da relação que envolveu um desenrolar crescente de intimidade, o que quero valorizar neste capítulo.

Na tese, trabalho diferentes narrativas que tratam da prisão de Layla e da morte de seu filho Glauber. Contudo, Leonor me narrou outras histórias relacionadas a estes eventos, algumas consegui registrar outras não. Portanto, ouvi mais histórias do que essas que trago ao leitor. Histórias contadas em pequenos pedaços, lembradas em momentos específicos, mobilizadas para me dar exemplos do porquê de tal raciocínio, assim era como as histórias iam aparecendo para mim. Esses pedaços de história atavam na vida cotidiana seres vivos, mortos,

deuses, entidades e espíritos e desafiava o trabalho de campo que eu fazia que a princípio seria sobre habitação popular.

Maria Molambo, Maria Padilha, Cigana, Exu, Zé Pelintra, Malandros, Tranca-Ruas essas são algumas das entidades que surgiam nesses pedaços de histórias narrados durante minhas visitas à casa de Leonor. Porém, à época, eu não tinha nenhuma familiaridade com as entidades de religiões de matriz africana. Por isso, quando eu retornava para casa e tentava escrever em meu caderno de campo as histórias que tinha ouvido, eu confundia o nome e o poder das entidades e o lugar delas nas relações. Eram tantas entidades, tantos nomes, tantos irmãos, tantos conflitos familiares, tudo envolvido em complexas, difíceis e doloridas tramas de relações que me era difícil escrever sobre essas histórias quando eu chegava em casa, mas eu queria enfrentar este desafio.

Passei um ano e meio frequentando a casa de Leonor semanalmente, ouvindo uma história ou várias narrativas sobre o mesmo evento e exercendo aquilo que Veena Das (2015b) chama de “paciência crítica”. Esse exercício da paciência crítica que envolve o ato de esperar que as narrativas surjam no cotidiano e o ato de ouvir sem nenhum julgamento moral, com um profundo respeito pelas histórias contadas e deixando que as diferentes histórias de um mesmo evento fossem oferecidas nas suas formas específicas, foram fundamentais na construção da relação que estabeleci com Leonor. Depois de passar este um ano e meio ouvindo essas histórias de uma forma que me era difícil registrar, eu pedi a Leonor para gravar uma conversa que teria como tema a suas “experiências religiosas” e como a religião, os espíritos e os santos atuavam em sua vida.

Eu conhecia algumas narrativas da prisão de sua filha e pedi que ela me falasse sobre este evento a partir do ponto de vista religioso. Para minha surpresa, Leonor não me contou as histórias que eu conheci neste um ano e meio de conversa, aquelas que eu registrava em pequenos pedaços e que eu esperava ouvir para poder contá-las. Ela fez uma inversão do que eu pedia e me contou uma nova história. Ao invés de me contar sobre a prisão de sua filha, ela me narrou a história da absolvição de Layla, ao invés de me contar uma história de dor e de sofrimento, ela me narrou uma história de poder e de vitória. Como veremos, Leonor e as entidades religiosas enfrentaram juntas diversos atores estatais e não estatais até chegar a absolvição. Foi essa a história que Leonor escolheu me contar quando eu estava com o gravador e eu entendi que era essa a história que ela queria que eu contasse na tese.

Em 2014, a história que Leonor me contou trazia o envolvimento de sua filha com o tráfico de drogas e o surgimento dos conflitos entre elas, as torturas que a filha recebeu dos policiais, a homossexualidade de Layla, violência generificada do estado e do tráfico e as

tentativas de fazer com que sua filha saísse do comércio de substâncias ilícitas. No final de 2015 e em frente ao gravador, as questões que descrevi a partir do que me foi narrado em 2014 desapareceram, afinal, era outra história. Nessa conversa gravada, surgiram as entidades religiosas que ajudaram Leonor a enfrentar policiais, juízes, promotores, além dos garotos do tráfico que ameaçavam matar sua filha. O que permaneceu, como veremos, é a forte relação que Leonor mantém com a filha que se ancora em sua concepção do que é ser mãe. As lutas de Leonor para construir um cotidiano menos precário também permaneceram e não se descolaram da inscrição do gênero como uma marca importante na configuração de corpos, de solidariedades e de subjetividades. Obviamente essas questões apareceram em outros formatos nas duas histórias.

Há ainda a terceira narrativa que trata da prisão/absolvição de Layla, contudo, este não é o evento central do qual parte Leonor para contar sua história. Nesta terceira narrativa, a prisão de Layla surgiu no interior de uma rede de relações que envolveram conflitos familiares, a prisão de seu filho Vitor, a morte de seu filho mais velho Glauber, entidades religiosas que deram força a ela e a seu oponente. Como veremos, Leonor deixou de lado sua luta contra os agentes do tráfico e do estado que ameaçavam sua filha para dar espaço aos conflitos familiares que envolveram ameaças, traições e associações com as entidades religiosas. As entidades outrora evocadas por Leonor para libertar sua filha permaneceram, mas dessa vez para enfrentar seu irmão e as entidades religiosas a quem ele recorreu.

Gostaria de deixar claro ao leitor a questão metodológica que adotei para trabalhar estas diferentes narrativas. Não estou pensando nessas histórias como se fossem “versões” de uma mesma história. Nesse sentido, não estou preocupada em combinar as diferentes “versões dos fatos” que ouvi durante os anos de pesquisa e construir com elas uma narrativa que conte uma única, coesa e verdadeira “história final”. O que quero é justamente o contrário, é entender como certos personagens aparecem ou desaparecem, como elementos específicos são mobilizados ou descartados, que contextos essas histórias evocam e como cada elemento é concatenado. Pensando assim, me parece mais interessante contar as histórias em seus pedaços e configurações específicas, pois me permite entrar nas redes de relações nas quais elas estão embebidas, nas formas como Leonor compreende o mundo e como ela constitui a si própria neste mundo.

Volto ao argumento de Veena Das (2015b) de que ouvir as várias histórias sobre o mesmo evento é parte de um exercício que envolve a paciência crítica, o ato de esperar e o ato de ouvir. Ouvir várias histórias sobre o mesmo evento nos ajuda a pensar também em como se narra, se rememora e se transmite essas histórias. É este vínculo afetivo que envolve narrar e

ouvir, esperar e rememorar, paciência crítica e transmissão que nos permite ver como as pessoas fazem a si próprias conhecidas, como se performam umas às outras e como se constrói uma relação de confiança. Assim, narrativas diferentes de uma mesma história, pedaços que vão aparecendo conforme os anos de amizade, memórias que se misturam com as imprecisões das anotações de campo, os não ditos que fazem parte do fazer antropológico não estão aqui para deslegitimar a narrativa de Leonor, ao contrário. Essas diferentes narrativas de um mesmo evento estão aqui para mostrar o quão emaranhado é a vida cotidiana, o quão complexas são as relações e como elas estão embebidas em afetos e em memórias que se enredam às formas de contar as histórias.

Antes de entrar nas narrativas de Leonor, gostaria de chamar atenção para mais um ponto que trata da ética de pesquisa-amizade que estabeleci com ela. Posso dizer que no decorrer desses anos de amizade estabelecemos uma relação de confiança mútua. Entendo a palavra “confiança” nos termos colocados por David Cockburn (2014), no qual a confiança é menos uma questão de certeza epistemológica, ou seja, é menos uma questão de acreditar na história que uma pessoa narra e nas evidências que ela traz e mais uma questão de “habitar a vida” juntos, nos termos de Veena Das (2015b). Nas palavras de Cockburn “há um contraste crucial entre acreditar no que alguém me diz e aprender a partir da observação de seu comportamento expressivo” (2014:48). O que me interessa a partir dessas colocações, portanto, é menos discutir sobre a “veracidade” das histórias e o acreditar nelas, e mais o que podemos aprender a partir do que Leonor escolheu me contar conforme íamos estabelecendo nossa relação de amizade e confiança mútua.

Cockburn afirma em seu texto que os estudos que tratam da confiança na relação com a linguagem se concentram nas análises do testemunho, nas quais a confiança se daria no ato de acreditar naquilo que o outro lhe diz. Contudo, a relação entre confiar e acreditar obscurece, segundo o autor, a relação específica que existe entre aquele que narra e aquele que escuta o testemunho. Para ele, a confiança estaria na relação entre narrar e ouvir, na importância do aprender com as palavras que se escuta e, com isso, criar a possibilidade de habitar a vida juntos. Quando trago este raciocínio da filosofia para a antropologia, ele me ajuda a fortalecer o argumento de que para trabalhar as diferentes histórias contadas por Leonor é fundamental entender em quais relações elas estão embebidas. No meu caso, a relação que dia após dia fomos estabelecendo, a confiança nas palavras que me eram ditas, o aprender com o que Leonor queria me mostrar, se somou à “paciência crítica” que me auxiliava a perceber os momentos em que essas histórias foram narradas e como certos elementos e personagens foram concatenados ou abandonados.

Eu trouxe essa construção teórica para me ajudar a pensar na forma como me relatei concretamente com Leonor. Nós duas temos formas diversas e, na maioria das vezes, diferentes de habitar o mundo. Dentre o que vivemos de forma bastante diferente, a importância da religião no curso da vida e na formação da pessoa é uma delas. Enquanto Leonor ia me mostrando a sua complexa relação com santos, entidades e as diversas religiões pelas quais ela transitou, eu falava sobre como eu fui caminhando do catolicismo obrigatório imposto pela família ao ateísmo. Durante nossas conversas, essa e outras diferenças não impediram que compartilhássemos um cotidiano baseado em respeito mútuo, através do qual eu pude aprender com Leonor sua forma particular de habitar o mundo. Minha insistência aqui é direcionada aos leitores céticos para convidá-los a fazermos da antropologia uma forma de “habitar com” e a entender os contornos específicos com que as pessoas vivem suas vidas.

Trago essas palavras para que o leitor leia as histórias que descrevo abaixo de uma forma específica. Veremos um juiz incorporar um Erê, Exu Caveira pedindo que um galo fosse entregue em um cemitério, espíritos adentrando fóruns e conseguindo informações importantes, Ciganas acompanhando Leonor em presídios, entre tantos outros mistérios. O que tentei fazer foi alinhar as palavras por mim escritas às histórias que Leonor me confiou em um movimento no qual não é necessário “acreditar” nas histórias que ela me contou, mas é possível aprender com ela a sua forma própria de habitar o mundo. Aprender com Leonor é o convite que faço ao leitor, indo ao encontro das palavras de Veena Das (2015b:95) que diz: “não confiar nas palavras do outro é, de fato, a falta de confiança no outro e na nossa capacidade mútua de termos um futuro juntos”.

Vamos às histórias!

1.2.1 Três Marias e uma Cigana: a absolvição de Layla

Após a prisão de Layla e a recusa do pastor em emprestar um mil e quinhentos reais para que o tráfico não matasse sua filha, Leonor deixou a Igreja Adventista e foi procurar um centro espírita. Ela encontrou um centro espírita em Ramos e foi até lá abrir o jogo e pedir ajuda para tirar sua filha da cadeia. Leonor me contou que quando o pai de santo abriu o jogo, ele não lhe disse nada, nem uma palavra sequer, que balançou a cabeça, fez uma lista de banhos e entregou a ela. Ela seguiu os ensinamentos desse pai de santo e, nas suas palavras: eu comecei a tomar banho, banho, banho, era tanto banho e tanta erva que eu me senti uma árvore.

Tomados todos os banhos, Leonor voltou ao centro espírita, o pai de santo abriu o jogo novamente e fez uma nova lista de banhos. Leonor me contou que não ficou feliz com mais

essa lista de banho, que começou a olhar em volta do centro e pensou: quer saber de um negócio, vou usar o pouco que eu aprendi e eu vou fazer e eu vou tirar a minha filha dessa cadeia. Foi assim que Leonor voltou a fazer trabalhos e começou a reestabelecer contatos com as entidades com quem ela se relacionava antes de entrar para a Igreja Adventista. A primeira *entidade* que Leonor foi visitar foi a Maria Padilha em um terreiro. Maria Padilha mandou Leonor conseguir os nomes de todos os envolvidos no caso de sua filha, incluindo os policiais que a prenderam e torturaram, mandou que Leonor escrevesse esses nomes em um papel os levassem até ela.

Enquanto procurava os nomes dos policiais, Leonor foi visitar a filha no presídio. Assim que a viu, Layla perguntou para a mãe se ela continuava indo na Igreja. Leonor me contou que a princípio mentiu para a filha e respondeu que sim, que continuava *na* igreja, mas como os dias de visitas no presídio e os dias de culto na igreja eram aos sábados, domingos e feriados ficava impossível frequentar o culto. Entretanto, quando Leonor entrou na cadeia, Layla não tinha visto a mãe, mas tinha visto uma cigana. A mãe tentou disfarçar e respondeu para a filha que cigana não entra em presídio. Layla insistiu dizendo que tinha certeza que tinha visto uma cigana e Leonor decidiu revelar para a filha que tinha saído da igreja para tirá-la da cadeia. Desde que Leonor passou a duvidar dos ensinamentos da Igreja Adventista, a Cigana, que era uma de suas protetoras, voltou a frequentar sua casa e a acompanhá-la.

O fato é que sob tortura e com muito medo, Layla havia assinado um documento que afirmava que ela era traficante, gerente do Morro da Providência e que havia sido apreendida com ela uma carga imensa. De acordo com Leonor, a defensora pública havia falado que, por Layla ter assinado esse documento que a incriminava, o caso dela era bastante delicado. Para agravar o problema de Layla, havia a versão das testemunhas de acusação. As meninas que foram presas com Layla testemunharam contra ela e confirmaram que ela era a gerente do Morro da Providência. Segundo Leonor, as meninas falaram para os policiais que a família tinha dinheiro em São Paulo. Os policiais, então, levaram Layla toda machucada para a casa de Leonor e pediram 10 mil reais à família para liberarem a sua filha. Leonor estava no horário de trabalho como cuidadora de idosos em uma casa de família quando os policiais foram a sua casa. Sem receber o dinheiro, os policiais a levaram para a delegacia e avisaram que se Layla voltasse a circular pela região da Central eles a matariam. Para agravar a situação, as meninas espalharam entre os agentes do tráfico que Layla havia entregado a carga e estava entregando os nomes de outros agentes do tráfico para a polícia. Na lei do tráfico, aqueles que sofrem a tortura devem aguentar a violência sem entregar nenhum colega, pois entregar um colega para a polícia é ser um X9 e, como é de conhecimento comum, a pena para o X9 é a morte.

Mais tarde, agentes do tráfico bateram na porta do apartamento de Leonor com uma corda nas mãos para enforçar Layla. Segundo Leonor, eles queriam matar ela aqui, dentro da minha casa. Com muita raiva, Leonor os recebeu com um facão na mão. Para me contar essa história, Leonor tirou o facão que ficava dentro do armário, embaixo de todas as painéis e, segurando firme o facão e olhando furiosa para mim, ela me dizia com um tom forte e performático: eu o ameacei com este facão aqui, o que me fez pensar em como os objetos são guardados, como fazem parte da construção da memória e reanimam o passado no presente, como trabalhei no capítulo anterior.

No meio desta situação difícil e sem poder contar com a ajuda da igreja pois, para o pastor a igreja não ajudava traficantes, Leonor decidiu voltar para a macumba. Com suas palavras: eu fui para muito cemitério, muita encruzilhada, muita cachoeira e muito crente começou a infernizar a minha vida. Em uma das vezes que Leonor estava fazendo uma entrega na encruzilhada e pedindo para que eles tirassem sua filha da cadeia, um grupo de crentes que estava dentro de uma kombi avançou com o carro sobre ela e os crentes gritavam: o sangue de Jesus tem poder. Ela lembra que nessa época vários templos espíritas estavam sendo atacados por jovens crentes, por isso, no momento em que a kombi veio em direção a ela, ela achou que fosse ser atropelada²⁶.

Leonor não desistia de fazer seus trabalhos e de tentar tirar sua filha da cadeia. Ao voltar para os terreiros de macumba, ela também tinha voltado a incorporar a Maria Molambo e a própria entidade vinha e lhe ensinava como fazer para tirar Layla da cadeia. Mas, ao incorporar, Leonor perdia a consciência e precisava de um intermediário, uma amiga ou um amigo que recebesse os ensinamentos de Maria Molambo e os repassasse para Leonor, o que nos mostra o caráter compartilhado da relação com as entidades religiosas. Foi com Maria Molambo que Leonor aprendeu a trabalhar a cabeça de juíza. No meio dessa conversa eu fiquei curiosa, pois a Cigana já tinha voltado a frequentar sua casa e havia acompanhado Leonor em suas visitas à prisão. Assim, perguntei quais eram as entidades que a ajudaram a atirar sua filha da cadeia. Segundo Leonor, a Cigana, a Maria Molambo e a Maria Padilha, todas povo da rua, povo da bagunça, a ajudaram muito, além dos terreiros que ela visitou.

Contudo, antes de trabalhar a cabeça da juíza, Leonor trabalhou primeiro os policiais, seguindo o conselho que Maria Padilha lhe deu no terreiro. Seu foco era o policial que mais bateu em sua filha. Ela estava jogando com todas as suas forças espirituais, inclusive com a próxima reencarnação na terra, para poder trabalhar esse policial e tirar a filha da cadeia. Leonor

²⁶ Sobre os conflitos entre membros de religiões pentecostais e de religiões de matriz africana no Brasil ver: Birman 1997; Oro 1997; Mariz 2000; Gonçalves da Silva 2007; Miranda *et al.* 2017.

me contou que à época ela pensava: se eu tiver que reencarnar, então eu vou reencarnar, porque eu vou mexer com ele. Mas o policial era alguém que havia praticado vários crimes e no dia do julgamento de Layla o policial estava preso, o que significava para Leonor que o fato dela ter mexido com um policial criminoso não iria trazer um sofrimento tão grande para ser resolvido na próxima reencarnação. Em suas mexidas, Leonor conseguiu mandar o policial para o mesmo lugar onde estava sua filha: a prisão. Contudo, ela sabia que a mãe dele chorava tanto quanto ela. No dia da audiência de sua filha, os policiais que seriam as testemunhas de acusação não apareceram, sua filha continuou presa e ela entendeu que era um recado para que ela fizesse mais alguma coisa e ela foi trabalhando. Leonor não dividia diretamente comigo do que eram feitos esses trabalhos, nem os objetos, nem as ervas utilizadas, trabalho é trabalho, mexida é mexida e pronto. Entretanto, como veremos, alguns desses objetos vão surgindo nos emaranhados das histórias.

A referência de Leonor ao choro da mãe do policial que torturou sua filha me levou a pensar novamente em como se forjam solidariedades entre mulheres que sofrem e choram. Como trabalhei no capítulo anterior, volto à ideia de que a formação de solidariedades não se dá de maneira aleatória, tão pouco em um formato único, mas surgem a partir de éticas, moralidades e sentimentos que estão ancorados nas relações estabelecidas entre pessoas nas situações específicas. No capítulo anterior, parti do argumento de Veena Das (2011a) sobre “o olho não como o órgão que vê, mas como o órgão que chora” para mostrar os processos de formação de uma solidariedade generificada no qual Leonor chorou ao ver no corpo de outra mulher a dor de quem tinha acabado de ter um neto assassinado por policiais militares. No caso que apresento aqui também se forjou uma solidariedade generificada baseada no “conhecimento envenenado” das mulheres que choram. A solidariedade que Leonor criou com a mãe do policial está embebida na figura da mãe como aquela que sofre pelo filho²⁷ (Leite 2004). Todavia, a solidariedade que Leonor criou com a mãe do policial não é a mesma elaborada com Dona Clara.

Ao fazer os trabalhos para o policial que torturou sua filha, Leonor tinha uma preocupação moral e ética na qual, ao trabalhar o policial, ela sabia que suas ações provocariam

²⁷ Márcia Pereira Leite (2004) fez uma discussão pioneira sobre violência urbana, na qual as mães são as figuras que vão atrás da “justiça” pelo assassinato de seus filhos. Para a autora, a mãe se relaciona com a tradição cristã em referência à Maria, mãe de Jesus, que ofereceu seu filho em sacrifício. Em seu texto, é através da figura da mãe que sofre, legitimada pelos vínculos afetivos-religiosos que os ligam a seus filhos, que é possível juntar em um mesmo evento as mães de filhos assassinados por policiais militares e mães de militares que tiveram seus filhos mortos. É interessante como essa aproximação da mãe que chora pelo filho preso faz parte das narrativas de Leonor.

o choro de uma mãe e um karma²⁸ que ela carregaria para a próxima reencarnação. É nessa relação que podemos ver uma forma de solidariedade que surgiu de Leonor para com a mãe do policial que é ao mesmo tempo ética, moral, generificada e configura uma responsabilidade e um sacrifício: é ela quem provoca o sofrimento e o choro nessa mãe e é ela quem carregará este sofrimento para a próxima vida. Achei interessante que Leonor não me falou sobre a possibilidade de o policial ter esposa ou filhos que chorariam por ele. A mulher que chora por um filho preso é a mãe, essa figura solitária que emerge a partir do “conhecimento envenenado” de Leonor, no qual é a mulher, mãe e sozinha quem sofre pelos filhos (Leite, 2004; Vianna e Farias 2011; Araújo; 2014; Lacerda 2015). Em seu raciocínio, portanto, é a mãe do policial quem chora pelo filho preso, assim como ela chora pela filha presa. Leonor não queria mandar o policial para a cadeia como uma forma de vingança nem como uma forma de fazer justiça pela tortura que a filha recebeu. Fazer o trabalho para o policial estava inscrito em uma rede no interior de trabalhos espirituais e em ensinamentos que a ajudariam a tirar a sua filha do sofrimento, ou seja, da cadeia. Felizmente, para Leonor, o policial havia cometido crimes e estava preso, isso significava que o sacrifício que ela carregaria para a próxima encarnação não seria tão alto.

A formação de solidariedades generificadas que aparece entre Leonor e a mãe do policial é diferente daquela que surgiu entre Leonor e Dona Clara. A meu ver, enquanto a dor de Dona Clara provocou em Leonor uma solidariedade horizontalizada, a solidariedade entre Leonor e a mãe do policial está inserida em uma escala hierarquizada de sentimentos, responsabilidades e sacrifícios na qual, mesmo sabendo que outra mãe choraria como consequência de seus trabalhos e que ela própria carregaria um karma para a próxima reencarnação, é o tirar a filha do sofrimento o que estava em primeiro plano. Embora o choro da mãe do policial importasse a Leonor, sua solidariedade está inserida em uma hierarquia de relações no qual o que aparece em primeiro plano é responsabilidade, o cuidado e o sacrifício materno de tirar a sua filha da prisão e nos mostra em quais valores e moralidades se ancora a concepção de Leonor do que é ser mãe.

Quando voltamos para a história de Leonor, vemos ela seguindo os ensinamentos de Maria Molambo e Maria Padilha, e realizando trabalhos para fazer a cabeça da juíza com o objetivo libertar a sua filha da cadeia. Mais uma vez eu fiquei curiosa durante a conversa: como ela tinha certeza de que o juiz responsável pelo julgamento de sua filha seria uma mulher?

²⁸ Embora Leonor não tenha usado a palavra *karma* neste momento específico, eu optei por coloca-la aqui, pois é uma palavra frequentemente utilizada por ela e me ajuda a pensar não só nas conexões entre o passado e o presente, mas também um futuro que poderia ser, inclusive, a próxima reencarnação na terra.

Leonor me respondeu que a juíza não apenas era mulher, como era judia e que ela, como era espírita, quando ela queria, ela entrava em qualquer lugar para conseguir as informações que precisasse. Através de um espírito, portanto, ela conseguiu entrar no Fórum, olhou os documentos referentes ao processo de sua filha e conseguiu as informações necessárias²⁹.

Leonor me contou que foi através dos espíritos que ela conseguiu o nome do promotor que acusaria sua filha para levar esse e outros nomes à Maria Padilha. Um dia antes da audiência, Leonor se dirigiu ao Fórum afim de encontrar o promotor Vinicius e falar com ele. Ela já vinha trabalhando a cabeça de todas as figuras envolvidas no processo de julgamento de sua filha. Leonor encenava para mim como tinha feito à época e, com um pedaço de papel nas mãos, ela me mostrava como andava sempre com os nomes da juíza, do promotor, dos policiais e das testemunhas de acusação envolvidos no processo. Se, como destaquei acima, há objetos que são guardados e reanimam o passado no presente – no caso o facão que Leonor fez questão de me mostrar e foi usado por ela para ameaçar os agentes do tráfico de drogas que foram até sua casa procurar Layla – aqui não são os papéis usados por Leonor à época, mas uma performance objeto-corporal que reanimou o passado no presente. Com os papéis na mão, ela chegou no Fórum olhou para o segurança que ficava no andar onde sua filha seria julgada e perguntou, cadê o Vinicius? Em sua interpretação, a forma firme como ela abordou o segurança do Fórum perguntando sobre Vinicius, este pensou que ela seria uma amiga íntima do promotor e apontou o dedo em direção a ele. Leonor me contou que caminhou até Vinicius e em tom de intimidade o cumprimentou. Em suas palavras: eu não chorei nem pedi nada, ela apenas olhou para Vinicius e, falando firme para mim, reproduzindo o tom que dirigiu ao promotor na época, Leonor disse:

Eu só quero que o senhor olhe com muito carinho para este processo porque amanhã vai ser julgada Layla Wainer. Olhe com muito carinho e com muita atenção o processo, olhe todas as provas, olhe o caminho de vida dela e olhe o das acusadoras.

As frases de Leonor para o promotor tiram o choro e colocam o olhar firme no centro da discussão. O olho que chora é o olho de quem sofre e, por consequência, acaba por demandar consolo, compadecimento e solidariedade (Lacerda 2015) e não eram essas as demandas que Leonor dirigia ao promotor. Olho, portanto, não aparece aqui como o órgão que chora, mas como aquele que maneja o chorar ou o não chorar como uma forma de negociação e de legitimidade do que se pede a um agente do estado. O olho é o órgão através do qual se faz a gestão do que se quer expressar, é o órgão de demanda, de transmissão e de comunicação.

²⁹ O trabalho de Yvonne Maggie, “Medo de Feitiço: relação entre magia e poder no Brasil” (1992) é fundamental nessas discussões. A autora nos mostra como figuras religiosas, feitiços e magias aparecem em processos judiciais do final do século XIX até os anos 80 do século XX.

Teresa e outras mães que tiveram seus filhos assassinados por policiais militares já nos alertaram sobre a importância de conter a emoção em suas falas públicas, pois sabem que “muito choro” pode atrapalhar e desqualificar os argumentos fortes da denúncia (Vianna e Farias 2011). Dona Rosa nos diz algo que vai na mesma direção, a emoção pode ser desastrosa quando se está face a face com agentes do estado, entretanto, quando se faz uma fala firme, o que se espera como resultado são compromissos sólidos, acordos firmados, garantias concretas (Lacerda 2015).

O olhar firme que Leonor dirigiu ao promotor é um olhar que interpela, exige resposta e obriga a interlocução. O olho, portanto, não é apenas o órgão que vê e que chora, mas é o órgão através do qual se agencia o choro daquele que sabe quando pode e quando não pode chorar. Olhar firme, não chorar e não pedir nada. Com essas palavras, Leonor nos mostra que ela não queria comunicar sofrimento ao promotor de justiça, ao contrário, queria comunicar força, por isso não chorou. A firmeza e a força de seu olhar, somada à determinação expressa no tom de sua fala, garantiriam a inocência de sua filha diante das acusações de que ela seria a gerente do Morro. Essa percepção se soma à ideia comum de que as “mães de traficantes” não lutam por justiça (Vianna e Farias 2011) e, se Leonor é uma mãe que luta por sua filha e contra essas acusações, traria legitimidade ao pedido dirigido ao promotor: olhe o caminho de vida dela e olhe o das acusadoras. O pedido de Leonor para que o promotor olhasse para o caminho de vida de Layla impulsiona o promotor a olhar para a relação mãe e filha e para a sua luta, na qual ela pedia que o promotor olhasse para a trajetória moral de uma mãe que cria e não desiste de sua filha. A moralidade está também na comparação que Leonor fez entre Layla e as acusadoras. A fala de Leonor não me deu elementos para mostrar exatamente o ponto em que Leonor compara a sua filha com as outras meninas, contudo, ao olharmos para a relação mãe-filha que Leonor estabelece, vemos que ela queria produzir a singularidade de Layla através do caminho de vida, da trajetória, da criação que ela recebeu. O promotor, segundo Leonor, respondeu que não iria esquecer porque Layla Wainer era um nome bem diferente.

No dia seguinte não houve a audiência mais uma vez. Leonor, sua filha, a defensora, o promotor, as testemunhas, todos estavam presentes, mas a juíza passou mal e foi embora. Leonor foi falar com a defensora que confirmou a ausência da juíza. Mais uma vez eu fiquei curiosa com a quantidade de mulheres nesse processo e Leonor me confirmou que quase todos os que estavam envolvidos no caso eram mulheres com exceção do promotor e dos policiais que eram testemunhas de acusação. Leonor me falou que trabalhou a cabeça da juíza judia porque ela tinha ouvido falar que essa juíza era muito dura. A ausência da juíza portanto, não causou surpresa para Leonor, mas ela precisava fingir surpresa e, para a defensora, respondeu

ironicamente: ai, que pena, né? Segundo Leonor, a defensora confirmou aquilo que ela já sabia: que essa juíza era muito ruim e muito enérgica e que se o julgamento fosse com essa juíza específica não haveria nenhuma esperança de libertar Layla. Leonor ficou satisfeita, pois todo o seu trabalho para tirar sua filha da cadeia estava dando certo.

O que achei interessante é que a falta dos policiais na primeira audiência e a falta da juíza na segunda audiência não foram interpretadas como uma negligência ou uma falha do “Estado”, mas como resultado positivo do trabalho espiritual de Leonor e da potência das entidades que estavam trabalhando para tirar Layla da cadeia. Ao longo do doutorado, eu li trabalhos de antropólogos e sociólogos que fizeram pesquisas em audiências judiciais que envolviam casos de assassinatos cometido por policiais militares (Vianna e Farias: 2011; Farias 2014; Vianna 2015), relatos de audiências em casos de desaparecimento forçado e de assassinatos (Araújo 2014), ou audiências em crimes que envolviam assassinato e emasculação (Lacerda 2015). Em todos esses casos, a mobilização familiar estava ancorada nas militâncias políticas e estas fundamentavam seus discursos na luta por direito e justiça e na reivindicação da condição de vítima. Sob esse argumento, as faltas de juízes, o adiamento de audiências entre outras adversidades que impediam o julgamento, “o Estado” aparece na narrativa dos familiares e da militância como negligente e faltoso, como aquele que nega a justiça e o direito e, por vezes, é acusado de ser ora o autor ora o cúmplice da injustiça.

No caso que apresento aqui, Leonor não reivindicava a condição de vítima, mesmo ciente da tortura que sua filha recebeu dos policiais militares. Não acusava “o Estado”, em especial o funcionamento do sistema judicial, de negligente ou faltoso, pois ela sabia dos trabalhos dentro do tráfico de drogas feitos por sua filha. Para definir o julgamento de Layla, “o Estado” nunca foi referido como ineficiente ou como aquele que não faz justiça, ao contrário, no caso da filha de Leonor ele havia sido bastante rápido e eficiente: Layla mal havia completado 18 anos quando foi presa e torturada por policiais do BOPE e, após esse acontecimento, era Leonor quem precisaria lidar com esse problema. O que Leonor queria era tirar a sua filha da cadeia e ela precisava encontrar os caminhos para conseguir seu objetivo. Sem poder reivindicar a inocência de sua filha, ela construiu sua luta distinguindo Layla das acusadoras, pois mesmo que todas trabalhassem para o tráfico de drogas, sua filha seria diferente pela criação que recebeu. Ao mesmo tempo, Leonor queria diferenciar sua filha dos bandidos e da máxima que circula na sociedade brasileira que diz: “bandido bom é bandido

morto”³⁰ e a relação mãe-filha, que inclui tudo o que Leonor enfrentava para mostrar que sua filha não era bandida, dava suporte a essas diferenciações, ao menos entre aqueles que estavam envolvidos no processo.

Através das ações perpetradas por Leonor durante os nove meses que durou o julgamento de sua filha, vemos que o “tempo de espera” não é um lugar vazio. Como Adriana Vianna (2015) trabalhou, o “tempo de espera” de julgamento de um filho morto por policiais militares é repleto de relações e vivido através da dor, da frustração, do estar sem forças para continuar e, mesmo assim, as mães³¹ continuam lutando. No caso trazido por Leonor o “tempo de espera” é o lugar da rememoração, mas também das estratégias, das esperanças, da construção de parcerias com amigos, com entidades e com espíritos. É obvio que existe uma diferença crucial quando se tem um filho assassinado por militares e uma filha que, embora tenha sido torturada, estava viva e Leonor buscava por sua liberdade. Outra diferença é o momento em que essas histórias foram narradas. Enquanto Vianna fez sua pesquisa durante uma audiência judicial que foi adiada, Leonor me narrou a história da absolvição de sua filha 8 anos após o ocorrido. É certo que se eu estivesse com ela durante o processo de julgamento de sua filha eu teria feito outro registro do acontecido. Contudo, através da rememoração, Leonor escolheu me contar uma história de vitória na qual suas agências, somadas às entidades que trabalharam com ela, levaram à absolvição de Layla e fizeram a memória do cansaço desaparecer (ao menos nesta narrativa).

Longe de uma narrativa que toma “o Estado” como negligente ou faltoso, neste caso os agentes do estado são passíveis de serem manipulados através de entidades e espíritos que estão trabalhando com Leonor. Se, como Yvonne Maggie escreveu, “o que está nos autos está no mundo”³² (1992:40) ou seja, quando espíritos e/ou entidades são registrados em autos de processos, acusados, entrevistados e são, portanto, agentes em processos judiciais e inscritos em documentos oficiais, a vida social dessas entidades ultrapassa a crença individual e cria relações que são coletivas e conectam estado, pessoas, espíritos e entidades. Entendo as ações de entidades e espíritos não através da ideia de crença, mas como agentes que produzem efeitos concretos na vida cotidiana. No caso de Leonor, os espíritos e entidades não estão nos autos do

³⁰ No ano de 2016 o Fórum Brasileiro de Segurança Pública encomendou para o Datafolha uma pesquisa quantitativa para saber quantos são os brasileiros que defendem a máxima “bandido bom é bandido morto”. O resultado foi que 57% da população defende essa afirmação.

³¹ Embora saibamos que existem pais e irmãos na “luta por justiça”, mesmo que em menor número, Vianna e Farias (2011) nos mostram como esse grupo de pessoas se torna uma comunidade moral cuja mãe aparece como a figura emblemática da luta pela justiça em relação a seus filhos assassinados.

³² Maggie faz um jogo com a máxima da jurisprudência “o que não está nos autos não está no mundo” para mostrar como desde o século XIX no Brasil espíritos e entidades constituem estado e sistema judicial.

processo de sua filha, mas estão atuando no mundo e mudaram o curso do julgamento de sua filha. As entidades não são a própria Leonor, ao contrário, elas têm autonomia de ação e modificam o mundo.

Os espíritos e as entidades que habitam a vida de Leonor nos apresentam novas formas de pensar não apenas a polissemia do estado, mas também como pessoas que não estão vinculadas a movimentos sociais e não utilizam uma narrativa que é própria aos movimentos como vítima, justiça e direitos, acessam, reivindicam e interagem com as instituições estatais. O estado, portanto, pode ser trabalhado em seu caráter polissêmico (Vianna 2013; Aguião 2014; Lacerda 2015) ou através de sua ilegitimidade (Das 2004; Birman *et al* 2014) ou, como podemos aprender com Leonor, como uma instituição que pode ser manipulada por pessoas comuns, entidades e espíritos.

Depois do segundo adiamento da audiência de sua filha, Leonor continuou frequentando terreiros e trabalhando para libertá-la. Em uma dessas visitas aos terreiros, ela foi a uma festa de Erê para conversar com Mariazinha da Praia e Joãozinho da Praia. Quando Mariazinha da Praia olhou para Leonor ela arregalou os olhos, chamou Leonor para perto e, muito nervosa, ela começou a contar que sua filha estava presa. Mariazinha não quis ouvi-la pois já tinha visto onde Layla estava, aquele lugar feio. Me contou Leonor que Mariazinha pegou uma chupeta, entregou em suas mãos e fez a seguinte recomendação: quando ela for naquele lugar feio, que ela vai com aquele monte de gente, leve essa chupeta, segure firme e me chame. Mariazinha se despediu de Leonor que foi conversar com Joãozinho da Praia. Essa entidade também recomendou que ela o chamasse através da chupeta durante a audiência.

No dia da audiência, Leonor foi até o Fórum, mas não a deixaram entrar e ela ficou do lado de fora, esperando. Nesta terceira audiência não era a juíza judia, mas um juiz novinho que iria julgar o caso de sua filha. Para confrontar o sistema judicial, Leonor nos oferece categorias precisas e nos permite pensar, como Lacerda (2015) destacou, na importância de pessoas específicas ocuparem certos lugares no interior do estado, que se relaciona também com o “poder discricionário” das aplicações das leis (Das 2004; Telles 2015). Leonor entendia que enfrentar uma juíza ruim e enérgica exigiria muito mais esforços do que enfrentar um juiz novinho e são essas categorias classificatórias que modulam posicionamentos e enfrentamentos.

Além das entidades, Leonor havia levado duas testemunhas de defesa: André, seu vizinho e morador da mesma ocupação, e Sophia, sua amiga e ex frequentadora da Igreja Adventista. A ela, Leonor confiou a chupeta que havia ganhado de Mariazinha da Praia e fez a seguinte recomendação: Sophia, na hora que você for falar com o juiz, você tira a chupeta da bolsa, segure firme e chame a Mariazinha e o Joãozinho. Como testemunha de defesa, Sophia

respondeu várias perguntas. Leonor me contou que Sophia estava nervosa e, quando o juiz começou os questionamentos, ela esqueceu de pegar a chupeta, mas logo lembrou das indicações feitas por Leonor. Sophia, que tinha a mesma idade de Layla, contou ao juiz que ambas haviam sido amigas na escola, que gostavam de estudar, que tinham vários sonhos juntas, marcando assim o caminho de vida dela, seguindo a estratégia de Leonor. Pouco depois da Sophia segurar a chupeta, o juiz começou a mostrar a língua e a fazer barulhos com a boca. Sophia contou para Leonor que quando o promotor começava a falar, o juiz logo respondia em tom infantil e dando risada, fazia bolinhas de papel, em resumo: ele tinha incorporado um Erê. Sophia saiu da audiência rindo e afirmando a eficiência da macumba e que não voltaria mais para a igreja de crente.

As duas meninas que haviam sido presas com Layla foram as primeiras testemunhas de acusação a falar. Segundo Leonor, a defensora estava achando difícil que o juiz decidisse pela liberdade de Layla porque as meninas falaram que elas eram viciadas e que sempre compravam drogas com ela. A terceira testemunha de acusação foi o sargento que a torturou e que também estava preso. Segundo Leonor, Layla havia ficado muito nervosa quando olhou o sargento pois se lembrou dos momentos de tortura e do saquinho na cabeça, mas o sargento não a reconheceu. Quando Layla foi presa, ela tinha um cabelo que ia até na cintura e no dia do julgamento ela estava com o cabelo raspado. O juiz insistiu, mas o sargento confirmou que não conhecia e que nunca tinha visto aquela menina. Layla ficou confusa e muito feliz, que achou o juiz um pouco estranho, que ele mexia muito na língua, balançava a cabeça com frequência e fazia bolinhas de papel, o que nos mostra mais uma vez o caráter coletivo da vida, da força e das atuações dessas entidades. Leonor me contou que no final da audiência ela não tinha ficado ansiosa, mas tinha expectativas de que sua filha seria libertada, ainda assim, ela estava decidida a continuar pedindo e fazendo os seus trabalhos.

No dia da sentença de Layla, Leonor estava vendendo tapiocas no antigo camelódromo da Central do Brasil, que pegou fogo em 2010³³. Ela e sua amiga Sophia haviam preparado a massa da tapioca em sua casa e iam com o carrinho vendê-las no camelódromo. Mas aquele dia Leonor estava sozinha já que Sophia tinha ido a academia de dança, por isso, Leonor estava muito ocupada preparando e vendendo as tapiocas e ela raramente atendida o telefone celular. O celular tocava insistentemente e em algum momento ela conseguiu atender. Nas suas palavras:

E eu peguei o celular, atendi e quando eu atendi o celular, minha filha falou "mãe, tô de liberdade, fui absolvida". Eu comecei a gritar, rodar com o carrinho de tapioca e

³³ Sobre o incêndio no camelódromo ver: Fernandes 2013b.

ninguém entendia nada. Voltei com o carrinho e chorando, liguei para Sophia e disse, “você não vai mais pra academia, nós vamos buscar a Layla”.

Contudo, Layla não poderia voltar para a Ocupação pois tinha a *questão do morro*, a saber, a ameaça dos meninos do tráfico de matar Layla por ela ter entregado a carga de drogas e ser acusada de ter entregado nomes de outros agentes do tráfico à polícia. Aqui temos algumas indicações dos trânsitos que as pessoas são obrigadas a fazer na cidade quando são ameaçadas pelo tráfico de drogas ou outros grupos armados. Por esse motivo, Leonor pediu que a filha a esperasse em um banco em frente ao ponto de ônibus localizado na saída da penitenciária. Sophia acompanhou Leonor. Layla estava ansiosa e ligava insistentemente para a mãe que dizia calma minha filha, calma. Era 18 horas, horário de pico e estava um trânsito danado o que fazia a ansiedade aumentar. Da janela do ônibus, Leonor viu sua filha e começou a gritar Layla, Layla, em suas palavras:

Todo mundo do ônibus começou a gritar “sobe, sobe”. E ela subiu e me abraçou e abraçou a Sophia. Parecia que todo mundo naquele ônibus sabia o que estava acontecendo e eles começaram a gritar e a bater palma. Foi muito lindo! E aí, eu falei: “acabou, filha”.

Layla ficou alguns meses em Santa Cruz e sua mãe a visitava nos finais de semana porque ela tinha que trabalhar no centro da cidade. Durante as visitas, Leonor ensinou Layla a fazer tapioca e elas compraram o material para que Layla pudesse vender tapiocas em Santa Cruz. Elas montaram uma barraquinha de vendas, mas Layla sentia muita solidão morando longe da mãe e dos amigos e resolveu se mudar para São Paulo, cidade onde vivia parte de sua família. Alguns meses depois de sua ida a São Paulo, no carnaval de 2008, ela voltou para a casa de sua mãe. Leonor me contou que ficou desesperada quando às 7h da manhã abriu a porta e viu sua filha. Felizmente, assim que Layla entrou na casa de Leonor, sua Erê veio, passou açúcar em sua filha e falou: “vou te esconder, tia, ninguém vai te ver, mas quando for pra você ir embora eu vou te falar”. Segundo Leonor, sua Erê esconde as coisas e pode esconder pessoas. Assim, Layla ficou na casa de sua mãe. Elas passeavam pelo centro da cidade e chegaram a passar perto de uma das pessoas que queria matar a filha dela, mas ele não a viu. Passados alguns dias sua Erê veio novamente, conversou com Layla e pediu que ela fosse embora, pois ela não tinha como continuar protegendo e escondendo-a. Nas palavras de Leonor: essa é a história da absolvição da minha filha, não fosse a macumba, ela não seria absolvida.

1.2.1.1 Notas sobre o que aprendi com a absolvição de Layla

Com a história da absolvição de sua filha, Leonor me ensinou que quando analisamos o estado e as reivindicações a eles direcionadas fora das narrativas da militância e da tríade vítima, direito e justiça, o estado assume outras modulações na vida cotidiana. Isso não significa

que Leonor não entendia os mecanismos do poder estatal e o funcionamento do estado, acusações essas que comumente recaem sobre aqueles que não adotam o vocabulário da militância política. Ao contrário, ela os conhecia de uma forma precisa: Leonor sabia quais eram os principais agentes responsáveis para condenar (juíza, promotor, policial e as meninas) ou absolver sua filha (juiz, defensora e os amigos); conhecia o poder discricionário que é próprio a esses agentes (do promotor que vai olhar o processo com carinho, da juíza ruim e enérgica e do juiz novinho); conhecia a produção em massa do encarceramento, por isso, ela produzia a distinção de sua filha das outras *meninas* presas junto com ela.

Assim, Leonor sabia exatamente que teria que mexer e trabalhar no raciocínio e na “razão de Estado” e ela escolheu atuar nas cabeças de pessoas específicas que fazem o estado funcionar. Aqui, estou fazendo um jogo e construindo uma distinção entre atuar no raciocínio do estado e na “razão de Estado”. Quando Leonor decidiu mexer e fazer a cabeça daqueles que estavam envolvidos no processo de acusação de sua filha, ela atuou ao mesmo tempo no raciocínio das pessoas envolvidas, trazendo para si o poder de decisão sobre o resultado do processo e na “razão de Estado”, no sentido elaborado por Foucault³⁴ (2008b). Ao atuar na “razão de Estado” Leonor produziu a particularidade do caso de sua filha e conseguiu libertá-la, indo na contramão do encarceramento em massa que tem funcionado nas sociedades contemporâneas como uma forma de governo de populações³⁵. Não podemos desconsiderar que Layla era uma jovem socialmente considerada branca, o que, na sociedade brasileira, é um diferenciador fundamental entre os que potencialmente permanecem presos e os que são libertados, mesmo no interior das classes populares.

Leonor conhecia mais. Ela sabia que sozinha dificilmente conseguiria enfrentar uma instituição tão poderosa como é “o Estado”, que se somava à impossibilidade de defender sua filha da acusação de tráfico de drogas, o que tornava certa a condenação. Para enfrentar o raciocínio e a razão de Estado ela precisaria formar alianças que fizessem dela uma pessoa poderosa e criar estratégias que lhe desse condições de mexer nos pontos específicos para a absolvição de Layla. Dessa maneira, Leonor transformou “o Estado” em algo que se pode atingir, no sentido de chegar até ele ou de atacá-lo, através das pessoas que atuam na instituição. Para ganhar tamanha força capaz de mudar o rumo do julgamento de sua filha, ela teve que

³⁴ Grosso modo, a ideia de “razão de Estado” é importante para entendermos a genealogia da construção da ideia de “biopolítica”. A “razão de Estado” é o conceito com o qual Foucault faz a passagem do “governo das almas” para o “governo político” das pessoas, a passagem da gestão individual para o governo de populações com o intuito de manter a soberania do Estado. Aqui especificamente, a “razão de Estado” me interessa para ajudar a entender como o encarceramento em massa é uma forma concreta do funcionamento da biopolítica que cria, gerencia e controla populações.

³⁵ Sobre os processos de encarceramento em massa ver: Alexander 2018; Davies 2017; Godoi 2017.

recorrer a alianças com seres que não respeitam os poderes, as forças e as fronteiras estabelecidas. Fazer alianças com espíritos que adentram Fóruns e conseguem informações confidenciais, com entidades que têm o poder de atuar nas cabeças de policiais, juízes e promotores, nos apresenta um tipo de expertise que suspende fronteiras e coloca em relação os poderes do estado, os poderes de uma pessoa comum e os poderes de entidades religiosas que subvertem a lógica vigente.

Gostaria de destacar as personagens que protegeram ou ajudaram Leonor a enfrentar o processo de acusação de sua filha: a sua Cigana, a Maria Molambo, a Maria Padilha, todas Pombas Giras ou “povo da rua”; a Mariazinha e o Joãozinho da Praia, a sua Erê, todas crianças; um espírito e sua amiga Sophia. Foi essa miríade de poderes minoritários que combinaram espíritos, entidades e pessoas majoritariamente femininas ou infantis, que formou uma força capaz de enfrentar policiais, juízes, promotores e mudar a lógica estabelecida. Na história da absolvição de Layla vemos outra forma de suspensão das fronteiras entre estado e religião, diferente daquela que nos ensina Carly Machado (2013) quando analisa o show da banda gospel Ministério Diante do Trono, no Complexo do Alemão, em associação com o exército, com a tv Globo e prefeitura do Rio de Janeiro. Também vemos uma forma de análise da religião na vida cotidiana fora dos lugares que lhes são característicos como os grupos religiosos, as igrejas, os terreiros e os templos, proposta colocada por Van der Port (2012).

Quando Layla saiu da cadeia, ela agradeceu à Leonor e à Maria Molambo, recolocando mais uma vez as entidades no interior da família e nos mostrando como elas são constitutivas nas relações familiares, com os vizinhos e amigos. Contudo, nem sempre quando um filho é preso o que a mãe quer é tirá-lo da cadeia. Como veremos abaixo, ao contrário do que aconteceu com Layla quando presa, Leonor optou por manter seu filho na prisão, obedecendo, em ambos os casos, os ensinamentos das entidades e dos espíritos.

1.2.2 Exu Caveira, Malandro e Tranca Ruas: o mal que cai para a família inteira

Antes de entrar na história da prisão e dos trabalhos espirituais que Leonor fez para manter seu filho Vitor na cadeia, vou seguir a genealogia feita pela própria Leonor que explica como o mal caiu para a sua família. Veremos como os conflitos familiares em torno da herança da casa deixada por seu pai chegaram a violência verbal e física e à suspeita de uma morte. Para me contar sobre esses conflitos, Leonor trouxe outros personagens e entidades e uma terceira história da prisão/absolvição de Layla, desta vez marcada pelos conflitos familiares.

Lembremos que Leonor me contou a primeira narrativa da prisão de sua filha quando fazia seis meses que eu frequentava sua casa semanalmente. Como eu escrevi na introdução deste capítulo, eu ouvi outras narrativas que falavam sobre a prisão de Layla, mas eu tive dificuldade de registrar pela complexidade de relações na qual estavam inseridas essas histórias. A narrativa que eu escrevi acima me foi contada cerca de um ano e meio depois daquela que contei no capítulo anterior, em frente a um gravador na qual eu pedia que Leonor me narrasse suas experiências espirituais. Esta terceira história da prisão de Layla e a primeira narrativa da prisão de seu filho Vitor me foi contada neste dia da gravação, cerca de uma hora depois de terminada a história da absolvição. Como veremos, esta terceira narrativa traz novos encadeamentos no qual Leonor enreda os conflitos familiares, as brigas pela herança, os trabalhos religiosos e os diferentes eventos que marcaram a sua vida: a prisão/absolvição de sua filha Layla, a prisão de seu filho Vitor e a morte de seu filho Glauber.

Glauber era o filho mais velho de Leonor. Ele morreu aos 24 anos de idade quando caiu das pedras do Arpoador. O corpo só foi encontrado 22 dias depois nas pedras de Niterói. Layla iniciou os seus trabalhos no tráfico de drogas aos 16 anos de idade. Leonor tentou tirá-la do tráfico de diversas maneiras, mas nunca alcançou seu objetivo. Com 18 anos Layla foi pega e torturada por policiais da polícia militar, jurada de morte pela polícia e pelo tráfico e ficou 9 meses presa. Vitor também começou a trabalhar no tráfico de drogas ainda jovem e Leonor também tentou tirá-lo desse trabalho. Aos 20 anos, Vitor foi preso pela polícia militar, ameaçado de morte por seus companheiros no tráfico de drogas e ficou 2 anos preso.

Todos esses acontecimentos afetaram profundamente a vida cotidiana de Leonor e ela se fazia a seguinte pergunta: como acontecimentos tão dramáticos e difíceis pôde ter acontecido com três dos seus quatro filhos? Para Leonor, não era coincidência que tanto mal estivesse incidindo sobre seus filhos e conseqüentemente sobre ela. Alguma força espiritual certamente estaria agindo, mas como ela estava na Igreja Adventista ela não conseguia se defender. Com este raciocínio, Leonor começou a se afastar da igreja, que se somava às leituras que ela havia começado a fazer e que questionavam a forma de atuação da igreja. Conforme Leonor se afastava do evangelismo, a Cigana voltava a acompanhá-la, Leonor recomeçava a incorporar algumas entidades e, ao retornar aos terreiros e centros espíritas, ela foi avisada pelas entidades que seu irmão Cleber e sua cunhada Rosana tinham feito trabalhos para acabar com a vida dela.

1.2.2.1 A grande herança e os conflitos familiares

Foi assim que começou toda a confusão: Cleber, Rosana e seus filhos moravam com os pais de Cleber e Leonor em uma casa em Santa Cruz. Quando aconteceu a morte do pai

deles, Leonor veio com os filhos de São Paulo para o velório no Rio de Janeiro e decidiu se instalar na cidade, mais especificamente na casa de seus pais. Após a morte do pai, a propriedade passou a pertencer à mãe, Dona Geraldina, e era composta por uma casa central e duas pequenas casas ao fundo. Recém-chegada de São Paulo, Leonor ficou em uma dessas pequenas casas de fundo enquanto Cleber e sua família moravam com a mãe Dona Geraldina na casa central. Contudo, Cleber decidiu cobrar aluguel de Leonor que não aceitava essa imposição do irmão. No raciocínio de Leonor, a casa era a herança deixada pelo pai e como este pai tinha quatro filhos com Dona Geraldina, era óbvio, ao menos para ela, que a casa pertencia a todos os filhos do casal. Assim, se Cleber morava na casa, ela também poderia morar ali, se os filhos dele moravam sem pagar aluguel, os filhos dela também poderiam morar sem pagar aluguel. As brigas pela grande herança - termos que Leonor usava ironicamente quando se referia a estas casas e ao baixo valor imobiliário que elas tinham e também como forma de ridicularizar o sentido das brigas - chegaram a violência física entre os irmãos, entre seus filhos, algumas delas com ameaças de morte.

Leonor havia chegado de São Paulo com uma boa compra e começou a fazer pães para vender na igreja que ela frequentava. Com o sucesso na venda dos pães, Leonor decidiu fazer salgados e sonhos para vender de porta em porta na vizinhança, construindo o nexos casa, família, vizinhança, trabalho (Duarte e Gomes 2008) e, no meu caso, igreja. À medida que ela conhecia os vizinhos, ela ia ouvindo histórias de que seu irmão Cleber e sua cunhada Rosana espalhavam entre os moradores do bairro que ela era uma pessoa ruim, pois ela havia recebido sua parte da herança pela morte do pai em São Paulo e tinha vindo para o Rio de Janeiro para tirar a herança que era deles. Para agravar a situação, o irmão e a cunhada haviam espalhado entre os vizinhos que Leonor era prostituta em São Paulo, que na porta de sua casa formavam filas de homens e que ela cobrava 10 reais para fazer sexo com esses homens. Ao vender seus sonhos e salgados diariamente, a vizinhança começou a duvidar do que falavam Cleber e Rosana, afinal que prostituta é essa que sai de casa todos os dias para vender sonhos? Assim, as tentativas de Cleber e Rosana de construir a imagem de Leonor para a vizinhança como uma pessoa ruim e como uma prostituta, que poderia ter um efeito destrutivo na sua relação com os vizinhos, logo foi sendo desconstruída pela própria Leonor, ao mesmo tempo em que ela ia sabendo, também por fofocas, das sacanagens do irmão.

No interior dessa relação conflituosa, Glauber, o filho mais velho de Leonor, começou a enfrentar os mandos e as ameaças do tio para defender a mãe, afrontando a ordem hierárquica familiar. Esses enfrentamentos se somavam às brigas em torno da herança da casa, às fofocas espalhadas na vizinhança, aos xingamentos, aos tapas e bofetões e às ameaças entre irmãos, primos e tios que, com o passar do tempo, adquiriam contornos mais violentos. Havia mais um

complicador. Quando Leonor veio para o Rio de Janeiro com os filhos, Glauber começou a vender na praia de Ipanema os salgados e sanduíches que Leonor preparava em sua casa. Entretanto este era o local onde Rosana vendia seus produtos, o que gerava mais conflitos entorno da disputa de territórios de trabalho. Em meio a ataques e contra-ataques familiares, Cleber ameaçou matar seu sobrinho Glauber e dizia que tinha amigos policiais, mas ele deixava ambígua a possibilidade de serem milicianos, para fazer esse serviço. Leonor decidiu fazer um boletim de ocorrência contra o irmão e sua cunhada denunciando esta ameaça, o que intensificou ainda mais os conflitos familiares. Cleber ameaçava sua irmã dizendo que o Rio de Janeiro é terra sem lei e que nenhum policial iria verificar a procedência da denúncia, como aconteceria se eles estivessem em São Paulo. Leonor se sentia mais do que obrigada a mostrar que lei é lei em qualquer lugar e que ela iria sim trazer a polícia para verificar a situação que ela passava.

Quais são os perigos que as pessoas colocam umas às outras? Quem pode ser colocado em perigo no interior de uma determinada situação? Os conflitos e as brigas familiares apresentados acima nos mostram como os perigos e as ameaças são costuradas à vida diária. No caso, os personagens ameaçam e agenciam os poderes que estão disponíveis no cotidiano e que cada um deles supostamente poderia usar como estratégia. Enquanto Cleber ameaçava mandar matar através de um policial ou um miliciano, já que eles viviam em uma terra sem lei, Leonor se sentia obrigada a se defender tentando mostrar que lei é lei em qualquer lugar e, por isso, fez um boletim de ocorrência. O resultado foi que, após o boletim de ocorrência, um policial visitou a casa de Cleber e Leonor para averiguar a situação. Os conflitos, então, se acirraram, pois havia ficado claro para Cleber que aquele lugar não era uma terra completamente sem lei e para Leonor que as leis não eram garantias suficientes para protegê-la. O fato é que ela precisou mudar de casa.

Essa história de Leonor me levou a fazer algumas perguntas: quais são os corpos que podem mandar matar ou ao menos ameaçar matar a partir de alianças supostamente existente com policiais ou milicianos? Quais são os corpos que agenciam a lei como estratégia ao mesmo tempo de defesa e ameaça e fazem um boletim de ocorrência quando recebem ameaça de morte? Sobre quais corpos a acusação de prostituição pode incidir como verdadeira e ser destrutiva na construção das relações? Através deste conflito familiar específico, podemos entender como os corpos com gênero são cruciais na constituição dos conflitos familiares que envolvem pobreza, herança, território, violências físicas e ameaça de morte. A partir dos lugares generificados e hierarquizados no qual esses corpos se situam podemos ver quais os repertórios de poder que,

no caso, envolveram ameaças, acusações e autodefesas, estão disponíveis quando os gêneros entram em disputa.

As brigas familiares foram ficando cada vez mais frequentes, intensas e violentas ao ponto de Leonor não aguentar e decidir se mudar com os filhos para uma casinha também em Santa Cruz. Entretanto, ela só conseguia pagar um aluguel em uma casa afastada da área urbanizada do bairro de Santa Cruz, o que dificultou seu trabalho como vendedora de sonhos e salgados, mesmo assim ela continuou. Certo dia, Glauber saiu cedo para trabalhar, mas quem chegou à noite em sua casa foi a cunha Rosana trazendo a notícia de que o sobrinho havia caído das pedras do Arpoador. Quando Leonor viu a cunhada chegando em um endereço que ela não havia passado à família de seu irmão, ela sentiu que algo ruim havia acontecido com seu filho. Segundo Leonor, ela começou imediatamente a chorar e a gritar com Rosana: o que vocês fizeram com meu filho? Pouco tempo depois, Leonor recebeu o convite para se mudar para a Ocupação Nelson Mandela. Ela hesitou um pouco, mas não demorou a entender que seria uma ótima oportunidade de morar no centro da cidade, longe de seu irmão e de sua cunhada e sem pagar um aluguel. Descreverei a mudança de Leonor de Santa Cruz para a Ocupação Nelson Mandela no Capítulo 6.

Alguns anos depois, com a família já morando na ocupação, Layla foi torturada e presa, mas dessa vez Leonor agiu diferente. Desconfiada de que alguém estivesse fazendo trabalhos contra ela, Leonor decidiu sair da Igreja para salvar a sua filha. Em um dos terreiros que Leonor visitou para tirar a sua filha da cadeia, ela conversou com o próprio Exu Caveira e este lhe confirmou que recebeu um banquete para que ele levasse o filho dela. Exu lhe disse ainda que fizeram um trabalho para o Tranca Ruas para trancar a filha dela. Leonor não se conformava com o que acabara de ouvir e queria ir mais fundo, ela queria saber quem especificamente tinha feito os trabalhos para matar o filho dela e para prenderem a sua filha. Como destacou Yvonne Maggie (1992), as pessoas procuram identificar o responsável pelo feitiço que produziu o mal quando a doença ou o infortúnio é grande. Exu Caveira respondeu aos questionamentos de Leonor afirmando que a traição havia sido de sua cunhada junto com seu irmão, mas disse que ele poderia amenizar a situação de Layla se ela desse um galo para ele na porta de um cemitério. Me contou Leonor que desconfiou da história contada por Exu Caveira, mesmo assim ela decidiu entregar o galo pois, fosse ou não fosse o irmão dela a ter feito um trabalho para o Tranca Ruas, isso aliviaria a pena de sua filha.

O trabalho que Leonor fez para Exu, mesmo desconfiando da veracidade do que Exu falava, se inscreve nas relações de desconfiança que ela tece com todos a sua volta. Segundo Leonor, sua filha foi absolvida 7 dias depois dela ter feito o trabalho para Exu. Através das

oferendas, Exu mudou sua posição e desafiou o trabalho feito para o Tranca Ruas, cujo resultado atenuou a pena de Layla. A explicação via trabalhos, no caso da prisão de sua filha, funcionou como mais um elemento no processo de singularização de uma situação que seria a regra para parte dos jovens das classes populares que entram para o tráfico de drogas e acabam sendo presos. Nas histórias da prisão/absolvição de Layla os trabalhos aparecem ao mesmo tempo como causa e como solução do problema.

Em outra de suas idas aos terreiros, Leonor conversou com Zé Pelintra e este repetiu a história contada por Exu Caveira. Ainda desconfiada, ela respondeu ao Zé Pelintra que Cleber não gostava de crente, não gostava de macumba, não gosta de nada, portanto, ela achava difícil ter sido ele. Mas, segundo Leonor, Zé Pelintra foi categórico e confirmou que foi o irmão dela quem fez o trabalho para o Exu Caveira matar seu filho e essa informação não saía da cabeça de Leonor. No dia em que Layla saiu da cadeia, elas foram para Santa Cruz, já que Layla não podia voltar para a Central do Brasil pois havia sido ameaçada de morte pelo tráfico de drogas e pela polícia. Elas foram para a casa de Dona Geraldina sem avisar ninguém e entraram na casa pelo corredor lateral em direção às casinhas localizadas no fundo do terreno, onde elas moravam antigamente. Layla e Leonor tomaram cuidado para que ninguém as vissem entrar e, para a surpresa de Leonor, seu irmão cantava “Iêra, Iêra, salve o Exu Caveira, salve a mosca varejeira”. No início, Leonor pensou que estava ouvindo coisas, então, ela olhou para Layla e perguntou se ela também escutava o seu tio cantando ou se de fato era coisa da cabeça dela. Quando Layla respondeu que também ouvia, Leonor entendeu: está confirmado! Foi, portanto, ouvindo seu irmão cantar uma música para Exu Caveira que Leonor teve a confirmação de que era ele quem tinha feito os trabalhos contra ela. Me contou Leonor que ela nunca falou sobre esse assunto com seu irmão, mas ela sabia que havia sido ele quem fez os trabalhos para matar o seu filho mais velho, para prender Layla e, como veremos, para prender o seu filho Vitor.

Os trabalhos feitos por Cleber para acabar com a vida de Leonor e matar seu sobrinho Glauber aparecem na narrativa como explicação da causa da morte e não como uma explicação de como se morre. A narrativa de Leonor vai ao encontro da tese clássica de Evans-Pritchard (2005) sobre bruxaria entre os Azande, que busca na bruxaria a explicação da morte, como no caso do celeiro que desabou e matou algumas pessoas, não sem apresentar diferenças. No caso de Leonor, os trabalhos aparecem como resultado dos conflitos familiares em torno da herança e é parte da explicação da causa da morte de seu filho Glauber. Ao mesmo tempo, foi interrogando uma entidade que ela descobriu quem estava por trás da morte do seu filho e da prisão de sua filha, e ainda, foram os trabalhos feitos por ela em associação às entidades que reverteram algumas dessas situações.

No caso dos Azande, quando uma pessoa buscava um oráculo para resolver uma suspeita de bruxaria, as explicações do oráculo eram consideradas infalíveis, pois conseguiriam captar as forças misteriosas que estavam em jogo, mas que não estavam disponíveis a todos. Mary Douglas (1999), em seu trabalho sobre as mortíferas acusações de feitiçaria na então República Democrática do Congo nos anos 80, nos fala da quase impossibilidade de uma pessoa se defender das acusações de feitiçaria, o que significa que aquele que acusa um feiticeiro está sempre correto. Já para Leonor, uma entidade como Exu Caveira poderia falhar ao acusar seu irmão e sua cunhada de fazer trabalhos para matar seu filho, não funcionando, portanto, como um “oráculo”. Assim, diante da primeira acusação de seu irmão, Leonor foi levada à dúvida e não à certeza, embora ela tenha ficado com a informação na cabeça. Frente a uma acusação tão grave, Leonor também duvidou de Zé Pelintra e precisou de uma confirmação do próprio irmão - que ocorreu quando ela o ouviu cantando salve Exu Caveira - para que Leonor enfim acreditasse nas informações que as entidades lhes passaram. Leonor buscou desfazer os trabalhos feitos para os seus filhos não com o próprio irmão, mas com oferendas às entidades por ele acionadas.

No trabalho de Mary Douglas (2004), a autora nos fala que podemos identificar nos conflitos a origem das acusações de feitiçaria e ainda, que as acusações de feitiçarias são sempre direcionadas às pessoas que fazem parte das redes próximas de relações: familiares, amigos ou vizinhos. O que poderia explicar a queda de Glauber nas pedras do Arpoador? Se onde está a acusação de feitiçaria é possível identificar os conflitos, nos termos de Douglas, podemos ler na briga pela grande herança o ponto central dos atritos a partir do qual, como a própria Leonor destacou, começou toda a confusão.

É interessante que quando Leonor se refere à morte de seu filho trazendo os aspectos religiosos, ela usa a seguinte formulação: fizeram trabalhos para matar o meu filho, enquanto que quando ela faz uma fala laica, digamos assim, os termos são: mataram o meu filho ou mandaram matar o meu filho. Na relação que ela mantinha comigo, raras eram falas cotidianas nas quais ela revela que quem mandou matar o filho dela foi o próprio irmão. Contudo, após ela me narrar essa história detalhada que trago ao leitor, essas informações passaram a habitar a nossa relação, estreitando ainda mais os laços de amizade e, sem tocar necessariamente no nome de Cleber, ela se referia a essas acusações como: bem, você sabe, né?

A aliança de Cleber com Exu Caveira para acabar com a vida dela provocou uma morte na qual Leonor acusa seu irmão de ser ao mesmo tempo direta e indiretamente responsável por ela. Nesse sentido, as entidades não se confundem com as pessoas: Cleber não é Exu Caveira e Exu Caveira não é o irmão nem a representação da sua vontade. Exu Caveira aparece como a

entidade que, em troca de um banquete, se associou a Cleber para acabar com Leonor matando o filho dela, ao mesmo tempo em que a própria entidade revelou para Leonor a traição do irmão e pediu um galo para aliviar a pena de Layla, alternando assim a sua proteção. Diferente das concepções morais que colocam, em geral, a magia como mais próxima ao bom e a bruxaria e a feitiçaria mais próximas ao mau, a categoria trabalho suspende essas moralidades. Os trabalhos não são em si caracterizados como bons ou maus, portanto. A moralidade estaria associada às pessoas que fazem o pedido e ao tipo de pedido e não às entidades. É esta a concepção que torna possível o deslizamento de entidades como Exu Caveira que, ao mesmo tempo, faz alianças com Cleber para acabar com a vida de Leonor e faz, em outro momento, alianças com Leonor para aliviar a pena de sua filha.

Contudo, não são todas as entidades presentes na vida de Leonor que fazem esse deslizamento. As entidades que Leonor carrega em sua cabeça, em especial a Cigana e a Maria Molambo, mesmo que briguem entre si, elas jamais fizeram tal deslizamento. Se, num primeiro momento, Leonor estabeleceu com Exu Caveira e com Zé Pelintra uma relação de desconfiança, embora ela tenha se revertido com a confirmação feita pelo próprio irmão, Leonor sempre confiou na Cigana e na Maria Molambo, nas suas palavras: tudo o que a Molambo me fala eu sigo, porque eu amo a Molambo e ela me ama. Ela pode inclusive matar um dos meus filhos, se isso for preciso, para me proteger³⁶. Com a frase de Leonor, vemos não só a autonomia das entidades em relação à sua vontade, mas também a proteção oferecida que pode inclusive lhe causar uma mal para alcançar este fim.

O fato de Leonor saber que Cleber e sua cunhada Rosana fizeram trabalhos e ofereceram um banquete para que Exu Caveira levasse Glauber, tornou o irmão, a cunhada e, por extensão, os filhos do casal seus inimigos³⁷, o que não significa dizer que as relações entre eles se romperam, ao contrário. As acusações que Leonor faz ao irmão e à cunhada, que inclui a morte de seu filho mais velho e a prisão de seus dois filhos, habita a relação que ela mantém com eles. Como no caso de Manjit trabalhado por Veena Das (2007), Leonor nunca falou diretamente com o irmão sobre o fato dela saber dos trabalhos feitos para acabar com a vida dela. Entretanto, durante o trabalho de campo, eu presenciei diferentes momentos em que ele

³⁶ Leonor me falou essa frase no ano de 2016, se referindo aos conflitos que ela tinha com o seu filho Rudah, morador da mesma ocupação popular e pai de Beatriz. À época, Rudah ameaçou bater na própria mãe e Leonor me dizia sentir medo, não por ela que era incapaz de fazer algo para um filho que ela ama, mas pela Molambo que tem certa autonomia e protege Leonor independentemente de quem a ataca. Em todas as narrativas de Leonor sobre a Maria Molambo e a Cigana, essas entidades sempre estiveram a seu lado. Coloquei esta frase de um outro momento na história contada em 2015, pois ela me dava mais suporte ao argumento do deslizamento e da confiança/desconfiança em relação às entidades.

³⁷ Embora eu não tenha trabalhado na tese a extensão da construção do inimigo sobre os filhos do casal, elas apareceram em todas as vezes que eu presenciei o encontro entre Leonor e seus sobrinhos.

visitava a mãe na casa de Leonor e nas vezes em que ela se dirigia a ele com as frases: você é um idiota; você é um imprestável; você é a desgraça da minha vida; você é um inútil; você é um animal ou ainda eu te odeio. Na minha presença, Cleber raramente respondia aos ataques da irmã, mas, assim que eu saía de sua casa, os xingamentos partiam de ambos os lados. Como Veena Das nos ensinou, a certeza de Leonor de que seu irmão matou o filho dela não ficam enterradas na memória individual, mas são tecidas nas relações e habitam o cotidiano no qual o tempo é importante elemento para trabalhar as feridas. Ela também nos ensina (Das 1999) a prestarmos atenção ao silenciamento, às batalhas entorno das palavras no interior das famílias e às intuições de que determinadas violações não podem ser verbalizadas na vida cotidiana, mas continuam a machucar e desgastar as relações ao logo dos anos.

1.2.2.2 A prisão de Vitor

Assim chegamos à história da prisão de seu filho Vitor. Vitor começou a trabalhar para o Comando Vermelho do Morro da Providência ainda jovem. Quando ele estava com cerca de 20 anos de idade aconteceu alguma confusão com Vitor que Leonor não me explicou, mas ela sabia que seu filho estava metido em alguma encrenca. Naquele momento, Leonor já havia deixado a Igreja Adventista e, vez ou outra, ela incorporava a Maria Molambo. Em uma dessas incorporações, a Molambo veio para conversar diretamente com Vitor e deu a ele a possibilidade de escolher entre ir para o outro lado, ou seja, morrer, ou ficar um bom tempo preso, atribuindo a ele a escolha e a decisão. Vitor pediu alguns dias para pensar pois não poderia decidir naquele momento. Maria Molambo respeitou esse pedido, mas advertiu que ele fizesse sua escolha o mais rápido possível uma vez que ela não estava conseguindo segurar as consequências das encrencas em que ele havia se envolvido. Para que Vitor comunicasse à Molambo o que ele decidiu, ele deveria ascender uma vela e pedir a opção que ele escolhera entre as duas oferecidas por ela.

Para Leonor, a Molambo havia deixado a ordem para que ela encontrasse a Mãe de Santo que ela sempre visitava e que há muito tempo ela não via. Lembremos que quando Leonor incorporava a Maria Molambo ela perdia a consciência e, com isso, não tinha acesso às informações por ela passadas, a não ser que seu intermediário, aquele que recebeu as informações da Molambo, as transmitisse a ela. Como no caso o intermediário era o seu filho Vitor e este estava metido em confusões e encrencas e as escondia da mãe, a Molambo sabia que ele não falaria para Leonor o que estava acontecendo, por isso ela passou este recado. Leonor foi atrás da Mãe de Santo, ela abriu as cartas e disse: vão matar o seu filho a luz do dia.

E não vai ser polícia, a gente tem que salvar! As cartas também diziam que alguém tinha feito um trabalho para que o Malandro acabasse com o filho dela. A Mãe de Santo sugeriu que a Molambo virasse em Leonor e fizesse dois trabalhos, um para o Malandro com o intuito de amenizar o pedido que ele tinha recebido, outro para salvar Vitor. Para que Vitor ficasse protegido até o momento em que a Molambo virasse em Leonor, a Mãe de Santo passou uma lista de banhos de ervas que eles deveriam seguir. Muito nervosa, Leonor começou a imaginar que os trabalhos teriam sido feitos mais uma vez por seu irmão e a Mãe de Santo confirmou as suspeitas de Leonor.

Leonor comprou todas as ervas necessárias, fez o primeiro dos banhos de ervas, mas seu filho Vitor se recusava a tomá-lo. Eis que em um dia de carnaval Vitor foi preso. Deste modo, Leonor entendeu que eles tinham preferido dar uma chance de vida a ele ao invés de matá-lo. Imediatamente após a prisão, Leonor começou a fazer os trabalhos para tirá-lo da cadeia, os mesmos que ela tinha feito para Layla e, como da outra vez, Leonor começou a fazer a cabeça de juíza. Na primeira audiência, a juíza, também mulher, faltou por conta de uma dor de cabeça muito forte e, como no caso de sua filha, Leonor entendeu que era resultado de seus trabalhos. Aqui a juíza também era muito ruim e aquela era a pior vara que tinha dentro do Fórum, o que significava que a vara que tinha poucos casos de absolvição entre os jovens que eram julgados por tráfico de drogas. Seguindo o mesmo roteiro da história da absolvição de Layla, Leonor continuou fazendo e trabalhando para tirar o seu filho da cadeia.

Entretanto, mistérios diferentes aconteciam. Leonor não conseguia visitar Vitor na cadeia, com isso ela não conseguia ver seu filho e saber como ele estava. Essa situação fazia com que Leonor ficasse desesperada e chorasse muito. Certo dia, Leonor incorporou a Maria Molambo e ela mandou que alertassem Vitor dizendo que se ele não começasse a criar juízo dentro da cadeia, se ele não mudasse a cabeça, ela não deixaria sua mãe visitá-lo. Leonor imaginava que a Molambo estivesse de alguma forma protegendo-a dos espancamentos que Vitor recebeu na cadeia e, ao não vê-lo, Leonor estava sendo poupada dessa dor. Foi assim que Leonor ficou bastante tempo sem ver o seu filho. Como ela me contou, todos os familiares dos outros presos conseguiam a carteirinha da visita, mas a carteirinha dela não ficava pronta, se perdia, sumia; Leonor falava com a assistente social, elas combinavam o dia da visita, mas Leonor chegava no presídio e seu filho tinha sido transferido para outro lugar. Aqui, mais uma vez, as falhas estatais que dificultavam o encontro com seu filho não são narradas como “falta” ou “ineficiência” do estado, mas como resultado da proteção de Maria Molambo.

Sem conseguir ver seu filho, Leonor continuou indo aos terreiros e a fazer seus trabalhos, até que ela visitou um terreiro novo em Realengo. Quando ela chegou no terreiro,

acontecia uma festa de Exu. Leonor me contou que não gostava quando acontecia festa de Exu porque a Maria Molambo virava nela e ela mesma não conseguia ver festa nenhuma. Naquele dia, Leonor recebeu o recado da Molambo dizendo ela estava indo embora, que ela não voltaria mais e que Leonor precisava saber de algumas coisas antes dela partir. Assim que a Molambo deu seu recado, eles a vestiram com uma saia e ela começou a dançar, a receber bebidas e cigarros e a conversar com as outras pessoas, espíritos e entidades da festa e foi embora. Leonor não me contou o que a Molambo lhe disse, eu perguntei, ela desconversou, eu respeitei e não insisti.

Na mesma noite, Leonor foi conversar com a Maria Padilha ou Padilha das Almas, a entidade que a ajudou nos trabalhos para libertar sua filha. Ao ver Leonor, Padilha entendeu que ela estava sofrendo bastante e fazendo muita macumba, o que foi confirmado por Leonor. Foi neste momento que Maria Padilha lhe deu o seguinte conselho: “moça, não faz macumba pra tirar seu filho de lá agora não, se você tirar o moço de lá agora ele vai morrer. Você tem que fazer é pra ele ficar”. Leonor já tinha uma cabeça comprada para trabalhar com mais força a cabeça da juíza, visto que na primeira audiência ela tinha apenas faltado e o que Leonor queria é que trocassem a juíza que julgaria seu filho. Mas, seguindo os conselhos de Maria Padilha, Leonor decidiu parar de fazer os trabalhos e ele ficou 2 anos presos. Quando o seu filho acalmou dentro da prisão Leonor finalmente conseguiu visitá-lo, todavia, sua primeira reação foi o choro misturado ao desespero e à raiva e ela bateu muito em seu filho. No momento em que Leonor me contava essa história, ela me apontou o cofre onde, cerca de 6 anos depois deste acontecimento, ela ainda guardava a cabeça comprada para fazer a cabeça da juíza.

Assim que Vitor deixou a prisão, ele voltou para a casa da mãe na Ocupação Nelson Mandela. Contudo, Leonor não queria que ele ficasse morando com ela, ao contrário ela queria que ele fosse embora de qualquer jeito, com receio de que ele voltasse a trabalhar no tráfico de drogas. Ela me explicou que poderia parecer estranho que uma mãe não quisesse o filho perto dela, mas que na verdade era amor, pois ela sabia que ali ele não poderia ficar por ser viciado em cocaína o que certamente faria com que logo ele se envolvesse novamente com o tráfico. Ela, então, começou a fazer trabalhos para que ele fosse embora do Rio de Janeiro, ele seguiu os passos da irmã Layla e foi para São Paulo.

Até esta conversa, feita em novembro de 2015, Vitor nunca mais tinha voltado ao Rio de Janeiro. No entanto, ele decidiu fazer uma surpresa para a mãe no natal daquele ano e veio visitá-la junto com Layla. No natal de 2015 eu estava na Inglaterra realizando o doutorado sanduíche, o que não impediu que eu mantivesse conversas com Leonor. Nesse dia ela me mandou um áudio por WhatsApp contando o quanto ela estava feliz em ver os seus dois filhos

novamente, me disse que não reconheceu seu filho imediatamente, mas logo chorou de alegria. No início de 2017, Vitor deixou São Paulo, voltou a morar com Leonor e aconteceu exatamente o que ela previa: o uso excessivo de cocaína e o trabalho no tráfico de drogas.

O que nessas histórias são feitas por mãos humanas e o que são feitas por mãos divinas? Com esta provocação colocada por Veena Das (2015a) eu quero mostrar a inseparabilidade entre o plano material, afetivo, familiar e subjetivo do mundo religioso e das entidades espirituais e do universo das instituições estatais. Como as histórias narradas acima nos mostram, a vida concreta de Leonor e suas agências não podem ser pensadas sem levar em consideração as complexas relações com as entidades religiosas e as formas como elas atuam em sua vida. Família, religião, entidades e estado são inseparáveis na vida ordinária. Enquanto algumas entidades agem a pedido de membros de sua família através de diferentes alianças, outros fazem parte da própria pessoa de Leonor e habitam a sua cabeça. Sem as entidades, Layla não teria solta, Glauber não teria morrido e Vitor não teria permanecido preso.

1.2.3 Considerações sobre a culpa

Durante a nossa conversa sobre suas experiências espirituais, surgiram algumas passagens nas quais Leonor responsabiliza a si mesma pelo mal que acometeu seus filhos e são essas passagens que trabalho aqui. Em certo momento, ela refletia sobre a relação estabelecida com seu irmão. Na realidade, ela entendia que Cleber tinha feito trabalhos para acabar com a vida dela e não necessariamente com a vida de seus filhos. Entretanto, como ela era forte e sabia se defender nos planos espirituais e físicos, este mal não recaía sobre ela, mas sobre quem ela mais amava: os filhos. Foi assim que os trabalhos foram sendo transferidos para Glauber, Layla e Vitor que, mais fracos do que ela e por quem ela era responsável enquanto mãe, não conseguiam se defender. Nas suas palavras:

Quando as pessoas fazem o mal com a pessoa, cai para a família inteira. O mal não afeta só a pessoa. Às vezes, a pessoa é forte e aí ele derruba quem está em volta para poder derrubar a pessoa.

Nesta passagem, vemos como a família de Leonor deixa de ser a sua família extensa e abarca somente os filhos que, por sua vez, aparecem como extensão da sua própria pessoa. Sem conseguir derrubá-la, o mal que vinha de seu irmão caía sobre seus filhos e, ao atingi-los um a um, era a forma do irmão derrubá-la. Ao mesmo tempo, Leonor nos fornece mais elementos que falam da sua concepção moral do que é ser mãe, essa mulher forte e difícil de ser derrubada, que tem como tarefa o cuidado e a proteção dos filhos. Os pais de seus filhos estavam vivos,

mas, notemos, o mal não recai sobre ele. O mal que recai sobre os filhos só passa pela relação materna.

Quero destacar outro momento desta conversa em que Leonor se auto responsabiliza pela morte de seu filho Glauber sob a justificativa de que ela não conseguiu protegê-lo. Na fala que descrevo abaixo veremos uma das explicações a respeito de sua conversão religiosa do pentecostalismo à macumba ou espiritismo, na qual a ética do cuidado com os filhos é o ponto de inflexão:

Se eu não tivesse na igreja (silêncio). Eu perdi o meu filho na igreja. Eles fizeram um trabalho e mataram o meu filho. Se eu não estivesse na igreja o meu filho estaria vivo. E esse negócio (prisão) da minha filha também foi um trabalho feito. Mas eu estava dormindo na igreja e eles (as entidades) não tinham como me proteger. Sem eu querer eles não podiam fazer nada. Por isso eu abandonei a igreja, pra poder salvar Layla.

Em seu livro, Paula Lacerda (2015) nos conta a história de luta de Dona Rosa e outras mulheres que tiveram seus filhos brutalmente assassinados e emasculados no caso que ficou conhecido como “o caso dos meninos emasculados” na cidade de Altamira, Pará. Em um momento de intimidade, Dona Rosa disse à Paula o quando ela se sentia culpada por não ter conseguido proteger o filho do assassinato e da brutalidade. Veena Das, Jonathan Ellen e Lori Leonard (2008) nos falam como as mulheres internalizam as acusações masculinas que as responsabilizam por viverem em casas e casamentos não “ideais”. Assim, essas acusações atualizariam e justificariam cotidianamente as cobranças e violências domésticas, ao mesmo tempo em que colocavam as mulheres como responsáveis morais pelos filhos. Por outro lado, a culpa também pode significar, agora trazendo outro texto de Das (2015a), uma forma dolorida de responsabilidade com o outro, ou ainda, uma forma de se vincular às pessoas e dar um sentido à vida. Dessa maneira, a culpa como responsabilidade e como sentimento de obrigação cria uma profunda ligação com a vida e, no caso, a morte do outro.

Durante toda a tese eu tenho pensado na temporalidade e nas formas como o passado aparece como experiência embebida no presente. Assim, o sentimento de culpa também pode ser pensado como algo que faz a ligação entre o presente e o passado. Nesse sentido, a culpa que Leonor sente por não ter protegido o seu filho nos mostra uma forma de emaranhar distintas temporalidades na qual o passado, e conseqüentemente o presente, poderia ter sido diferente se outra ação tivesse sido tomada. Isso não significa que essa ligação seja feita sem dor ou sem sofrimento, ao contrário. Recuperando o argumento de que as memórias do sofrimento não ficam enterradas em um corpo individual e estão o tempo todo presentes na superfície, a culpa pode ser lida como um elemento que não deixa as memórias do passado e do sofrimento desaparecerem.

Com este raciocínio as mulheres se tornam eternamente responsáveis pelo mal que acometeram seus filhos, seja nos planos públicos, mas também e principalmente na dimensão privada. Além disso, eu estou sugerindo que a culpa e a auto responsabilização é um dos sentimentos que faz com que essas memórias da dor habitem a vida ordinária. Essas memórias seriam acionadas se não existisse culpa? Não tenho como responder a essa pergunta, visto que não faz parte da experiência concreta de Leonor, mas deixo a provocação para pensarmos na relação entre dor, culpa, a continuidade das memórias das violências e suas inscrições no presente. Ao escutar ano a ano as histórias de Leonor eu pude sair do registro automático da associação entre violência e trauma para entender como as histórias de dor e sofrimento se inscrevem na vida cotidiana e constituem relações. A analisar o sentimento de culpa sentido por Leonor, penso precisamos entender melhor os processos que fazem com que as pessoas se auto responsabilizem pelas violências que incidem sobre elas próprias.

Gostaria de introduzir mais um elemento nessa discussão sobre a culpa. Trago abaixo a última frase que Leonor me disse, quando fechávamos a conversa sobre a sua vida espiritual. Nela, veremos como a culpa não se encerra em si mesma, mas tem conexões com mulheres de diferentes gerações no interior da sua família. A fala de Leonor nos mostra também como esse sentimento está relacionado uma moralidade que diz qual é o papel da mãe e como são as mulheres as responsáveis pelo cuidado. Com as palavras de Leonor:

Infelizmente, eu não cuidei deles (filhos), eu não cuidei de mim e eu não sei como consertar isso. Só a natureza, sei lá, pode consertar essas falhas. Talvez, se minha mãe e minhas avós tivessem cuidado de mim desde pequena eu seria uma excelente babalorixá. Mas (silêncio) elas não cuidaram, eu não cuidei! Enfim, o povo vai cuidando de mim e nós vamos levando do jeito que dá.

Nesta fala, a culpa e a falha no cuidado com os filhos aparece como uma herança herdada da mãe e das avós que, por sua vez, falharam ao cuidar de Leonor. Eu não tive como trabalhar na tese, mas pretendo desenvolver em trabalhos futuros, como essa relação geracional da culpa e da falha do cuidado se insere no interior da família evangélica que impediu Leonor de se desenvolver em terreiros de religiões de matriz africana. Após esta rápida digressão, volto para a expressão de Leonor na qual podemos ver o peso subjetivo que faz com que gerações de mulheres sejam responsabilizadas por certas situações no presente, em que as falhas no cuidado com os filhos é o ponto central. A culpa concebida por Leonor não incide sobre indivíduos isolados ou somente sobre si mesma, portanto, mas na sua rede de feminina de relações familiares, todas mães, estejam as mulheres mortas ou vivas. Essa culpa que atravessa gerações se ancora no sentimento da responsabilidade ideal, porém não cumprida em relação aos filhos.

Com esta fala, Leonor fazia um balaço de todas as histórias que ela havia me narrado neste dia. Embora tenha sido o irmão quem fez os trabalhos para acabar com a vida dela, ela, por outro lado, não soube proteger seus filhos. Essa percepção opera a partir da subjetivação do ideário cristão que coloca a mãe como aquela que deve se sacrificar pelo seu filho. Mas há também uma relação secular na medida em que a responsabilidade e a culpa não se resolvem, não é esquecida e habita o presente. Ao trazer as responsabilidades do cuidado que são transferidas de geração a geração pelas mulheres de sua família, Leonor nos fala sobre o valor moral que está em jogo através das figuras femininas e das atribuições maternas. Com essas questões, faço a passagem para as dinâmicas do cuidado que Leonor exerce em relação a sua mãe idosa e doente, na qual o peso da responsabilidade e da obrigação é fulcral para as discussões que desenvolvo na próxima parte da tese.

2 ÉTICA DO CUIDADO E ÉTICA SOB PRESSÃO: SAÚDE, DOENÇAS E PRECARIIDADE COTIDIANA

No início de 2017, Patrícia Birman, Adriana Fernandes e eu iniciamos encontros informais para lermos e discutirmos o livro *Affliction: health, disease, poverty* de Veena Das (2015a). O livro traz diferentes etnografias feitas pela pesquisadora, ou pela equipe por ela coordenada, e nos ajuda a entender a complexidade das experiências de saúde e doenças embebidas em situações de pobreza. Até aquele momento, eu não tinha leituras que relacionavam saúde, doenças e pobreza no cotidiano e, portanto, não era um tema com o qual eu me preocupava em trabalhar na tese. No entanto, conforme avançávamos nos capítulos do livro, todos densos em descrições e análises etnográficas, eu fui me dando conta da centralidade cotidiana do cuidado e do despendimento de Leonor nos processos de envelhecimento e adoecimento de sua mãe, Dona Geraldina, e dela própria. Essa parte da tese é, portanto, devedora ao trabalho de Veena Das, ao encorajamento e às discussões feitas com Patrícia Birman, Adriana Fernandes e Mariana Ferreira, que se integrou aos encontros.

No decorrer do trabalho de campo, eu acompanhei Leonor em hospitais durante as consultas médicas de Dona Geraldina que estava com câncer na boca, uma sessão de radioterapia, bem como os usos de remédios caseiros e naturais na busca (vitoriosa) pela cura da doença. Também presenciei o esforço de Leonor para conseguir uma cirurgia de cataratas para sua mãe pelo Sistema Único de Saúde, mas que não foi alcançada e as tentativas de arranjar, através do sistema público de saúde, uma dentadura ou uma cirurgia para colocar todos os dentes que caíram conforme os anos se passaram, que também não foram realizadas. No dia a dia, eu pude ver a dieta minuciosamente preparada por Leonor para *vencer* a anemia de Dona Geraldina, que muitas vezes exigia a reorganização das prioridades e despesas da casa. Eu também pude acompanhar os efeitos de uma queda de Dona Geraldina que levou à fratura do fêmur, bem como as redes mobilizadas por Leonor para conseguir as caras injeções para evitar a trombose. Eu testemunhei o cotidiano marcado pelo que foi diagnosticado como doença de Alzheimer, a duração da doença, a inevitável piora do quadro com o passar dos anos, seus efeitos na vida diária e as violações sofridas nos hospitais. Por fim, em 2017, tivemos a triste notícia de que Dona Geraldina, aos 84 anos, estava com tumor em um dos rins. Até o final da escrita da tese não soubemos se este tumor é benigno ou maligno.

Essas e outras doenças atravessaram os corpos de Dona Geraldina e de Leonor, transformaram o cotidiano ordinário dessas mulheres e produziram efeitos materiais, emocionais e físicos, que não estão descolados das relações familiares, de gênero, das condições

de pobreza e moradia precária. É a duração do que foi diagnosticado como doença de Alzheimer, ou do mal de Alzheimer nas palavras de Leonor, somada a outras doenças de Dona Geraldina, aos efeitos no cotidiano, na renda doméstica, nas relações familiares, que incluem relações de gênero, e no corpo de Leonor que eu gostaria de discutir nesta parte do trabalho. Diante desse emaranhado de problemas, eu pergunto: como Leonor foi se tornando responsável pelo cuidado com a mãe? Que tipo de ética cotidiana foi elaborada no interior dessas experiências que envolveram saúde, doenças, cuidado, gênero, família, pobreza, moradia, violações, dores e sofrimentos? O que significa morar em uma ocupação popular com instalações estruturais precárias, dominada pelo tráfico de drogas, com esse histórico e acúmulo de saúde/doença? Quais foram as estratégias desenvolvidas para que uma mulher de 55 anos em 2013 e 60 anos em 2017 conseguisse cuidar de sua mãe em um cotidiano marcado pela exceção ordinária?

Inspirada em Veena Das e tendo seu livro como pano de fundo para trabalhar minhas questões, eu decidi encarar essas situações que fizeram parte de meu trabalho de campo e enfrentar um tema até então pouco estudado e discutido no grupo de pesquisa “DISTÚRPIO: dispositivos, tramas urbanas, ordens e resistências” do qual faço parte. Embora eu não tenha uma vasta leitura sobre a relação entre saúde, doença e pobreza, o trabalho de Veena Das, a pesquisa etnográfica e o investimento no cotidiano ordinário de Leonor me deram as condições para desenvolver algumas situações.

No mesmo ano em que Veena Das publicou o seu livro *Affliction*, Arthur Kleinman (2015) lançou o pequeno artigo intitulado *Care: in search of a health agenda*, no qual propõe que as ciências humanas e biomédicas dediquem mais atenção às dinâmicas empíricas do cuidado. Em seu argumento, “cuidar” é uma das condições que definem o ser humano, que pode ser desde o cuidado com as crianças, com os doentes, com idosos e moribundos, entre outras formas de cuidar, que incluem o cuidar de si mesmo. Embora “cuidar” seja uma experiência onipresente na vida das pessoas, o autor afirma que suas práticas são inadequadamente discutidas nas pesquisas e no ensino e que não damos a justa importância em como elas se inscrevem na sociedade e nos sistemas de saúde. Desenvolver uma compressão sobre as dinâmicas empíricas do cuidado contribuiria, segundo o autor, para um melhor entendimento das experiências ordinárias, mas universais, do que significa viver em um mundo particular e cuidar dos outros e de si mesmo.

O que me interessou na proposta de Kleinman foi o convite para olharmos para as práticas do cuidado através dos “atos de cuidado”, com os atos físicos de tocar, abraçar, estabilizar, levantar, levar ao banheiro e assim por diante. Em seu raciocínio, o cuidado é uma

experiência incorporada tanto para o cuidador quanto para quem recebe o cuidado, que precisa ser percebida através das formas de comunicação, presença, respeito, apoio emocional e solidariedade moral, mas também na competência profissional (quando o cuidador é um empregado pago), no tempo gasto e nos tipos serviços prestados e, eu incluo, pensarmos os limites fluidos entre o que é o trabalho de um cuidador e o trabalho doméstico. Para qualificarmos o cuidado, o autor nos incita a prestar atenção nos “encargos” psicológicos, sociais e financeiros que o cuidador e quem recebe o cuidado atravessam, no qual a qualidade dos cuidados é inseparável do seu contexto. Kleinman ainda chama a atenção para as disparidades históricas e sociais que colocam os pobres, os marginalizados e estigmatizados longe dos cuidados de alta qualidade e que precisamos entender com se dão as dinâmicas do cuidado na vida dessas pessoas sem perder de vista as práticas cotidianas.

Em 2012, Kathleen Woodward chamava atenção para a invisibilidade da relação entre os idosos e seus cuidadores. Articulando geração, raça, classe, gênero e imigração internacional para trabalhar as dinâmicas do cuidado entre idosos brancos americanos ou israelenses e cuidadoras não brancas da Jamaica ou Filipinas (dentre elas travestis), a autora foi categórica ao afirmar que o silêncio sobre essas questões é um “escandaloso segredo público da vida cotidiana” (2012:23). O paradoxo do “segredo público” está exatamente em se saber da relação estruturalmente desigual entre mulheres brancas e mulheres de cor, termos da autora, e escolher que este assunto se mantenha secreto de si próprio ou escondido de si mesmo. Não seria este um escandaloso “segredo público” da sociedade brasileira, na qual as mulheres negras são empregadas domésticas e cuidadoras de famílias brancas e cuja dinâmica cotidiana conhecemos pouco? Woodward nos convida, então, a não repetirmos o erro de concentrar nossas atenções apenas nos idosos fragilizados, ignorando a experiências dos cuidadores, que significa desprezar as questões raciais envolvidas. Ao contrário, a autora nos incita a olharmos para as relações que envolvem o cuidado para que possamos testemunhar essas experiências e entender quais são os atores e como se elaboram as redes econômicas, familiares, de vizinhança, mas também as redes de afetos na vida cotidiana.

Influenciada por Veena Das, Arthur Kleinman e Kathleen Woodward, penso que sabemos pouco sobre o cotidiano ordinário dos pobres urbanos e sabemos menos ainda como eles estão envelhecendo, adoecendo e sendo cuidados. O que sabemos é que a população brasileira vem envelhecendo rapidamente e que, segundo o IBGE, triplicará entre 2010 e 2050 e chegará a 66,5 milhões de pessoas. Como escreveram Helena Hirata e Guita Debert (2016) as questões em torno do cuidado urgem serem discutidas publicamente e tratadas como questão

política³⁸. Após ler o trabalho desses pesquisadores, eu me fiz as seguintes perguntas: quais são as condições de saúde-doença e como se dão os acessos às instituições de saúde dos idosos pobres? Quem cuida dessas pessoas, qual a idade dos cuidadores e quais são suas condições? Como e com que recursos os idosos ou os doentes pobres estão sendo cuidados? Em uma pergunta, como se dão as relações de cuidado no interior das classes populares?

Acompanhar a doença de Alzheimer no dia a dia de Leonor e Dona Geraldina, uma doença incurável, que se agrava ao longo do tempo e é irreversível, é uma tentativa de pensar nos processos de envelhecimento das populações pobres que necessariamente inclui adoecimentos de todos os tipos. Esses adoecimentos vão da infecção urinária ao câncer, de uma gripe à pneumonia, e são acompanhados de atendimentos médicos precários e de poucos recursos para os medicamentos. Se envelhecimento necessariamente inclui adoecimentos em diversos níveis, testemunhar a duração da doença de Alzheimer no ordinário da vida, associada a outras doenças como cataratas, câncer ou periodontite, também significou para mim observar o empenho de Leonor em construir um cotidiano com o menor sofrimento possível para sua mãe, mesmo que ela colocasse a si própria em risco.

Como venho discutindo na tese, meu esforço enquanto pesquisadora é o de valorizar o trabalho no tempo e na duração e as miudezas que fazem a vida ordinária. Assim, são as transformações no cotidiano aparentemente banais ou sem importância, mas que na duração podem produzir efeitos devastadores, o que me interessa descrever e discutir. Não se trata, portanto, de trabalhar essas doenças como rupturas no cotidiano, ao contrário, eu procuro entender como elas vão sendo absorvidas no dia a dia, mas também observar o que não se consegue absorver e torna o cotidiano insuportável. O que me interessa, seguindo os passos de Veena Das (2015a), é observar os pequenos infortúnios, as pequenas desgraças que, somadas às condições de precariedade, fazem com que a vida mude lentamente de direção.

Vou dar alguns exemplos para que fique mais palpável ao leitor o que testemunhei e considero importante trabalhar: se em 2014 Dona Geraldina conseguia ficar em pé, andar e, mesmo com cataratas nos dois olhos, ela se orientava pela casa através das luzes acesas e ia ao banheiro sozinha, com o passar dos anos ela foi lentamente perdendo a visão e a força na musculatura de sustentação das pernas. Em 2017, Dona Geraldina não enxergava, não podia andar sozinha e ela passou a exigir que sua filha a apoiasse, por vezes a carregasse, no caminho até o banheiro ou a fazer suas necessidades em fraldas geriátricas. Essas transformações no tempo e no corpo de Dona Geraldina modificaram o dia a dia de Leonor, o cuidado da filha

³⁸ Ver o Dossiê “Gênero e Cuidado organizado pelas autoras na revista *Cadernos Pagu* (no 46, 2016) que traz diferentes artigos que discutem o problema do cuidado no Brasil e fora dele.

com a mãe e incluiu as fraldas geriátricas como despesa necessária no já curto orçamento doméstico. Se em 2016 Leonor conseguia erguer a mãe do chão após ela dar o estirão, ação usual de Dona Geraldina que consistia em levantar subitamente da poltrona, tentar andar, mas na sequência cair, em 2017 Leonor foi diagnosticada com prolapso genital, um dos efeitos decorrentes dos esforços de Leonor em carregar ou levantar sua mãe. Como consequência da nova doença em seu próprio corpo, Leonor não conseguia mais erguer Dona Geraldina do chão quando ela dava o estirão, passando a amarrá-la na poltrona onde ela ficava sentada durante o dia. Se entre 2014 e 2015 Dona Geraldina tinha uma boa relação com o sono, com o avanço do Alzheimer ela passou a ter insônias corriqueiras, agitações noturnas, alucinações e frequentemente caía da cama. A saída encontrada para evitar as quedas foi a de cercar a cama com grades, o que gerou muitos conflitos familiares, e mesmo assim, essa solução não impedia a insônia de Dona Geraldina que deixavam Leonor exausta devido as sucessivas noites em claro. Algumas dessas mudanças aconteceram de forma lenta e gradual, outras de forma rápida, mas o fato é que cada novidade exigia de Leonor uma nova estratégia para reabitar o cotidiano. Ao mesmo tempo, essas novidades permaneciam no dia a dia, eram embebidas na vida diária e sua duração gerava novos desgastes.

Contudo, não foram apenas os problemas físicos, emocionais e financeiros relacionados especificamente ao envelhecimento e às doenças de Dona Geraldina e aos seus próprios que Leonor precisou enfrentar na duração do mal de Alzheimer de sua mãe. Elas moravam no quarto andar de um prédio sem elevadores o que significava no cotidiano a quase impossibilidade de locomoção dessa senhora para fora do apartamento. Entretanto, a recomendação médica era que Dona Geraldina caminhasse para evitar que os músculos das pernas atrofiassem, mas como caminhar com Dona Geraldina se ela não conseguia descer e subir seis lances de escadas? O leitor ainda poderia se perguntar, bem, mas elas não poderiam caminhar dentro do apartamento? Todavia, o apartamento media cerca de 30 metros quadrados. Nele se distribuíam uma cama, um colchão, um guarda-roupas e um pequeno armário que formavam o quarto; uma mesa de 4 lugares com cadeiras, uma televisão, um sofá de dois lugares, outro pequeno armário, um cofre, uma máquina de costura, vasos com plantas, fotos com molduras na parede e uma poltrona que formavam a sala; na cozinha havia armários, fogão, geladeira, freezer, forminho elétrico, filtro, galões de água para suprir os frequentes cortes no abastecimento; no banheiro o chuveiro, a pia de mão, a máquina de lavar, o vaso sanitário sem descarga, por isso baldes cheios de água ficavam dispostos na lateral. Por toda a casa havia mil outros pequenos objetos. Não raro aparecia um neto, um filho ou um sobrinho para morar com

elas, além da velha cachorra Dora que vivia com Leonor há 16 anos em 2014. Caminhar com Dona Geraldina dentro do apartamento era tarefa quase impossível e poderia ser desastrosa.

Mesmo com todas essas adversidades, Leonor tentou descer com sua mãe uma ou duas vezes para fazer a caminhada recomendada pelo médico. Descer os 6 lances de escadas sem corrimão com Dona Geraldina levava cerca de 30 minutos e outros 30 minutos para subi-las, além das reclamações ininterruptas das dores nas pernas, do cansaço durante o trajeto e, por vezes, a recusa de Dona Geraldina em andar com ameaças de se jogar no chão e elas precisarem parar no meio do caminho. Para agravar o problema, na portaria do prédio onde elas moravam o Comando Vermelho havia instalado uma boca de fumo e alguns garotos armados comercializavam os produtos, o que provocava uma constante tensão em Leonor. Desde que o Comando Vermelho invadiu a ocupação, as intervenções policiais foram progressivamente se tornando frequentes e, como consequência, perseguições, correrias, fugas e tiroteios. Como essas perseguições e tiroteios eram quase sempre uma surpresa e ocorriam em qualquer horário, a tensão de Leonor ao caminhar com sua mãe era a de estar com ela nas escadas do prédio durante uma intervenção policial e não conseguir protegê-la, ou pior, que ela se machucasse ou caísse das escadas. Somava-se ainda a pouca iluminação, pois os garotos do tráfico quebravam as luzes que ficavam nos corredores e escadas próximos ao ponto de vendas para dificultar a visão dos policiais e o reconhecimento de seus rostos. Para quem tinha cataratas e se orientava pelas luzes e sombras, descer escadas sem iluminação e sem corrimão se tornava uma atividade perigosa. As caminhadas de Dona Geraldina foram, então, abandonadas. Leonor a tirava do apartamento, descia e subia as escadas com ela apenas para urgências e consultas médicas. Dona Geraldina era uma dentre outros idosos que moravam na ocupação.

As situações que levaram às descrições que fiz acima eu presenciei ou me foram contadas por Leonor. É fato que a experiência da doença de Alzheimer vivida por Dona Geraldina a partir dela própria não foi acessível a mim durante a pesquisa. Desde que comecei a frequentar a casa de Leonor, a doença de Alzheimer já havia comprometido totalmente a troca de experiências através da cognição e da linguagem. Em outras palavras, eu não tenho como descrever as experiências vividas por Dona Geraldina e o significado do mal de Alzheimer em seu corpo e em seu cotidiano a partir de suas próprias percepções. Contudo, como nos ensinou Veena Das (2015a) no capítulo *Dangerous Liaisons: Technology, Kinship, and Wild Spirits*, doenças que alteram a percepção como a loucura no caso de Das e o Alzheimer no meu caso, nos convidam a olhar não para a interioridade de uma pessoa, mas para as reverberações que recaem sobre aqueles que estão em relação com ela. Nesse sentido, as fronteiras do corpo e da mente humana não são fronteiras dos sujeitos. Os sujeitos da doença de Alzheimer, assim como

os sujeitos da loucura, não são indivíduos isolados e não existem sozinhos, ao contrário, são constituintes de uma rede de relações, muitas delas cheias de conflitos. O que Veena Das nos convida reiteradamente a fazer é olhar como a loucura se inscreve e se embebe no cotidiano. É esse o movimento que quero fazer em relação à doença de Alzheimer de Dona Geraldina levando em conta as relações familiares, as condições de gênero, pobreza e precariedade.

Antes de finalizar a introdução desta parte da tese, gostaria de trazer mais uma questão colocada por Arthur Kleinman et al. com a qual pretendo discutir. No artigo *Time for mental health to come out of the shadows* (2016), o autor descreve as discussões que ocorreram na reunião *Out of the Shadows: Making Mental Health* organizada pelo Banco Mundial e pela Organização Mundial de Saúde. Nessa reunião, realizada em abril de 2016 em Washington, Estados Unidos, os problemas em torno da saúde mental foram colocados como prioridade nas agendas mundiais de saúde e desenvolvimento. Dentre as questões destacadas por Kleinman et al., me interessei pela invisibilidade dos doentes mentais e seus cuidadores em contextos como os conflitos na Síria, entre as populações deslocadas na Colômbia, no interior do crescente número de refugiados no Oriente Médio e Europa, nos esforços de reconstrução de países após desastres naturais como no Japão, Nepal, Haiti, entre outros, e nos surtos de doença como o vírus Ebola na África Ocidental. Os autores nos convidam, recorrendo ao título da reunião, a tirar das sombras as práticas diárias em torno da saúde mental e do cuidado nesses contextos que, embora tenha um grande número de pesquisas, essas questões são negligenciadas.

Com os três capítulos que discuto nesta parte da tese, pretendo caminhar ao lado de outros pesquisadores, agentes de saúde e militantes que trazem pouco a pouco as questões que envolvem o cuidado de idosos e doentes, pobreza e doenças mentais para a cena pública, indo ao encontro das propostas colocadas por Arthur Kleinman (2015) e Kathleen Woodward (2012). Para que consigamos ampliar ainda mais as discussões em torno do cuidado no cotidiano, Woodward defende que continuemos a contar as histórias das relações entre cuidadores e idosos. Sua proposta é que os pesquisadores contem cada vez mais histórias biográficas e que essas histórias sejam extraídas da vida cotidiana e das experiências concretas. A autora nos encoraja a falarmos cada vez mais sobre a relação entre idosos e seus cuidadores, trazendo para o domínio público questões que foram naturalizadas como privadas.

Como eu falei na introdução da tese, o que me interessa enquanto pesquisadora é entender o que significa viver a vida em exceção ordinária, levando em conta diferentes questões que constroem o dia a dia de uma pessoa. O cotidiano é, portanto, o ponto de partida da minha pesquisa. Tirar das sombras a exceção ordinária sob a ótica do envelhecimento e das doenças de Dona Geraldina e de Leonor, da duração do mal de Alzheimer e de sua inscrição no

cotidiano e nos corpos, da responsabilidade e do cuidado associados ao gênero, às relações familiares, à pobreza, moradia, atendimento médico precário e à precariedade das instituições de saúde é o objetivo dos próximos três capítulos.

2.1 Corpos marcados: temporalidades, responsabilidades e subjetividade

No livro *Affliction*, Veena Das (2015a) nos fala que quando descrevemos as experiências das doenças e dos doentes no cotidiano é bastante comum que essas narrativas se entrelacem às histórias das relações familiares. Ao se nomear quem ajudou em um momento difícil ou quem deveria estar presente mas abandonou, quem resolveu um problema ou quem criou uma situação ruim, formulam cobranças, demandas, acusações, solidariedades e reconhecimentos que vão se infiltrando e constituindo as relações cotidianas. Ao mesmo tempo, muitas das ações exercidas no presente são associadas ou explicadas a partir de certos episódios que ocorreram no passado. O caso de Dona Geraldina e Leonor não foi diferente. A partir de situações específicas, veremos como o passado está embebido e modula a experiência no presente. Nesse sentido, não são apenas as relações de morte, prisão e tortura, como as que trabalhei nos capítulos anteriores, que perfazem o trabalho do tempo conectando passado, presente e também futuro. As experiências de envelhecimento e adoecimento seguem a mesma direção. O que Veena Das está nos dizendo é que as pessoas têm histórias e relações antes do aparecimento das doenças e que essas histórias e relações não se deslocam das pessoas quando elas se tornam doentes, ao contrário, passado e presente se enredam. A partir do trabalho de Veena Das e do que vivi com Leonor, entendo que o trabalho do tempo e da duração da doença em um corpo não pode estar dissociada do trabalho do tempo e da duração das relações. É essa complexidade temporal e relacional o que pretendo trabalhar abaixo.

Contudo, as histórias das doenças e dos doentes em situação de pobreza são complexas porque não nos falam apenas de relações familiares. Como nos ensina Veena Das, quando analisamos a trajetória das doenças em um corpo específico, nós podemos ver os rastros deixados pelas instituições estatais e seguir suas pegadas. Ao darmos atenção a esses rastros institucionais, nós podemos traçar como os acertos e as falhas das instituições estatais atuam na formação de corpos, que não podem ser dissociados das condições de pobreza e precariedade. O que o corpo de Dona Geraldina nos fala sobre doenças, cuidado, pobreza, família, gênero, mas também sobre instituições estatais? Nesse sentido, não pretendo separar as narrativas das relações familiares das histórias de encontros e desencontros com as instituições do estado. Ao contrário, é justamente essa correlação entre família e estado que inclui a alternância entre

negligencia e dedicação, cuidado e abandono, carinho e maus-tratos que nos permite pensar na formação de corpos mais ou menos marcados pela precariedade.

A questão da responsabilidade é mais um dos problemas colocado por Veena Das que me ajuda a pensar o caso de Leonor e Dona Geraldina. Das nos fala que não podemos naturalizar a responsabilidade e o cuidado que uma pessoa assume em relação ao outro e como a ideia de responsabilidade está embebida na ética cotidiana. Para pensar o meu caso específico, a questão da responsabilidade seguirá duas direções. A primeira, trata dos processos que levaram uma pessoa a se tornar responsável por aquela que adoeceu. Nesse sentido, faço a pergunta, como Leonor se tornou responsável pela mãe? Por que ela e não outra pessoa da família assumiu esse compromisso? Um segundo sentido que adoto para pensar a questão da responsabilidade é tratá-la a partir das práticas cotidianas. Assim, elaboro a segunda pergunta: que tipo de responsabilidade cotidiana uma pessoa assume em relação à outra quando esse outro não é um ser abstrato, mas a sua própria mãe doente? Que tipo de responsabilização uma pessoa atribui para si mesma e para os outros quando as condições de pobreza e precariedade, as dificuldades de acesso às instituições de saúde ou os limites relacionados à moradia precária impedem que o cuidado seja exercido da forma como a pessoa entende como o cuidado ideal?

Neste - e nos próximos três capítulos - discutirei como Leonor foi construindo seu conhecimento sobre saúde e doença, como ela foi escolhendo quais substâncias dar e quais não dar para sua mãe, e o que oferecer como alimento a partir da perspectiva da ética e da responsabilidade cotidiana. Nesse sentido, me interessam as combinações e os usos das medicações oficiais e alopáticas e também as frutas, verduras e legumes que Leonor escolhia para enfrentar e vencer as doenças de Dona Geraldina. Para escolher o que dar e o que não dar para sua mãe comer e beber, Leonor buscou informações nos consultórios médicos e nos hospitais, mas também em sites que falam de medicina natural, em vídeos ou textos que ela recebia por whatsapp e explicavam como usar certa fruta para uma doença específica, ou ainda em livros best sellers que ela encontrava nas livrarias ou nas ruas da Central do Brasil, e em experiências contadas por um amigo ou por um vendedor de ervas, frutas e legumes especializado em plantas medicinais. Eu discuto essas escolhas de Leonor como uma forma de experimentação e de conhecimento sobre o próprio corpo e sobre o corpo do outro. Muitas vezes, as plantas medicinais surgiram para potencializar os usos de remédios alopáticos ou para substituí-los. Outras vezes, as plantas foram utilizadas como alternativa milagrosa às limitações da biomedicina que não cura as certas doenças. Aqui, estou pensando não só na autogestão de medicamentos, mas também na aceitação e na recusa de certas substâncias, alopáticas ou não, baseadas em experiências corporais e em conhecimentos adquiridos conforme os anos.

Para cuidar de sua mãe, Leonor vivia diariamente um intenso regime de trabalho manual. Baseada nas reflexões de Anne McClintock (2010), descreverei abaixo como o cuidado com Dona Geraldina intensificou a rotina de trabalho de Leonor até o ponto em que essa rotina passou do exaustivo ao insuportável. As formas como o regime de trabalho e o cuidado com a mãe afetaram o corpo de Leonor, será trabalhada a partir da pergunta: o que acontece quando o cuidador fica doente? Ao descrever uma decisão de Leonor por não operar o prolapso genital, eu quero discutir como certas decisões fazem parte de temporalidades mais amplas, marcam os corpos e produzem vulnerabilidade, como estão embebidas nas relações familiares e profundamente conectadas com as condições de pobreza e precariedade.

Finalizo o capítulo com duas difíceis conversas que Leonor e eu tivemos sobre a morte e o morrer. Com o avanço do Alzheimer, Dona Geraldina passou a ter alucinações e insônias corriqueiras e, conseqüentemente, Leonor passava dias e noites sem dormir. Trabalharei as insônias de Dona Geraldina como um dos eventos que não são absorvidos na vida diária, mesmo que façam parte dele, e vão deixando o cotidiano insuportável. O outro evento que não foi absorvido aparece como memórias que Leonor reanima no presente, relativas às violências que ela sofreu na infância e adolescência no interior da sua família. A frequência das noites em claro, somada à conflituosa relação com seu filho Vitor afetaram profundamente a subjetividade de Leonor a partir da qual ela começou a pensar que a morte seria a opção para que ela pudesse descansar.

2.1.1 Trânsitos, doenças, família e instituições

Foi em dezembro de 2013 que Leonor trouxe Dona Geraldina para morar consigo na Ocupação Nelson Mandela. Eu frequentava a casa de Leonor fazia alguns meses por isso estive presente durante o processo de chegada de Dona Geraldina e as acompanhei até final da tese. Quando Dona Geraldina chegou, ela estava anêmica e tinha olheiras tão profundas que parecia, nas palavras de Leonor, que ela usava óculos Ray Ban. Leonor fazia essa analogia aproximando as olheiras da mãe ao modelo clássico de óculos da marca Ray Ban que, por seu formato ovalado, deixa escura a região que vai da sobrancelha até o início das bochechas. Com essa analogia, Leonor dizia para mim e todos a sua volta sobre o estado de saúde de sua mãe a partir dos efeitos visíveis em sua face, mas também sobre o tipo de cuidado que ela recebia de seus filhos Cleber e Laura. Meses depois, Leonor continuava a repetir essa narrativa e, ao nos apresentar sua mãe sem olheiras, a história falava do cuidado que a mãe recebera em sua casa.

Nesta parte do capítulo, vou construir a trajetória de Dona Geraldina desde a morte de seu marido até sua chegada na Ocupação Nelson Mandela, a partir da narrativa de Leonor. Veremos que os trânsitos entre cidades (Rio de Janeiro - Santos - Rio de Janeiro) e entre bairros (Santa Cruz - Central do Brasil) é marcado pelas relações familiares, por violências ordinárias, pela precariedade cotidiana e pelas doenças que se inscreveram no corpo de Dona Geraldina com o passar dos anos.

Peço ao leitor que dediquem atenção às diversas violências que atingiram as mulheres no interior da família, como essas violências construíram o cotidiano e fizeram com que essas mulheres se movimentem, ora driblando ora encarando, ou ainda ameaçando os/as autores/as das violências. Como Adriana Piscitelli (2017) colocou, os estudos sobre violência doméstica estão focados na violência conjugal e acaba invisibilizando outras formas de violências presentes no cotidiano e no interior das famílias. O que tentei fazer foi não enfatizar nas “violências dos maridos sobre as mulheres”, ou na “violência doméstica” enquanto categoria jurídica e normativa que classifica o que é e o que não é violência, mas olhar para as relações entre pais, irmãos, tios e sobrinhos a partir do que Leonor classificou como violência. Ao olhar para essas relações, veremos como as violências que ocorrem na vida cotidiana não são abstratas, que elas têm diversas classificações como roubos, maus-tratos, má alimentação, espancamentos, estupros e como estão embebidas nas relações familiares, na qual importam os contextos e também os atores com gêneros específicos que vivem (fazem e/ou recebem) a violência.

Por outro lado, também peço ao leitor que observe a presença feminina na vida de Leonor e de sua mãe e como as mulheres, que aparecem de forma quase invisível nas narrativas, ou que aparecem uma vez e desaparecem depois, fazem parte de uma rede de solidariedades para a resolução de problemas concretos. Uma amiga aparece dando uma cadeira higiênica para Leonor, outra para conseguir a cadeira de rodas, outra quando trazia fraldas geriátricas para Dona Geraldina, entre outras vezes que as mulheres surgem nas narrativas. São algumas das redes quase invisíveis de mulheres na construção de um cotidiano menos precário o que gostaria de desvelar. Há ainda as complexas relações de Leonor com as mulheres de sua família, com quem ela mantém laços que envolvem amor, raiva, memórias das violências e expectativas no cotidiano.

2.1.1.1 Cataratas e periodontite: marcas da precariedade

Dona Geraldina fez uma longa jornada até se instalar na casa de sua filha Leonor. Lembremos que após morte de seu pai, marido de Dona Geraldina, Leonor veio para o Rio de

Janeiro e começou a reivindicar um espaço para si e para seus filhos na casa pertencente à mãe. Entretanto, a casa era dividida com Cleber e sua família que não aceitavam a presença da irmã e de seus filhos e queriam cobrar um aluguel. Sem ceder à imposição de Cleber, Leonor e seus filhos começaram a enfrentá-lo. Com isso, iniciaram as brigas pela grande herança que levou Leonor a sair da casa da mãe e, meses depois, à morte de Glauber que Leonor atribui a seu irmão e a sua cunhada devido às ameaças que o filho recebia dos tios. Com a saída de Leonor, Dona Geraldina ficou morando em sua casa em Santa Cruz com seu filho Cleber, sua cunhada Rosana e seus dois netos. Nessa época, entre 1999 e 2000, Dona Geraldina tinha 66 anos e os efeitos das cataratas já haviam comprometido parte de sua visão.

No Rio de Janeiro, Dona Geraldina vinha fazendo os exames médicos afim de conseguir a cirurgia de cataratas, mas a data da cirurgia demorava a chegar. Sem conseguir a cirurgia e ficando com a visão cada vez mais comprometida, sua neta Carla sugeriu que a avó fosse até Santos, cidade onde ela morava, para tentar a cirurgia na cidade, visto que a neta trabalhava em uma instituição de saúde e ela dizia conseguir encurtar os caminhos burocráticos para a cirurgia. Na cidade de Santos, além da neta Clara, moravam a sua filha Laura, seus netos Pedro e Aparecida.

Com o objetivo de conseguir a cirurgia para cataratas, Dona Geraldina morou cerca de três anos em Santos alternando entre a casa de sua filha Laura e a casa de seu neto Pedro. Me contou Leonor que durante o período em que Dona Geraldina ficou na casa de Pedro, o sobrinho dizia cuidar da avó e guardar o dinheiro referente a sua aposentadoria em uma poupança para a realização da cirurgia de cataratas. Entretanto, ao invés de guardar o dinheiro, ele o utilizava em proveito próprio. Leonor se queixava do sobrinho, pois, além de acusá-lo de maus-tratos, ele nunca fez a poupança prometida para o tratamento da avó.

Para contar essa história, Leonor me falava das insinuações feita por seus irmãos que frequentemente a acusavam (às vezes de forma tácita, outras, aberta) de usar o dinheiro da mãe em proveito próprio. Ao colocar sua história ao lado da história do seu sobrinho, Leonor comparava as duas situações. Mesmo que ambos utilizassem a aposentadoria de Dona Geraldina, ela se defendia das acusações de usurpação do dinheiro sob o argumento de que o dinheiro era utilizado para os cuidados diários com a mãe, cuidados esses que a impediam de trabalhar. O sobrinho tinha feito justamente o contrário, agora era Leonor quem o acusava de ter mentido e usado o dinheiro da avó em proveito próprio, de alimentá-la apenas com miojos e de, por vezes, bater nela, além de Pedro ter renda própria decorrente de seu trabalho. Leonor também acusava o sobrinho de ter feito empréstimos bancários que descontavam diretamente da aposentadoria da avó, mas que Pedro nunca pagou. Como acontecia com quase todas as

histórias contadas por Leonor, para atestar a veracidade de suas palavras, suas narrativas eram sempre acompanhadas dos documentos que comprovavam o que ela dizia. Aqui, vemos mais uma vez como o passado está emaranhado ao presente. Nesse sentido, os documentos oficiais funcionam, por um lado, como um elo entre diferentes temporalidades e, por outro, como atestado da verdade e como uma “assinatura do estado” na vida cotidiana (Das 2004). Assim, as histórias do roubo de seu sobrinho – forma como Leonor se referia aos acontecimentos – e dos empréstimos eram demonstrados através dos extratos da conta bancária de Dona Geraldina à época que Leonor guardava em uma pequena caixa.

Sem poder visitá-la na cidade de Santos, Leonor ligava semanalmente para a mãe. Contudo, Leonor tinha dificuldades em falar com ela: um dia Dona Geraldina havia ido ao mercado, outra vez ela estava no médico, às vezes estava dormindo e raramente ela estava desacompanhada quando falava ao telefone com a filha. Essas dificuldades de falar com a mãe foram interpretadas por Leonor como uma técnica para que a mãe não conseguisse contar para a filha o que estava acontecendo com ela. Leonor dizia que seu sobrinho tinha medo da grande confusão que ela armaria com a família inteira, caso Dona Geraldina contasse a ela a forma como Pedro a tratava. Era claro para todos que Leonor não hesitaria em chamar a polícia e fazer com que esses maus-tratos pudessem se transformar em processos judiciais contra a família de sua irmã. Na sua interpretação, também se somava o ciúme que a família da irmã tinha dela, decorrente do cuidado e do carinho entre mãe e filha e porque Leonor sempre defendia as causas da mãe.

Certo dia, a irmã de Pedro, Aparecida, muito religiosa e adepta da religião evangélica, teve uma visão de que seu irmão estava maltratando Dona Geraldina e decidiu fazer uma visita sem avisá-lo. Assim que Aparecida chegou, ela viu a avó caída no chão, passando mal e muito debilitada. Ela contou sobre as condições da avó para a mãe e ambas decidiram levá-la de volta para a casa de Laura. Após esse episódio com Pedro e sem condições de cuidar de Dona Geraldina, Laura e Aparecida decidiram levá-la de volta para o Rio de Janeiro. Um dos filhos de Laura tinha amigos caminhoneiros. Através deles, elas conseguiram uma carona em um caminhão que as trouxeram até Santa Cruz. Laura acompanhou Dona Geraldina e ficou um ano no Rio de Janeiro cuidando dela. Nesses anos, Dona Geraldina já apresentava os primeiros sinais do esquecimento.

Sem a cirurgia para cataratas, Dona Geraldina foi lentamente ficando cega e, sem usar os olhos, os músculos que levantam as pálpebras superiores se atrofiaram. Eu acompanhei de perto esse processo e a luta diária de Leonor para que a mãe mantivesse os olhos abertos, mas

Leonor foi lentamente desistindo dessa impossível tarefa. Em 2017, Dona Geraldina ficava com os olhos fechados o dia todo e já não tinha mais força para abri-los.

Cataratas é uma alteração que torna opaca o cristalino do olho e vai lentamente cegando a pessoa. Para tratá-la é necessária uma cirurgia que, segundo o site do Ministério da Saúde, é simples e as taxas de sucesso no país são de 90%. Eu fiquei curiosa sobre os índices de cegueira relacionado a cataratas no Brasil e fui buscar esses dados. Os resultados da Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 mostram que 31,9% das mulheres idosas têm cataratas, sendo o grupo mais vulnerável. Segundo o relatório produzido pelo Conselho Brasileiro de Oftalmologia intitulado “Condições de Saúde Ocular no Brasil” de 2015, o número de pessoas cegas por cataratas no país é de 350 mil pessoas. Embora o relatório da Pesquisa Nacional de Saúde considere as questões raciais em suas pesquisas, não há dados em nenhum dos dois relatórios que relacionem os índices de acesso à cirurgia de cataratas, as taxas de cegueira de cataratas, as classes sociais e raciais mais ou menos afetadas pela cegueira por cataratas. Não é difícil imaginar que o acesso ao tratamento da doença e a cegueira por cataratas incide de forma desigual nos corpos quando se consideram essas variáveis. Embora eu esteja mais interessada em como essas doenças afetam a vida cotidiana das pessoas do que pelos números, eu trouxe as estatísticas da cegueira por cataratas pois elas me ajudam a pensar em como este adoecimento é uma marca da pobreza e da precariedade no corpo de Dona Geraldina que, no caso específico, envolveu também o não acesso à instituição de saúde e os conflitos familiares.

Todavia, essa não é a primeira marca que combina precariedade do estado, cuidado/negligência, conflitos familiares e as condições de pobreza no corpo de Dona Geraldina. Entre os 45 e 50 anos de idade, Dona Geraldina teve piorreia, na linguagem popular, ou periodontite, na linguagem médica, e em pouco tempo ela perdeu todos os dentes da boca e passou a usar dentaduras até que, depois do câncer de boca, ela ficou sem a prótese dentária. Seguindo a mesma curiosidade que eu tive em relação à catarata, eu fui buscar os dados em relação à piorreia. Cerca de 11% da população brasileira, ou 16 milhões de pessoas, não tem nenhum dente e mais uma vez as mulheres são o grupo mais vulnerável. Já a periodontite é uma infecção bacteriana que afeta os tecidos que dão suporte aos dentes, gengivas. Os níveis moderado e grave da doença atingem 6,3% da população adulta brasileira e, segundo o relatório da Pesquisa Nacional de Saúde Bucal, de 2010, a população mais vulnerável em nível grave da doença são os homens, pobres, negros e com pouca escolarização. Assim como a cegueira por cataratas, a perda de dentes por piorreia poderia ter sido evitada ou, mesmo quando incidida, é de fácil tratamento se tiver acompanhamento odontológico e instruções de higiene bucal. Nesse sentido, o meu argumento é que tal como a cataratas, a periodontite é mais uma das marcas da

pobreza e da precariedade inscrita no corpo de Dona Geraldina que se relaciona com as dificuldades de acesso às instituições de saúde.

Ao cruzar a cataratas e a periodontite com a impossibilidade de tratamento dessas doenças no mesmo corpo - entre as outras que mostrarei abaixo - vemos que os corpos pobres são profundamente marcados por doenças, muitas vezes de forma irreversível. Embora as pesquisas tratem de doenças como cataratas e periodontite separadamente, ou seja, a partir de sua própria especialidade, o que estou sugerindo pensar é que elas acometem os mesmos corpos, acumulando e sobrepondo camadas de doenças e precariedades. Dona Geraldina não apenas ficou cega por cataratas, perdeu todos os dentes por periodontite, mas tem diabetes, é hipertensa, retirou a vesícula, ficou parcialmente surda, entre outros efeitos de doenças específicas que trabalharei abaixo. Por esta perspectiva, a doença é revelada como profundamente social e política, no qual a complexidade e a vulnerabilidade aparecem quando analisamos a incidência de diversas doenças em um só corpo específico. Para pensar a formação das marcas corporais das doenças, é preciso, portanto, entrelaçá-las com as condições de pobreza e precariedade, com as relações familiares, mas também com as políticas públicas e o acesso às instituições de saúde. Para entender as experiências das doenças, é preciso levar em conta os corpos específicos acometidos pela doença, suas condições de gênero, classe e raça, além das inscrições das instituições do estado, seja pelas falhas e negligências, seja pelos acertos.

Antes de passar para a próxima parte do capítulo, gostaria de trazer um pequeno trecho da aula dada por Michel Foucault em 17 de março de 1976, aula em que o autor começa a desenvolver seu conceito de biopolítica. Nela o autor desenvolve como adoecimento e envelhecimento estão no centro da intervenção do poder biopolítico, na medida em que a morbidade passa a ser um problema de Estado. No trecho que trago ao leitor, destaco aquele que nos permite pensar em como doenças estão inscritas nas formas de se “fazer viver” e “deixar morrer”:

Nessa biopolítica, não se trata simplesmente do problema da fecundidade. Trata-se também do problema da morbidade, não mais simplesmente, como justamente fora o caso até então, no nível daquelas famosas epidemias cujo perigo havia atormentado tanto os poderes políticos desde a Idade Média (aquelas famosas epidemias que eram dramas temporários da morte multiplicada, da morte tornada iminente para todos). Não é de epidemias que se trata naquele momento, mas de algo diferente, no final do século XVIII: grosso modo, aquilo que se poderia chamar de endemias, ou seja, a forma, a natureza, a extensão, a duração, a intensidade das doenças reinantes numa população. Doenças mais ou menos difíceis de extirpar, e que não são encaradas como as epidemias, a título de causas de morte mais frequente, mas como fatores permanentes - e é assim que as tratam - de subtração das forças, diminuição do tempo de trabalho, baixa de energias, custos econômicos, tanto por causa da produção não realizada quanto dos tratamentos que podem custar. Em suma, a doença como fenômeno de população: não mais como a morte que se abate brutalmente sobre a vida

- é a epidemia - mas como a morte permanente, que se introduz sorrateiramente na vida, a corrói perpetuamente, a diminui e a enfraquece (Foucault 2008a, p: 290-91, grifos meus).

2.1.1.2 Câncer e estratégias cotidianas

Voltemos para o momento em que Dona Geraldina volta para o Rio de Janeiro acompanhada de sua filha. Ao chegar com Dona Geraldina, Laura ficou um ano cuidando dela, vivendo na casa de sua mãe em Santa Cruz, dividindo o espaço com seu irmão Cleber, sua esposa e seus filhos. Naquele período, Dona Geraldina não conseguia mais usar a dentadura por causa das dores relativas a uma feridinha na gengiva que nunca fechava. A princípio ela tentou usar a dentadura apenas na parte superior da boca, mas a forma encontrada machucava ainda mais a gengiva inferior quando mastigava. Nas vezes em que Laura e Dona Geraldina visitavam Leonor na Ocupação Nelson Mandela, a mãe mostrava a ferida para as filhas. Leonor logo ficou preocupada, pois ela sabia que era comum idosos desenvolverem câncer na boca sobretudo quem tinha perdido os dentes, o que mostra uma certa “expertise” de Leonor na relação entre vulnerabilidade, corpos e doenças. Por isso, ela insistia que a irmã levasse Dona Geraldina ao dentista, visto que era Laura a encarregada de cuidar dos remédios e de levar a mãe ao posto de saúde naquele momento. Contudo, em meio a tantas queixas feitas por sua mãe, Laura esquecia de falar sobre a feridinha na boca ao médico, até que um dia ela lembrou. O médico encaminhou Dona Geraldina para fazer uma biópsia. No dia de buscar o resultado, Leonor queria acompanhar a irmã. Para isso, ela acordou às 4 da manhã e às cinco ela estava no ônibus. Não foi uma surpresa para Leonor quando o resultado deu câncer. Elas, então, iniciaram o pedido de tratamento e entraram na longa fila do Sistema Nacional de Regulação (SISREG).

Julie Livingston (2012) escreveu o sensível livro *Improvising medicine: an African oncology ward in an emerging cancer epidemic*, como resultado de sua pesquisa sobre as práticas médicas em uma enfermaria destinada a pacientes com câncer em Botsuana. Ao analisar as relações entre médicos, enfermeiros e pacientes com câncer, Livingston demonstra como as experiências das doenças em um corpo específico são frequentemente narradas a partir de minúsculos detalhes. Seguindo o raciocínio da autora, são nesses detalhes, sobrepostos um ao outro, que podemos ver as conexões entre corpos e sintomas, relações familiares e instituições, precariedade e cuidado, carinho e negligência. Se, como Veena Das (2011a) trabalhou, as formas como a violência da Partição se inscrevem no cotidiano cria uma atmosfera que não pode ser expelida para fora das relações, penso que as relações de saúde e doenças seguem o mesmo caminho. Ao acompanharmos as narrativas das doenças em seus minúsculos

detalhes, vemos como os corpos vulneráveis são produzidos lentamente, como as pequenas transformações se inscrevem nas pessoas e como elas vão pouco a pouco aprendendo conviver com as novas condições. Esses detalhes vão, camada a camada, fazendo parte, construindo e marcando os corpos, o que significa que não podem ser expelidas do corpo, ao contrário, são embebidas nesse corpo e, conseqüentemente, nas relações.

Voltemos à história de Dona Geraldina. Embora Cleber não autorizasse que Leonor visitasse a mãe, ela a visitava escondido, quando o irmão saía para trabalhar. Em uma dessas visitas, Leonor viu que o irmão e sua cunhada tinham transferido Dona Geraldina do quarto principal da casa para um quarto minúsculo e sem janelas. Me disse Leonor que o quarto tinha muitas fezes de ratos e que a cabeça de sua mãe estava cheia de piolhos, além de uma queixa de dores nas costelas. Leonor a levou imediatamente ao hospital, imaginando que o irmão pudesse agredido a mãe e quebrado uma de suas costelas, mas o diagnóstico foi pedras nos rins. Ao voltar para casa, Leonor encontrou Cleber e mais uma vez eles brigaram. Ela o acusava de estar matando a mãe deles e ele que Dona Geraldina reclamava demais e que era charme. Leonor afrontou o irmão apresentando o raio-X que constatava as pedras nos rins.

Pediria ao leitor que fizesse comigo uma digressão e avançasse um pouco no tempo. Em novembro de 2015, dois anos depois da chegada de Dona Geraldina à ocupação, eu levei Leonor e sua mãe na casa onde viviam Cleber e sua família, em Santa Cruz. O pretexto utilizado para esta visita era que Leonor precisava buscar algumas roupas para a mãe, mas o que Leonor queria, de fato, era me mostrar o estado da casa, o quarto sem janelas e com fezes de ratos onde Dona Geraldina ficava o dia todo, para que eu acreditasse no que ela me contava. Eu reconheço que fiquei chocada com o estado do quarto. Por mais que Leonor o descrevesse com muitos detalhes, o quarto tinha condições piores do que eu poderia imaginar. Nós entramos e saímos rápido trazendo algumas camisolas de Dona Geraldina. Segundo Leonor, eles ficaram relativamente quietos devido a minha presença, mas o clima era ameaçador e nós duas ficamos inseguras. Após essa rápida digressão, retomo a história de Dona Geraldina.

Leonor já vinha convencendo sua irmã Laura a trazer Dona Geraldina para a ocupação. Após o diagnóstico de câncer na boca, Leonor passou a ter um forte argumento, visto que o tratamento de câncer seria feito no centro da cidade e a irmã não teria dinheiro para transportar a mãe até o hospital. Sua preocupação era com as condições que moravam a sua mãe, a certeza da violência e o fato de que ela não teria os cuidados médicos e familiares necessários. A cada visita Leonor reconhecia as marcas da violência nos corpos de sua mãe e irmã que não disfarçavam, ao contrário, contavam o que havia acontecido: apanhado, levado beliscões... No dia em que elas receberam o diagnóstico de câncer, Leonor registrou uma queixa por agressão

contra seu irmão e a favor de sua mãe, papéis esses guardados na mesma caixinha onde estão os extratos que comprovam os empréstimos bancários feitos por seu sobrinho. Essa queixa, como podemos imaginar, deixou o irmão e sua família enraivecidos. Sem poder visitar a mãe por conta dos conflitos com o irmão, agravados pela queixa policial por maus-tratos, ela vinha lentamente convencendo a irmã a levar a mãe para a ocupação. Além dos motivos expostos acima, Rosana ameaçava matar Dona Geraldina e Laura com veneno para ratos.

Passados alguns meses, Laura foi convencida a levar Dona Geraldina para a casa de Leonor, mas como levá-la sem que Cleber desconfiasse de suas intenções? As irmãs, então, pensaram na seguinte estratégia: quando Cleber saísse para trabalhar, Laura faria uma pequena mala com as roupas e outros objetos indispensáveis e, se fosse necessário, ela diria ao irmão que iria ao médico. Ela não esqueceu o cartão “Caixa Fácil” que acessava a conta bancária onde era depositada a aposentadoria de Dona Geraldina. Era dezembro de 2013, alto verão e na cidade o calor era escaldante. Quem já passou o verão no Rio de Janeiro sabe o quão quente a cidade fica com dias e mais dias sob o sol de 40° celsius. Por isso, Leonor insistiu para a irmã que trouxesse também o ventilador, já que Leonor tinha apenas um ventilador e certamente a mãe precisaria de um direcionado apenas a ela. Na hora de entrar no taxi, Rosana ajudou Laura a carregar a pequena mala e o ventilador. Leonor acreditava que a cunhada entendeu o que estava acontecendo e não via a hora de se livrar de Dona Geraldina. Assim que a mãe entrou em sua casa, Leonor pensou: daqui ela não sai mais. Laura voltou para a casa onde vivia seu irmão, mas logo foi embora para Santos.

O que a história de Dona Geraldina nos ensina até aqui? A partir da narrativa de Leonor, eu aprendi que a responsabilidade que uma pessoa assume em relação à outra não pode ser naturalizada, ao contrário, ela tem uma história que é construída de forma lenta e gradual no correr dos anos e está ancorada em experiências concretas. Essa responsabilidade não está dissociada dos conflitos familiares e das relações de gênero interna às famílias, nas quais os homens em geral apareceram como aqueles capazes de bater, maltratar, roubar e trapacear e as mulheres são aquelas que vão driblando essas situações. Há ainda o caso de Rosana que complexifica esta relação e não nos permite fixar definições nas formas generificadas de agir, mas sim analisá-las a cada situação. Aprendi também que a formação de corpos mais ou menos vulneráveis e marcados pela precariedade está intimamente entrelaçado ao acesso ou não às instituições de saúde, às difusas formas de negligência e cuidado, de violências cotidianas e situações de amparo, e a uma rede de pequenos e grandes eventos que são cotidianamente vividos ano após ano.

Com a história da chegada de Dona Geraldina até a casa de Leonor penso que podemos ver como o “deixar morrer” não é algo que se dá apenas em relação aos assassinatos dos jovens das classes populares, como trabalhei no Capítulo 1, mas se inscreve lentamente no corpo das pessoas e populações pobres durante anos. Nesse sentido, as políticas que precarizam ainda mais as instituições públicas de saúde e dificultam o acesso dessas populações ao atendimento médico, é um dos elementos dessa complexa produção das marcas corporais. Se no primeiro capítulo da tese eu sugeri que a biopolítica do “fazer viver e deixar morrer” (Foucault, 2008a, 2008b) pode ser vista a partir de uma perspectiva de gênero na qual são as mulheres quem tem que reabitar o cotidiano após o assassinato de seus maridos, filhos e netos, aqui é o enfrentamento ao “deixar morrer” lentamente, no dia a dia, o problema que as mulheres acabam por encarar. Nesse lento processo da biopolítica, mais uma vez são as mulheres que terão que lidar com a responsabilidade e com o cuidado sobre o corpo doente – seu e do outro – e com os sofrimentos que enredam doenças, violências, precariedade e exceção ordinária.

No interior dessa lógica biopolítica, na qual os corpos das populações pobres são lentamente marcados pelo “deixar morrer”, ou seja, pelas doenças que vão dia após dia produzindo a vulnerabilidade em corpos específicos, Veena Das (2015a) faz a seguinte pergunta: o que faz com que algumas pessoas vivam longos anos e outras morram? Como tenho argumentado até aqui, é fato que o poder biopolítico incide de forma desigual nos corpos de populações específicas. Contudo, o que me interessa descrever é como, mesmo no interior das populações, as maneiras encontradas pelos doentes e seus cuidadores para driblar essa lógica, na qual o apoio ou a negligência familiar, o acesso ou a restrição às instituições de saúde são componentes desse processo. Assim como Veena Das, eu não tenho como responder a essa pergunta. De qualquer maneira, veremos, através da história da saúde-doença de Dona Geraldina, que o cuidado diário que Leonor dedica à mãe é fundamental para entendermos os encadeamentos dessas vidas.

2.1.2 Vencer o câncer e a anemia: comida, trabalho e ética cotidiana

Embora eu tenha discutido acima a desnaturalização da reponsabilidade a partir dos processos que levaram Leonor a se tornar responsável por sua mãe, isso não significa dizer que o resultado não esteja inscrito lógica dominante de funcionamento do cuidado e da responsabilidade pela pessoa doente que coloca as mulheres nesse lugar. Como introduzi nesta parte da tese, Kleinman (2015) afirma que as análises do cuidado a partir de sua empiria, das práticas diárias e da forma como inscreve e embebe no cotidiano têm sido negligenciadas tanto

pelas pesquisas na área biomédica quanto nas ciências humanas que estudam a relação entre doença e saúde. Se Kleinman está correto, penso que o argumento de Sandra Laugier (2011, 2015) pode nos ajudar a pensar essas questões. Segundo a filósofa francesa, o cuidado está inscrito, aceito e naturalizado sobre um valor moral definido como “feminino”. O cuidado e a ética que as pessoas desenvolvem em torno do cuidar foram (e são) invisibilizadas exatamente por serem tarefas subvalorizadas. A autora argumenta que divisão moral do trabalho historicamente retirou da esfera pública os diversos trabalhos domésticos, dentre eles o cuidado, desprovendo-os de importância moral e política. Nesse sentido, quando olhamos os vínculos entre saúde-doença a partir da perspectiva do cuidado, trazemos para o primeiro plano as relações que os envolvem e a posição social e moral dos cuidadores e daqueles que recebem o cuidado. Sob este ponto de vista, a autora nos convida a olhar o cuidado a partir de um “realismo ordinário” para que reconheçamos o primeiro fundamento da ética do cuidado: que as pessoas (e aqui destaco suas mentes e corpos) são vulneráveis. O cuidado e a ética em torno do cuidado como trabalhada por Laugier, nos convida a voltarmos mais uma vez ao ordinário, para o que é difícil de ver e descrever, mas que acontece diante de nossos olhos. Quão diferente fica o mundo quando olhamos para essas pequenas atividades, para esses minúsculos cuidados diários que fazem a vida cotidiana (Laugier 2011).

Ludwig Wittgenstein, Veena Das e Stanley Cavell são as bases teóricas que fundamentam as discussões sobre “ética do cuidado” de Sandra Laugier. Por isso, retomo o trabalho de Veena Das, em especial no texto *Ordinary Ethics* (2012), no qual a autora indiana nos convida a pensarmos a ética como prática ancorada na vida cotidiana. A proposta de Veena Das é que nós, antropólogos, deixemos a dimensão metafísica da ética, da luta heroica entre o bem e o mal, e “desçamos ao ordinário” para entendermos concretamente como se forjam sujeitos morais e éticos e para seguirmos os fios que tecem a vida cotidiana. Veena Das nos chama a atenção sobre como as populações vulneráveis, como os refugiados e imigrantes, fazem a vida diária em contextos de desamparo ou desespero. De volta ao trabalho de Laugier (2011, 2015), a autora argumenta que para trabalhar as formas como as pessoas cuidam de si e dos outros e como cultivam as sensibilidades, é preciso incorporar nas pesquisas as marcas da vulnerabilidade e da fragilidade que fazem o cotidiano.

A proposta de Veena Das (2012) para que observemos as “éticas ordinárias” e a de Sandra Laugier (2011, 2015) sobre “ética do cuidado”, me influenciaram a trabalhar as práticas cotidianas de Leonor a partir de uma ética ordinária do cuidado, na qual as relações familiares, as dinâmicas de gênero, as condições de pobreza e moradia precária e as marcas que fazem um corpo precisam ser trabalhadas de forma entrelaçada. Contudo, em certos momentos, é o termo

“ética sob pressão” cunhado por Judith Butler (2015) que me ajuda a pensar experiências específicas vivida por Leonor. Butler traz estas palavras para pensar as éticas desenvolvidas em situações como as de Primo Levi nos campos de concentração de Auschwitz no qual as vidas eram vividas em exceção. A “ética sob pressão” também auxilia Butler a pensar nas pessoas que constroem as práticas anti-guerras no interior do Estado de Israel, nas formas, por exemplo, como as pessoas se movimentam para enviar remédios ou alimentos para os territórios ocupados pelo exército israelense. Embora existam diferenças entre os contextos mobilizador por Butler e por mim, o termo “ética sob pressão” me ajuda a pensar algumas das experiências cotidianas de quem vive a vida em exceção ordinária, como veremos neste e nos próximos capítulos.

2.1.2.1 Entre a expectativa e a experiência concreta

Leonor conseguiu finalmente levar a mãe para sua casa. Isso significava que Dona Geraldina não passaria mais pelas situações de violência dentro da casa de seu irmão, que receberia o tratamento médico necessário, pois a filha se encarregaria de conseguir o acesso às instituições de saúde, de elaborar sua alimentação da forma mais adequada possível, além do amor e todo o esforço de Leonor no cuidado diário de sua mãe que inclui cuidados considerados íntimos. Essas eram as condições que Leonor imaginava poder fazer, mas o que de fato aconteceu com a chegada de Dona Geraldina em sua casa? Não eram poucos os problemas de saúde-doença que Leonor decidira enfrentar no cotidiano para prolongar a vida da mãe com a melhor qualidade de vida e menor sofrimento possível.

Com a chegada de Dona Geraldina em 2013 a primeira ação de Leonor foi a de conseguir uma cadeira de rodas e uma cadeira higiênica para que ela pudesse sair de casa com sua mãe e dar banho nela com tranquilidade. A cadeira de rodas Leonor conseguiu através da rede de sua ex nora Bianca. Há anos Bianca tinha um amante, um senhor que trabalhava na prefeitura e a ajudava financeiramente. Este senhor conseguiu a cadeira de rodas para Bianca que a entregou para Leonor. Em 2017, com a cadeira de rodas bastante desgastada, Leonor comprou de sua vizinha Joana uma cadeira de rodas usada por 100 reais à vista, cuja mãe havia falecido. Já a cadeira higiênica, Leonor emprestou do posto de saúde depois de assinar um termo de compromisso no qual ela se responsabilizaria em devolver a cadeira ao posto assim que conseguisse uma própria. Depois de dois anos com a cadeira, Cristina, outra vizinha, deu-lhe uma cadeira higiênica e Leonor, por fim, devolveu a cadeira higiênica ao posto de saúde. Cristina trabalhava como cuidadora de 2 idosos. Um deles havia morrido e a família ofereceu

a cadeira higiênica a Cristina que aceitou e deu para Leonor. Aqui e em outros momentos da tese vemos como vida e morte estão conectados na vida cotidiana.

A segunda ação de Leonor foi a de levar sua mãe ao posto de saúde e fazer o cadastro necessário para iniciar o tratamento do câncer na boca, ciente que teria que ficar em cima e enchendo o saco, ou seja, indo frequentemente no posto de saúde e ligando diversas vezes para verificar o andamento do pedido de tratamento para sua mãe. A insistência de Leonor, segundo ela me contou, foi o que fez com que Dona Geraldina fosse encaminhada ao Instituto Nacional do Câncer (INCA) da praça Cruz Vermelha, cerca de 20 minutos a pé de sua casa. Na primeira consulta agendada no INCA, Leonor recebeu a notícia de que Dona Geraldina aguardaria 3 meses na fila de pacientes para fazer os exames. Leonor ameaçou fazer um escândalo, pois já fazia 6 meses desde o primeiro diagnóstico de câncer na boca. Com essa intimidação, com os gritos que ela dava, com a ameaça de acionar a defensoria pública, Leonor conseguiu que o exame fosse feito rapidamente. Se, por um lado, há o caráter discricionário dos agentes do estado, como trabalha Vera Telles (2015), no qual esses agentes têm o poder de decidir como agir em uma dada situação, por outro, há as agências das pessoas comuns que fazem as instituições do estado, ou nos termos de Veena Das (2011b), fazem a democracia funcionar.

Com os resultados dos exames, os médicos decidiram por seções de radioterapia e descartaram a possibilidade de uma cirurgia para a retirada do câncer, pois Dona Geraldina estava com 80 anos e as chances dela não aguentar e vir a falecer eram grandes. Leonor agradeceu a Deus pela decisão do médico, uma vez que, sempre desconfiada das instituições estatais de saúde, ela entendia que iriam machucar sua mãe, ou, em suas palavras: eles iam arrancar o rosto dela inteiro. Para iniciar o tratamento de radioterapia, Dona Geraldina foi reinscrita na fila do SISREG e Leonor sabia o quanto essa fila demorava. Inconformada, ela acionou a Defensoria Pública do Estado que intercedeu por ela e em poucas semanas as 10 seções de radioterapia foram iniciadas.

Para levar a mãe a cada seção de radioterapia Leonor demorava cerca de 30 minutos para descer os 6 lances de escadas com sua mãe, pegava a cadeira de rodas que ficava guardada nos fundos da ocupação e, literalmente, corria a distância de 1 quilometro que separavam o INCA da Ocupação Nelson Mandela. Eu não entendia porque Leonor corria pelas ruas e eu mesma não conseguia acompanhá-la de tão rápido que ela corria. Segundo ela, correr com uma cadeira de rodas em mal estado era mais fácil, visto que as ruas eram muito esburacadas e as rodas passavam melhor por esses buracos se a velocidade da cadeira fosse aumentada. Terminada a seção, Leonor corria o caminho de volta e subia as escadas apoiando a mãe. Os piores dias eram quando chovia, pois as ruas ficavam alagadas ou enlameadas.

Eu acompanhei Leonor em uma seção da radioterapia de sua mãe um desses dias chuvosos e alagados. Para proteger a mãe da chuva, Leonor a cobriu com um plástico grosso e transparente. Nesse dia, eu fiquei na portaria do prédio segurando Dona Geraldina enquanto Leonor buscava a cadeira de rodas de sua mãe nos fundos da ocupação. Um dos garotos do tráfico perguntou o que eu estava fazendo ali, em tom ameaçador, e Leonor voltou gritando com o garoto, mandando-o me deixar em paz e dizendo que eu a estava ajudando. Leonor pediu que eu não voltasse mais na ocupação vestida da forma como eu estava, calça jeans, tênis, camiseta branca e cabelos presos em forma de coque, pois eu parecia uma policial disfarçada, conhecido com P2, e minha altura de 1,78m reforçava esta percepção. Estávamos em 2014, eu frequentava a ocupação desde 2010 e nunca tinha tido problemas com nenhuma das roupas que eu usei. Contudo, a ocupação passava por uma transformação devido a instalação de uma boca de fumo na portaria do prédio e um dos efeitos era o controle (físico e moral) que os garotos exerciam neste espaço. Eu, ingenuamente, havia escolhido jeans e camiseta branca pensando que essa fosse a roupa mais neutra possível para atravessar essa fronteira. Não é preciso dizer que nos anos seguintes eu frequentei a ocupação com roupas completamente diferentes do jeans, camiseta e cabelos presos.

Desde que Dona Geraldina veio morar com Leonor na Ocupação Nelson Mandela ela deixou de fazer seu trabalho como cuidadora de idosos, de vender tapiocas pelas ruas da região, o trabalho como diarista e também o trabalho para os sindicatos que frequentemente lhe rendia um dinheiro extra. Ambas passaram a viver apenas da aposentadoria de Dona Geraldina, um salário mínimo. A aposentadoria da mãe se tornou a única renda regular de Leonor, que será suspensa assim que a mãe falecer, ao mesmo tempo em que suas redes de trabalho estarão enfraquecidas devido aos anos que ela ficou dentro de casa. A relação entre a vida e a morte da mãe e a de Leonor nos mostra os laços fortes entre as formas de viver e de morrer, que desenvolverei abaixo.

Para complementar a renda, Leonor decidiu se inscrever no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal para que ela pudesse receber o auxílio disponível pelo programa Bolsa Família. Em 2004, ano em que surgiu a Ocupação Nelson Mandela, militantes e apoios da ocupação iniciaram o processo de cadastro para que os moradores recebessem o benefício. Embora Leonor vivesse em situação de pobreza à época, ela se recusou a assinar o documento necessário para receber o benefício dado que ela precisaria assinar um atestado de miserabilidade. Em 2014, no momento em que ela aguardava uma resposta da assistente social responsável pelo seu caso, ela me contou que à época achava humilhante assinar um atestado que dizia que ela era uma pessoa miserável. Em sua concepção, ela trabalhava, tinha sua renda

própria e sustentava sozinha seus filhos desde que eles eram pequenos, acionando sua trajetória na qual ela trabalhou como catadora de papelão pelas ruas de São Paulo, alfabetizadora na antiga FEBEM, dona de uma pequena bomboniere, professora de bordados, ambulante, entre tantos outros ofícios.

Passados os primeiros meses de Dona Geraldina em sua casa, Leonor começou a rever sua condição e, sem poder trabalhar, tendo sua rede de amizade e lazer diminuídas, além da ocupação ter mudado para o que ela passou a chamar de favela (pela interferência do tráfico de drogas e da polícia militar) ela decidiu se inscrever no Cadastro Único para receber o Bolsa Família. Em meados de 2014, cerca de 6 meses após a vinda de sua mãe para a ocupação, conversávamos sobre este assunto e fiz o registro da seguinte frase:

Hoje sim eu quero o bolsa família, porque antes eu não era uma pessoa miserável, mas hoje sim, quando eu olho pra a minha vida eu sei que eu sou uma pessoa miserável!

Escolhi finalizar a frase com exclamação exatamente para trazer a ênfase dada por Leonor à sua nova condição. Se reconhecer como uma pessoa miserável marca uma mudança na forma como Leonor se constitui enquanto pessoa. Se antes Leonor entendia a si mesma como uma mulher pobre, mas não miserável, e acionava sua trajetória de trabalho para me explicar como ela raciocinava, em 2014, o “Estado” inscreveu sua assinatura (Das 2004) na subjetividade de Leonor e na sua concepção de pessoa para que ela pudesse receber um benefício de cerca de 100 reais. O que significa assinar um atestado de miserabilidade, ou melhor, que tipos de subjetividades estão sendo formadas quando termos oficiais inscrevem a marca da miséria na concepção da pessoa?

No dia a dia, eu fui pouco a pouco vendo Leonor abrir mão das atividades de trabalho regular remunerado e lazer. Além de parar o trabalho remunerado, Leonor foi diminuindo até parar de fazer as aulas de natação e hidroginástica oferecidas pelo programa UPP Social no alto do Morro da Providência; interrompeu as caminhadas que ela fazia com as amigas na Praça da República; deixou de visitar uma amiga que ela adorava em Santa Teresa; suspendeu suas idas aos restaurantes e bares da região, entre tantas outras atividades que foram finalizadas. A partir de sua nova condição, Leonor passou a olhar o seu cotidiano como uma forma de confinamento (hoje eu fico confinada). Embora ela tivesse amigas morando no mesmo prédio, poucas, é verdade, ela não poderia pedir para que alguém ficasse ou cuidasse de sua mãe, mesmo que por um pequeno momento. O ficar ou cuidar de alguém na ocupação estava quase sempre associado a uma atividade paga. Majoritariamente trabalhadoras informais (diaristas, vendedoras de bolos e quentinhas, costureiras, cuidadora de idosos e crianças), um dia de cuidado significa perder

um dia de trabalho e isso faz grande diferença na renda doméstica dos viradores. Quando uma pessoa pedia para o vizinho que este ficasse com as crianças ou que tomasse conta de alguém, já era entendido que essa ajuda deveria ser remunerada. Nos casos que acompanhei, quando Leonor ficava com alguma criança ou quando uma amiga cuidava de sua mãe, o pagamento da atividade foi feito adiantado. Em meio a tantas incertezas, aquele que cuidaria de alguém precisa garantir o pagamento de 100 reais pelo dia de trabalho ou de 50 reais por turno. Aqui, vemos o deslizamento da categoria cuidado que, quando é feito para outra pessoa se transforma em trabalho. Havia outras formas de cuidado na ocupação, quando as mães se organizam para ficar com os filhos pequenos uma das outras, mas essa não era a realidade de Leonor. Com os processos que levaram Leonor a ficar confinada, eu aprendi como o cuidar de uma pessoa doente e/ou idosa pode render a vida de outra pessoa.

Eu não saberia dizer se Leonor pressupôs que cuidar de sua mãe exigiria que ela deixasse de fazer as atividades que ela mais gostava e também o trabalho remunerado. O que fica claro é o peso na vida das mulheres que as atividades do cuidado impõem, sobretudo quando se é uma mulher sozinha, pobre e também idosa. Contudo, a decisão de Leonor ficar e cuidar da mãe tinha o outro lado. Ela, agora, poderia se dedicar à Dona Geraldina e fazer o que ela achava necessário para vencer a anemia e o câncer de boca de sua mãe.

2.1.2.2 Comida e remédio

Quando eu falei para Leonor que gostaria de escrever sobre sua luta contra a anemia de sua mãe, ela me confiou o “Diário de Refeições de Dona Geraldina”, onde ela anotava diariamente as refeições com cada alimento escolhido, suas combinações e proporções, além dos remédios alopáticos de uso contínuo e das ervas, sementes e frutas utilizadas para vencer o câncer de boca. Este caderno foi elaborado para que a nutricionista de Dona Geraldina pudesse acompanhar a alimentação da paciente em todos os seus detalhes. São dois meses de anotações diárias e ininterruptas, acompanhadas dos números que ela apostou na Mega-Sena ou que ela sonhou e anotou para jogar, dos dias em que Cleber veio visitar a mãe e se ele trouxe alguma quantia de dinheiro, das ligações recebidas dos seus irmãos Laura e Leandro que moravam fora do Rio de Janeiro, das datas em que ela levava a mãe ao médico ou que precisava acionar os bombeiros para uma emergência, além do controle do diabetes que ela realizava diariamente. Também encontrei anotações das frequentes faltas de água na ocupação, das vezes em que ela ganhou fraldas de assistentes sociais ou de uma antiga amiga da igreja de sua mãe, as mudanças na alimentação sugeridas pela nutricionista, além de dietas para emagrecimento e receitas de

bolos. Esses dois meses foram o tempo necessário para que Leonor vencesse a anemia, atestado pela nutricionista de Dona Geraldina. Após essa vitória, Leonor parou de anotar as refeições no caderno, o que também coincidiu com o fim da radioterapia e com a vitória sobre o câncer. Ao me confiar este caderno, ela imaginou que aqueles que por ventura viessem a ler a tese poderiam aprender com ela as técnicas e os alimentos que venceram o câncer de boca e a anemia profunda de sua mãe.

Na abertura do “diário do aluno” – caderno distribuído pela prefeitura para os estudantes da rede municipal de ensino – que Leonor transformou em “Diário de Refeições de Dona Geraldina”, podemos ver que todos os dias ela faz um bochecho com uma colher de sopa de óleo de girassol em jejum. Cada bochecho tinha a duração de 15 a 20 minutos, seguido de uma boa lavagem da boca, com o objetivo de limpar as toxinas e bactérias da língua, céu da boca e gengivas, como me contou Leonor. Ainda na primeira página do caderno, Leonor fez um índice de abreviações, no qual CS significa colher de sopa e CC colher de café. Na sequência, constavam o número de telefone da amiga que às vezes enviava fraldas geriátricas e o número de uma das netas. As datas das consultas com odontologista na tentativa de conseguir uma dentadura, com a nutricionista para acompanhar a anemia, com o oftalmologista para a cirurgia de cataratas ficavam registradas na parte interna da capa do caderno. Desde que Dona Geraldina veio morar com Leonor, ela se desdobrava em mil tentando ir na contramão da biopolítica do “deixar morrer” e do inevitável envelhecimento do corpo. Nesse sentido, o cuidado que Leonor dedicava à sua mãe pode ser lido como força à contrapelo à biopolítica.

Durante o tratamento da anemia e do câncer de Dona Geraldina, Leonor preparou dois meses de refeições como a que vou reproduzir. Escolhi reproduzir um dia dessas anotações para que o leitor possa acompanhar a qualidade e sofisticação das escolhas de Leonor a partir das quais levantarei questões abaixo. O que está entre parenteses são explicações dos usos medicinais de certas substâncias que fui aprendendo com Leonor durante nossas conversas.

25 de junho de 2014, quarta-feira.

8h. Antes do café da manhã: 1 cs de babosa (para o câncer), 1 cs de cloreto de magnésio (para dores nas articulações) 1 enalapril (para hipertensão) e 1 glicamin (para diabetes), 1 copo de suco de melão.

Vitamina: 1 maçã, 2 damascos, 1 banana d’água, 1 pedaço de cenoura, 1 pedaço de mamão, ½ cs de chia, ½ cs de amendoim, ½ cs de linhaça dourada, 1 cc de levedo de cerveja, 1 castanha do Pará, 1 iogurte desnatado, 1 xícara de café com 4 cs de leite em pó, 2 pãezinhos integrais com creme de ricota. 1 xícara de café, ½ copo com água e um glicafor 850mg (para diabetes).

13.30h Antes do almoço: 1 composto de osteofix (suplemento vitamínico-mineral para aumento de cálcio), ½ copo com água, 1 glicamin 5 mg, 1 cs de babosa e 1 cs de cloreto de magnésio.

Almoço: milho de canjica amarelo refogado, ervilha fresca com tomate, arroz integral tudo batido, mas separadamente. Suco com uma laranja, 1 glicafor 850mg.

16.30h: 1 copo de suco de melancia.

19.30h: antes do jantar, 1 glicamin, 1 cs de babosa, 1 cs de cloreto de magnésio.

Jantar: Sopa cremosa de legumes, suco com uma laranja, 1 glicaflo de 850mg.

Como eu falei acima, são dois meses de anotações com essa riqueza de detalhes alimentares. Gostaria de destacar que as vitaminas, almoços e sucos de fruta são sempre variados, mas com a mesma qualidade de produtos. Se em um momento sai a chia, entra o ginseng, se em outro momento ela retira o levedo de cerveja, ela introduz o germen de trigo. Por vezes o pão integral foi substituído por pão de cenoura, o suco de frutas por água de coco ou chá verde, o leite em pó por leite de soja. Às vezes aparece uma dipirona para a dor e, com o tempo, o cloreto de magnésio, a babosa, o enalapril, o glicamin, o glicaflo e o osteofix foram indistintamente substituídos pela palavra remédio.

Sobre os usos de frutas, sementes, ervas e folhas para a cura das doenças de Dona Geraldina, podemos ver em uma das páginas do caderno de refeições, parte dele mastigado pela cachorra Dora, que o suco de graviola é como uma quimioterapia para o câncer. Como as seções de radioterapia queimaram a boca de Dona Geraldina, Leonor pesquisou alimentos naturais bons para queimadura. Assim, ela passou a fazer uso de abóboras, acelga, batata, berinjela, cenoura, pepino, azeitona, banana, marmelo, mel e camomila da Alemanha para aliviar as dores que a mãe sentia com parte da gengiva e língua queimadas. Para auxiliar no tratamento do câncer, além da babosa, Leonor passou a utilizar 6 gotas da planta avelós dissolvidas em um litro de água, divididas em 4 doses diárias. Também para o câncer, Leonor fazia chás das cascas da árvore chamada açoita cavalos na qual ela fervia 20 gramas em 1 litro de água distribuídos em 4 doses de 250ml. Outras vezes o chá para o câncer era das folhas, flores e raízes da planta badana ou da planta jurubeba, seguindo a mesma proporção de 20g por um litro de água. Dona Geraldina também tomou chá de funcho (anis doce ou erva doce), dessa vez a proporção de 10 gramas da semente por 1 litro.

É fato que a antropologia sempre teve interesse pela comida e pela alimentação, como escreveu Sidney Mintz (2001). Levi-Strauss foi quem elaborou a famosa máxima que diz: o que é bom para comer é também “bom para pensar”. As análises antropológicas sobre comida, produtos alimentares e alimentação são longas e diversas. Muitos estudos se debruçaram (e continuam a se interessar) sobre as relações entre comida, cultura, tradição, memória e identidade; sobre os sistemas culinários e suas cosmologias; sobre as comidas relacionadas às festas e rituais religiosos; bem como os hábitos alimentares no mundo rural e urbano ou nas classes populares e nas mais abastadas; e ainda, as transformações da alimentação no interior de sistemas coloniais. As mudanças políticas e econômicas em nível nacional e global em torno

da comida e dos alimentos têm sido estudadas a partir da perspectiva da patrimonialização de certas práticas culinárias, das relações de gênero, da formação de corpos, da relação entre saúde e doença, entre comida saudável e autêntica, e às mudanças nas práticas alimentares e sua relação com o surgimento de doenças. Há ainda estudos sobre os conflitos entre alimentos fast-food e alimentação orgânica ou vegetariana, e estudos de comida e alimentos relacionados ao turismo (Counihan e Van Esterik 2013).

Eu não tenho como dar conta neste momento dessa longa e diversa discussão bibliográfica sobre alimentação e comida. Meu interesse é mostrar as escolhas de certas substâncias feita por Leonor a partir de suas práticas diárias e das formas como ela aprendeu sobre os usos de certos alimentos. Essas escolhas estão ancoradas no cotidiano ordinário e na ética do cuidado que ela dedica à mãe, que exige de Leonor um intenso regime de trabalho, como demonstrarei abaixo. Comida sempre foi algo que Leonor valorizava. Todas as vezes em que eu era recebida em sua casa, algo havia sido preparado, seja doce ou salgado, sempre com uma variedade impressionante e uma excelente qualidade nos produtos escolhidos. Variedade e qualidade dos alimentos foram fruto das pesquisas que ela fazia na internet sobre alimentação saudável, mas também de suas lembranças de infância e do que ela aprendia com outras pessoas na feira e mesmo nos hospitais. A comida, no caso de Leonor, é profundamente moral, na medida em que ela escolhe sempre o que ela creditar fazer o bem e transformar o corpo de forma positiva, mesmo que isso impacte economicamente em seu cotidiano.

Quando eu observava o cotidiano de Leonor no cuidado com a mãe, eu me perguntava: o que se come quando não há mais nenhum dente na boca? Quais são os limites e as dificuldades de alimentação nesse tipo de situação, que ainda envolve pobreza e precariedade? O que se escolhe quando há uma pessoa doente em casa e existe uma crença do que os alimentos podem curar, muitas vezes funcionando como remédios naturais? Embora Leonor tenha mantido a qualidade da alimentação de sua mãe durante os anos em que frequentei sua casa, os produtos sempre variavam conforme a doença que atingia sua mãe e o que precisava ser curado. A variedade vinha também dos novos aprendizados de Leonor, como o açafrão, por exemplo, que ela aprendeu no ano 2017 ser um alimento anti-inflamatório especialmente quando combinado com pimentas. Por isso, Leonor introduziu o curry à sua alimentação que já junta o açafrão e as pimentas, ou o exemplo da farinha branca que ela retirou de sua alimentação quando aprendeu que farinha branca fazia mal para a saúde. As informações e os aprendizados de Leonor não estão descolados das propagandas das indústrias de “alimentação natural”, o que coloca Leonor em sintonia com parte do mercado mundial de alimentos que a cada dia lança um novo produto bom para a saúde, mas também não retiram de Leonor sua agência na construção de um

cotidiano com a melhor qualidade possível. Para passarmos à próxima parte do capítulo, finalizo dizendo que o que me interessou descrever foi a sofisticação da alimentação de Leonor como prática central na ética do cuidado e nas dinâmicas pela cura das doenças de sua mãe.

2.1.2.3 O trabalho exaustivo como dinâmica do cuidado

O detalhamento das refeições de Dona Geraldina elaborado por Leonor me fez pensar nos regimes de trabalho daquele que cuida de uma pessoa com Alzheimer avançado, o que significa dizer que a pessoa portadora da doença é incapaz de efetuar tarefas sozinha, mesmo o cuidado pessoal simples como lavar o rosto ao acordar. Sobre o cuidador recai todos os afazeres, responsabilidades e obrigações por aquela pessoa doente, que se complica ainda mais quando o cuidador é membro da família, é a única pessoa encarregada pelo cuidado, é também idosa e pobre. Nesse sentido, o cuidado de uma casa na vida cotidiana se coaduna com o cuidado da pessoa doente. Essas condições fazem com que o cuidador esteja ininterruptamente em atividade, muitas vezes tendo que trabalhar madrugadas a dentro, sem conseguir descansar ou ao menos dividir qualquer tarefa.

Não é novidade que esse tipo de descrição e pesquisa sobre o trabalho doméstico cotidiano e as dinâmicas do cuidado são negligenciadas e invisibilizadas, como destaquei apoiada nas pesquisas de Sandra Laugier (2011, 2015). Anne McClintock (2010), embora mobilizando uma bibliografia diferente da de Laugier, trabalha minuciosamente os processos que levaram à invisibilização do trabalho doméstico na Inglaterra vitoriana e como essa invisibilização está ancorada na desvalorização da mulher e na negação do valor econômico das atividades manuais desenvolvido por elas. Segundo McClintock (2010:253), “sabemos muito pouco sobre o papel do trabalho, das atitudes, da atualização e dos dilemas das mulheres nesse processo”. Ainda com a autora, “sabemos ainda menos sobre a maneira como as mulheres da classe trabalhadora negociavam o culto da domesticidade e a racionalização do lar, se opunham a eles ou deles se apropriavam”. No texto de McClintock, o trabalho doméstico aparece no interior de complexos conflitos na qual se misturam gênero, classe, raça, sexo e sistema colonial. Os diários de Hanna Cullwick ofereceriam uma visão rara e importante do trabalho doméstico, manual e feminino que se torna ainda mais valioso pois traz a perspectiva de uma mulher da classe trabalhadora. Para dar visibilidade à quantidade de trabalho realizado por uma empregada doméstica no final do século XIX na Inglaterra, McClintock (2010:254-55) reproduziu parte do diário de Cullwick no qual ela descreve um dia típico de trabalho. É

inspirada no diário de Hanna Cullwick e nas reflexões de Anne McClintock que pedi para Leonor me descrever como tinha sido o seu dia com o maior número de detalhes possível.

Em um dia típico de cuidado com a mãe em meados de 2014, ou seja, antes da piora do quadro da doença de Alzheimer e antes de seu filho Vitor voltar a morar com ela, circunstâncias que pioraram sua condição de trabalho dentro de casa, Leonor acordou às 7.30h da manhã para preparar um café da manhã diferente para cada uma delas e serviu a ração e a água da cachorra Dora. Mas antes, Leonor precisou lavar a louça que sobrara do dia anterior. Assim que terminou, Leonor separou todos os ingredientes da vitamina da mãe: uma maçã, uma banana d'água, 2 damascos, um pedaço de mamão, um iogurte parcialmente desnatado, uma colher de sopa de amendoim, uma castanha do Pará, uma colher de sopa de farinha de maracujá, outra de gérmen de trigo, outra de leite de soja, meia colher de sopa de chia, meia colher de sopa de linhaça dourada, uma colher de café de ginseng, uma colher de café de levedo e uma colher de sopa de quinoa em flocos; lavou e cortou as frutas que iriam no liquidificador, colocou o seu ovo para cozinhar, a água para ferver e anotou os ingredientes no diário de sua mãe.

Às 8:00h ela acordou Dona Geraldina. Durante a madrugada, sua mãe havia tirado a fralda geriátrica e urinado no colchão. Leonor a levantou da cama, a apoiou até o banheiro, tirou a camisola da mãe e esperou que ela fizesse suas necessidades. Devido a urina que Dona Geraldina fez na cama durante a noite, Leonor deu um banho de chuveiro na mãe, a vestiu com um vestido fresco e a levou para a mesa. Leonor pegou uma colher de óleo de girassol e deu para que sua mãe fizesse o bochecho. Enquanto Dona Geraldina bochechava, Leonor voltou para a cozinha, lavou a garrafa térmica, montou o coador de café sobre a garrafa, colocou o pó no filtro, despejou a água quente, desligou o fogo do seu ovo que estava cozido, ligou o liquidificador. Ao voltar para a mesa, Leonor levou uma pequena bacia para que a mãe pudesse cuspir ao final do bochecho, deu um copo de água para lavar a boca e passou os dedos enrolado em gaze na gengiva para terminar a limpeza da boca de sua mãe. Na sequência, Leonor colocou as gotas da babosa em uma colher e deu para a mãe, na mesma colher serviu o cloreto de magnésio. No pequeno armário da sala estavam as caixas do glicafor, glicamen e osteofix. Leonor pegou os remédios, voltou à cozinha para pegar um copo de água que serviria os comprimidos e a vitamina que ela havia preparado. À época, Dona Geraldina enxergava através das luzes e sombras, e conseguia tomar sozinha o copo de vitamina, ação que em 2017 ela não conseguia mais fazer exigindo que Leonor a alimentasse na boca. Enquanto sua mãe tomava lentamente a vitamina, Leonor trouxe o pão e o creme de queijo para a mesa, o café, o ovo cozido, sentou e começou a comer. Dona Geraldina terminou a vitamina feita exclusivamente para ela, sua filha serviu-lhe o café e o pão com creme de queijo cortados em pedaços pequenos

para que sua mãe pudesse chupá-los. Assim que ambas terminaram o café da manhã, Leonor buscou a gaze e a água oxigenada para limpar as gengivas de sua mãe, depois a sentou no pequeno sofá e ligou a televisão. Na sequência, ela retirou a mesa do café da manhã e deixou a louça para mais tarde. Leonor, por fim, escovou seus próprios dentes.

O dia estava começando para Leonor. Ela foi até a cama de sua mãe, retirou os lençóis e, como à época ela estava sem máquina de lavar, deixou-os de molho em um dos baldes localizado no banheiro, próximo ao chuveiro. Leonor limpou a cama de sua mãe que estava protegida com um plástico grosso, pois era frequente que Dona Geraldina tirasse as fraldas durante a madrugada e sujasse a cama com sua urina ou fezes. Era dez horas da manhã quando uma amiga bateu na porta e avisou que na peixaria próxima o salmão estava em promoção. Como o salmão faz bem pra cabeça de sua mãe, Leonor foi correndo até a peixaria, 15 minutos entre a ida e a volta, pois Dona Geraldina estava acordada e era perigoso deixá-la sozinha, não sem antes separar o lixo do banheiro e da cozinha e leva-los até a lixeira da rua. Ao voltar para casa, sua mãe estava sentada no mesmo lugar, fazendo sua costura imaginária, o que deixou Leonor aliviada. Leonor, então, foi lavar, torcer e estender os lençóis, mas antes teve que recolher e guardar a roupa que estava estendida. Na sequência, ela arrumou a cama da mãe, dobrou o seu próprio colchão que ficava no chão e o aguardou. Preparou um copo de suco de melancia e serviu para sua mãe.

Cerca de onze horas Leonor começou o almoço. Mas antes ela lavou a louça que sobrara do café da manhã. Ela picou o alho e a cebola para temperar o salmão e refogar a comida. Neste dia, Dona Geraldina almoçou salmão grelhado, lentilha com cenoura, arroz parboilizado, proteína de soja com azeitona e batata baroa. Tudo batido separadamente. Para a salada, folhas de rúcula. Um copo de suco com uma laranja para beber. Para a sobremesa, kiwi batidinho. Leonor comeu a mesma comida da mãe, mas sem bater no liquidificador já que ela tinha dentes, e sem o salmão e o kiwi pois, como eram alimentos caros, o dinheiro só permitia que ela comprasse para Dona Geraldina. Findo o almoço, Leonor levou um copo de água e a bacia para a mãe bochechar e finalizou limpando as gengivas de sua mãe com gaze e água oxigenada. A louça ficou para depois.

Dona Geraldina gostava de dormir depois de comer. Assim, Leonor a levou ao banheiro, esperou que ela fizesse suas necessidades, a limpou, a vestiu com fraldas geriátricas, colocou uma camisola e a deitou em sua cama. À época, Dona Geraldina dormia cerca de 3 horas no período da tarde. Leonor aproveitava o sono de sua mãe para ir ao mercado, à loja de temperos e produtos naturais, sempre na busca dos melhores produtos com os melhores preços. Esse também era o tempo de ver um amigo, de ir à farmácia quando preciso, ou para qualquer

outra atividade que ela fosse fazer fora de casa. Como eu iria visitá-la neste dia, ela correu ao mercado novamente para comprar os ingredientes das coxinhas de batata doce com frango que eu adorava e do bolo de cenoura. Lembrando que a cada vez que Leonor saía de casa, ela descia e subia seis lances de escadas. As 3 horas de sono de sua mãe também era o momento em que Leonor podia tomar um bom banho tranquila.

Eu havia combinado de chegar em sua casa às 16h. Ao chegar do mercado, ela lavou a louça do almoço, recolheu as fezes da cachorra Dora, lavou o banheiro para ficar cheirozinho, tentou arrumar a casa o máximo que ela pôde e começou a preparar a massa e o recheio da coxinha. Ela ferveu e amassou manualmente as batatas, ralou o queijo parmesão que dava um toque especial na receita, desfiou o frango, cortou a salsinha e a cebolinha, ralou a cenoura para o bolo. Quando eu cheguei, Leonor estava preparando as coxinhas. Eu perguntei se ela precisaria de ajuda e ela pediu que eu passasse um café pra gente. Dona Geraldina já estava acordada e sentada na sala sem as fraldas geriátricas, como ela gostava de ficar. Ela pediu para ir ao banheiro. Enquanto Leonor a levava ao banheiro, eu lavei a louça que sujou com o preparo da nossa refeição. Nós conversamos um pouco e nesse momento Leonor me contou sobre o seu dia. Dona Geraldina pediu para deitar e Leonor a deitou no sofá, não demorou para ela começar a se masturbar. Leonor disse para a mãe parar pois naquele dia tinha visitas, já que nos dias sem visitas ela deixa a sua mãe fazer o que quiser. Dona Geraldina respondeu dizendo que não dava, pois tinha muito piolho lá, nós gargalhamos. Leonor, então, levou lenço umedecido para limpar a mão de sua mãe e a vestiu com fraldas geriátricas o que dificultava a masturbação de sua mãe e lhe deu uma boneca para ela cuidar.

Era a hora de fritar as coxinhas e de colocar o bolo de cenoura para assar. Leonor mandou mensagens para o celular de seu filho Rudah, convidando seus netos para comer. Beatriz e Bruno subiram correndo. Enquanto Leonor fritava as coxinhas, eu brincava com seus netos. Leonor pediu para Bruno ir buscar uma garrafa de coca cola e eu lhe dei 10 reais para que ele fosse ao mercado. Dona Geraldina ficou animada com o cheiro das coxinhas fritas e Leonor as cortava com as mãos e esfriava pequenos pedacinhos da coxinha para ela chupar e sentir o gostinho. Com o bolo de cenoura, Leonor fez a mesma coisa. Para que Leonor pudesse descansar um pouco, eu me ofereci para lavar a louça do nosso lanche da tarde.

Era quase 19 horas quando me despedi de Leonor. Ela iria começar o trabalho noturno dedicado à sua mãe: dar banho, preparar o jantar, levar mais vezes ao banheiro, dar os remédios, limpar a boca, colocar para dormir. São inúmeros os trabalhos manuais desenvolvidos por Leonor em um único dia de cuidado com sua mãe. Neste pequeno fragmento de uma manhã e uma tarde de trabalho, podemos ver uma pequena parte de seu trabalho em um dia “normal” o

que significa dizer: sem operações policiais, com água na caixa d'água do prédio, com o botijão de gás cheio e sua mãe fora do estado de surto. Essas e outras adversidades também faziam parte da vida cotidiana de Leonor. No fragmento abaixo, falarei de um dia em que Leonor precisava de um remédio para sua mãe, mas ela não queria voltar para o hospital para conseguir a receita médica e tentou trocar uma receita que ela tinha pelo remédio que ela queria. Contudo, nesse dia houve uma operação policial com intenso tiroteio.

2.1.2.4 Receita para infecção urinária, remédio para pneumonia

Para conseguir os alimentos e os remédios naturais que Leonor dava para sua mãe, ela se dirigia ao mercado, às feiras, às lojas de temperos, às barraquinhas da Central do Brasil onde frutas e legumes eram vendidos. Contudo, a busca de seus ingredientes só era possível se a região estivesse tranquila. Além de frutas, verduras e legumes, Dona Geraldina frequentemente precisava de remédios que exigiam prescrição médica como antibióticos e nem sempre Leonor queria encarar a dura rotina de hospitais e centros de emergências para conseguir as receitas médicas. Detalharei as experiências de Leonor no interior das instituições de saúde no Capítulo 5.

Não é difícil imaginar que com a rotina de trabalho que descrevi acima, que está longe da quantidade de trabalho que Leonor realizava no dia a dia, ela chegava ao final de sua jornada exausta. Com o passar dos anos, sua mãe ia lentamente ficando mais debilitada o que exigia mais trabalho e atenção de Leonor que, seguindo o mesmo caminho, também envelhecia. As camadas de cansaço diário, sobrepostas ininterruptamente, produziram marcas no corpo de Leonor, como trabalharei abaixo. Dentre o que foi ficando cada vez mais difícil para Leonor, a insônia corriqueira de Dona Geraldina fazia com que as duas passassem por vezes dois dias e duas noites em claro.

Era inverno de 2017. Leonor tinha cuidado de sua mãe o dia todo e, por volta da meia noite, elas foram dormir. Exausta, Leonor dormiu rapidamente, mas Dona Geraldina teve insônia, tirou as fraldas geriátricas, urinou na cama, ficou toda molhada e congelada. Leonor não sabia há quantas horas sua mãe estava deitada, molhada e gelada. O fato é que às três horas da madrugada Dona Geraldina começou a gritar água, água, estou afogando, e Leonor acordou com os gritos da mãe. Ela levantou, levantou a mãe, deu banho nela que estava mijada até os cabelos, tirou o lençol, limpou o colchão, colocou um lençol limpo e deitou novamente sua mãe na cama, mas ela não queria dormir e passou o resto da noite acordada.

Quando amanheceu, Dona Geraldina tossia com frequência e estava com febre. Pelos sintomas, Leonor entendeu que a pneumonia de sua mãe tinha voltado. Fazia poucos dias que Dona Geraldina havia sido atendida na Coordenação Regional de Emergência (CER) do centro da cidade por conta de uma infecção urinária. Leonor ainda lembrava do cansaço e do nervoso que passou na emergência, na qual ela virou dias e noites em pé, pois não havia cadeira para acompanhantes, como trabalharei no Capítulo 5. Por isso, ela não queria levar sua mãe de volta ao CER-Centro. Em seu raciocínio, além dos enfermeiros cavarem a veia de sua mãe, ela teria um trabalho imenso de arrumar alguém para descer as escadas com Dona Geraldina no colo e para empurrá-la de cadeira de rodas para ter um diagnóstico que ela já sabia: pneumonia.

Para curar a pneumonia, os remédios caseiros não bastavam e Leonor precisaria de uma receita para antibiótico sem que ela fosse ao médico. Mas como conseguir essa receita já que a legislação brasileira não permite a venda de antibióticos sem a prescrição médica? Leonor começou a pensar na seguinte estratégia: ao procurar a receita de antibiótico para a infecção urinária, ela viu no papel que a palavra atendida estava carimbada. Uma receita médica com o carimbo que confirmava que sua mãe havia sido atendida por um médico permitia que o farmacêutico vendesse o antibiótico para infecção urinária a ela. Sua ideia era ir até a farmácia popular mais próxima com a receita médica de um antibiótico para infecção urinária e convencer o farmacêutico a trocar por antibióticos para pneumonia.

Quando Leonor saía de casa para tentar comprar o remédio, por volta das dez horas da manhã, começaram os tiros. Leonor foi até a janela gravar o tiroteio para me mandar os áudios, como ela fazia frequentemente. Enquanto ela gravava os áudios para mim, seu filho Rudah mandou uma mensagem em seu celular dizendo para ela não descer, pois os tiros eram na porta da ocupação. No áudio que Leonor me mandou, os tiros eram intercalados pelas tosses de Dona Geraldina que, como a própria Leonor me alertou antes de enviar o áudio, esse áudio é horrível, tiro lá em baixo e tosse da minha mãe aqui em cima.

Nesse tiroteio, um dos tiros havia acertado a oficina de seu filho. Ele e outros moradores e trabalhadores da região estavam presos na oficina quando uma granada foi jogada próxima a eles. Leonor pedia por telefone atualizações constantes de como seu filho estava e Rudah mandava áudios de whatsapp falando o que acontecia lá em baixo. Outro tiro acertou uma das pessoas presas dentro da oficina e eles precisariam esperar passar o tiroteio para levar a garota ao hospital. Conforme Leonor me contou, ela não parava de gritar no apartamento e, no momento em que ela fazia outro áudio para mim, uma granada estourou dentro do prédio onde ela mora, as paredes tremeram, seu celular caiu no chão, por isso ela não conseguiu terminar de gravar esse áudio. Leonor estava nervosa pois sua mãe tossia demais e seu filho

estava preso dentro da oficina com uma pessoa baleada. Nesse dia, Leonor não foi para fora do prédio. Depois do tiroteio, ela foi apenas à casa de seu filho ver como ele e seus netos estavam.

No dia seguinte não houve tiroteio e Leonor conseguiu ir até a farmácia com sua receita de antibióticos para infecção urinária. Ela conseguiu convencer farmacêutico que lhe vendeu um antibiótico para pneumonia. Para o farmacêutico, ela argumentou que morava no 4º andar de um prédio sem elevadores, disse que sua mãe não andava, que ela havia ficado internada duas vezes e que, mesmo ela estando mal, ela não levaria a mãe para a novamente ao hospital. Por conta da diabetes de Dona Geraldina, Leonor pediu um xarope sem açúcar. O vendedor disse que conseguiria trocar a receita de infecção urinária por amoxicilina e ela levou o antibiótico para casa. Leonor voltou da farmácia com o remédio, mas o dia estava frio e ventando. Para não piorar o estado de saúde de sua mãe, Leonor decidiu por não dar banho de água em Dona Geraldina, mas dar banho com lenço umedecido, limpando em especial o bumbum e a perereca para ela não ficar fedidinha. Os cabelos estavam cheirosos do banho que Leonor deu na madrugada anterior.

Fazia um dia que Dona Geraldina tossia sem parar. Em casa e com o pacote do remédio na mão, Leonor leu a bula e dois dos efeitos descritos era distúrbio mental e que desandava o intestino. No primeiro dia, o remédio deu um revertério no intestino de Dona Geraldina e, para que Leonor pudesse dormir e sua mãe não tirasse a fralda geriátrica durante a noite, ela colocou duas fraldas geriátricas em sua mãe e pegou aquela fita crepe, aquela fita adesiva que enrola em caixa de camelô e enrolou em sua mãe. Sua estratégia deu certo. Dona Geraldina não tirou a fralda geriátrica, as fezes não vazaram, Leonor deu 7 dias de antibióticos para a mãe e ela sarou da pneumonia.

Quando olhamos para as dinâmicas do cuidado sem levar em consideração o trabalho doméstico necessário para tal e o problemas de diferentes ordens que aparecem no cotidiano, nós perdemos a complexidade do que significa cuidar de um idoso doente em situações de pobreza e precariedade, o peso da responsabilidade e como os problemas recaem sobre os corpos femininos. A partir das histórias narradas acima, vemos como a sobreposição do trabalho doméstico, do cuidado ordinário, de eventos corriqueiros e eventos extraordinários incidem conjuntamente na vida cotidiana de Leonor e produzem a sensação de exaustão. No item abaixo, pretendo desenvolver essas questões olhando diretamente para os efeitos produzidos no corpo e na subjetividade de Leonor.

2.1.3 Adoecer e morrer ou quem cuida do cuidador?

Desde que Dona Geraldina foi morar com Leonor na Ocupação Nelson Mandela, o cuidado que a filha dedicava à mãe passou a ser uma das práticas centrais de sua vida diária.

Partindo das reflexões de Veena Das (2015a), eu trabalhei até aqui como a chegada de Dona Geraldina à sua casa, as doenças e limitações no corpo de sua mãe afetaram diretamente a vida ordinária de Leonor e foram lentamente sendo absorvidas no cotidiano. Acima, eu trabalhei como Leonor foi deixando certas atividades de trabalho e lazer para se dedicar a outras dinâmicas relativas ao cuidado. Aqui, eu gostaria de trabalhar como o cuidado de uma pessoa idosa e com Alzheimer avançado produziu marcas na saúde e no corpo de Leonor, que não estão descoladas das condições de pobreza e precariedade, das relações familiares e dos acessos às instituições de saúde. Com uma rotina exaustiva de trabalho e com o envelhecimento paulatino de Dona Geraldina e de Leonor, não é difícil imaginar que ela ficaria doente. Nesse sentido, eu faço a pergunta, o que acontece quando o cuidador fica doente? Quem cuida do cuidador? Ou ainda, como o adoecimento do cuidador afeta as dinâmicas do cuidado? Meu argumento é que as marcas corporais das doenças e da precariedade vão atingindo diferentes gerações de pessoas que vivem a vida em exceção ordinária.

Ao acompanhar o cotidiano ordinário de Leonor, eu fui percebendo algumas transformações em sua subjetividade. Acima, eu trabalhei os processos que fizeram com que Leonor passasse a se ver como uma pessoa miserável e como essa transformação estava atrelada à sua nova condição de confinamento e à mudança de classificação de sua casa que, após a entrada do tráfico de drogas, ela e outros moradores passaram a chamar de favela. Aqui, eu quero mostrar como ela vai deixando de gostar de sua casa até chegar ao desejo, que ela classifica como inconsciente, de morrer para poder enfim descansar. Trabalharei essas relações a partir de uma perspectiva que valoriza os laços fortes entre as formas de viver e de morrer. A partir da perspectiva de Leonor, veremos abaixo como esse desejo se vincula ao que não se absorve na vida diária: as insônias frequentes de sua mãe que impedem Leonor de dormir e ficam massacrando, e as memórias nunca esquecidas das violências que ela viveu em sua infância. O que acontece quando certos eventos não são absorvidos no cotidiano? Quais são os eventos que causam tamanho desgaste que a vida diária se torna insuportável?

Se Veena Das (2015a) trabalhou especialmente como as doenças vão sendo embebidas na vida diária e absorvidas nas relações, ela pergunta também quais são as experiências que não são absorvidas e como elas constituem a vida ordinária. No caso específico que trago abaixo, eu gostaria de mostrar como eventos antigos que marcam as relações são revividos como experiência embebida no presente, em especial aqueles que machucaram e feriram profundamente. Como eu falei na introdução deste capítulo, as doenças que acometem o corpo de uma pessoa não se descolam de suas relações, ao contrário, se enredam a essas histórias. Nesse sentido, o trabalho do tempo e da duração de uma doença constituem o trabalho do tempo e da duração das relações. Assim, nesta parte do capítulo, quero mostrar a complexidade das

doenças na vida ordinária a partir do enredamento do passado, do presente e do futuro. Entendo que as relações entre saúde e doença são compostas por múltiplos planos e camadas, por limites que se deslocam o tempo todo, pelo campo de possibilidades disponível para as pessoas, e aqui, especialmente, pelo processo de hierarquização de corpos que devem ou não ser cuidados em um determinado momento. Nesse sentido, entendo que as relações de saúde e doença estão embebidas em condições sociais, políticas e econômicas, mas também ultrapassa essas condições.

A partir das doenças de Dona Geraldina e de Leonor, de quem será tratado e quem aguardará um momento propício para isso, penso que o corpo das pessoas é intrínseco aos processos de viração (Telles 2010). Para as pessoas que vivem a vida em exceção ordinária não há um campo no qual as pessoas não precisem se virar e aqui quero destacar como os cálculos sobre o próprio corpo estão em jogo na luta por um cotidiano menos pior. O corpo é, portanto, a própria viração e está associado às escolhas éticas que pessoas precisam fazer estando sob pressão. A partir da experiência de Leonor, veremos que esse cálculo vai produzindo de forma lenta e agonizante um corpo vulnerável.

2.1.3.1 Quando o cuidador fica doente: presente e futuro

Fazia quatro anos que Leonor cuidava sozinha de sua mãe. No último ano, o que vinha tornando o cotidiano de Leonor muito difícil era a limitação de locomoção de Dona Geraldina que estava associada ao envelhecimento, ao avanço do Alzheimer e a uma queda que levou Dona Geraldina à fratura de fêmur, que trabalharei no próximo capítulo. Seja em casa, seja nos hospitais, o efeito dessa limitação sobrecarregou ainda mais o trabalho diário e, consequentemente, o corpo de Leonor. Sem conseguir andar, Leonor passou a carregar sua mãe da cama para a cadeira, da cadeira para o sofá, do sofá para a cadeira higiênica e assim sucessivamente, além das vezes em que ela precisava levantar sua mãe do chão quando ela caía após dar o estirão. Somava-se ainda as frequentes interrupções no abastecimento de água do prédio que fazia com que Leonor tivesse que subir os seis lances de escadas carregando galões de água para sua casa. Além disso, havia os produtos que ela trazia do supermercado que, embora Leonor preferisse fazer as compras aos poucos, esse pouco também precisava ser carregado. Em 2017, Leonor estava com 60 anos.

Leonor havia passado 10 dias com sua mãe no hospital onde o processo de carregá-la se tornava ainda mais difícil. Em uma das vezes, no momento em que ela carregava sua mãe da cadeira higiênica para a cama de hospital, ploit, a bola que ela tinha na boceta saiu para fora,

começou a doer e a incomodar. Eu ouvi essa história um pouco perplexa e eu não tinha entendido o que era essa bola. Leonor me explicou dizendo que era a bexiga que tinha arriado para dentro da periquita. Como eu nunca tinha ouvido falar, fui procurar na internet o que seria essa tal bexiga caída. O nome biomédico do problema é prolapso genital e consiste no enfraquecimento dos músculos e dos ligamentos que formam o assoalho pélvico. No site do médico Dráuzio Varella, ele explica que quando os músculos do assoalho pélvico ficam enfraquecidos, a sustentação da bexiga urinária, mas também de órgãos como a uretra, o útero, o intestino, o reto entre outros segmentos vaginais ficam comprometidos e podem adentrar à abertura vaginal. No caso de Leonor, era a bexiga o órgão que tinha caído para dentro da vagina, cuja doença se chama exatamente cistocele. Uma das consequências da bexiga caída é a incontinência urinária.

Achei interessante o alerta feito por Mariana Ferreira sobre como a bexiga caída tem uma estética que nos permite visualizar corporalmente os laços fortes entre o viver e o morrer. Ao procurar no “Google Imagens” o que seria a “bexiga caída”, as imagens fotográficas disponíveis assemelham a bexiga saindo pelo canal vaginal à cabeça de uma criança saindo da vagina da mãe.

Na primeira vez que essa bola tinha arriado, Leonor estava carregando sua mãe em sua casa e saiu uma coisa enorme, horrível de ver. Ela procurou uma Clínica da Família para saber o que era aquela bola. Na época, o médico a diagnosticou com bexiga caída e lhe disse que seu caso era cirúrgico. Leonor decidiu por não dar sequência aos encaminhamentos burocráticos para a cirurgia e explicou ao médico que ela cuidava sozinha de sua mãe. Além disso, a recuperação cirúrgica exigia que Leonor passasse três dias no hospital, repousasse, não carregasse peso e não subisse escadas por cerca de seis semanas, embora fosse recomendado que ela caminhasse em superfície plana. Essas colocações me fizeram pensar em como as recomendações médicas estão ancoradas em um plano ideal da recuperação e do auto cuidado que desconsidera ou desconhece a realidade cotidiana das populações pobres.

Não vou falar novamente sobre as dificuldades de se caminhar nas condições em que mora Leonor. Também não vou retomar a discussão sobre como a precariedade, a pobreza, o acesso às instituições de saúde bem como as condições de precariedade e as relações familiares vão marcando os corpos e produzindo maior ou menor vulnerabilidade. Digo apenas que é ancorada nessa discussão que estou pensando a doença de Leonor, mas dessa vez complexificado a partir dos corpos dos cuidadores pobres que lentamente adoecem, ou ainda, de pessoas doentes que são responsáveis por outra pessoa doente. O que quero descrever é como a precariedade vai lentamente marcando corpos de geração a geração, na qual, as dinâmicas e

responsabilidades em torno do cuidado não podem ser excluídas, tão pouco como o peso dessa responsabilidade se inscreve no corpo das mulheres. Por fim, penso que o corpo de Dona Geraldina e de Leonor são coproduzidos de forma quase simbiótica. O corpo, portanto, é produzido de forma compartilhada no qual a morte da mãe será a morte de parte significativa da vida de Leonor.

Quem cuidaria de Dona Geraldina durante o período de recuperação de Leonor, caso ela viesse a fazer cirurgia? Leonor me dizia que não deixaria sua mãe voltar para as mãos de Cleber, devido à judiaria que ela certamente passaria, pois, o filho não tinha paciência com a mãe e tinha um histórico de violência. Como Leonor ficaria sem subir as escadas durante seis semanas morando em um prédio sem elevadores? Quem cuidaria dela durante o repouso, cozinhar, buscaria água, faria as compras, caso ela viesse a fazer a cirurgia? Leonor não se imaginava sendo cuidada por Vitor nem por Rudah, filhos que viviam na sua casa ou no mesmo prédio que ela, respectivamente. Neste momento da conversa, Leonor definiu sua condição como sozinha, pois, como ela me disse, nem com Layla ela poderia contar. Com suas palavras:

Eu não vou fazer a cirurgia e eu não quero ficar igual a minha mãe. Eu não tenho ninguém. Nossa, coitada de mim meu Deus. Imagina eu, do jeito que está a minha mãe, na mão dos meus filhos?

Sem encontrar alternativas, Leonor decidiu deixar essa droga quieta. Cada vez que sua bola caía, ou seja, que sua bexiga entrava no canal vaginal, Leonor a empurrava de volta para dentro com os dedos e fazia o máximo de repouso possível. O médico havia deixado a seguinte recomendação: caso a vagina ou a bexiga viesse a inflamar, ela deveria voltar urgentemente ao posto de saúde. Leonor, até o momento da escrita da tese, não voltou ao posto de saúde para resolver este problema. A bexiga caída, de fato, habita seu corpo e a sua vida cotidiana.

Achei interessante como as mãos, seja as de Cleber ou as de seus filhos, aparecem como o órgão de onde se parte da violência. Ficar nas mãos de alguém significa depender de outra pessoa e se colocar em uma posição de vulnerabilidade que não se consegue controlar. Devido ao histórico de violências familiares, Leonor preferiu cuidar do seu corpo da forma que lhe fosse possível, preferiu aprender a lidar com a vulnerabilidade corporal, do que se colocar em uma situação de dependência que a colocaria outra forma de vulnerabilidade.

Além da bexiga caída, Leonor estava evitando ao máximo carregar sua mãe pois ela estava com o braço direito ferrado de tanto carregá-la. Leonor não sabia exatamente o que ela tinha nos braços, pois ela não havia procurado um médico. O fato é que eles estavam inchados e enfraquecidos e, quando Leonor fazia a passagem de Dona Geraldina da cama para a cadeira

higiênica, por exemplo, ela pedia que a mãe a ajudasse firmando as pernas e não largasse o corpo. Segundo Leonor me contou, ela repetia a seguinte frase para sua mãe:

Mãe, se a senhora largar o corpo, eu vou ter que soltar porque meu amor é forte, mas a dor vai ser mais forte que o amor e eu vou soltar, porque eu não vou aguentar a dor.

Leonor estava esgotada. Nessa conversa que eu tinha com ela ao telefone, Leonor aguardava ansiosa a vinda de sua irmã Laura para que ela pudesse descansar um pouco, mas Laura não veio. A última vinda de Laura foi em 2014, quando eu a conheci pessoalmente. A irmã argumentava não ter dinheiro nem para comer, tão pouco para pegar um ônibus de Santos para o Rio de Janeiro. Leonor instruía Laura dizendo que ela era idosa e que, se ela marcasse o assento com antecedência, ela, que ganhava menos de dois salários mínimos, teria o direito de viajar de graça. Se Laura não tinha o que comer em casa, Leonor tentava convencer a irmã a vir dizendo que em sua casa não faltava comida e que ela se alimentaria muito bem. A desistência de Laura fez com que elas brigassem por telefone. Leonor me disse que na verdade, Laura está pouco se ferrando para a mãe dela e para mim. A desistência de Laura foi mais um elemento de fricção no interior de uma longa e tensa relação familiar. Eu não sei como é o cotidiano de Laura, mas pelas histórias contadas por Leonor, não deve ser nada fácil.

Rita, moradora da Ocupação Nelson Mandela, tinha ido visitar Leonor no período da manhã. Leonor reclamava para mim que Rita e outras pessoas sempre que chegavam em sua casa, viam sua mãe de banho tomado, trocada, comendo, toda cheirosinha e falavam: “ah, mas ela está tão bem, tão bonitinha, que dózinha, tadinha”. Por telefone, Leonor me disse que todas as vezes que alguém falava esse tipo de frase a ela, ela pensava: e eu, onde eu entro nessa história? A pergunta de Leonor me remeteu ao trabalho de Kathleen Woodward (2012) no qual a autora argumenta que as pesquisas têm se dedicado mais aos idosos doentes do que aos cuidadores e suas condições. Através da pergunta de Leonor, parece que o cuidador também é negligenciado na vida cotidiana.

As doenças de Leonor e Dona Geraldina me fizeram pensar na visibilidade e na invisibilidade das doenças que acometem um corpo ao longo da vida. O Alzheimer, a cegueira, a ausência de dentes era visível no corpo de Dona Geraldina, ao menos quando ela estava com 84 anos, em 2017. Quais são as doenças que agem de forma opaca e sorrateira? Como as doenças estão incidindo e marcando de forma silenciosa nos corpos das pessoas? Ao olhar retrospectivamente para minha relação com Leonor e para as doenças que marcaram o seu corpo durante a pesquisa, eu percebi que muitas das doenças são quase imperceptíveis, mesmo para nós pesquisadores. Dessa maneira, estou sugerindo que não é apenas as relações de cuidado que

são negligenciadas pelas pesquisas. As doenças e suas inscrições no corpo, na subjetividade e no cotidiano acabam passando ao largo mesmo entre os pesquisadores que se colocam como desafio as transversalidades de questões.

Além da bexiga caída, Leonor tem diabetes e câncer de pele, mas essas doenças apareciam com mais ou menos frequência em suas narrativas. Contudo, há as doenças como o glaucoma que Leonor me falou apenas uma vez, por uma mensagem de whatsapp em 2015, e que se não estivesse registrada na conversa, eu não teria anotado em meu caderno de campo. Foi, portanto, a partir do pequeno registro de uma mensagem de whatsapp que eu pensei na invisibilidade das doenças que marcam lentamente o corpo das pessoas mesmo que elas se dissolvam nas narrativas.

Glaucoma é uma das doenças oculares cujo avanço pode levar à cegueira e as evoluções da doença são irreversíveis. Para diminuir o risco de ficar cego é necessário o tratamento com colírio e ter o acompanhamento de um oftalmologista, o que Leonor não tem. Outra das doenças que apareceram e sumiram rapidamente da narrativa é a piorreia cujo efeito em Leonor foi a retirada dos dentes da parte de cima da boca, mas os de baixo ainda precisavam de cirurgia. Essa doença me foi contada uma única vez, mas dessa vez eu já havia lido o livro *Affliction* de Veena Das (2015a) e estava sensível ao registro dessas pequenas doenças que aparecem e desaparecem das narrativas, mas continuam constituindo os corpos e produzindo marcas corporais e que ano após anos vão devastando o corpo e construindo mais vulnerabilidade, muitas vezes de forma irreversível.

2.1.3.2 O que não se absorve: passado e presente

Julho de 2017. Fazia um ano que Dona Geraldina não dormia regularmente e tinha surtos frequentes, muitos deles com agressividade. O médico da Clínica da Família que as atendiam há 4 anos não havia encaminhado Dona Geraldina para um geriatra. Uma amiga de Leonor que trabalhava na enfermaria do Hospital Municipal Souza Aguiar, lhe informou que essa especialidade não era atendida pelo SUS e que os remédios eram caros. Como Leonor não sabia o que era um geriatra e desconhecia como um profissional dessa área poderia ajudar sua mãe, ela não verificou quais as possibilidades de Dona Geraldina ser atendida por um médico especialista em geriatria. Em julho de 2017, eu incentivava Leonor a levar sua mãe a um geriatra e a um psiquiatra para ela não enlouquecer com as frequentes insônias, surtos e alucinações de Dona Geraldina. Depois de pesquisar na internet, eu lhe disse que no SUS havia atendimento

de geriatra e que as farmácias populares vendiam remédios que minimizariam os efeitos do Alzheimer.

Fazia dois dias e duas noites que Dona Geraldina estava acordada, em surto e sem dormir. Com esse estado de sua mãe, Leonor também não dormia. As noites que elas passavam em claro Leonor classificava como noites de terror. Nessa noite específica, Dona Geraldina prendeu a cabeça entre as grades que cercavam sua cama, estrategicamente colocadas para que ela não caísse, e ficou enroscada pelo pescoço. Leonor fotografou a mãe nessa situação e me enviou a fotografia. Dona Geraldina gritava insistentemente que estava presa, que estava machucando e que ela iria morrer. Leonor tentava se aproximar da mãe para tirar sua cabeça presa nas grades, mas, em surto e sem reconhecer a filha, Dona Geraldina gritava por socorro, clamava pela polícia e dizia que Leonor queria matá-la, esfaqueá-la, sufocá-la... Quando Leonor encostava nela, Dona Geraldina gritava ainda mais, beliscava e batia em Leonor e se debatia na cama, se machucando ainda mais. Segundo Leonor, sua mãe ficava aprontando a noite toda e ninguém dormia. Ela só conseguia se aproximar da mãe quando ela se acalmava, quando ela pedia para ir ao banheiro ou quando ela pedia para comer. Desesperada com a situação e sem dormir há mais de 48 horas, Leonor começou a filmar o surto de sua mãe para enviar o vídeo a seus irmãos, para eles saberem o que ela passava durante a noite. Mas a internet de seu celular não tinha dados suficiente para fazer o upload dos vídeos.

Desde que sua mãe havia iniciado o surto, Leonor não tinha conseguido sair de casa e ir ao supermercado. Por isso, faltava os ingredientes para as refeições e para preparar os remédios naturais de Dona Geraldina, como o limão para a quimioterapia de câncer nos rins, diagnosticado em junho de 2017 como tumor, mas que Leonor rapidamente associou a câncer. Da forma como sua mãe estava, Leonor não tinha como deixar a casa, pois ela poderia se machucar ainda mais. Assim, fazia horas que Leonor repetia para a mãe se acalmar, dizia que ela precisaria buscar comida, que não havia comida para Dona Geraldina que, idosa e sem dentes, precisava de comidas saudáveis e batidinhas. Leonor insistia: mãe, eu tenho dentes, posso comer qualquer coisa, a senhora não. Me ajuda pra eu poder cuidar da senhora. Dona Geraldina respondia gritando: vai no mercado, vai no mercado, mas se recusava a deixar Leonor se aproximar para desenroscar sua cabeça das grades. Eu falava com Leonor ao telefone e ela aproximou o aparelho a sua mãe para que eu pudesse ouvir os gritos. Em sua concepção, sua mãe estava definhando e levando ela junto.

Durante o surto, Dona Geraldina começou a chamar por sua filha Laura. Conforme Leonor me narrou, ela gritava que não queria a gorda cuidando dela e que queria Laura. Era Laura, Laura, Laura, o tempo todo. Quanto mais sua mãe chamava por Laura, mais Leonor

achava complicado e mais ela ficava irritada. Com raiva, irritada e sem dormir, Leonor falava besteiras para sua mãe: é a Laura que você quer, a sua filha que comeu o seu marido? Quando adolescente, Laura foi estuprada pelo pai durante anos. Na interpretação de Leonor, primeiro era uma violência, depois ela foi gostando dessas safadezas. Laura chegou a ter um filho da relação com o pai, que morou com diversas mulheres da família, inclusive com Leonor. O garoto morreu aos 15 com um tiro no rosto quando descia do ônibus. Mais uma vez, me contou Leonor que dormia com uma faca em baixo do travesseiro pois o pai a ameaçava dizendo que ela seria a próxima que ele iria pegar. Para complicar ainda mais a situação, Laura havia sido amante do marido de Leonor quando ela estava grávida do seu primeiro filho. Leonor se separou do marido e Laura o namorou por alguns anos até que se separou também. Quando Dona Geraldina chamava por Laura insistentemente, essas eram lembranças que vinham à mente de Leonor. Ela me disse saber que sua mãe não tinha culpa de estar presa e de chamar por Laura, que ela estava em surto, mas essas lembranças eram muito fortes e às vezes ela soltava essas besteiras.

Esses acionamentos do passado para me explicar certas frases que Leonor dizia para sua mãe em surto e presa entre as grades me fez pensar na complexidade da ética cotidiana, na medida em que ela aciona diferentes temporalidades e doloridas experiências para formar um pensamento que é também uma ação. As experiências de violências vividas em sua família e que fazem parte de sua memória nos mostram a ferida aberta do estupro e da traição que habita sua vida ordinária. O fato de sua mãe chamar por Laura trouxe as memórias que ano após anos continuam machucando Leonor. É este emaranhamento de um passado que não se absorve, e por isso é o tempo todo retrabalhado no presente que também massacra Leonor e produz nela o desejo de descansar. A exaustão não está só no corpo e no presente, mas é também uma exaustão das lembranças.

Em uma dessas noites em que Dona Geraldina estava em surto, teve uma operação policial com tiroteios e granadas. Ela começou a gritar dizendo que tinha um monte de homens armados dentro de casa e que eles iriam dar as gordas pros bichos comerem. “Eu quero fugir, eles vão me dar pros bichos comerem”, gritava Dona Geraldina bastante alterada, “os homens estão armados, os homens têm revólveres, eles vão jogar as gordas pros bichos comerem”. Leonor perguntava, mãe, quem são as gordas, e ela respondia: eu e você. Esse foi o momento em que Leonor e eu conseguimos rir da situação. Sua mãe queria ir para a casa e por mais que Leonor insistisse que aquela era a sua casa, ela queria ir para a sua casa. Segundo Leonor, ela havia arrumado uma casa para ir que era um inferno: eu quero ir pra casa, eu quero minha casa... repetia Dona Geraldina em surto durante horas e horas ininterruptamente.

Fazia mais de 48 horas que Leonor não dormia. Ela me disse ter chegado no limite da sua humanidade. Para me explicar o que passava, ela definiu os dias e mais dias sem dormir como um sofrimento violento. É uma violência. Eu percebo o que está acontecendo, eu tenho amor, mas tem dia que eu não tenho paciência. Nesse dia, em meio a surtos, tiroteios e granadas, ela havia perdido a paciência. Em uma das horas em que ela estava muito irritada Leonor falou em voz alta: eu tenho vontade de pegar a senhora e jogar pela janela e sua mãe respondia com não, não faz isso, não faz isso! Depois de falar essa frase para sua mãe, seu surto persecutório piorou, aí que virou um inferno de vez. Para mim, Leonor falava que mesmo com todo o amor que ela sentia, ela tinha vontade de pegar sua mãe no colo e jogar sua mãe pela janela, embora ela jamais fosse fazer isso. Ela pensava: se eu jogasse ela pela janela, pluft, pronto, agora eu vou dormir, agora eu vou descansar. Exausta, Leonor refletia: quanto anos mais eu vou passar por essa situação, neste cárcere, neste massacre, dois, três, dez? Lembremos que em 2017 fazia quatro anos que Leonor cuidava sozinha de Dona Geraldina.

Para piorar a situação, a relação com seu filho Vitor estava bastante delicada. Ele trabalhava em uma boca de fumo na região, chegava às 4h da manhã em casa, ia para o banheiro usar cocaína, deixava a pia do banheiro imunda, cheia de catarro misturado à droga, ficava acordado durante o efeito da droga e depois ia dormir. Assim ele dormia até duas da tarde ou mais. Leonor acordava cedo com sua rotina diária. O filho brigava com ela a cada telefonema que ela dava; se ela ligava o liquidificador para fazer a comida de sua mãe; se ligava a televisão para se divertir. Vitor não gostava de dormir no espaço onde ficava o quarto e deixava o seu colchão na sala, ou seja, no centro da casa. Leonor me disse que tinha que arrumar um cantinho e ficar quietinha pois Vitor havia começado a ameaçá-la. Quando sua avó surtava, ele gritava, xingava e por vezes ameaçava bater na mãe e na avó por causa dos barulhos. Para finalizar essa história, Leonor me disse: eu amo, mas eu estou de saco cheio desses dois.

2.1.3.3 A morte, o esquecimento e o desejo de descansar

Fazia anos que o esquecimento de Dona Geraldina havia comprometido sua memória e outros processos cognitivos. Ela frequentemente não reconhecia Leonor como sua filha e a chamava de enfermeira, de mãe, de gorda, entre outras diferentes denominações. Leonor e eu conversávamos sobre este assunto na mesma ligação a partir da qual narrei a história acima. Segundo ela me contou, sua mãe não lembrava que tinha filhos, que tinha casado, mas principalmente, ela não lembrava que seus pais haviam morrido. Quando Dona Geraldina veio

para a casa de Leonor em 2013, ela já perguntava por seus pais. Naquela época, sem entender direito o que afetava sua mãe, Leonor respondia que seus pais haviam morrido há muito tempo.

Com o passar dos anos em sua casa, Dona Geraldina continuava perguntando pelos pais e Leonor foi percebendo que a cada vez que ela respondia: seus pais morreram, Dona Geraldina se desesperava e perguntava: então eu não tenho mãe, eu não tenho pai? e ficava muito agitada, às vezes chorava. Com o tempo, Leonor foi mudando as suas respostas. Conforme ela me contou, ela começou a olhar para sua mãe e pensar, porque eu sou um ser pensante, Camila, às vezes eu penso (rimos), e a imaginar que a cada vez que a mãe perguntava de uma pessoa específica e ela respondia que a pessoa havia morrido, a informação deveria ser um choque para Dona Geraldina. Assim, Leonor parou de falar que fulano tinha morrido, pois ela imaginava que seria um impacto, um sofrimento a cada vez que ela recebia a notícia, já que, pelo efeito do Alzheimer, sua mãe, de fato, não sabia que a pessoa tinha morrido. Aqui, podemos ver mais uma forma como o passado se torna experiência concreta no presente. Cada vez que Dona Geraldina perguntava sobre sua mãe ou seu pai, ela respondia que não sabia, que eles tinham ido trabalhar ou que tinham ido ao mercado. São essas e outras ações de Leonor o que eu chamo de ética cotidiana, os caminhos por ela escolhidos para cuidar de sua mãe, na qual decidir o que falar e o que não falar em situações concretas e específicas importam.

Dessa conversa sobre sua mãe, entramos em um diálogo sobre a morte. Leonor me disse achar que a morte é um mistério, que nós, vivos, não temos condições de saber se o que vem depois da morte é bom ou se é ruim. Como ninguém havia voltado para contar o que existe na morte, de fato, ninguém sabia o que era a morte. Mesmo assim, ela imaginava que a morte era maravilhosa. Ela me disse que amava a morte e que ela via a morte como simplesmente deitar, dormir e descansar de tudo. Mas poderia ser que não fosse isso. Na conversa abstrata sobre a morte, eu lhe disse que também gostava da morte, mas apenas das mortes mais próximas ao “natural” e não das mortes-matadas, não das mortes por assassinato. Nesse momento, Leonor me disse que quando chegasse a sua vez de morrer, ela gostaria de deitar, dormir, morrer e não acordar mais.

Da conversa abstrata nós fomos passando para uma conversa mais concreta sobre a morte. Leonor me disse que seu inconsciente estava procurando a morte. Ela me afirmou que todos os dias, quando chegava o período noturno e sua mãe estava em surto, ela deixava Dona Geraldina com suas loucuras e descia até a barraca de doces da sua amiga na esquina próxima à ocupação. Lá, ela ficava até uma, duas horas da madrugada. Segundo ela me contou: a polícia poderia vir, voltar, apontar a arma para as pessoas, começar o tiroteio, que ela não ligava mais,

não se mexia, continuava sentada. Em sua interpretação, ficar sentada na rua em meio a um tiroteio até lhe dava alguma emoção. No fundo, ela pensava:

O que eu acho é que o meu inconsciente está procurando uma bala que me ache e acabe com todo esse sofrimento. Acho que estou esperando alguma coisa assim sabe, inédita, que me dê descanso.

Como Leonor me falou inúmeras vezes, ela não gostava de viver na rua, mais do que isso, ela odiava. Ela gostava de ficar em sua casa, que ela cuidava com muita dedicação: mudava as cores das paredes, comprava uma ou outra planta para decorar, mudava os móveis de lugar, economizava para trocar algum objeto que havia quebrado. Com o cotidiano infernal no cuidado de sua mãe com insônia, além do controle imposto por seu filho, do uso de cocaína e das ameaças que ela recebia em casa, Leonor me disse: ficar dentro da minha casa é pior do que ficar na rua. Eu não tenho mais vontade de cuidar da minha casa. Minha casa virou um chiqueiro, um lixo. Sentada na calçada ao lado da barraca de doces, ela comentava com a amiga: que lugar feio, como eu gostaria de morar no Catete. Segundo Leonor me falou, essa frase se repetia insistentemente em sua cabeça. Ela me disse pensar no mar, na praia, nos amigos que ela visitava e em o quanto a sua vida tinha virado uma bosta e que nem na casa dela ela conseguia receber as pessoas porque o seu filho xingava.

Alguns dias após essa nova conversa, Dona Geraldina entrou novamente em surto. Leonor me mandou uma mensagem às 4h e 49 minutos da madrugada dizendo que ela estava no limite do ser humano e em frangalhos. Neste momento, uma amiga minha estava tentando conseguir uma consulta com um psiquiatra da UFRJ para controlar os surtos e alucinações de Dona Geraldina. Às 11h da manhã eu respondi perguntando como ela estava e, mais uma noite sem dormir, ela me disse se sentir exausta. Antes da minha ligação, ela havia ido ao mercado. Quando Leonor chegou de volta à sua casa, Dona Geraldina estava com um galo imenso na cabeça. Vitor disse que ela teve um surto, levantou e caiu. Dona Geraldina disse que o neto a assustou, ela levantou correndo e caiu. Embora Dona Geraldina tivesse Alzheimer avançado, Leonor acreditou na mãe, pois Vitor perdia a paciência muito rápido com a avó. Por whatsapp finalizamos esta conversa com as seguintes palavras:

Camila: Amiga, vai ficar brava comigo, mas acho que está na hora da gente começar a pedir pra Deus, pros santos, entidades, sei lá, o que você acreditar e deixar ela descansar. Ela está sofrendo, você está sofrendo, e o Alzheimer é irreversível. Ela nunca mais vai melhorar.

Leonor: Ela disse que ele xingou ela de tudo que foi palavrão. Eu fui cedo no mercado por que não tinha iogurte pra ela. Comprei logo 30.

Camila: Quando meu pai estava sofrendo muito, minha mãe fez uma corrente de oração pedindo para ele ir embora.

Leonor: 🙄🙄🙄🙄🙄🙄🙄🙄🙄🙄

Camila: Ele não reconhecia mais ninguém e ele só tinha 50 anos. Minha mãe falava no ouvido dele: pode ir, Sérgio, você está sofrendo muito, eu vou continuar cuidando dos seus filhos. Você já fez o que poderia e não está aguentado mais.

Camila: Meu pai era muito apegado à vida (dizem os espíritas que em geral alcoólatras são). Minha mãe é espírita. Ela disse que ele ficou muito tempo vagando pela terra. Ela e os amigos do grupo espírita fizeram muitas orações durante anos, até que o espírito dele conseguiu se libertar e foi descansar.

Camila: Só que pra sua mãe descansar você também vai ter que desapegar, senão ela não vai, ela vai ficar porque no fundo ela não quer te fazer sofrer. Mas ela faz.

Leonor: A preocupação dela é o Cleber. Eu que amo ela loucamente.

Camila: Então, fala no ouvidinho dela que o Cleber já é adulto, que ele está bem... Sei lá. Não fique brava comigo, é só uma sugestão de uma amiga que está acompanhado o seu sofrimento.

Irene: Eu preciso ir embora antes dela, não imagino eu enterrando minha mãe 😞😞😞😞.

Camila: Essa é a ordem natural, linda. Seu amor tem que ser maior que seu apego e deixar ela ir. Leia essas palavras da sua amiga como palavras de amor e carinho.

Camila: Vou terminar meu almoço, um beijo no 🍷

Leonor: Bjs♥️😊

Como eu falei no primeiro capítulo da tese, minha relação com Leonor foi (e é) uma relação de amizade. Participar da vida de Leonor como amiga, entender seu raciocínio e seu cotidiano a partir de sua própria perspectiva me permitiu conviver com as características dela e de outras pessoas que habitam a vida com ela. Essa não é uma relação de empatia, mas um exercício de prestar atenção, de estar aberta para ouvir e também para dizer palavras da dor de uma maneira que exige tato e delicadeza, ao mesmo tempo em que é um exercício de entendimento de nossas limitações e da nossa própria finitude. Ao olharmos para a complexidade das relações do cuidado que Leonor dedica à sua mãe a partir de um “realismo ordinário” (Laugier, 2011, 2015) e da ética cotidiana, podemos aproximar os laços fortes entre as formas de viver e as formas de morrer. A agonia da morte lenta de sua mãe com suas múltiplas complicações, acompanhada por toda complexidade das relações, expõe os deslizamentos entre os desejos de vida e o desejo de morte. Por essa conversa que tive com Leonor, podemos ver como a existência de uma pessoa está íntima e concretamente ligada à existência do outro.

2.2 Diário da queda³⁹: entre exceção ordinária e eventos extraordinários

Neste capítulo, eu gostaria de retomar uma das discussões que iniciei no Capítulo 1 sobre como o cotidiano não é o lugar do óbvio, do hábito e da repetição, mas é o lugar que nos

³⁹ O título deste capítulo é inspirado no romance “Diário da Queda” de Michel Laub (2011). No livro, o autor reflete sobre suas memórias a partir da queda de um colega de escola que se revela não como acidente, mas proposital. A partir de fragmentos, o autor cruza este acontecimento com as experiências de Auschwitz de seu avô, guardadas nas palavras escritas em um velho caderno e nas memórias de seu pai que, por sua vez, desenvolvera Alzheimer precoce. O cruzamento da experiência de três gerações de uma mesma família na narrativa do autor traz reflexões sobre como o passado está embebido e constitui o presente daquele que narra, não como aprisionamento, mas como algo que é preciso encarar para poder criar novas possibilidades de vida.

surpreende o tempo todo (Das 2015b). Nele, eu trabalhei a relação entre o cotidiano ordinário e os eventos extraordinários que acontecem no dia a dia, nos surpreende e é absorvido com mais ou menos dores, dificuldades e sofrimentos. O assassinato de Jorginho por policiais militares, a fila do IML para enterrar corpos nos cemitérios da cidade e a impossibilidade de uma avó enterrar o neto, foi a experiência concreta da qual parti para desenvolver essas questões. No primeiro capítulo, eu quis mostrar como o assassinato de um morador da ocupação incidiu ao mesmo tempo como um evento extraordinário, quando impactou as pessoas diretamente envolvidas, e ordinário quando é parte da vida cotidiana de populações específicas, na medida em que as recolocam como alvo das práticas de terror e da possibilidade cotidiana de um novo assassinato. Seguindo esse raciocínio, eu trabalhei como este evento incidiu ao mesmo tempo de forma individual, coletiva e populacional, mas também como produziu efeitos generificados quando os homens são passíveis de matar ou morrer e as mulheres terão que lidar com as consequências dessas mortes.

Aqui, quero trabalhar a relação entre o cotidiano ordinário e os eventos extraordinários a partir de um acontecimento específico que modificou o cotidiano de Leonor: a queda de sua mãe que levou à fratura do fêmur direito. A partir deste acidente doméstico, que trato como um evento extraordinário no sentido elaborado por Veena Das (2015b), Leonor precisou reabitar o seu cotidiano e construir novas estratégias em sua dinâmica do cuidado, visto que Dona Geraldina passou a ter maiores limitações para andar. O que quero apresentar neste capítulo é como este evento específico gerou efeitos em diversos âmbitos da vida de Leonor que podem ser desde complicações no cuidado com a mãe; ou como a moradia precária se tornou ainda mais difícil no dia a dia; também as estratégias de Leonor para que a mãe recebesse atendimento médico domiciliar; ou ainda as acusações feita pelos irmãos que responsabilizavam Leonor pelo acidente com Dona Geraldina; além dos problemas nas relações de vizinhança que incluíram conflitos envolvendo policiais militares e agentes do tráfico de drogas. Em todas essas relações, veremos como as questões de gênero estão na tessitura da vida diária.

Para que o leitor possa acompanhar comigo os diferentes efeitos relacionados à queda de Dona Geraldina que levou à fratura do fêmur, vou descrever os momentos que antecederam a queda, a ida de Dona Geraldina para o hospital, sua permanência na instituição de saúde, o retorno para a casa de Leonor e sua recuperação. Como escrevi acima, eu estou interessada em mostrar a vida cotidiana através do enredamento entre extraordinário e ordinário. Dito de outra maneira, eu quero entender como o cotidiano das pessoas é marcado por surpresas – algumas delas inimagináveis – e como elas voltar a reabitar a vida incorporando as marcas do extraordinário. Nesse sentido, o extraordinário não rompe com a vida ordinária, mas se embebe nela.

Para que eu consiga mostrar essa dinâmica, início o capítulo com uma cadeia de eventos extraordinários que registrei durante a minha pesquisa de campo, nos dois meses entre a queda e a recuperação de Dona Geraldina. Peço ao leitor que observe como esses eventos extraordinários foram entrelaçados às dinâmicas da vida ordinária e emaranhados às sequências e acúmulos de pequenas exceções. Estou propondo pensar na qualidade dos problemas cotidianos que as pessoas precisam enfrentar quando se vive em situação de pobreza e precariedade em uma metrópole como o Rio de Janeiro.

Com os problemas que atingiram a vida cotidiana entre a queda e a recuperação de Dona Geraldina, eu quero mostrar as redes nas quais Leonor estava envolvida e o emaranhado de relações que colocam na mesma trama diversas instituições estatais como: hospitais, defensoria pública, ouvidorias; agentes do estado como: médicos, enfermeiros, policiais militares, defensores públicos, bombeiros; agentes do tráfico de drogas; legislações vigentes; além dos familiares, amigos e vizinhos. Através deste emaranhado, eu pretendo discutir como a precariedade se inscreve no cotidiano, produz marcas morais em diversos níveis e uma hierarquização dos corpos que podem ou não receber cuidados, obter atendimentos médicos, ter acesso a direitos que teoricamente estariam disponíveis.

Ao olharmos para a queda de Dona Geraldina a partir dos efeitos produzidos na vida de Leonor e na de seus familiares, eu gostaria de trazer as histórias de ressentimento presentes nas tessituras das relações, mas que na superfície é marcada pela civilidade e pela aderência aos ritmos e rotinas diárias (Das 2015a). Assim, veremos como certas mágoas e sentimento de injustiça permanecem no cotidiano, embora não sejam expressos através da linguagem verbal. Por outro lado, há também as mágoas e insultos enunciados verbalmente que não são assimilados e vão pouco a pouco corroendo a possibilidade de viver juntos (Das 2012). Em ambos os casos, veremos a duração e a circularidade desses sentimentos, o que nos ajuda a visualizar como certos vínculos não se desfazem, mas permanecem marcado pela dor das relações traídas. Por fim, acho importante destacar as gramáticas próprias do adoecimento, as formas concretas com que Leonor descreve e classifica certas doenças e como ela as enreda em sua vida diária.

2.2.1 Quando o extraordinário é ordinário

Era junho de 2016. O avanço do que havia sido diagnosticado como doença de Alzheimer, somado ao envelhecimento paulatino, estava dia após dia comprometendo as atividades locomotoras de Dona Geraldina. Naquele ano, além de completamente cega, Dona

Geraldina tinha dificuldades de se sustentar sobre as pernas e frequentemente caía no chão, o que afetava diretamente no cuidado que Leonor dedicava à sua mãe. Eu tenho dificuldades em descrever exatamente como a passagem da cegueira quase completa para a cegueira completa dificultou o cotidiano de Leonor, somada à crescente fraqueza na musculatura das pernas. Para tentar deixar mais palpável como essa aparente miudeza se transformou em um problema concreto, ou seja, como a duração das doenças em seus micro efeitos afetam os corpos e as dinâmicas do cuidado, eu vou tentar comparar a mesma cena que presenciei na casa de Leonor, uma observada em 2014 e outra em 2016.

Mesmo com o avanço do mal de Alzheimer, Dona Geraldina continuava se recusando a urinar e a defecar nas fraldas geriátricas e, por segurar o xixi e o cocô, quando Leonor a vestia com as fraldas, decorriam outros problemas como infecção urinária ou prisão de ventre. Somava-se a estes motivos a vontade de Leonor de que sua mãe sentisse um dos poucos prazeres dessa vida que era sentar em um vaso sanitário para fazer suas necessidades. Quase cega em 2014, mas ainda podendo se orientar pelas luzes e sombras e conseguindo caminhar mesmo que escorando nas mesas, sofás e cadeiras, Dona Geraldina se levantava de onde estivesse e ia ao banheiro. Naquele ano, a função de Leonor quando sua mãe ia ao banheiro era auxiliá-la a sentar corretamente no vaso sanitário, limpá-la, ajudá-la a se levantar e a lavar suas mãos. Dona Geraldina, então, caminhava de volta para o lugar onde estava, mas Leonor sempre ficava de olho caso ela tropeçasse ou perdesse o equilíbrio. Com a cegueira completa e com o enfraquecimento da musculatura de sustentação das pernas, agora em 2016, esta mínima autonomia foi interrompida. Para que Dona Geraldina pudesse ir ao banheiro, Leonor passou a levá-la na cadeira higiênica, mas como a cadeira era velha demais, as rodas quase não funcionavam e manobrá-la em uma casa apertada era difícil. A maneira mais fácil que Leonor encontrou foi apoiar a sua mãe no percurso até o banheiro, mesmo que a maior parte da força quem despendia era a própria Leonor, e depois levá-la de volta à cama ou ao sofá. Por vezes, Leonor literalmente a carregava.

Embora cega e sem força na musculatura de sustentação das pernas, Dona Geraldina não parou de dar o estirão que, como descrevi na introdução desta parte da tese, consistia em um levantamento súbito, a tentativa de andar e depois, se Leonor não chegasse a tempo de apoiá-la, cair. Em 2016, Leonor ficava cada vez mais atenta - e cansada - pois a cada estirão de Dona Geraldina, sua queda era certa e Leonor, aos 59 anos, precisaria fazer um enorme esforço físico para levantá-la do chão. Ela havia pedido a seu irmão Cleber, que trabalhava como ferreiro, que ele fizesse grades em torno da cama de Dona Geraldina, uma espécie de berço, para que a mãe não conseguisse levantar subitamente, uma forma de prendê-la para protegê-la,

mas ele nunca fazia. Leonor também havia iniciado o pedido de curatela de sua mãe, o que estava gerando conflitos familiares. Naquele ano, as alucinações, insônias e agressividades de Dona Geraldina, que vinham se tornando frequentes, já era uma condição cotidiana e difícil na vida diária de Leonor. É nesta condição corporal e relacional que a queda de Dona Geraldina e a consequente fratura do fêmur se inscreve.

2.2.1.1 O som e a queda

O primeiro evento extraordinário narrado por Leonor que se relaciona com a fratura do fêmur de Dona Geraldina foi o som alto que vinha do apartamento acima. Segundo ela me contou, sua mãe e a própria Leonor estavam irritadas devido à música extremamente alta que desde cedo não parava de incomodar. Irritada, Leonor foi até a casa de Tiana pedir a ela que abaixasse o som, mas a jovem vizinha se recusava a atender o pedido. Na segunda vez, Leonor foi mais enfática pois, como ela me falou, sua pressão e sua diabetes tinham subido de tanto nervoso, além de sua mãe ter começado a gritar. Leonor brigou com Tiana chamando-a de puta de Copacabana que não tem respeito por ninguém. Como resposta, Tiana ergueu ainda mais o volume do som e a reverberação chegou a ser tão alta que fazia bum bum bum na parede de Leonor e tremia os vidros de sua janela. Na condição em que estava Dona Geraldina, qualquer diferença no volume do som que ela estava acostumada a incomodava, a deixava irritada e muitas vezes agressiva.

Era a hora do almoço, o som alto continuava e Dona Geraldina não parava de gritar. Leonor havia deixado sua mãe sentada no sofá para preparar as refeições. Com o almoço pronto, ela sentou sua mãe na mesa para comer, mas o som permanecia. Enquanto Dona Geraldina almoçava, pois nessa época ela ainda conseguia fazer o movimento de colocar a colher no prato, pegar a comida e levá-la à boca, Leonor estava conversando com amigas no whatsapp. Em um momento de descuido, como ela definiu para mim, ou seja, em alguma medida atribuindo para si a responsabilidade do acidente, sua mãe deu um grito, empurrou a mesa para a frente, jogou a cadeira para trás, ficou em pé rapidamente, tentou andar, trançou as pernas e caiu batendo a cabeça na geladeira e o corpo no sofá. Dona Geraldina começou a gritar dizendo que estava doendo e não deixava Leonor se aproximar dela.

Ao ver a mãe caída no chão, Leonor mandou áudios de whatsapp para as amigas que falavam com ela no momento da queda e elas a aconselharam a chamar os bombeiros. Contudo, antes de efetuar a ligação para os bombeiros, Leonor desceu correndo para avisar os donos do prédio – termo irônico com o qual Leonor se referia aos agentes do tráfico que trabalhavam na

boca de fumo instalada na porta de sua casa – que controlavam a entrada e a saída dos moradores da ocupação, suas visitas, mas também de agentes de saúde entre outros agentes. Com a autorização do gerente da boca de fumo, Leonor ligou para os bombeiros, eles subiram, colocaram sua mãe na maca e a levaram para o Hospital Municipal Souza Aguiar.

2.2.1.2 A sala amarela, o Facebook e o resgate

Assim que Dona Geraldina chegou ao hospital, sempre acompanhada de Leonor, ela foi internada na sala de emergência, conhecida como sala amarela. Entretanto, Leonor tinha graves suspeitas em relação a essa sala, pois havia rumores que na sala amarela os enfermeiros entubavam logo para matar os velhos, trabalharei melhor essas suspeitas de Leonor no próximo capítulo. Conforme me contou Leonor, ela montou um plantão na porta da sala amarela, cobrando que sua mãe fosse transferida para a enfermaria, já que ela não corria o risco de vida. O diagnóstico foi fêmur quebrado, segundo evento extraordinário do dia, que produziu efeitos duradouros nas dinâmicas concretas do cuidado que Leonor dedicava à sua mãe.

Dona Geraldina estava internada em uma enfermaria do hospital quando Leonor, com raiva do que havia acontecido, escreveu uma mensagem no facebook na qual ela falava da relação entre o som alto, a queda de sua mãe e a fratura do fêmur. Em minha interpretação, uma denúncia pública na qual ela afirmava a relação entre o som e a queda da mãe, ao mesmo tempo construía uma causa para o acidente e a protegia das acusações familiares de negligência que haviam começado através de mensagens de celular. A postagem do facebook feita por Leonor foi comentada por várias de suas amigas e por familiares. Alguns comentários sugeriam que ela chamasse a polícia e ela respondia que era complicado, outras diziam que iriam rezar por Leonor e sua mãe e ela respondia com amém. Uma prima de Leonor a aconselhou a falar na boca de fumo para que esse problema fosse resolvido com o tráfico, e Leonor ligou imediatamente para a prima pedindo que ela apagasse o comentário, porque Leonor não queria que ninguém a confundisse com uma bandida. Houve ainda quem xingou a jovem e quem prestou mensagens de apoio e solidariedade a Leonor. Paço ao leitor que não se esqueçam dessa mensagem publicada no facebook, pois ela retornará um ano depois no interior de um conflito que envolveu outro dia com som alto, operação policial e interferência de agentes do tráfico de drogas.

No hospital, Dona Geraldina ficou internada 28 dias. Desses, 19 dias foram aguardando a operação do fêmur na fila de pacientes que precisavam de cirurgia. São essas e outras ações como a de ter a porta de sua casa controlada por homens e meninos armados e

ainda ter que pedir para que agentes do tráfico liberem a portaria para os bombeiros socorrerem uma idosa caída o que chamo de exceção ordinária. Para que sua mãe não tivesse escarras, a saber úlceras na pele decorrente da deficiência de irrigação sanguínea, difíceis de serem curadas e que provocam bastante dores, a ética do cuidado desenvolvida por Leonor era movimentar sua mãe na cama o dia todo, fazer massagem em suas costas e pés, passar hidratantes e óleos aromáticos em sua pele. Suas ações fizeram com que Leonor se orgulhasse de si mesma pela mãe ter passado por essa internação sem nenhuma escarra.

Durante o “tempo de espera” (Vianna 2015) para a cirurgia, aconteceu algo extraordinário. Dona Geraldina estava internada no 6º andar do hospital, onde se localiza a enfermaria dos pacientes que estão com problemas ortopédicos. O corredor dessa ala do hospital estava com um número elevado de policiais militares, estava fora do comum, o que deixou Leonor, outros acompanhantes e também pacientes internados em estado de alerta. Enquanto esperava pela cirurgia, Leonor fez amizade com Roseli, outra mulher que também cuidava de sua mãe doente. Elas estavam revezando as noites no hospital, uma cuidando da mãe da outra, para que elas pudessem ir para casa descansar. Essa amizade nos mostra como o “tempo de espera” é um lugar marcado por inúmeras relações e, como veremos abaixo, no qual acontecem eventos extraordinários.

Era 19 de junho de 2016, Leonor tinha ido dormir em casa neste dia. Durante a madrugada, 15 homens armados invadiram o Hospital Municipal Souza Aguiar para resgatar o Fat Family, uma das lideranças do Comando Vermelho que havia sido baleado em um tiroteio com policiais militares e precisaria passar por uma cirurgia ortopédica. Não era à toa o estado de alerta de Leonor e de outros pacientes, cuidadores e familiares. Utilizando um vendedor de doces como escudo, os agentes do tráfico chegaram ao 6º andar, na ortopedia do hospital. Fat Family estava internado na enfermaria literalmente parede a parede com a de Dona Geraldina. Houve tiroteio com uso de granadas nos corredores do hospital. Uma pessoa que procurava ajuda médica foi baleada e morreu na emergência. Um enfermeiro, que Leonor tinha feito amizade, foi baleado. Soubemos meses depois que ele ficou paraplégico. Leonor me disse sentir dó do enfermeiro, pois ele tinha um filho deficiente mental para cuidar e que sua vida tinha ficado muito difícil, um inferno. No dia do resgate do Fat Family, a mãe de Roseli morreu. Embora a filha não relacione a morte da mãe com o resgate, o fato dela ter morrido neste dia exato deixou uma marca horrível.

Lembremos que Leonor não estava no hospital no momento do resgate, pois ela havia ido dormir em sua casa. Quando acordou, Leonor ligou a televisão, como sempre faz, e foi preparar o seu café da manhã. Ao ver as notícias que passavam na TV sobre o resgate do Fat

Family, seguidos de informações sobre tiroteios, granadas, pessoas assassinadas e baleadas dentro do Hospital Municipal Souza Aguiar e no andar exato onde estava sua mãe, Leonor ficou desesperada e correu em direção ao hospital. Ao chegar na enfermaria onde estava Dona Geraldina, Leonor ouviu de Roseli, dos pacientes, acompanhantes e enfermeiros as suas histórias particulares do que havia acontecido. Eu misturei as histórias que Leonor me contou com algumas informações que li nos jornais.

Dona Geraldina recebeu alta do hospital no início de julho. Ela foi liberada às nove horas da manhã, mas a fila da ambulância era grande e elas só conseguiram chegar em casa à uma hora da madrugada. Leonor pediu para o motorista da ambulância parar uma quadra antes do prédio onde ela morava para que ela pudesse descer e conversar com os meninos que estavam trabalhando no ponto de venda de drogas e dizer que ela chegaria com a ambulância do hospital que trazia sua mãe de volta para casa. Com a entrada liberada, a ambulância estacionou em frente à portaria do prédio. Sem poder dobrar as pernas devido ao corte e aos pinos e placas que passaram a fazer parte de seu corpo, os bombeiros subiram com Dona Geraldina deitada na maca e a passaram para sua cama.

2.2.1.3 O incêndio e o BOPE

De volta para casa, Dona Geraldina passaria por um longo processo de recuperação. Até a retirada dos pontos, a recomendação médica era que Dona Geraldina não dobrasse ou flexionasse o quadril, não sentasse e não ficasse em pé para não colocar peso sobre a perna fraturada. Em um dos dias de recuperação de Dona Geraldina aconteceu outro evento extraordinário. Um dos moradores da ocupação jogou uma bituca acesa de cigarro no vão do elevador que estava com semanas de lixo acumulado. No prédio em que elas moravam, havia dois grandes buracos onde, um dia, houve elevadores. Nesses buracos, alguns moradores e também agentes do tráfico, jogavam o lixo de suas casas. O recolhimento de lixo, desde que iniciei a pesquisa em 2010, sempre foi um problema concreto na ocupação e gerava conflitos, por vezes, bastante agressivos. Sem elevadores e sem local exato para depositar o lixo, alguns moradores preferiam se livrar do seu lixo jogando-o no buraco dos elevadores que, de tempo em tempo, quando começava a aparecer um sem número de ratos e baratas, além do forte cheiro, eram feitos mutirão de limpeza. Não é difícil imaginar que uma bituca de cigarro acesa em contato com grande quantidade de lixo provocaria um incêndio.

Dona Geraldina estava em recuperação e, lembremos, ela não podia flexionar o quadril. No momento em que começou a subir a fumaça, iniciaram os gritos de incêndio,

socorro, incêndio pelos corredores. Leonor se desesperou ao pensar em como ela faria para descer 6 lances de escadas com sua mãe deitada sem prejudicá-la. Em desespero, Leonor começou a gritar no corredor pedindo socorro e alguns vizinhos, junto com seu filho Rudah, ajudaram a deitar Dona Geraldina em um colchão para poderem carregá-la. Enquanto os homens carregavam Dona Geraldina para fora do prédio, Leonor pegou sua velha e cega cachorra Dora no colo e desceu com ela. Dona Geraldina ficou cerca de 2 horas deitada na calçada de uma das ruas da Central do Brasil na companhia da cachorra Dora com quem dividia o colchão. Leonor fez uma fotografia de imagem de sua mãe deitada no colchão com sua cachorra e me enviou, seguido de áudios de whatsapp que falavam ao mesmo tempo do absurdo de um incêndio provocado por uma bituca de cigarro e que estava tudo bem com elas. Os agentes do tráfico tentaram encontrar o autor do incêndio, mas não conseguiram, ninguém falou quem era, ficaram apenas as suspeitas. Eu visitei Leonor alguns dias depois do incêndio para saber como elas estavam e a ajudei a dar um banho de leito em sua mãe.

Ainda durante o período em que Dona Geraldina não podia flexionar o quadril, houve uma operação do BOPE na Ocupação Nelson Mandela. Embora operações do BOPE tenham se tornado ordinárias, a violência com que eles invadiram a ocupação neste dia foi uma novidade. Leonor ouviu uma explosão, um estrondo enorme e, como ela me contou, sua mãe cega, com Alzheimer e tendo frequentes alucinações, começou a gritar: tão jogando bomba aqui, tão jogando bomba aqui. Leonor foi correndo ver o que era através de sua janela e muitos garotos do tráfico corriam para os fundos da ocupação, mas os agentes do BOPE tinham feito uma emboscada e aguardavam exatamente a saída dos garotos pelos fundos. Com os agentes do tráfico encurralados, começou um tiroteio, era muito tiro de fuzil, que Leonor aprendeu a identificar com os anos vivendo na ocupação, especialmente após a invasão do tráfico de drogas e as consequentes invasões de policiais militares. Soubemos que alguns garotos foram baleados, mas não soubemos se houve assassinatos neste dia.

Enquanto policiais militares encurralavam e trocavam tiros com agentes do tráfico, outros agentes do BOPE jogavam bombas de pimenta no interior da ocupação. As bombas foram lançadas no primeiro andar, exatamente o andar onde moravam o filho e os netos de Leonor. Uma das crianças que morava no segundo andar do prédio passou mal como efeito das bombas de pimenta e foi levada às pressas para a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), outro morador teve um Acidente Vascular Cerebral (AVC) neste dia e também foi hospitalizado. O gás de pimenta chegou ao quarto andar e Dona Geraldina começou a passar mal, ter dificuldades de respirar, a gritar que estava sufocada e ardendo. Leonor tinha aprendido que o uso de vinagre amenizava os efeitos da bomba de pimenta, por isso, ela encharcou dois panos, um para ela e

outro para sua mãe inalar. Sobre as bombas de pimenta lançadas pela polícia militar no prédio, Leonor me disse a seguinte frase: eu acho que eles pensam assim, se está ruim, por que não infernizar?

Com o ouvido encostado na porta para escutar a movimentação dos corredores, Leonor identificou os gritos do filho da sua vizinha de frente que era torturado por policiais. Um dos moradores que voltava de seu trabalho como pedreiro se aproximou do prédio e foi recebido com um fuzil apontado para seu rosto cuja a mira a laser vermelha chegou a encontrar seus olhos. Um dos policiais o mandou tirar a mochila e lhe entregar o dinheiro que tivesse. Este morador subiu nervoso para sua casa e Leonor, como ficava ouvindo o que acontecia no corredor, reconheceu sua voz, abriu a porta e mandou ele entrar, já que ele morava em um dos andares mais altos e havia outros policiais espalhados no prédio. São as ações tomadas nesses momentos de tensão, decididas em frações de segundos o que estou chamando de “ética sob pressão” (Butler 2015). No dia seguinte, esse vizinho deixou a ocupação dizendo que não voltaria mais para aquele prédio e os agentes do tráfico invadiram e tomaram o seu apartamento para colocar membros de suas famílias. Naquela época, moravam apenas Leonor e sua mãe em seu apartamento, por isso, sua casa específica não era alvo de invasões policiais, condição que mudou quando Vitor foi morar com ela em 2017.

2.2.1.4 Durante a queda

O acontecimento extraordinário que conto agora aconteceu quando Dona Geraldina já tinha tirado os pontos de sua perna relativos à cirurgia e ela havia começado a sentar novamente, mas ainda não podia apoiar no chão a perna que estava em recuperação. Como eu escrevi na introdução deste capítulo, a quebra do fêmur de sua mãe afetou diretamente na dinâmica do cuidado que Leonor dedicava a ela. Nos dias em que Dona Geraldina não podia flexionar o quadril, Leonor dava banho de leito em sua mãe, levava a comadre para que ela pudesse urinar ou defecar, visto que Dona Geraldina continuava se recusando a fazer suas necessidades na fralda geriátrica e Leonor não tinha o dinheiro necessário para comprar as caras fraldas geriátricas que sua mãe precisaria caso ela fosse usar as fraldas o dia todo.

Quando Dona Geraldina pôde sentar, Leonor adotou a seguinte estratégia para que sua mãe pudesse fazer as suas necessidades: deixar a cadeira higiênica próxima ao sofá e um balde embaixo do sofá. Assim, quando sua mãe pedia para fazer as suas necessidades, era fácil transportá-la do sofá para a cadeira higiênica e puxar o balde encaixando-o no lugar exato para que sua mãe pudesse defecar e urinar sem sujar o chão da casa.

Certo dia, Leonor estava tomando banho quando sua mãe gritou do sofá: quero fazer cocô. Sem as fraldas geriátricas, Leonor pensou, ai, meu sofá! Vai ficar cheio de merda. Ela, então, saiu nua e correndo do banheiro, pingando. No momento em que Leonor transferia Dona Geraldina do sofá para a cadeira higiênica, sua mãe defecou no chão, Leonor pisou nas fezes, escorregou, empurrou a cadeira higiênica para longe e, quando ela se deu conta do que estava acontecendo, ela percebeu que não teria forças nem para voltar sua mãe para o sofá, nem para colocá-la na cadeira higiênica. Era fato que ambas iriam cair.

Por mensagens de whatsapp Leonor me contou que, durante a queda, ela pensou rapidamente: se eu cair assim, eu vou cair por cima da minha mãe e ela vai bater a cirurgia direto no chão e vai machucá-la. Com este raciocínio, ela decidiu em uma fração de segundos trazer sua mãe para cima de si mesma, fazendo com que Dona Geraldina caísse sobre seu corpo, amortecendo sua queda. É isso o que estou chamando, apoiada em Butler (2015), de “ética sob pressão”, na qual as decisões tomadas em frações de segundos e em momentos de perigo importam. Como nos mostrou Veena Das (2015a) essas minúsculas decisões nos ajudam ver o quanto vulnerável é a vida e como a capacidade de prejudicar ou de auxiliar está ancorada nesses pequenos detalhes cujos efeitos não são nada insignificantes.

Leonor conseguiu fazer com que sua mãe caísse em cima de si mesma, amortecendo a queda e poupando-a de um impacto no quadril onde ela havia feito a cirurgia. Caída em cima de Leonor, Dona Geraldina defecou e urinou. Me contou Leonor que quando ela percebeu que ela estava nua, cheia de merda e de mijo por cima dela, ela começou a chorar e a gritar desesperadamente. Ela me disse ter ficado mais de 30 minutos chorando e pensando: como eu vou sair dessa situação? Quando ela conseguiu se acalmar, Leonor se virou lentamente, tirou a mãe de cima dela, a deitou no chão. Ela então se levantou, pegou um balde, desinfetante, panos de chão e limpou toda a merda e o mijo que estavam em volta de sua mãe. Na sequência Leonor sentou sua mãe no chão, limpou suas costas, suas nádegas e pernas e, com muito custo e muito esforço, ela conseguiu colocar sua mãe na cadeira higiênica e deu banho nela. Com Dona Geraldina limpa, Leonor pôde finalmente tomar o seu banho.

No final da narrativa de Leonor sobre este episódio, ela me disse não se sentir uma pessoa boa, pois ela, na sua loucura, não conseguia parar de gritar quando sua mãe estava caída em cima dela, mesmo que Dona Geraldina insistisse: não grita, não grita. Assim que Leonor terminou seu banho, ela colocou uma camisola limpa em sua mãe, a deitou na cama, se sentou ao lado dela e começou a passar a mão em sua cabeça e a beijá-la pedindo desculpas por ter gritado com ela.

2.2.1.5 O tráfico e a ameaça

Entre os dois meses que durou a queda de Dona Geraldina, a fratura do fêmur, sua internação e a recuperação, houve mais um evento extraordinário que afetou a vida diária de Leonor. Um funcionário de uma grande imobiliária havia visitado a Ocupação Nelson Mandela na companhia de alguns moradores e estava oferecendo 150 mil reais por apartamento para que os moradores deixassem o prédio. Vários moradores ficaram eufóricos, pois, esgotados da dinâmica que envolviam tráfico de drogas e polícia militar além de toda a precariedade cotidiana, viam enfim a possibilidade de saírem do prédio com alguma condição razoável.

Conforme Leonor me contou, o agente imobiliário visitou alguns apartamentos, incluindo o seu, mediram e fotografaram. Quando este agente ofereceu a ela 150 mil reais, ele pediu que Leonor assinasse um documento, mas ela se recusou. Para o agente imobiliário, ela disse que sairia dali no mesmo segundo que o dinheiro estivesse na sua conta bancária, portanto, nenhuma assinatura e nenhum papel seria necessário. Se ele fizesse questão de sua assinatura, Leonor deu a opção de assinar os papéis apenas quando o dinheiro estivesse depositado em sua conta. Sempre desconfiada, ela me disse que uma empresa ser grande não era sinônimo de honestidades, vide o caso da multinacional Odebrecht que não saía dos noticiários da televisão pelo envolvimento em escândalos de corrupção. Como não é difícil imaginar, essa negociação com o agente imobiliário não prosseguiu, mas teve efeitos no interior do prédio.

Os agentes do tráfico de drogas que trabalhavam no ponto de vendas ali instalado souberam da visita do agente imobiliário e ameaçaram tomar os apartamentos daqueles que estavam tentando vendê-los. Assim, eles reiniciaram suas práticas de arrombamentos e expulsão de moradores, como havia acontecido em 2013, no momento em que foi instalada a boca de fumo. Leonor e sua amiga Kátia, sentindo-se ameaçadas e sem poder recorrer à polícia militar, foram ao ITERJ tentar alguma solução para o problema. Como resposta, elas ouviram que o ITERJ não era polícia e eles não poderiam fazer nada. Me contou Leonor que brigou com o funcionário do ITERJ e disse que se ela fosse expulsa de sua casa, ela se mudaria com sua mãe idosa e doente e com sua cachorra cega para o prédio do ITERJ. Acrescentou que para tirarem ela de lá eles teriam que matá-la. O funcionário respondeu a ela que era impossível ficar no ITERJ, especialmente no período noturno, pois apareciam muitos ratos. Leonor respondeu que ratos não eram problemas, pois sua vizinha tinha quase 20 gatos e elas trariam esses gatos para acabarem com os ratos.

O fato é que Leonor, Kátia e outros moradores desenrolaram com os garotos do tráfico, ou seja, conseguiram resolver o problema sem a perda de seus apartamentos, mas outros

moradores não. Nessas investidas, os garotos do tráfico invadiram e conseguiram se apropriar de dois apartamentos. Um apartamento pertencia a um jovem usuário de drogas que devia dinheiro na boca de fumo. O outro, era de um morador que passava dias sem voltar para casa, pois ele dormia no serviço e, quando se deu conta, já era impossível recuperá-lo. Outros apartamentos foram invadidos, mas os moradores conseguiram negociar e retomá-los.

Eu não tenho como saber a reação do leitor ao fim da descrição de todos esses eventos extraordinários. Eu mesma fiquei impressionada quando comecei a reunir e descrever os acontecimentos que Leonor precisou enfrentar em seu cotidiano em um período de dois meses, aproximadamente. Foi, portanto, somente no momento da escrita da tese que eu consegui ter alguma dimensão desse emaranhamento entre eventos extraordinários e exceção ordinária na vida cotidiana e o que significa viver com condições de pobreza e precariedade. Há ainda outros eventos que Leonor enfrentou nesses dois meses que vou descrevê-los abaixo.

2.2.2 Marcas territoriais, marcas corporais e acesso a direitos

No capítulo anterior, eu discuti como certas doenças lentamente se inscreveram no corpo de Dona Geraldina, afetaram as dinâmicas do cuidado na vida cotidiana de sua filha e única cuidadora e produziram a vulnerabilidade do corpo de Leonor. Eu trabalhei essas doenças como marcas corporais que não podem ser pensadas fora das relações familiares, do acesso às instituições de saúde, das condições de gênero, pobreza e precariedade e também da responsabilidade que se assume em relação à pessoa doente.

Neste item do capítulo eu quero continuar essa discussão, dessa vez mostrando como certas marcas corporais e como as classificações dadas às casas das pessoas podem dificultar o acesso à direitos que, supostamente, estariam disponíveis. O que quero apresentar, em outras palavras, é que tanto as marcas da doença de Alzheimer no corpo de Dona Geraldina e a localização de sua casa em um território controlado por agentes do tráfico de drogas e classificado como “área de risco” incidiram conjuntamente na produção de uma maior dificuldade na recuperação pós-cirúrgica e no acesso de Leonor à curatela de sua mãe. A partir da narrativa de Leonor e de suas experiências concretas, veremos como os corpos são marcados pela pobreza e precariedade, mas também por moralidades que dizem qual corpo será ou não tratado, acessará ou não direitos. Ao acompanharmos os arranjos feitos por Leonor para que a mãe recebesse atendimento médico domiciliar ou as estratégias postas em prática pela filha com o objetivo de conseguir a curatela de Dona Geraldina, Leonor vai destrinchando a ilegibilidade

do estado (Das 2004), ao mesmo tempo em que o estado e suas burocracias nunca se tornam totalmente legíveis.

2.2.2.1 Alzheimer e área de risco

Meados de julho de 2016. Chegava o dia de ir ao hospital retirar os pontos da perna de Dona Geraldina, relativos à cirurgia no fêmur que ela sofreu. Durante o período em que Dona Geraldina ficou internada, Leonor aprendeu que existia o Programa de Atendimento Domiciliar de Idosos (PADI), da prefeitura do Rio de Janeiro e, por ele, sua mãe teria o direito a receber acompanhamento médico em casa. Sem poder levar a sua mãe sozinha ao hospital, já que Dona Geraldina não podia flexionar o quadril e, portanto, Leonor não conseguira fazer ela descer as escadas, nem carregá-la e nem sentá-la na cadeira de rodas, uma ambulância do PADI seria a solução para transportar sua mãe para a retirada dos pontos. Mas como ela teria acesso a esse direito?

Poucos dias antes da data marcada para a retirada dos pontos, Leonor voltou ao Hospital Municipal Souza Aguiar, não sem antes alimentar sua mãe e fazê-la dormir, o que dava cerca de 3 horas de sossego para Leonor tentar resolver seu problema. No hospital, ela procurou a ouvidoria e a assistente social para saber melhor o que ela teria que fazer para ter direito ao atendimento pelo PADI. A assistente social a informou que ela teria que ir até a Ouvidoria Geral da prefeitura, localizada na Cidade Nova, procurar a funcionária Cristina que trabalhava no 8º andar e que ela autorizaria o atendimento pelo PADI e o transporte via ambulância. Leonor foi! Ao chegar na ouvidoria, Cristina lhe disse que o local onde Leonor deveria reclamar uma ambulância do PADI para a sua mãe era a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Evaristo Veiga, centro da cidade, próximo à Lapa. Leonor saiu da Ouvidoria Geral da prefeitura na Cidade Nova, caminhou quase 50 minutos até chegar na Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde.

Na Ouvidoria, a funcionária da prefeitura lhe atendeu, explicou que pelas condições de saúde e de renda, sua mãe teria direito a uma ambulância do PADI e que ela iria providenciar. Segundo Leonor me contou, a funcionária ligou para várias pessoas e em menos de 30 minutos lhe disse que no dia em que estava marcada a retirada dos pontos, uma ambulância do PADI estaria às 11 horas da manhã na porta de sua casa. Leonor não se esqueceu de descer na portaria para avisar os meninos do tráfico que uma ambulância chegaria. A ambulância do PADI de fato foi buscá-las no dia e hora marcados, Dona Geraldina e Leonor foram ao hospital e voltaram para casa na ambulância da prefeitura.

Quando Dona Geraldina recebeu alta do hospital após a cirurgia do fêmur, o médico não havia recomendado que Dona Geraldina fizesse fisioterapias. No raciocínio de Leonor, não fazia sentido uma senhora de 83 anos que tinha quebrado o fêmur, feito cirurgia, colocado pinos e placas não tivesse a recomendação médica de fisioterapia. Assim, ela foi até a Clínica da Família próxima à sua casa para falar com o Dr. Pedro, que acompanhava Leonor e Dona Geraldina há anos, e exigir que ele recomendasse sessões de fisioterapia para sua mãe. Sua intenção era conseguir, através do PADI, que um fisioterapeuta atendesse sua mãe em casa, como ela havia aprendido ser um direito do idoso com outros pacientes durante a internação no Hospital Souza Aguiar. Contudo, para iniciar os procedimentos burocráticos que lhe daria o acesso a esse direito, ela precisava do documento médico que atestava a necessidade de fisioterapia.

O médico da Clínica da Família respondeu para Leonor que não poderia recomendar fisioterapia para sua mãe visto que quem teria esse papel era o médico que a operou no Hospital Municipal Souza Aguiar. No raciocínio de Leonor, tanto a decisão do médico do hospital como a do médico da Clínica da Família estavam pautados em uma moralidade e em uma hierarquização de corpos que diz quem deve ou não ser tratado, pois ambos os médicos sabiam que sua mãe desenvolvera Alzheimer e essa condição a colocava no final da fila para atendimento médico. Por isso, Leonor fez um escândalo, ameaçou ir na Defensoria Pública do Estado, na Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde (que ela tinha acabado de conhecer) e o médico, enfim, fez a recomendação para a fisioterapia. Vemos aqui não só o poder discricionário dos médicos que decidem quem pode ou não ser tratado, como também vemos que são as pessoas que fazem os direitos que estão disponíveis funcionarem. Os direitos, nesse sentido, não existem por si só. Para serem colocados em prática, sobretudo favorecendo as populações pobres, é necessário conhecimento, além de um grande esforço daqueles que exigem que os direitos disponíveis, de fato, funcionem.

Essa não foi a primeira vez que Leonor associava a discricionariedade da recomendação médica à condição de Alzheimer inscrita no corpo de sua mãe. No ano de 2014, quando Dona Geraldina fazia o tratamento com radioterapia para o câncer de boca, eu acompanhei Leonor e sua mãe em uma seção de radioterapia. Antes de entrarmos na sala onde Dona Geraldina receberia o tratamento, nós precisamos passar por uma avaliação médica e Leonor me recomendou fortemente que eu não fizesse qualquer referência ao Alzheimer na presença do médico. Em sua concepção, se o médico soubesse que sua mãe sofria do mal de Alzheimer, o médico não autorizaria a radioterapia, pois, como Leonor me falou à época: para eles, quem tem o mal de Alzheimer está condenado e eles não passam tratamento nenhum.

Em 2014, embora já não fosse possível a troca de experiências com Dona Geraldina através da cognição e da linguagem verbal, ela ainda entendia os pedidos de Leonor, fato que não acontecia em 2016. A filha havia recomendado que sua mãe não falasse nada e ela seguiu as ordens da filha. Como eu não queria prejudicar Leonor, mas apenas acompanhar e observar suas ações e a dos médicos dentro das instituições de saúde, eu não disse uma só palavra durante o atendimento médico. Na concepção de Leonor, com a sua mãe em silêncio e o médico desconhecendo o diagnóstico de Alzheimer que ela havia recebido, favoreceram a continuidade do tratamento de câncer da boca. Penso que, ao aproximarmos essas experiências, podemos ver como certas desconfianças atravessam no tempo, se acumulam ano após ano e se inscrevem nas formas como Leonor se relaciona com os médicos e com as instituições de saúde.

No livro *Improvising Medicine: an African oncology ward in an emergin cancer epidemic* Julie Livingston (2012) analisa as decisões médicas a partir do ponto de vista dos agentes de saúde, em especial médicos e enfermeiros. Em meio a condições de escassez, nas quais os recursos não estão disponíveis a todos, os médicos acabavam por decidir quais pacientes receberiam os doloridos, difíceis e incertos tratamentos para o câncer e quais voltariam para suas casas e viveriam com suas famílias a agonia de uma morte por vezes lenta e certamente sofrida. Ao fazer sua pesquisa acompanhando o dia a dia dentro de um ambulatório para tratamento de câncer, Livingston pôde documentar como as decisões tomadas pelos médicos eram muitas vezes angustiantes para eles próprios, na medida em que eles sabiam que estavam condenando alguém à morte, muitas vezes jovens de 13 a 20 anos de idade. Havia também as divergências entre os diagnósticos prescritos pelo médico e o que pensavam os enfermeiros. Essas divergências geravam conflitos e acusações variadas, na qual a decisão prescrita pelo “saber médico”, por estar no ponto mais alto da hierarquia de saberes, sempre vencia os conflitos.

Eu trouxe o livro de Julie Livingston para dialogar com a percepção de Leonor pois, juntos, eles nos ajudam a perceber como a precariedade e a escassez de recursos para os tratamentos das doenças atuam na hierarquização de corpos que serão ou não tratados. O que quero dizer, no limite, é que as percepções de Leonor não são divagações elaboradas a partir do nada, mas estão ancoradas em experiências concretas que, ainda, são possíveis de serem comparadas com experiências que acontecem em outros lugares do mundo, como um ambulatório de câncer em Botsuana.

Eu também vivi a experiência de hierarquização moral dos corpos quando meu pai foi colocado nos últimos lugares em uma longa fila de transplante de fígados. Meu pai e eu estávamos juntos no consultório médico na Beneficência Portuguesa em São Paulo quando o

oncologista nos disse que, por ele ser alcoólatra, ele adquiriu um câncer no fígado, diferente de outros pacientes cujo câncer surgiu espontaneamente no corpo. A diferença entre adquirir e surgir fez com que com que meu pai fosse responsabilizado por sua doença e que, portanto, não teria prioridade nesta fila. Essas palavras não se apagam em minha memória. O que também não se apaga é expressão de desespero inscrita no rosto do meu pai e os murros que ele dava na parede do hospital depois de ter recebido o seu “atestado de morte”. Meu pai faleceu aos 51 anos, um ano depois dessa explicação médica. Leonor e eu sempre conversávamos sobre estes assuntos quando ela me falava das dificuldades de conseguir tratamento para sua mãe.

Peço ao leitor que retorne comigo para as estratégias elaboradas por Leonor para conseguir o acompanhamento de fisioterapeuta para sua mãe através do PADI. Com a autorização médica em mãos, Leonor fez o cadastro de sua mãe no SISREG para iniciar as sessões de fisioterapia. Segundo ela me contou, ela havia deixado recomendado na Clínica da Família a necessidade de que os fisioterapeutas ligassem para ela antes de chegarem com a ambulância, para que ela pudesse liberar a portaria de sua casa. Mas infelizmente eles não ligaram. Quando a ambulância chegou em frete ao prédio, havia poucos meninos trabalhando na boca de fumo, mas alguns deles estavam armados. Da portaria, os enfermeiros ligaram para Leonor que, em desespero e já imaginando que eles iriam embora, desceu correndo.

Quando Leonor viu a expressão no rosto dos fisioterapeutas, ela entendeu que eles não subiriam até sua casa. Por isso, como ela me contou, ela sabia que teria que lutar para que eles entrassem em sua casa. Com suas palavras:

Eu me armei de porco espinho, porque às vezes eu preciso me vestir de porco espinho pra conseguir o que é preciso. Tem gente que leva espinhada sem merecer, mas infelizmente eu preciso me armar para poder me defender.

Os fisioterapeutas, de fato, disseram que não iriam subir, mas Leonor brigou, deu show, fez escândalo e levou os agentes de saúde até sua casa. Ao chegar no apartamento, os fisioterapeutas não disseram uma palavra, mas ela viu que eles sentiram nojo de sua casa e de sua mãe o que provocou nela o sentimento de revolta:

Camila, se você visse a cara deles. Eles pensam que eles são mais humanos do que eu e minha mãe, eles pensam que porque eles moram lá na Zona Sul, eles vão sentar no vaso e cagar fitilhos de ouro. Olha, foi revoltante ver o nojo que eles sentiram da gente.

É interessante que essa percepção de Leonor vai sedimentando mais camadas de desconfianças em relação aos agentes e às instituições de saúde, na qual a desumanização é uma prática também nesses lugares e aparece em feições, gestos e minúsculas ações.

Os fisioterapeutas avaliaram Dona Geraldina, fizeram uma sessão de fisioterapia e depois foram embora. Ao voltarem para a Clínica da Família, os agentes de saúde entraram com um pedido de interrupção do atendimento domiciliar, alegando que a ocupação onde morava Dona Geraldina era uma área que oferecia risco à vida dos fisioterapeutas. Leonor voltou à Clínica da Família para reclamar da decisão que interrompeu a fisioterapia de sua mãe, mas a assistente social lhe disse que dessa vez seria muito difícil ela conseguir retomar o atendimento, pois sua casa, de fato, se localizava em uma “área de risco”. O fato é que Dona Geraldina ficou sem fisioterapia. As palavras que Leonor escolheu para me explicar porque o tratamento de sua mãe havia sido interrompido foi: aí juntou Alzheimer com área de risco, entendeu? Com essa frase, eu aprendi como a inscrição de uma doença em um corpo se juntou às consequências de se morar em uma área controlada por agentes do tráfico de drogas. O resultado foi a interrupção do tratamento domiciliar de uma idosa de 83 anos, portadora de uma doença degenerativa, que havia operado o fêmur e morava no 4º andar de uma ocupação sem elevadores.

Mas não foram todas as vezes que Leonor precisou se vestir de porco espinho quando encontrava agentes de saúde. Peço ao leitor que retorne comigo para o dia em que uma ambulância do PADI buscou Dona Geraldina em sua casa e a levou para retirar os pontos relativos à fratura do fêmur. Nesse dia, o médico não recomendou fisioterapia para Dona Geraldina, mas receitou que ela tomasse 15 doses de uma injeção específica para evitar a trombose de sua perna. Segundo Leonor me contou, o médico fez essa recomendação e alertou que muitos dos idosos que fazem a cirurgia e não tomam as injeções acabam voltando ao hospital para amputar a perna. Leonor ficou desesperada com essa informação. Ela, então, desceu na farmácia do Hospital Municipal Souza Aguiar e justamente essas injeções estavam em falta. Me contou Leonor que ela voltou chorando e soluçando para casa e pensando em como ela iria conseguir 15 injeções que custavam em torno de 150 reais cada uma. Dentro da ambulância do PADI que a levava de volta para casa, uma enfermeira compreendeu o que se passava com Leonor e lhe prometeu conseguir as injeções através do Hospital Municipal Miguel Couto. Essa enfermeira foi 15 dias seguidos, sem a ambulância, portanto, a pé, até a casa de Leonor aplicar as injeções em Dona Geraldina. No final do tratamento, Leonor quis dar 50 reais para a enfermeira, como ela me falou: não para pagar as injeções ou o serviço dela, porque eu não tenho dinheiro para isso, mas apenas um presente, um agradecimento. A enfermeira recusou imediatamente o dinheiro, mas, depois da insistência de Leonor, recebeu os 50 reais como presente.

2.2.2.2 Curatela e área de risco

Morar em uma “área de risco” não impediu apenas que Dona Geraldina recebesse atendimento domiciliar de um fisioterapeuta em sua casa, mas prejudicou Leonor quando ela tentava acessar um direito que ela requeria para si: a curatela de sua mãe. Curatela é um instrumento jurídico que autoriza uma pessoa adulta, de preferência um parente próximo, a representar aqueles que são considerados incapazes, como pessoas com deficiências mental e idosos com doenças senis.

No final de 2015, quando fazia dois anos que Leonor cuidava sozinha de Dona Geraldina, ela havia ido à Defensoria Pública do Estado saber quais eram os direitos que ela poderia acionar por cuidar sozinha de sua mãe doente e com poucos recursos. Na defensoria, ela foi informada que, pelas condições de saúde e renda de sua mãe, ela poderia requerer a curatela de Dona Geraldina e pedir uma pensão a seus irmãos para ajudar nos custos do cuidado diário. Segundo Leonor me contou, o defensor também lhe disse que ela não poderia vender a casa de sua mãe, como ela desejava, pois existia outros herdeiros envolvidos, mas ela poderia alugar a casa enquanto a mãe estivesse viva para complementar a sua renda com esse dinheiro. As informações passadas pelo defensor animaram Leonor e ela iniciou o processo de requerer a curatela de sua mãe, através do qual seus três irmãos foram acionados por ela.

No ano de 2016, no exato período em que sua mãe se recuperava da cirurgia no fêmur, Leonor havia enviado um documento que precisaria ser assinado pelos irmãos no qual eles concordariam que Leonor se tornasse a curadora de sua mãe e aceitariam pagar uma pensão para elas. Não é difícil imaginar que essa ação movida por Leonor gerou conflitos entre os irmãos, que trabalharei no item abaixo. O que eu quero trazer aqui, dialogando com as questões que envolveram o impedimento do acesso à fisioterapia de Dona Geraldina por se morar em uma “área de risco”, é como essa condição afetou o acesso ao direito à curatela requerido por Leonor.

Apenas um dos irmãos assinou a documentação que tornaria Leonor a curadora de sua mãe. Os outros dois se recusaram veementemente, o que era esperado por Leonor. Ao voltar na defensoria pública para saber quais os caminhos que ela deveria tomar para continuar o procedimento, o defensor público, então, sugeriu que ela processasse os irmãos para que eles fossem formalmente acionados, indiciados a ceder a curatela a Leonor e a pagar uma pensão a Dona Geraldina. Como essa negociação não ocorreria de forma “amigável”, ou seja, com a concordância dos irmãos, um defensor público precisaria fazer uma visita domiciliar na casa de Leonor para verificar a situação em que ela vivia e atestar a veracidade da informação que dizia

que era ela quem cuidava sozinha de sua mãe doente em condições de pobreza, para então, acionar os irmãos. Com a boca de fumo administrada por homens e meninos armados instalada na porta de sua casa, o defensor público não fez a visita domiciliar, alegando que aquela era uma “área de risco”. Assim, Leonor perdeu os prazos definidos pela própria Defensoria Pública.

Em 2017, Leonor reiniciou todo o processo no qual ela requeria a curatela de sua mãe. Para conseguir a visita de um defensor público, Leonor ligou e avisou o defensor responsável por seu caso que Dona Geraldina estava internada no Hospital Municipal Souza Aguiar e ele fez a visita domiciliar no hospital. Até o fechamento da tese, os irmãos de Leonor ainda não haviam sido acionados formalmente, mas Leonor estava decidida a dar continuidade neste processo.

Eu quis trazer estes casos para mostrar ao leitor alguns dos efeitos de se morar em áreas dominadas por grupos paraestatais armados e majoritariamente masculinos. Através dos casos apresentados acima, vemos como se torna difícil, ou até impossível, acessar direitos que supostamente estariam disponíveis. Para finalizar, gostaria de trazer o caso analisado por Carla Mattos (2014), no qual uma mulher, moradora de favela, que era frequentemente agredida por seu marido, não foi autorizada pelos agentes do tráfico de drogas a fazer um boletim de ocorrência e a acionar a Lei Maria da Penha. O argumento era que um boletim de ocorrência faria com que policiais adentrassem naquele território, por isso a ação foi proibida pelos agentes do tráfico de drogas. Certamente essa mulher não iria desafiar os poderes locais. Através dos casos narrados acima, podemos ver alguns dos vetores presentes no cotidiano que impedem que as populações pobres tenham acesso a direitos, na qual o domínio territorial feito por grupos paraestatais armados é elemento fundamental neste processo.

2.2.3 Dinheiro, família e silenciamento do cuidado doméstico

Como eu falei na introdução deste capítulo, eu estou interessada em desenvolver os diferentes efeitos que foram enredados à queda de Dona Geraldina que levou à fratura do fêmur. No período em que durou este acidente doméstico, Leonor havia enviado a seus irmãos os documentos no qual ela requeria a curatela de sua mãe, que a autorizaria a alugar a casa pertencente à mãe e solicitar aos seus irmãos o pagamento da pensão de um salário mínimo para o cuidado da mãe. Esse processo desencadeou em inúmeros conflitos familiares e, mesmo que não dito de forma aberta, se inscrevia nas palavras enunciadas, nas interpretações de cada ação e nas desconfianças que fazem parte da relação familiar. Eu vou trabalhar abaixo um

desses conflitos, relacionado com uma nova queda de Dona Geraldina após ela dar o estirão na madrugada, enquanto Leonor dormia.

Última semana de agosto de 2016. Dona Geraldina ainda se recuperava da cirurgia que recebeu no fêmur, mas já conseguia sentar, embora não conseguisse ficar em pé. O fato dela não ter forças para ficar em pé não impediu que Dona Geraldina voltasse a dar os estirões que, como aprendi lendo nas páginas de internet que se dedicam a doenças degenerativas e senis, esse levantamento súbito é algo corriqueiro. Na condição em que ela estava, era um fato que a cada estirão ela iria cair se Leonor não a socorresse a tempo.

Fazia meses que Dona Geraldina vinha apresentando dificuldades de sustentação sobre as pernas, o que se agravou com fratura no fêmur. Desde que os levantamentos súbitos se tornaram frequentes, Leonor insistentemente pedia a seu irmão Cleber, que trabalhava como ferreiro, que ele fizesse grades em volta da cama da mãe para que ela não levantasse subitamente e, conseqüentemente, caísse. Cleber prometia à irmã que ele faria as grades, mas, de fato, ele não fazia. Havia completado 3 meses da vez em que Cleber tirou as medidas da cama da mãe. Segundo Leonor me contou, ela mandava mensagens de whatsapp a ele toda semana pedindo que ele viesse fazer as grades, mas o irmão sequer respondia as suas mensagens. Com a mãe no estado de saúde em que ela estava, a saber: sem o acompanhamento de um geriatra ou de um psiquiatra que tentasse regular os surtos, insônias, alucinações e estirões, além de ter passado por uma cirurgia de fêmur, ter 83 anos, portadora de Alzheimer e cega, as grades seriam fundamentais para que Leonor pudesse ter um pouco de sossego no período noturno.

Em uma das madrugadas do final de agosto, Leonor dormia no colchão colocado no chão ao lado da cama de sua mãe quando Dona Geraldina arrancou a roupa, na sequência a fralda, urinou no colchão, se levantou, caiu e começou a gritar. Leonor acordou com os gritos da mãe e ficou aflita ao vê-la nessas condições. Ao mesmo tempo, ela se sentia injustiçada, pois fazia três anos que ela cuidava sozinha de Dona Geraldina sem nenhum dia de descanso e ela estava exausta. Com o início das alucinações e insônias, entre 2015 e 2016, Leonor começava a passar as noites mais acordada do que dormindo e isso vinha lentamente afetando a sua vida cotidiana e seu estado de saúde. Nessa madrugada, Leonor tirou uma fotografia de sua mãe nua, caída no chão e a enviou por whatsapp a seus irmãos. Sua irmã Laura não respondeu a mensagem, Cleber respondeu dizendo que iria fazer as grades durante a semana e Leandro iniciou uma discussão por whatsapp com Leonor. Para mim, Leonor disse se sentir revoltada com as acusações feita por seu irmão. Na época, Leonor me encaminhou a conversa que ela teve com Leandro e eu pedi que ela autorizasse a reprodução dessa conversa na tese e ela

consentiu. Vou, portanto, reproduzir a conversa de Leonor com seu irmão Leandro para, a partir dela, levantar questões e discutir as consequências desse evento.

Leonor: Imagem de Dona Geraldina nua e caída no chão, enviada às 4h da madrugada.

Leonor: Olha, agora é o dia todo. É fogo. Eu não durmo direito, o Cleber precisa vir fazer a grade para que ela não corra risco de cair e eu durma durante a noite já que não tem ninguém para revezar comigo.

Leandro: Estou decepcionado com a foto que você mandou. É falta de respeito com a mãe e com a gente, dá um tempo. Beijos.

Leonor: Pense um pouco, reflita bem antes de me julgar.

Leandro: Poe no Facebook, chama a Globo. Se você não aguenta, a gente leva ela para outro lugar. Tô decepcionado. Beijos.

Leonor: Vai levar para onde? Um asilo? A decepção é mútua, eu também fico decepcionada com todos. Eu passo dias e noites sem dormir. Por que vocês não se juntam e pagam alguém para me ajudar, assinam a carteira da pessoa e tudo? Não seria mais fácil do que esperar eu me desesperar e mostrar o que acontece? Para vocês é fácil e cômodo tapar o sol com a peneira, fechar os ouvidos para a realidade.

Leandro: Se você gostasse dela, você não publicaria essas coisas, essa vergonha. Eu vou buscar ela. Para onde eu vou levar, não te interessa.

Leonor: Interessa sim. Ela é minha mãe e eu cuido dela há três anos, de verdade.

Leandro: Não quero saber, se você não aguenta, eu vou buscar ela. Não quero mais conversa. Beijos.

Leonor: Só saiba que onde ela for, eu vou junto. Se vem buscar, vai levar as duas. Eu só quis te mostrar como é que ela fica a noite toda e eu sem dormir. O Cleber veio, mediu a cama dela, mas não fez as grades. Isso já era para estar pronto há muito tempo. Agora você quer me julgar e me crucificar? Eu apenas te mostrei o que ela faz, com o risco de escorregar e cair. Será que é muito difícil você entender? Você é filho dela, se estivesse aqui seria a mesma coisa. Eu carreguei ela o dia todo no colo, ninguém me ajuda. O pouco que eu durmo, ela levanta e cai. Já caiu duas vezes e vai se machucar. Se a grade estivesse pronta, eu descansaria um pouco. Quer dizer que uma foto mostrando o que vem acontecendo tira o amor que sinto por ela? Quer dizer que por esse fato, eu estou julgada e condenada por você? E por mais quem?

Leonor: Atende o telefone.

Leonor: [no dia seguinte] Boa tarde, que Deus abençoe você, sua família, sua vida, seu amor e seus projetos. Saiba que o fato de você não querer conversar comigo não mudou o meu amor e eu não deixei de ser a sua irmã, apenas respeito a sua vontade.

Eu conversei por telefone com Leonor no dia seguinte a troca de mensagens por whatsapp que ela teve com seu irmão. Assim como seus irmãos, eu também recebi a foto de Dona Geraldina seguida da mensagem é isso o que eu passo todas as noites. Ela havia enviado a foto de sua mãe em um momento de desespero, sem dormir, cansada, exausta e esgotada, e eu disse que ela não precisava se explicar para mim porque ela tinha enviado a foto de sua mãe e que eu entendia o seu desespero. Embora Leonor tenha tentado acalmar os ânimos enviando uma mensagem carinhosa a Leandro no dia seguinte, para mim ela disse estar sofrendo muita pressão, pois seus irmãos tinham se acumulado contra ela, devido ao processo que ela havia iniciado no qual ela requeria a curatela da mãe. Na interpretação que Leonor dividiu comigo, seu irmão Leandro havia se arrependido de assinar o papel da curatela de sua mãe e agora tinha se virado contra ela usando a foto de sua mãe como argumento.

Na minha interpretação, além dos argumentos levantados por Leonor - os quais eu não teria acesso se ela não tivesse me narrado - eu vejo como as relações de gênero estão inscritas nessa conversa. Leandro se sentiu decepcionado com Leonor pela exposição da nudez de sua mãe. A exposição de um corpo velho, nu, mijado, caído no chão às 4 horas da madrugada, absolutamente vulnerável, foi interpretado como falta de respeito com Dona Geraldina e com aqueles que receberam essa imagem e como uma vergonha. Enquanto para Leandro a foto de sua mãe nua no chão era uma vergonha, as dinâmicas do cuidado faziam com que Leonor visse essa cena com frequência e era, portanto, parte de sua vida diária. O que quero dizer é que essa imagem aparece como vergonha para aquele que não habita o cotidiano com Dona Geraldina, na qual a nudez é uma prática corriqueira para quem é responsável pelo cuidado. Leandro se decepcionou com a imagem da mãe nua caída no chão, contudo, o que decepcionou Leonor foi a ausência dos irmãos no cuidado com a mãe que não é necessariamente física, mas também financeira, o que acabou deixando Leonor desesperada, cansada, sem dormir, exausta e esgotada.

A construção generificada das relações presente nesta conversa, a partir da minha interpretação, está em quando Leandro coloca Leonor como a pessoa que tem que aguentar o cuidado com a mãe, seguida da ameaça de buscar Dona Geraldina e levá-la para um lugar no qual não interessaria a Leonor saber. Mais do que isso, além de Leonor precisar aguentar as consequências do cuidado com a mãe, ela deveria aguentar sozinha, ou seja, sem dividir com os irmãos os seus sofrimentos e os de sua mãe, sem perturbá-los. Não seria essa uma forma concreta de atualização das mulheres na condição da responsável pelo cuidado? Seguindo o raciocínio de Sandra Laugier (2011, 2015) e Anne MacClintock (2010), pergunto se não estamos diante do silenciamento das dinâmicas do cuidado íntimo e doméstico, ou seja, daquilo que não pode ser mostrado em público? A exposição do corpo da mãe nessas condições só pôde ser considerada uma vergonha para aqueles que não estão em intimidade com a dinâmica do cuidado, como afirmei acima. Penso que Leonor foi ameaçada exatamente por mostrar o que acontece, mostrar como é, e por mostrar como ela está sozinha, expondo a ferida aberta que marca essa relação com seus irmãos. Por outro lado, o chamado à responsabilização coloca as mulheres como responsáveis pela vida e se torna uma armadilha do contrato social, que também é sexual (Das 2008b), quase impossível de se desfazer.

Por telefone, Leonor me explicava como ela estava se sentido diante dessas acusações e ameaças feitas por seu irmão. Durante essa conversa, foram várias as experiências do passado que ela acionou para explicar a sua condição e justificar suas ações. Mais uma vez, eu estou pensando aqui em como o passado está emaranhado nas experiências do presente, não apenas

como uma memória do que aconteceu, mas como “conhecimento envenenado” (Das 2007) que faz essas experiências habitarem o presente. Nesta conversa, Leonor foi passo a passo retomando os diversos esforços que ela dedicou a sua mãe para que Dona Geraldina pudesse ter algum conforto e recebesse o melhor cuidado possível.

Leonor iniciou seu argumento perguntando para mim:

Porque ele não veio buscar a minha mãe quando as injeções custavam 150 reais cada uma? Camila, ele baseou todo o amor que eu sinto e tudo o que eu tenho feito em uma foto? Eu consegui a ambulância para buscar ela, eu corro atrás, eu consegui as injeções, eu consigo as coisas, eu me arrebento para cuidar dela. Ele não pode usar essa foto para dizer que eu não respeito a minha mãe.

Através da interpretação de Leonor vemos como as palavras podem machucar, ameaçar, provocar a dor e a sensação de injustiça. Vemos também que a densidade de uma vida é feita do acumulo de inúmeros e pequenos desafetos, cujos efeitos podem ser devastadores. Ao lermos as palavras que Leandro direcionou a Leonor bem como sua interpretação, fica clara a assimetria das relações acusatórias. Também fica claro que não há uma relação de compreensão entre os irmãos, ao contrário, o que fica exposto é que o cuidado não é reconhecido por aqueles que não estão implicados nessa dinâmica e que a manutenção ou a quebra do respeito está relacionada a minúsculos gestos: uma foto, uma palavra, que funcionam como catalizadores no interior de relações complexas. Eu tentei acalmar Leonor dizendo que eu não acreditava que Leandro de fato iria buscar sua mãe, mas ela pensava diferente.

Leonor estava apreensiva com as ameaças feita por seu irmão. Ela via como uma possibilidade concreta as intimidações feitas por Leandro de buscar Dona Geraldina e levá-la com ele, por isso, ela havia começado a se precaver. Conforme Leonor me contou, embora ele tivesse mais dinheiro do que ela e morasse em uma casa melhor no interior de São Paulo, ele sempre transferiu a responsabilidade do cuidado para Leonor: quando ligava para ela ir buscar sua mãe em Santos na época em que Dona Geraldina apanhava do neto, ou quando apoiou as irmãs no momento em que elas decidiram tirar a mãe da casa de Cleber e levar para a ocupação. Aqui, vemos mais uma conexão na complexa relação que torna alguém responsável pela pessoa doente, especialmente quando Leandro afirmava que Leonor era a melhor pessoa para cuidar da mãe deles.

Para se precaver das ameaças de Leandro, Leonor havia ido à delegacia mais próxima à sua casa e retirado o seu atestado de antecedentes criminais. Com esse documento, ela poderia enfrentar seu irmão Leandro, mesmo que ele tivesse melhores condições que ela, pois ele já havia sido preso no Carandiru por ter esfaqueado um policial militar e o tio de uma noiva em um casamento. Embora nenhum dos feridos tenha morrido, eles ficaram horas na mesa de

cirurgia. Eu não conhecia essa história e pedi para Leonor me contar: seu irmão tinha ido à uma festa de casamento, provavelmente evangélico, e ele saiu para tomar um chope, já que não tinha bebida alcoólica na festa. Ao retornar, um segurança da festa, que era policial militar, o interpelou dizendo que ele era um intruso, mas Leandro argumentava que ele não era intruso e que havia levado até presente para os noivos. O tio da noiva que estava próximo ao segurança não o reconheceu, o empurrou para fora e ambos começaram a bater em Leandro. No meio da briga, Leandro tirou o punhal e o soco inglês, objetos que ele costumava andar, e feriu o policial e o tio da noiva. Leandro ficou 6 meses preso no Carandiru, saiu em condicional, mas, ao invés de comparecer à verificação, ele foi para Santa Catarina. Lá, ele foi preso novamente e cumpriu o restante da pena em Florianópolis. Se fosse necessário, ou seja, se Leandro viesse realmente buscar a mãe, ela me disse que iria brigar utilizando os “antecedentes criminais” como arma: essa é a arma que eu tenho.

Voltando para a interpretação de Leonor sobre a conversa que ela teve com seu irmão via whatsapp, ela entendeu que toda a briga com Leandro e com os outros irmãos estava acontecendo por apenas um motivo: dinheiro. Para ela, a atitude de Leandro se relacionava com problemas concretos, como os documentos que ela havia enviado para que seus irmãos cedessem à Leonor a curatela de sua mãe; o pedido de Leonor para que eles pagassem uma pensão para Dona Geraldina; a vontade expressa por Leonor de alugar a casa pertencente à mãe, mesmo que Cleber e seus filhos tivessem que sair da casa; além das cobranças que Leonor fazia a seus irmãos, quando ela pedia dinheiro a eles para que ela pudesse comprar fraldas geriátricas para sua mãe. Leonor havia começado a reclamar dinheiro das fraldas a seus irmãos no período de recuperação da cirurgia do fêmur, quando Dona Geraldina ficou sem poder dobrar as pernas, portanto, sem com que Leonor pudesse levá-la ao banheiro e ela não tinha o dinheiro suficiente para comprar as fraldas que seriam usadas o dia todo. Os irmãos mandaram uma quantia de dinheiro que deu para ela comprar fraldas por algumas semanas, mas logo deixaram de responder suas mensagens.

Da relação com o dinheiro, Leonor mobilizou o momento de sua mudança para o Rio de Janeiro, mais especificamente quando ela fez um boletim de ocorrência contra a vontade da mãe denunciando a judiaria que Dona Geraldina sofria morando com Cleber e sua cunhada à época, Rosana. Leonor me disse guardar os boletins de ocorrência e a carta na qual sua mãe escreveu que foi ameaçada por seu filho Cleber, carta essa que foi anexada ao processo de denúncia por agressão que Leonor moveu contra seu irmão. Conforme Leonor me contou, a carta de sua mãe foi fundamental no processo que condenou seu irmão. Leonor me confiou esta carta e eu a reproduzo abaixo, sem alterar a escrita de Dona Geraldina. Essas agressões do irmão

contra a mãe fizeram Leonor lembrar das vezes em que ela também apanhou de Cleber, do dia em que ele arrombou sua casa, mas felizmente ela não estava, e da morte do seu filho Glauber.

Carta de Dona Geraldina para Leonor

Campo Grande, Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1988.

Leonor, Fernando e Laura
Feliz Natal e Ano Novo

Espero que esta carta as encontre forte e com saúde para o ano novo. Leonor eu estou com os nervos atacados hoje eu não tenho vontade de fazer nada só queria dormir, mais o menino⁴⁰ não me deixa, eu dormir.

Sexta feira que passou era 6 e meia da tarde o Cleber pegou e bateu no menino que já está com infequição no intestino. Ele batia nele com pau nos rins na bunda, eu disse não faz isso e ele me beliscou o meu braço com forssa eu disse, umas boas pra ele e ele não gostou e pegou o dinheiro que tinha na venda e pegou as roupas dele e saiu disse que ia pra São Paulo e eu fui pra venda vender, mais eu só chorava e o Genilson ficou me ajudando a vender no balcão e o Cleber queria matar eu e o menino com aquela arma.

Eu fiquei na venda até des e meia ai eu fui jantar. O Cleber voltou muito tarde e disse a senhora tem que ir fazer o atestado para eu viajar para São Paulo no outro dia eu disse você quer mesmo deixar eu só e ele disse eu vou ficar mais um pouco mãe.

No sábado e domingo ele bebeu muito e hoje ele não abriu a venda eu também não abri porque eu me sinto tão mal Leonor. Hontem eu passei a morte vomitando, hoje eu estou tomando soro cazeiro só tenho sede, aqui está muito quente. Leonor se o Cleber aprontar eu vou fazer o atestado pra ele ir viajar pra onde ele quizer trabalhar. Ele fez eu tirar 60 mil da poupança para ele comprar um computador de jogar na televisão e a televisão já está rui e sempre tem 2 ou três moços pra jogar com ele eu nem vejo televisão isso é vida de cachorro.

Leonor e Fernando e Laura e os meninos um abraço um beijo e um feliz natal e ano novo é que eu desejo pra vocês com amor.

Laura se você ver o Joaquim fala pra ele mandar logo os documentos que eu preciso pra dar entrada na pensão dai eu fexo a venda eu não tenho paciensa de ficar lá eu não escuto nada.

Desde que conheci Dona Geraldina, em dezembro de 2013, o Alzheimer já havia comprometido a capacidade de troca de experiências através da cognição e da linguagem verbal. Eu fiquei particularmente emocionada com a carta estrita por Dona Geraldina, pois foi o meu único contado com ela antes do aparecimento do Alzheimer.

Voltemos para o problema. Leonor já tinha me falado que, como o defensor público havia lhe dito, ela queria alugar a casa da mãe já que Cleber não estava mais morando lá, pois ele dividia uma casa com a nova namorada na favela da Mangueira. Entretanto, seus dois filhos permaneceram na casa em Santa Cruz. A reação de seu irmão foi dizer que aquela casa não seria alugada de jeito nenhum, pois os filhos dele ficariam lá. Na interpretação de Leonor, ele pensa que só os filhos dele têm direito àquele lixo e que a mãe dele não pode receber um cuidado melhor. Conforme Leonor me explicou, se ela tivesse esse dinheiro a mais, sua mãe comeria

⁴⁰ Menino é o filho mais novo de Dona Moema, com quem o pai de Leonor construiu outra família. No momento da escrita da carta, Dona Geraldina cuidava desta criança.

salmão todos os dias, já que as vitaminas do peixe faziam bem para o cérebro, e não apenas duas vezes por semana, que era o que ela conseguia comprar na época. Ela me explicou que tinha vontade de comprar produtos bons para a mente e para os ossos de sua mãe, mas esses produtos eram caros, então, os cuidados que ela dedicava à Dona Geraldina ficavam limitados. Neste momento, eu perguntei se não seria mais fácil, ao invés de alugar a casa da mãe, ela pedir judicialmente a casa para usufruto dela enquanto ela cuidava de sua mãe. Sua resposta foi que era impossível e que ela não faria isso nunca, pois, se perto dos 40 anos ela quase tinha morrido de tanto apanhar de seu irmão, agora, com quase 60 anos, ela não conseguiria se defender. Assim, ficar na ocupação, mesmo com o tráfico de drogas e todos os efeitos decorrentes, além das dificuldades do cuidado com a mãe, era mais seguro do que na casa em Santa Cruz, além de todas as lembranças que ela não suportaria conviver.

No dia seguinte à queda de Dona Geraldina e à confusão que Leonor arrumou com os irmãos, Cleber foi finalmente fazer as grades da cama de sua mãe. Enquanto ele fazia as grades da cama, Leonor o lembrou dos documentos que cederiam a curatela à Leonor. Segundo Leonor, seu irmão foi grosseiro e lhe respondeu que não assinaria pois Leonor já ficava com o dinheiro dela. Ele continuou o seu argumento dizendo que todo ano ela levava a mãe para fazer a prova de vida e ficava recebendo a pensão. Em tom jocoso e irônico para mim, Leonor brincou:

Nossa, eu me senti uma milionária, Camila, ontem eu me senti dona de Ipanema e do Leblon. O que ele quis dizer é que eu sou um lixo porque eu fico com o dinheiro da minha mãe. Eu tenho que virar o dia e a noite cuidando dela e não posso reivindicar nada dos meus irmãos.

Na tentativa de amenizar um pouco os conflitos, Leonor postou uma foto de seu irmão no facebook fazendo as grades da cama de Dona Geraldina e fez um agradecimento público. Ela me disse ter feito esta postagem porque ela sabia que seu irmão era vaidoso e porque ele gosta de aparecer de qualquer maneira. Com várias pessoas parabenizando Cleber, ela atingiu o seu objetivo e as coisas ficaram mais calmas. Para finalizar, Leonor me disse não cuidar de sua mãe para aparecer, muito menos por causa do dinheiro, mas porque ela queria o melhor para sua mãe e que seus irmãos eram incapazes de entender. Mais uma vez ela lembrou:

Eu não fiquei 2 anos naquela merda de casa, naquele lixo. Em vim de São Paulo em setembro de 1999, em janeiro de 2000 eu estava a-pa-nha-ndo (ela me disse soletrando). Em novembro de 2000 meu filho morreu e eu já não morava mais lá dentro.

Para finalizar, retomo a ideia de Veena Das (2015a) para que prestemos atenção às histórias de ressentimento, de dor, de insultos e mágoas que estão nas tessituras das relações,

mas que aparecem na superfície com a face da civilidade e se aderem aos ritmos da vida cotidiana. Fazer uma postagem pública no facebook agradecendo o irmão vaidoso que há meses prometera fazer as grades para a cama da mãe ou mandar uma mensagem de amor para um irmão depois de ser ameaçada, não apagam os sentimentos que foram despertados em Leonor, mas ajudam a amenizar os conflitos que constituem suas relações familiares.

2.2.4 Histórias que não se fecham: a vizinha, a amiga e a mãe de santo

Neste último item do capítulo, eu gostaria de pedir ao leitor que lembrasse da postagem que Leonor fez no facebook em junho de 2016, na qual ela acusava sua vizinha Tiana de ser a responsável pela queda de Dona Geraldina que levou à fratura do fêmur. A postagem recebeu vários comentários das amigas e familiares de Leonor: umas pediam para chamar a polícia, outras diziam que iriam orar por Dona Geraldina, uma amiga respondeu que entraria no apartamento dela e quebraria todos os móveis e Leonor concordou dizendo que ela também sentia essa vontade, houve ainda quem sugeriu que Leonor acionasse os meninos do tráfico, mas ela pagou essas postagens. Esse evento foi recuperado por Tiana em setembro de 2017, quando houve uma suposta denúncia feita por algum morador da ocupação e uma operação policial. É essa história o que contarei abaixo.

Leonor me mandou uma mensagem de whatsapp dizendo que haviam armado uma cama de gato para ela. Eu liguei imediatamente para saber se ela estava bem e Leonor me contou que ela estava em casa, tomando banho, por volta das 18 horas, quando ouviu alguém bater com força na porta de sua casa. Ela perguntou quem era, como ela sempre fazia antes de abrir a porta. Não houve resposta verbal, mas alguém continuava batendo com força. Leonor decidiu abrir, pois ela imaginou que fosse algum morador precisando de ajuda. Quando ela abriu a porta, havia dois policiais do BOPE, enormes, imensos, armados com fuzis e vestidos de toucas ninjas, ou seja, mostrando apenas os olhos, e aquela roupa escura camuflada. A primeira reação de Leonor foi a de olhar para o lado e ver onde estava seu filho. A partir de seu “conhecimento envenenado” (Das 2007), ela imaginou que os policiais iriam espancá-lo, que ela não iria aguentar e que ela iria entrar no meio deles e apanhar junto. Da porta, Leonor olhou para dentro do apartamento e notou que apenas os pés de seu filho estavam visíveis. Assim, Leonor decidiu, em uma fração de segundos, se assustar, deixar a toalha cair e ficar nua em frente aos jovens policiais militares. O que Leonor tinha em mente, que tenho chamado de “ética sob pressão” (Butler 2015), era constranger os policiais para que eles fossem embora de sua casa sem verem

seu filho. Como Leonor me contou, nua, em frente aos policiais, ela começou a rodar, a rodar e falar “ai que susto”, a agachar para a pegar a toalha para depois fazê-la cair novamente, deixando o meu bundão velho bem na frente deles, para que eles sentissem vergonha. Sua estratégia deu certo e os policiais foram bater em outras casas.

Os polícia subiram um andar, pararam em frente à casa de Tiana, tiraram uma câmera e fotografaram a porta de seu apartamento. Tiana ouviu a movimentação nos corredores e abriu a porta para ver o que estava acontecendo, segundo a narrativa de Leonor. Ao ver os policiais fotografando a porta de sua casa, ela os interpelou e eles disseram que estavam investigando uma denúncia. Na interpretação de Leonor, esse foi o pretexto perfeito para Tiana armar a cama de gato.

Depois do ocorrido, Leonor foi ao supermercado fazer compras e, quando passou pelo ponto de vendas localizado na portaria da ocupação, ela viu Tiana, Capixaba e o Duende, gerente da boca de fumo, conversando. Leonor achou estranho os três estarem na boca, mas subiu para sua casa, não sem ficar atenta às conversas que aconteciam no corredor. Em um momento, ela reconheceu a voz do Duende e da Tiana e ouviu quando ele afirmou que resolveria esse problema com o filho dela. Leonor esperou Duende ficar sozinho para falar com ele e poder esclarecer as coisas. Quando ela perguntou a Duende o que estava acontecendo, que tudo estava muito estranho, ele disse a Leonor que Tiana a estava acusando de ter feito uma denúncia para a polícia, uma das acusações mais graves quando se envolve agentes do tráfico de drogas. Leonor percebeu rapidamente que ela precisaria resolver essa confusão para que nem ela nem o seu filho tivessem problemas, como já havia acontecido com outra moradora da ocupação que, ao entrar em uma confusão com agentes do tráfico, apanhou do próprio filho que havia ficado incumbido de dar um jeito em sua mãe e fazê-la parar de arrumar confusão. Duende disse para Leonor que tinha achado estranha a acusação de Tiana, exatamente porque Vitor tinha envolvimento com o tráfico e estava em casa no momento da operação.

Segundo Leonor me contou, para resolver o seu problema, ela precisaria acionar o linguajar deles. Assim, ela disse a Duende que não sairia da boca de fumo até resolver o seu problema e Duende concordou em subir com ela até a casa de Tiana. A jovem vizinha confirmou que era ela quem tinha acusado Leonor e Leonor, aos gritos, berros e tapas na porta, pedia provas. Sem poder provar, Tiana disse que foi um outro vizinho quem disse a ela e Leonor pediu o nome. Como Tiana se negava a falar quem tinha acusado Leonor de acionar a polícia, Leonor operou o linguajar deles e disse: Duende, nesse meio aqui, eu sei que não existe essa história do não sei quem falou, vai ficar por isso mesmo? Com Duende afirmando que Tiana

teria que falar quem acusava Leonor de ter chamado a polícia, ela contou que era o Capixaba quem tinha começado essa história e os três subiram juntos até o apartamento do Capixaba.

Ao encontrar o vizinho que Leonor odiava, ela enfiou o dedo no nariz dele dizendo eu quero que você prove que foi eu quem chamou a polícia. Sem conseguir provar, Leonor acusou o próprio Capixaba de ter fechamento com o policial: se você está falando que foi eu, é porque foi você quem fechou com o polícia e o polícia te falou isso. Essa inversão da acusação feita por Leonor, funcionou para ela, já que Capixaba começou a gaguejar e ficou sem ação. O fato é que Capixaba não conseguiu provar que foi Leonor quem chamou a polícia. Para terminar definitivamente o desenrolar, ela olhou para Duende e perguntou: o meu caso está resolvido? Não ficou nenhum resto de confusão, está tudo esclarecido? Com a resposta positiva, Leonor voltou para casa. Soubemos depois que Capixaba apanhou dos agentes do tráfico neste dia.

No dia seguinte a esta confusão em setembro de 2017, Tiana voltou na boca de fumo, dessa vez com o celular na mão, com o facebook aberto exatamente na postagem feita por Leonor um ano e três meses atrás, na qual Leonor acusava Tiana de ser a responsável pela queda de sua mãe devido ao som alto que vinha de sua casa. Como havia comentários das amigas de Leonor que sugeriam que ela chamasse a polícia, Tiana tentou provar que Leonor era a verdadeira responsável pela denúncia que levou policiais militares à ocupação. Duende foi conversar com Rudah, filho de Leonor que trabalhava em uma oficina em frente à ocupação, e o filho ligou para Leonor pedindo que ela apagasse essa postagem para não ter mais confusão. Leonor apagou a postagem feita no facebook, mas depois se arrependeu.

Poucos dias depois dessa cama de gato, Leonor foi visitar a Mãe de Santo, a mesma que confirmou os trabalhos feitos por seu irmão para acabar com a vida dela anos atrás, na companhia de Roseli, amiga que ela havia conhecido ao ficar no hospital, cuja mãe morreu no dia do resgate do Fat Family. Segundo Leonor me contou, a Mãe de Santo lhe revelou que havia duas mulheres que queriam o seu mal e haviam armado aquela confusão para que ela morresse, o que deixou Leonor boquiaberta, mas elas não haviam conseguido. Sobre Capixaba, a Mãe de Santo disse para Leonor não se preocupar, pois ele iria morrer logo, antes de conseguir fazer qualquer mal a ela. Para fechar este capítulo, eu quis mostrar como certos insultos podem durar no cotidiano, habitando-o por anos.

2.3 Instituições de Saúde: precariedade e conflitos cotidianos

Neste último capítulo que trato da relação entre cuidado, adoecimento e envelhecimento, eu vou finalizar a discussão trazendo uma outra faceta da experiência de

Leonor e Dona Geraldina que são as internações em hospitais e centros de emergências. Para analisar as situações que ocorreram no interior das instituições de saúde eu continuarei levando em conta as outras relações que pude observar dentro dos hospitais como os vínculos familiares e de amizade, as condições de pobreza e precariedade, bem como as confianças e desconfianças na relação com os médicos e enfermeiros e as afinidades ou os conflitos com os outros pacientes e seus familiares. A pergunta que guia meu olhar é: quais são os problemas concretos que as pessoas que vivem em situação de pobreza e precariedade precisam enfrentar em sua vida cotidiana quando estão internadas em hospitais públicos?

Entre abril e julho de 2017, eu acompanhei a internação de Dona Geraldina na CER-Centro, sua transferência para o Hospital Municipal Ronaldo Gazolla, mais conhecido como Hospital de Acari, a volta de Dona Geraldina para casa e uma nova internação no Hospital Municipal Souza Aguiar. Todas essas internações estão relacionadas ao que foi, em meio a erros e acertos, diagnosticado num primeiro momento como infecção urinária e depois como tumor em um dos rins, que Leonor logo definiu como câncer. Embora todas sejam instituições públicas de saúde, veremos, a partir do ponto de vista de Leonor, as diferenças no interior dessas instituições que envolveram desde a indisponibilidade de uma cadeira para o acompanhante, as imprecisões dos diagnósticos médicos, a presença e ou ausência de um nutricionista e a localização do hospital em relação à casa de Leonor. Além disso, gostaria de discutir as maneiras com que Leonor cuidou de sua mãe durante a internação, como se relacionou com os médicos, enfermeiros e com as assistentes sociais que trabalhavam nos hospitais. Entendo que a forma como Leonor se relacionou com os hospitais e com os funcionários não estão descoladas do que ela julga como o ideal para as instituições de saúde, do que ela considera ser seu direito, mas também das desconfianças relativas às práticas institucionais, como demonstrarei abaixo. Seguindo os passos de Leonor nos hospitais, aprendi que as instituições públicas de saúde não são homogêneas e que são muitas as características que importam aos pacientes, cuidadores e familiares.

Partindo das reflexões de Julie Livingston (2012), penso que as instituições de saúde, em especial as instituições hospitalares, são mais complexas do que a relação entre doente-doença x médico-diagnóstico-tratamento. Para tanto, vou recuperar a discussão que iniciei no capítulo anterior na qual Leonor se relacionava com as instituições hospitalares, e consequentemente com os agentes de saúde, a partir da ideia de que nesses lugares eles querem matar velhos e que há salas específicas, como a sala amarela, onde médicos e enfermeiros entubariam os pacientes sem necessidade para que as pessoas morressem com maior velocidade. Assim, a forma como Leonor se relaciona com os e dentro dos hospitais não é

neutra, mas “envenenada” (Das 1995, 2007) por esta e outras percepções. Ao mesmo tempo, estas percepções justificam todo o empenho e sacrifício que envolve o cuidado que a filha dedica à mãe nesses lugares, que não necessariamente é compatível com a percepção de outros membros da família e dos agentes de saúde.

Infelizmente, eu não tive como pesquisar o trabalho dos profissionais de saúde como fez Julie Livingston (2012) em um ambulatório para tratamento de câncer em Botsuana, no qual os médicos, enfermeiros e outros profissionais foram minuciosamente descritos e problematizados a partir das suas práticas diárias. Destaco o capítulo *The moral intimacies of care*, no qual a autora enfrenta o cotidiano dos enfermeiros (predominantemente mulheres) e suas relações com o ambulatório precário, com os médicos sobrecarregados, com a esperança e/ou desconfiança dos pacientes e seus familiares, mas também com a presença constante da morte, com procedimentos médicos cuja decisão e recuperação é complexa como a amputação, com o acompanhamento dos doloridos efeitos da quimioterapia nos corpos dos pacientes, entre outros. Enquanto no livro de Livingston os profissionais de saúde foram trabalhados a partir de seus dilemas, angústias e afetos, no correr deste capítulo eles aparecerão majoritariamente como pessoas de quem devemos desconfiar, embora também apareçam no interior de outras relações. Isso acontece devido à forma com que Leonor se relaciona com eles, mas também pela minha impossibilidade de pesquisá-los e, portanto, de apresentar ao leitor as experiências dos profissionais de saúde a partir deles próprios. Nesse sentido, são as complexas e conflituosas relações de Leonor com as instituições, com os médicos, enfermeiros, assistentes sociais, e também com os outros pacientes internados e seus familiares, que incluem conflitos religiosos e com agentes do tráfico de drogas, o que vou desenvolver nas próximas páginas.

Desde que Dona Geraldina foi morar com Leonor na Ocupação Nelson Mandela, tornaram-se frequentes as idas às UPAs, as consultas com médicos nas Clínicas da Família, os exames feitos em hospitais, bem como as internações e o socorro em unidades de atendimento de emergência. É exatamente porque as instituições de saúde passaram a fazer parte do cotidiano de Leonor que elas me interessaram em serem trabalhadas. A partir do encontro de Leonor com hospitais e unidades de pronto-atendimento pretendo descrever mais uma face da exceção ordinária que ela enfrenta em sua vida diária. Embora eu não tenha trabalhado diretamente com os agentes de saúde, como mencionei acima, ainda assim me foi possível descrever algumas das condições de trabalho e a precariedade das instalações estruturais dos hospitais pelas marcas presentes na narrativa de Leonor, mas também pelo dia que passei cuidando de Dona Geraldina em uma unidade hospitalar.

Peço ao leitor que dedique atenção à centralidade do telefone celular e do aplicativo whatsapp como meio de comunicação e produtor de relações. Com exceção do dia em que eu passei no hospital com Dona Geraldina, todas as situações descritas neste capítulo me foram contadas por ligações telefônicas e por mensagens de whatsapp. Desde que eu fui diagnosticada com problemas no quadril, eu precisei diminuir minhas visitas à casa de Leonor, que se relaciona também com o aumento dos tiroteios na região. Embora nossos encontros tenham diminuído, Leonor e eu aumentamos o tempo em que passávamos ao telefone. Neste sentido, penso que é possível descentrar a noção de campo ou o “estar lá” como elemento fundamental do trabalho etnográfico (Gupta e Ferguson 1999). Como discutido por Cláudia Fonseca (2017), as novas tecnologias de comunicação complexificam o trabalho de campo como metodologia fundante da antropologia e a ideia de “eu estive lá” como produção de uma verdade. A partir do meu ponto de vista, as novas ferramentas de comunicação nos forçam a fazer a passagem do “eu vi”, para as relações que estabelecemos e para aprendermos a partir do que as pessoas nos narram.

2.3.1 Os dias sem humanidade

No dia 11 de abril de 2017 às 18:45h, Leonor me mandou uma mensagem de whatsapp dizendo que sua mãe estava internada na sala amarela. Como Dona Geraldina estava tomando antibióticos para pneumonia, eu imaginei que a infecção havia piorado e que ela teria sido internada por este motivo. Eu fiquei preocupada não apenas pelo estado de saúde de Dona Geraldina, mas também porque eu conhecia as desconfianças de Leonor em relação a essa sala e sabia o quanto a internação de sua mãe na sala amarela a deixava nervosa. Um dos pedidos de Leonor dentre o que eu escreveria na tese foi que eu tornasse público suas acusações sobre esta sala. O pedido de Leonor me fez pensar em como a mortificação diária tornam as pessoas sensíveis às micropolíticas cotidianas e, por consequência, veem as práticas médicas como necropolítica (Mbembe 2011), ou seja, não como uma prática que necessariamente serve para a vida, mas que é capaz de matar. Felizmente, Dona Geraldina não demorou para levada para a enfermaria, visto que os médicos suspeitavam de uma isquemia na perna esquerda e ela não corria risco de morte.

Era 23h quando Leonor me escreveu dizendo que as enfermeiras não tinham respeito por ninguém e que ela precisava dos direitos humanos, mas eu estava dormindo quando recebi a mensagem. Às 2 horas e 46 minutos da madrugada do dia 12 de abril, Leonor me escreveu uma nova mensagem dizendo: aqui eu não posso sentar, nem trazer cadeira, nem sentar no chão.

Eu estou congelada e com câimbra nos pés. Quando acordei, por volta de 8h da manhã, eu respondi sua mensagem e perguntei se poderia ligar para ela, que prontamente autorizou. Com caneta e papel nas mãos, eu liguei para Leonor e é a partir dessa conversa por telefone e das outras ligações que fiz a ela que descrevo os dois primeiros dias de Dona Geraldina e Leonor no CER-Centro.

2.3.1.1 A internação I: CER-Centro

Aqui é um horror, minha filha. O pior lugar do mundo é este aqui! Foram essas as primeiras frases de Leonor quando ela atendeu o meu telefonema. Sua voz me transmitiu um misto de raiva, indignação e cansaço e eu sugeri que ela se acalmasse e me contasse o que estava acontecendo.

Fazia três dias que Dona Geraldina estava segurando as pernas e se recusava a andar. Segundo Leonor, sua mãe urinava sangue, o que a levou a pensar que Dona Geraldina estava com infecção urinária, como já vinha acontecendo há pelo menos 4 anos. A esta suposta infecção urinária, Leonor atribuiu as febres em Dona Geraldina e o amolecimento de suas pernas. Leonor tentava fazer com que sua mãe firmasse as pernas no chão, mas elas tremiam, especialmente a perna esquerda, e Leonor voltava a sentá-la. Desde que Dona Geraldina tinha começado a urinar sangue, Leonor havia iniciado o tratamento natural para infecção urinária com chás de sementes de melancia, como ela havia aprendido na internet. No primeiro dia de perna amolecida, sua amiga Cintia a ajudou a carregar Dona Geraldina para a cadeira higiênica e depois para a cama. No segundo dia, Leonor estava sozinha e, ao fazer o mesmo procedimento, elas caíram. Leonor foi até o corredor chamar por socorro, mas ninguém apareceu para ajudá-la. Com muito custo ela levantou sua mãe e a colocou na cama, mas ambas se machucaram.

Sem conseguir fazer com que Dona Geraldina firmasse a perna, Leonor ligou para os bombeiros, não sem antes descer até a portaria e avisar os donos do prédio que autorizaram a entrada. Notemos que ela não chamou os bombeiros pelo sangue presente na urina de sua mãe ou pela febre, mas apenas quando ela não conseguia ficar em pé, retornarei nesta questão mais abaixo, mostrando como a decisão de Leonor se relaciona com a precariedade dos hospitais. Ao ver Dona Geraldina e depois de escutar de Leonor que sua mãe não movimentava o lado esquerdo do corpo, um dos bombeiros disse que poderia ser isquemia. Foi nesse momento que eles levaram na ambulância Dona Geraldina e Leonor para o CER-Centro, antiga UPA, localizada atrás do Hospital Municipal Souza Aguiar. Leonor levou algumas camisolas, uma

almofadinha para o conforto de sua mãe e a cadeira de rodas na esperança de que Dona Geraldina fosse liberada rapidamente, mas não foi o que aconteceu.

A internação imediata foi na sala amarela e Leonor se recusava a deixar sua mãe nesta sala, porque é uma sala na qual os acompanhantes não podem permanecer e é onde eles entubam e matam logo. O enfermeiro foi conversar com Leonor e explicar a ela que aquela era uma unidade de emergência e todos os pacientes que entram no CER-Centro vão para a sala amarela a fim de serem avaliados. O argumento do enfermeiro não convenceu Leonor e ela contra argumentava dizendo que conhecia bem as dinâmicas dos hospitais, pois havia passado 28 dias com sua mãe no Souza Aguiar quando ela quebrou o fêmur, o que nos ajuda a ver, mais uma vez, como o passado se enreda às experiências do presente e como suas experiências concretas constituem sua concepção sobre as instituições de saúde. Dentre o que Leonor destacou, os remédios errados que os enfermeiros deram para Dona Geraldina e para os outros pacientes foram interpretadas como formas utilizadas para matar as pessoas, junto com o que ela sabia a respeito das salas amarelas. Segundo Leonor me contou, o enfermeiro rebatia suas afirmações dizendo que não era verdade que eles entubavam as pessoas para matá-las, e que, ao contrário do que ela falava, a sala amarela era uma unidade intensiva de tratamento, por isso, era o local onde eles mais tralhavam para salvar a vida das pessoas. As palavras do enfermeiro não alteraram a percepção de Leonor que, como ela sempre falava, montou um plantão na porta da sala amarela exigindo informações sobre o estado de saúde de sua mãe e cobrando que a trocassem de sala rapidamente. Poucas horas depois, ela foi transferida para a enfermaria.

Esta conversa de Leonor com o enfermeiro me remeteu à percepção de Julie Livingston (2012) quando ela, ao olhar para as famílias que se recusavam a aceitar o diagnóstico e/ou o tratamento proposto pelo médico, refletia sobre como médicos, enfermeiros, pacientes e familiares são empurrados para relações de intimidade e precisam tomar decisões em que as apostas são altas, mas falta tempo para desenvolver uma relação de confiança.

Leonor estava em pé há quase 14 horas quando falava comigo ao telefone. Na enfermaria onde estava Dona Geraldina não havia uma cadeira ou um banco para que os acompanhantes pudessem sentar e também era proibido sentar nas camas com os pacientes e nas escadinhas que auxiliavam a subida e descidas daqueles que estavam internados. Leonor reclamava para mim das câimbras em suas pernas e pés e dizia estar com a coluna destruída. Neste momento, Leonor me disse que era muito desumano o tratamento que os acompanhantes recebiam no CER-Centro. Quando ela entendeu que passaria a noite em pé, ela não acreditava que uma acompanhante idosa de 60 anos que cuidava de uma paciente também idosa, ficaria

nessas condições. Quantos dias eu vou ter que ficar em pé, Camila? Era a pergunta que Leonor me fazia indignada.

Conforme me contou Leonor, ela havia discutido com uma enfermeira na noite anterior e perguntado: como as pessoas vão acompanhar e passar a noite toda em um lugar gelado e em pé? A enfermeira argumentou que ali era uma unidade emergencial e que não era permitida a presença de acompanhantes. Leonor recorreu ao Estatuto do Idoso para responder à enfermeira, e disse que todo idoso tem o direito a um acompanhante durante o tempo de internação. Penso que o acionamento do Estatuto do Idoso nos mostra como os direitos que estão disponíveis fazem parte do campo de possibilidades das pessoas e são acionados na vida cotidiana. Ou, como colocado por Veena Das (2011b), o poder constitutivo das leis são artefatos sociais que estão presentes na vida ordinária e são mobilizados pelos atores sociais.

Voltemos à discussão. A enfermeira afirmava para Leonor que ela não precisaria ficar o dia e a noite toda e que a paciente teria o atendimento necessário, mas Leonor rebatia dizendo que não adiantava, que ela iria ficar, que era lei, era direito e, portanto, ela iria acompanhar sua mãe. Segundo Leonor, a enfermeira olhou para a colega e disse: hoje vai ser dia, o que a deixou irritada. Para mim, Leonor disse que não ter cadeira para um acompanhante era uma estratégia do hospital para que as pessoas não aguentassem, não acompanhassem os doentes e não vissem as coisas que eles fazem lá dentro. Neste conflito narrado por Leonor, vemos que o lugar que uma pessoa ocupa para os agentes de saúde é divergente do lugar que essa mesma pessoa ocupa no interior da família. Enquanto Dona Geraldina era uma paciente para os enfermeiros, ela era a mãe de Leonor, o que fazia com que a forma de tratamento que Leonor e as enfermeiras dedicavam à Dona Geraldina se chocassem. No momento em que Leonor discutia com a enfermeira, ela sentiu que iria ter problemas com a equipe de trabalho, fazendo a passagem do indivíduo para o coletivo de pessoas que trabalhavam na enfermagem.

Por volta das 21h houve uma troca de plantão e outra equipe de enfermeiros iniciou o trabalho. Seria a última passagem geral dos enfermeiros antes dos pacientes dormirem. Apenas uma enfermeira era a responsável por limpar, trocar a roupa ou arrumar as camas de quase 30 pacientes internados. Acompanhando os pacientes, havia apenas Leonor e mais duas pessoas. Quando a enfermeira se aproximou de Leonor, ela havia feito metade do seu trabalho, mas reclamava em voz alta que os pacientes se mexiam muito ficando logo desarrumados e descobertos. Segundo Leonor me contou, essa enfermeira lhe dirigiu o olhar e falou:

É por isso que eu gosto dos entubadinhos, olha lá, eles já estão todos virados novamente, nem parecem que foram arrumados. Eu gosto dos entubadinhos porque a gente arruma e eles ficam quietinhos... e Leonor pensou, até morrer.

A fala da enfermeira deixou Leonor furiosa e com uma raiva, embora ela não tenha respondido naquele momento para a enfermeira.

A cama de Dona Geraldina ficava localizada embaixo do ar condicionado, o que deixava a região particularmente gelada. Existia um vazamento do ar condicionado e parte da água escorria pela parede e formava uma poça em baixo da cama de Dona Geraldina. Na parede húmida havia uma centena de moscas conhecida como mosca de banheiros e Leonor as fotografava e enviava as fotos para seus amigos, eu fui uma das que recebeu a fotografia e, quando cuidei de Dona Geraldina, encontrei a mesma situação. A enfermeira que arrumava os pacientes se dirigiu a Leonor dizendo que era proibido tirar fotos do local, dos pacientes e dos funcionários e que se tivesse fotos dela era para serem apagadas. Com raiva da enfermeira, Leonor disse que ela poderia ver as fotografias em seu celular, mas o que ela pensava era em aproveitar o momento para falar o que queria. Quando a enfermeira se aproximou para ver as fotos que Leonor tinha tirado, ela falou: quando a sua mãezinha estiver aqui entubadinha ou se você estiver aqui entubadinha, alguém também vai ficar feliz de ver vocês entubadinhas. Conforme Leonor me contou, a enfermeira virou o cão, dizia que sua mãe era acamada e que ela não permitia que falassem da mãe dela e Leonor respondia dizendo que era para ela aprender que esse tipo de coisa não se fala. A enfermeira aumentou o tom de voz e, em tom de ameaça, falou para Leonor que ela não sabia com quem estava falando e Leonor retrucava com: eu não sei mesmo, mas você também não sabe com quem está falando, estamos na mesma. Durante a madrugada, Leonor começou a fazer crochê e a enfermeira apagou as luzes da parte da enfermaria onde estava Dona Geraldina, ela apagou as luzes só daqui do lado onde eu estava pra me infernizar. O plantão da manhã seguinte tinha sido melhor, as enfermeiras chegaram e deram bom dia pra gente. O que se fala e o que não se diz para pacientes e familiares dentro dos hospitais? Quais são as palavras que envenenam as relações. Através deste curto episódio podemos ver como as palavras e as minúsculas ações são fundamentais na constituição das relações.

Assim que amanheceu, veio o café da manhã: um pouco de mamão picado, biscoito de maisena e café com leite e açúcar. Contudo, Dona Geraldina era diabética, o que deixava Leonor inconformada, sobretudo porque sua mãe tinha tomado insulina quando ficou na sala amarela. Como vimos no Capítulo 3, as refeições são parte fundamental da ética do cuidado colocada em prática por Leonor. Os bons alimentos funcionam em seu raciocínio como possibilidade de cura e, ao mesmo tempo, a má alimentação como a possibilidade de adoecimento. Servir açúcar para uma pessoa diabética era, para Leonor, como se estivessem envenenando sua mãe, que se somava à desconfiança que marca sua relação com as instituições de saúde pois, como veremos

abaixo, não são em todos os momentos que o açúcar aparece como veneno. Após a saída de Dona Geraldina da sala amarela, nenhum médico tinha voltado a examiná-la e, segundo Leonor, ninguém havia perguntado sobre o seu estado de saúde. O que agravava a situação era que o CER-Centro estava sem nutricionista e, para que houvesse mudanças nas refeições de Dona Geraldina, Leonor precisaria falar com o médico que, sendo poucos, demoravam a passar nas salas. Leonor me contou que sua mãe havia comido uma refeição com açúcar durante o tempo em que ficou na sala amarela, por isso sua diabetes tinha subido e ela havia tomado insulina durante à noite, o que corroborou com suas suspeitas em torno da sala amarela como o lugar que querem matar velhos.

Após alimentar sua mãe, Leonor foi na ouvidoria do CER-Centro reclamar da falta de uma cadeira para os acompanhantes na enfermaria e pedir, como acontecia no Hospital Municipal Souza Aguiar, que os acompanhantes pudessem levar cadeiras de praias dobráveis para os quartos. Leonor argumentava que precisava de algum conforto para conseguir cuidar de sua mãe no hospital e recebeu como resposta que isso era egoísmo, pois ela estava pensando apenas em seu próprio conforto. Inconformada mais uma vez com a reação da atendente, Leonor repetia para mim que os funcionários do hospital não tinham humanidade, que os acompanhantes eram lixo e que ninguém a respeitava. Ainda no telefonema, Leonor me disse que se ela não ficasse em cima, sua mãe passaria um mal bocado durante a internação. São essas sequências de pequenas exceções ordinárias que fazem o dia de Leonor ficar sem humanidade.

2.3.1.2 Genealogia da desumanidade

Leonor decidiu por não comunicar os membros da família sobre a internação de Dona Geraldina. Ela estava com raiva de seus irmãos, pois fazia 15 dias que nenhum dos filhos perguntava sobre o estado de saúde da mãe. O que tornava a ausência de perguntas mais grave, a partir do ponto de vista de Leonor, era que semanas atrás ela havia enviado mensagens de whatsapp para todos irmãos dizendo que Dona Geraldina estava com pneumonia e, mesmo assim, ninguém lhe perguntava sobre a melhora ou piora da mãe. Leonor lamentava para mim dizendo que quando ela mandava mensagens de bom dia ou boa tarde para seus irmãos, eles não respondiam ou respondiam apenas a palavra bom ou boa, respectivamente. Ela entendia que todos achavam cômodo que ela cuidasse sozinha da mãe e, como ninguém perguntava do estado de saúde de Dona Geraldina, ela se sentiu no direito de não avisar ninguém. Em abril de 2017, havia completado 4 anos e 5 meses que Leonor cuidava de sua mãe.

Contudo, seu filho Rudah viu quando os bombeiros descerem com Dona Geraldina e passarem na porta da oficina onde ele trabalhava e ele mandou uma mensagem para o celular de seu tio Cleber. Quando Leonor havia decidido não avisar ninguém, isso incluía seu filho que morava na mesma ocupação que ela e trabalhava em uma pequena oficina em frente à portaria do prédio. Eles estavam brigados há alguns meses, pois Rudah tinha batido com um pedaço de pau em sua filha Beatriz e deixado sua perna roxa. Para defender a neta, Leonor foi até a casa do filho, discutiu com ele e ameaçou fazer um boletim de ocorrência por agressão e de pedir a guarda das crianças. Nessa confusão, Rudah empurrou a mãe para fora de sua casa e ambos pararam de se falar. Dessa vez ela não fez o boletim de ocorrência.

Assim que Dona Geraldina deu entrada no CER-Centro, Cleber enviou uma mensagem de whatsapp a Leonor dizendo que chegaria em 20 minutos o que a deixou furiosa com o filho Rudah naquele momento. Enquanto Cleber não chegava, Leonor me disse ter pensado que, caso sua mãe viesse a falecer, ela estava decidida a não avisar os familiares e a enterrá-la sozinha, ou melhor, chamaria apenas alguns amigos, com sua justificativa: porque ninguém mais pergunta dela e eu fico me ferrando sozinha o tempo inteiro. Como venho trabalhando em toda a tese, os desgastes não rompem, mas são importantes nas configurações das relações.

Para poder acompanhar a mãe, Leonor precisou fazer um cadastro com as assistentes sociais e os visitantes precisariam fazer o mesmo, mas o hospital não permitia que duas pessoas ficassem no quarto com o mesmo paciente. Nas palavras de Leonor, Cleber ficou do lado de fora com aquela cara de bundão dele. Embora essa seja a forma como Leonor falou do irmão para mim, ela não disse essas palavras a Cleber. Leonor tentou convencer o irmão a passar a noite com a mãe para que ela voltasse para casa, descansasse e passasse o dia no centro de emergência, mas ele recusou e Leonor ficou no hospital. Embora Leonor estivesse com raiva do irmão, ela também estava cansada, o que explica o deslizamento entre o desejo da presença e ausência do irmão.

No mesmo dia 12 de abril eu fiz uma segunda ligação para Leonor, por volta das 16h, para saber como ela estava. Leonor me disse estar descansando na sala de espera do hospital, pois sua amiga Roseli – aquela que ela fez no hospital durante a fratura de fêmur de Dona Geraldina e cuja mãe morreu no dia do resgate do Fat Family – veio de Santa Cruz para fazer companhia a Leonor para que ela pudesse descansar. Leonor conseguiu cochilar nas cadeiras duras da sala de espera, mas era um cochilo horrível, pois as cadeiras não tinham apoio para a cabeça e ela dormiu quebrando o pescoço.

Depois de muita briga por mensagens de whatsapp, Cleber concordou em ficar com a mãe durante a noite para que Leonor fosse dormir em casa. Nesse telefonema, eu ofereci ficar

com Dona Geraldina na tarde do dia seguinte para que Leonor fosse para casa descansar. Eu, infelizmente, estava com muitas dores por causa de uma lesão de labrum e uma tendinite no quadril e não aguentaria passar uma noite em pé no hospital para Leonor, que entendeu. Falarei sobre esta experiência abaixo.

De fato, Cleber substituiu Leonor no período noturno. Era 21:40h quando Leonor me mandou uma mensagem dizendo que estava mortinha mas tinha acabado de chegar em casa e iria dormir. Apenas para recordarmos: Leonor chegou no CER-Centro por volta das 18h do dia 11 de abril e só foi para casa às 21h do dia 12 de abril quando Cleber chegou para substituí-la. Combinamos que ela me mandaria uma mensagem assim que acordasse no dia 13 de abril, para que eu pudesse ligar para ela sem acordá-la e combinarmos a minha ida ao hospital. Às 9:20h eu liguei para Leonor e ela me contou como tinha terminado o dia anterior.

Assim que Cleber entrou no hospital, Leonor começou sua saga até chegar em sua casa. Era 21 horas e chovia torrencialmente na região escura onde fica o CER-Centro. Nenhum taxi respondia ao seu sinal e ela caminhou em torno de 20 minutos em baixo d'água até sua casa. Leonor chegou pingando, como ela me contou, mas antes de entrar em casa, ela foi na esquina comprar um espetinho de frango e um de carne para comer, já que estava com muita fome. Em casa, ela subiu os seis lances de escada e foi direto tomar um banho. Leonor me disse estar louca por um banho revigorante, pois ela não tomava banho desde a chegada dos bombeiros, mas seu intestino soltou e, com suas palavras: parecia que eu nunca mais iria sair daquele vaso. Durante o banho, seu irmão Leandro ligava e mandava mensagens insistentemente para seu celular. Em uma dessas mensagens, ele dizia saber que ela não queria falar com ele, mas ele queria saber da mãe. Me contou Leonor que ligou para o irmão e falou:

Você não tem humanidade? Eu passei uma noite inteira em pé e eu tenho 60 anos. Eu passei o dia e a noite com dor na coluna e quebrando o pescoço. Você sabe o que é dormir quebrando o pescoço? Eu só quero tomar um banho em paz, será que nem isso eu posso? Eu mereço ficar em baixo de um chuveiro.

O irmão pediu desculpas, eles conversaram sobre a mãe, ela tomou seu banho. Leonor preparou uma tapioca, morrendo, eu fiz morrendo, e finalmente foi deitar no colchão.

Ela estava pegando no sono quando seu filho Vitor chegou e ascendeu o luzão na cara de Leonor. Vitor trabalhava em uma boca de fumo durante a noite. Ao chegar em casa, ele ascendeu a luz e foi preparar algo para comer. Inconformada, Leonor perguntou ao filho se ele não sentia dó da sua mãe que passou uma tarde, uma noite e um dia inteiro em pé no hospital, mas ele não respondeu, terminou de preparar sua comida e então apagou a luz. Para mim, Leonor disse saber que seu filho não tinha dó dela, que ele também não tinha humanidade, e

que isso era como se uma bomba fosse colocada dentro do seu corpo que ia explodindo e detonando por dentro.

Para explicar a falta de humanidade de seus irmãos e de seus filhos, Leonor me disse que era impossível que eles tivessem humanidade pois sua árvore genealógica era terrível e horrorosa, que ela queria mudar isso na sua família, mas ela não podia ficar na ilusão de que bananeira desse maçã. Quando o filho apagou a luz, ela tentou dormir novamente, mas dessa vez as câimbras nas pernas e pés e as dores na coluna não a deixavam dormir. Leonor me disse sentir que nunca mais se recuperaria da sequência dia-noite-dia que ela passou no hospital, em pé e gelada. Ela decidiu levantar, pegar um gel relaxante muscular, fazer uma massagem nas pernas e pés na tentativa de diminuir as câimbras. Ela, enfim, dormiu.

O celular havia sido colocado para despertar às 7h, para que Leonor pudesse fazer a troca de acompanhante com seu irmão que ocorria entre às 8 e 9h da manhã. Contudo, ela havia espontaneamente acordado às 6h, foi tomar um bom banho para enfrentar o dia, passou um café, colocou na garrafa térmica, cozinhou um ovinho para sua mãe e o colocou num potinho, pegou outro potinho e colocou 6 colheres de leite em pó, também para Dona Geraldina, e foi para o CER-Centro a pé. Esses alimentos que Leonor levou para sua mãe tinham como objetivo complementar a alimentação hospitalar que Leonor classificava como muito ruim e foram dados escondidos da equipe médica, que não autorizava alimentos externos. Dona Geraldina se recusou a comer o ovo cozido e, de forma discreta, Leonor precisou tirar os pedaços de ovo que estavam na boca de sua mãe e jogá-lo no lixo.

Antes disso, ao encontrar Cleber na portaria do hospital, Leonor perguntou se o irmão voltaria à noite e ele disse não ver necessidade de passar a noite com a mãe no hospital já que Dona Geraldina tinha tentado tirar a roupa apenas uma vez. Mas esse uma vez já era o motivo suficiente para Leonor entender que alguém teria que ficar com sua mãe, pois, se ela tirasse a roupa em uma sala gelada, a possibilidade dela vir a adoecer era real e ela tinha acabado de sair de uma pneumonia. Com poucos enfermeiros para cuidar de tantos pacientes, era certo, na visão de Leonor, que sua mãe ficaria horas descoberta ou ainda mijada e molhada caso ela tirasse também as fraldas geriátricas, como de fato aconteceu em uma das noites de internação. Sem um acompanhante, a preocupação de Leonor era que os enfermeiros dopassem a sua mãe com remédios para dormir, ao invés de respeitar o sono do paciente. Uma terceira preocupação era que a enfermaria do CER-Centro não era dividida por sexo, ao contrário, homens e mulheres eram tratados no mesmo espaço. Nas palavras de Leonor, era tudo misturado, uma coisa terrível, e ela não queria que, caso a mãe arrancasse a roupa, seu corpo ficasse exposto aos

outros pacientes. Para Leonor, era mais do que óbvio que a mãe precisaria de um acompanhante a noite toda, mas Cleber não apareceu e Leonor ficou no hospital.

Através das descrições acima, vemos como as sequências de pequenas violências cotidianas fazem o dia de Leonor ficar sem humanidade. Ao mesmo tempo, as ações de seu filho Vitor, que ascendeu a luz na cara da mãe cansada durante a madrugada, a de Cleber, que não ficou com a mãe no hospital para que Leonor pudesse descansar, e ainda as ligações ininterruptas de Leandro e as desconfianças de que a irmã não quisesse falar com ele, não correspondiam com suas expectativas e com o compartilhamento que Leonor desejava ter neste dia difícil. Assim, do seu ponto de vista, a desumanização não veio apenas dos agentes que trabalham nas instituições de saúde e das condições infraestruturais que ela encontrou no centro de emergência. Mas está na ausência de compartilhamento e de entendimento por parte dos homens que não veem o trabalho feito por Leonor e não respeitam a exaustão de seu corpo.

2.3.1.3 Uma tarde no CER-Centro

Como escrevi acima, no dia 13 de abril de 2017 eu me ofereci para substituir Leonor no CER-Centro no período da tarde para que ela pudesse ir para casa descansar ou fazer o que quisesse. Nesta parte do capítulo, eu descrevo esta tarde que passei no CER-Centro. Depois de ficar cerca de 6 horas no quarto cuidando de Dona Geraldina foi ficando cada vez mais claro para mim a importância do cuidado nos pequenos detalhes. Ao mesmo tempo, vi e pretendo descrever uma minúscula dimensão da precariedade das instituições públicas de saúde e das condições de trabalho dos profissionais.

Antes de eu ir para o CER-Centro substituir Leonor no cuidado com Dona Geraldina, Leonor havia me enviado uma mensagem pedindo que eu levasse uma banana para sua mãe, pois ela ainda não havia comido frutas naquele dia. Eu tinha combinado de chegar às 14h para pegar o horário da troca de acompanhantes. Como Dona Geraldina estava com Leonor no quarto, eu não pude entrar sem que ela saísse. Ela, então, foi me encontrar na portaria, mas irritada, porque no dia anterior o segurança deixou que sua amiga Roseli entrasse no quarto para que Leonor passasse os procedimentos que ela achava necessário. Por conta da decisão discricionária do segurança, Leonor me passou esses procedimentos na portaria do CER-Centro. Ali, ela me disse que sua mãe estava dormindo bastante e que era para eu prestar atenção caso ela quisesse tirar a roupa ou a fralda geriátrica, dar água quando ela pedisse, dar o lanche da tarde quando viesse. Ela me proibiu de servir os biscoitos de maisena e sugeriu que eu aproveitasse o momento do lanche da tarde para dar a banana que eu levei e escondido, sem

que os enfermeiros vissem, pois eles poderiam me impedir de dar a fruta. Leonor me orientou a anotar tudo o que o médico falasse, pois ele passaria na sala no meio da tarde e pediu que eu falasse com o médico sobre a transferência de sua mãe para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Ciente de que eu teria que ficar a tarde toda em pé em uma sala gelada, eu vesti calças de ginástica, tênis e uma blusa de frio. Eu também levei um caderno para anotar o que achasse interessante, o segundo volume do livro *Contos de Kolimá* de Varlam Chalámov, e um remédio para dores no quadril, caso eu viesse senti-las.

Num primeiro momento, o hospital não me parecia aquele descrito por Leonor. Suas salas brancas, todos os pacientes deitados em camas e apenas uma deitada em uma maca no chão, a cor verde das camisolas uniformizando os pacientes, as camas arrumadas e as pessoas cobertas me fizeram pensar que Leonor estivesse exagerando nas suas descrições. Contudo, conforme os minutos se passavam, essa primeira impressão pouco a pouco se desfazia. Os vazamentos de água, as moscas que voavam no quarto, o cheiro do banheiro, os primeiros 15 minutos em pé e sem um lugar para encostar que começaram a incomodar minhas pernas, foram mudando minha impressão.

Dona Geraldina dormiu a maior parte do tempo que eu fiquei no CER-Centro. Os enfermeiros faziam o seu trabalho rotineiro, mas como Veena Das (2015b) já nos ensinou, o cotidiano não é o lugar do óbvio e a rotina não é destituída de surpresas. Eu fui na sala ao lado pegar um pouco de água para mim. Quando abri o filtro, a água saiu amarronzada. Eu joguei fora 4 copos de água até que ela começou a clarear e veio transparente. Quando voltei para a enfermaria, um dos pacientes que não tinha acompanhante me pediu para buscar um pouco de água. Eu voltei ao filtro e repeti o mesmo procedimento até a água ficar transparente. Logo um terceiro paciente pediu que eu buscasse água, depois um quarto, e assim eu passei alguns minutos buscando água para os pacientes da enfermaria que não tinham acompanhantes, não tinham condições de sair da cama, mas tinham condições de falar comigo. Dona Geraldina estava sonolenta, eu perguntei se ela queria água, ela aceitou e eu servi.

A médica apareceu no quarto por volta das 16h. Ela acordou Dona Geraldina, fez alguns exames de toque e reflexo e descartou a possibilidade de isquemia ou de um AVC que, recordemos, eram as primeiras suspeitas levantadas pelos bombeiros. Lembremos que Dona Geraldina estava com Alzheimer avançado e não tinha condições de entender as informações transmitidas pela médica, mais um motivo para a necessidade de um acompanhante. Os exames ainda não haviam ficado prontos, mas a médica me disse que ela trabalhava com a possibilidade de ser infecção urinária. Segundo a médica me explicou, as pessoas idosas apresentam diferentes sintomas corporais dependendo do tipo e do grau da infecção. Esses sintomas podem

aparecer como febres, como indisposição para comer e também como a falta de movimentos, pois a infecção produz efeitos no corpo todo. A explicação da médica não diferiu da feita por Leonor que atribuiu à infecção urinária o amolecimento de suas pernas de sua mãe.

Enquanto a médica e eu conversávamos, uma mosca varejeira voava em volta da cabeça de Dona Geraldina. A médica me aconselhou a não deixar que a mosca pousasse na boca ou em outras mucosas de Dona Geraldina, pois era comum que os idosos acamados pegassem berne no hospital. Eu fiquei chocada com a fala da médica em pelo menos dois planos: o primeiro, pelo tom calmo e tranquilo com que ela se referiu à possibilidade de Dona Geraldina pegar berne no hospital e o segundo porque exatamente o tom expresso pela médica deixava claro que essa possibilidade fazia parte de sua rotina. Essa mosca que, para mim foi um evento extraordinário, para a médica era absolutamente ordinária. Eu olhei para as camas ao lado e o número de pacientes tinha subido de 30 para 32. Apenas 3 tinham acompanhantes naquele momento, um homem e duas mulheres contando comigo. A maioria dos internados eram idosos imobilizados ou pessoas com doenças mentais que impossibilitavam o cuidado de si como o espantar uma mosca de suas mucosas. Foi nesse momento que eu entendi a profunda precariedade das instalações hospitalares e a necessidade de um acompanhante em tempo integral. Eu esqueci de falar para a médica sobre a transferência de Dona Geraldina para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Leonor lamentou.

No horário em que foi servido o lanche da tarde eu segui os conselhos de Leonor e dei a banana em pequenos pedaços, servidos lentamente na boca de sua mãe. Eu cortei pedaços pequenos de bolacha água e sal e coloquei em sua boca para que ela chupasse, já que ela não tinha dentes. Como o café com leite veio com açúcar, eu mandei uma mensagem de whatsapp para Leonor perguntando se eu poderia oferecer, pois eu sabia da diabetes de sua mãe. Na mesma mensagem eu disse que Dona Geraldina estava chupando pedacinhos de bolacha água e sal. Leonor me autorizou a dar o café com leite e açúcar, já que a diabete estava boa naquele dia, visto que ela mesma tinha medido em seu aparelho próprio que tinha agulha mais finas do que a do hospital. Mas ela não gostou que eu dei as bolachas, pois elas eram feitas de farinha branca de trigo que, como Leonor havia aprendido recentemente, não fazia bem à saúde. É aqui que chamo atenção para o deslizamento do açúcar como veneno que, quando dado por enfermeiros funcionou como veneno e quando dado por mim não haveria problemas. Obviamente que este deslizamento também se vincula com o estado da diabetes de sua mãe. Assim, não podemos esquecer que o açúcar dado pelos enfermeiros fez com que Dona Geraldina precisasse tomar insulina.

Muitos choros e gritos doloridos da enfermaria infantil invadiram o quarto em certo momento. Imaginar o sofrimento daquelas crianças deixava a situação mais difícil para mim. Eram apenas duas enfermeiras para servir os quase 20 pacientes que não tinham autonomia para comer sozinhos, o que nos mostra que o número de pessoas que precisam de atendimento é maior do que a capacidade dos agentes de saúde. O trabalho das enfermeiras me parecia tão difícil e sobrecarregado que me foi impossível alimentar apenas Dona Geraldina. Assim, depois de alimentar Dona Geraldina, eu perguntei para a senhora ao lado se ela queria que eu a ajudasse a comer, que aceitou. Dona Maria era uma portuguesa e havia se mudado para o Rio de Janeiro nos anos 70. Ela estava com um grave problema hepático, segundo uma das enfermeiras, ela não tinha mais jeito. Os olhos de Dona Maria estavam excessivamente amarelos e do lugar onde saem as lágrimas não parava de expelir um líquido amarelado. Eu havia aprendido a manusear a cama hospitalar e a sentei para que ela pudesse comer. Servi primeiro os biscoitos, depois o café com leite e na sequência fui até a outra sala buscar um copo de água, como ela me pediu. É muita agonia, gritava um paciente repetidamente. Dona Maria me disse que seu filho era um imprestável, pois ele estava mexendo no celular na sala de espera do CER-Centro e não se dava ao trabalho de ficar com a mãe que estava morrendo e de alimentá-la. Ela me agradeceu inúmeras vezes por servir-lhe o lanche me chamando de filha. Eu fiquei surpresa que seu filho estivesse no hospital, pois fazia mais de 3 horas que eu estava na sala e ele não tinha aparecido. Mais tarde, quando seu filho entrou na enfermaria, ela lhe disse: se você ficasse comigo, essa moça não precisaria me dar comida e ela pediu a ele que me agradecesse. O filho trouxe a notícia de que ela seria transferida para um hospital na Ilha do Governador. Dona Maria disse que não queria ir para um hospital tão longe. O filho, em tom grosseiro, disse que ela não tinha o que querer, que ela iria ser transferida e ponto. Ela pedia para o enfermeiro: ai meu senhor, por favor, me troque, não me mande pr'aquele lugar. Dona Maria foi transferida.

Outra pessoa idosa seria transferida naquele dia. Um homem quase sem capacidade de movimentos corporais e sem conseguir falar, mas cujos olhos não paravam de se movimentar. A acompanhante era a sua filha. O enfermeiro lhe disse que o hospital para qual ele seria transferido se localizava no Chapadão, próximo ao bairro Pavuna. Naqueles dias de abril de 2017, a região passava por intensos tiroteios. Durante a transferência do paciente para a maca que o levaria até a ambulância, eu ouvi a conversa entre o enfermeiro, a filha do idoso que estava sendo transferida (ela) e o acompanhante de um idoso que permaneceria no quarto (ele). Aproveitando que eu estava com caderno e canetas nas mãos, registrei a conversa:

Ela: Para qual hospital?

Enfermeiro: Pr'aquele lá do Chapadão.

Ele: Mas lá ela vai se assustar. A senhora tem colete a prova de balas, porque lá o pau está comendo solto todos os dias.

Ela: Eu não conheço, mas já vi na televisão.

Enfermeiro: O Rio de Janeiro todo está horrível, tem tiroteio em todos os lugares.

Ele: Uma prima minha estava dando uma aula no colégio lá perto e eles estavam fazendo a escola de escudos, vê se pode.

A filha e seu pai doente seguiram para a ambulância que faria a transferência para o hospital no Chapadão. O enfermeiro começou a arrumar a cama vazia para a chegada de um novo paciente. Durante esta tarde no CER-Centro eu vi uma senhora quase cair da cama, pois as grades estavam quebradas, e os enfermeiros correrem para socorrê-la; um enfermeiro fazer a limpeza da enfermaria, já que os funcionários de limpeza estavam sem receber o salário e parte da equipe de limpeza não tinha ido trabalhar naquele dia. Uma jovem que ficou em frente ao ar condicionado congelante, sem cobertor e insistindo para a enfermeira buscar um cobertor para ela, mas ainda não havia chegado os cobertores limpos. Eu também vi outra paciente que, sem poder comer por restrição médica, pegava a comida dos pacientes acamados e sem acompanhantes. A enfermeira a repreendeu e fizeram uma pequena escala para vigiá-la. Outra paciente, sem avisar ninguém, arrancou o acesso de sua veia e começou a andar pelo quarto. Ela justificou seu ato dizendo que estava esgotada de ficar o dia todo deitada e sentada. Uma jovem não parava de gritar com as enfermeiras e reclamava que elas não lhe serviam comida, também por restrição médica, pois sua diabete estava muito alta e eles precisariam controlá-la antes de servir qualquer alimento. Em um momento, uma das enfermeiras respondeu a essa jovem:

Por que você não grita com o médico? Por que quando o médico vem você fica quieta? Nós não podemos mudar a prescrição médica. Por que você grita com quem está aqui cuidando de você?

As palavras da enfermeira não fizeram a paciente diminuir seus gritos.

É um fato que médicos e enfermeiros ocupam diferentes posições de poder, na qual são os enfermeiros que ficam no “olho do furacão”. Assim, me pergunto, como é o cotidiano dos profissionais de saúde? Que tipo de questões eles enfrentam no cotidiano? Quais as condições de infraestrutura no interior das instituições de saúde e como isso afeta o cotidiano dos profissionais? Qual o estado de saúde desses profissionais?

No belo trabalho de Julie Livingston (2012), ela sempre perguntava para as enfermeiras como elas estavam se sentindo, se estavam bem de saúde, se haviam tido problemas familiares ou financeiros... Não raro, uma enfermeira estava doente, outra com dores de cabeça, outra com problema de coluna, outra queria sair do ambulatório pois sua mãe havia morrido naquele lugar. Penso que humanizar os profissionais de saúde levando em conta as relações

destes com as instituições, com os outros profissionais como médicos, faxineiros, enfermeiros, com os pacientes e seus familiares, mas também levando em consideração sua vida fora dos hospitais é fundamental para entendermos o que vem acontecendo com a saúde pública (e também privada) e seus profissionais. Ao analisarmos a vida cotidiana dessas pessoas nos abre para uma compreensão concreta da precariedade que envolve as instituições de saúde.

2.3.1.4 A transferência I: frustração

Desde que Dona Geraldina foi internada no CER-Centro, Leonor pensava em como transferir sua mãe para o Hospital Municipal Souza Aguiar. Na manhã do dia 13 de abril, depois de fazer a troca com Cleber, Leonor procurou a assistente social do CER-Centro para saber quais os caminhos que ela teria que percorrer para conseguir a transferência. No argumento de Leonor, mesmo com todos os problemas, no Souza tem uma cadeirinha para sentar e a gente pode levar cadeira de praia que deita. Leonor valorizava o atendimento com a nutricionista, as refeições que vinham no horário correto, dizia que no café da manhã eles serviam frutas ao invés de biscoito maisena, em referência ao que tinha acontecido com sua mãe. No argumento de Leonor, ela achou um absurdo o almoço ter sido servido no dia anterior às 14h o que fez sua mãe sentir fome e ainda por cima uma comida horrorosa e a sobremesa era gelatina e não fruta e afirmava que no Souza isso são acontecia. Contudo, as transferências eram feitas através do sistema SISREG e os hospitais que tinham vagas naquele momento eram os de Realengo, Jacarepaguá ou de Acari, todos cerca de 40 minutos a 1 hora distante da casa de Leonor e cuja passagem de metrô custaria 4,30 por viagem ou 8,60 reais por dia. Não é difícil imaginar que a ida de Dona Geraldina para esses hospitais dificultaria ainda mais a vida de Leonor.

A assistente social ouviu os argumentos mobilizados por Leonor, mas disse não ter condições de mexer no sistema. Por isso, ela orientou Leonor a acionar suas redes de amizade no interior do hospital na tentativa de que sua mãe fosse transferida para o Souza Aguiar: se você conhecer alguém lá dentro, será mais fácil. Juliana, a filha de Cleber e sobrinha de Leonor, disse para a tia que era amiga de uma amiga do diretor do Hospital Souza Aguiar. Embora Leonor não acreditasse na sobrinha, pois ela sempre prometia conseguir remédios e fraldas geriátricas, mas na hora do vamos ver, sumiu, ela mandou uma mensagem de celular pedindo que Cleber enviasse uma mensagem à filha e a lembrasse de falar com a amiga que contataria o diretor. Mas essa estratégia não deu resultado, o que reforçou sua antiga percepção de que a sobrinha tinha papo furado e conversa de advogado, referente à formação universitária de Juliana, e também às desconfianças de Leonor em relação à família de seu irmão.

Durante o tempo de internação de Dona Geraldina no Hospital Municipal Souza Aguiar relativa à fratura de fêmur em julho de 2016, Leonor tinha feito amizade com uma enfermeira. Ela mandou mensagem de whatsapp pedindo a essa enfermeira que intercedesse e a ajudasse a conseguir essa vaga. Contudo, a enfermeira disse que não poderia ajudar neste caso e recomendou que Leonor procurasse a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde e utilizasse enfaticamente o argumento de que, caso eles transferissem Dona Geraldina para longe do centro da cidade, eles iriam matá-las, por que ela era uma idosa que cuidava de sua mãe e não tinha condições de ir para esses hospitais todos os dias. Mas o dia 13 de abril era uma quinta-feira santa e ponto facultativo nas instituições públicas. Por este motivo, a ouvidoria estava fechada e só reabriria na segunda-feira dia 17 de abril. Durante o feriado, Dona Geraldina foi transferida para o Hospital de Acari.

A semana santa é uma das semanas mais importantes no calendário religioso das famílias católicas brasileiras. Por esta razão, eu viajei para passar a páscoa na casa da minha família no interior de São Paulo e não acompanhei a experiência de Leonor no Hospital de Acari. Nas poucas mensagens de whatsapp que trocamos durante esses dias, Leonor definiu o atendimento em Acari como bom, embora ela não gostasse do jeito militar do diretor com quem brigou. Leonor cuidou sozinha de sua mãe durante os 10 dias de internação, mas lá tinha uma boa cadeira almofadada para dormir que com o passar dos dias foi ficando desconfortável. Como Leonor estabeleceu uma relação de confiança com uma equipe de enfermeiros, ela organizava sua rotina e ia descansar em sua casa no horário do plantão dessa equipe. Durante a internação, foi feita a cultura para saber a bactéria exata que causou a infecção urinária e deram o antibiótico para o que, até aquele momento, foi diagnosticado como infecção urinária e para a pneumonia que tinha voltado. Como veremos mais abaixo, Dona Geraldina voltará a piorar, será internada no Hospital Municipal Souza Aguiar e receberá o diagnóstico de tumor em um dos rins. Esse novo diagnóstico mudará a percepção de Leonor sobre o Hospital de Acari, que passará a ser visto como terrível, como o lugar em que os médicos não sabem o que fazem.

2.3.2 Da casa ao hospital, da infecção urinária ao “câncer” nos rins

Nesta parte do capítulo veremos como a precariedade estrutural dos hospitais e dos atendimentos médicos pesaram nas decisões de Leonor em levar ou não sua mãe aos hospitais. Aqui, quero retomar a ideia de como a precariedade produz marcas corporais e subjetivas e como a relação entre doença e saúde é atravessada pelas situações de pobreza, relações familiares e pela maior ou menor dificuldade no acesso às instituições. Minha leitura sobre as

idas e vindas de Dona Geraldina aos hospitais está ancorada na ideia de que esse trânsito faz parte da duração das doenças no corpo, do envelhecimento e do cuidado.

Em outro plano, quero olhar de perto para como Leonor se relacionou com os médicos e com as hierarquias de saberes inscritas nesses encontros. Também me interessa em descrever as afinidades e os desentendimentos de Leonor com os outros pacientes que estavam internados no mesmo quarto de sua mãe, bem como seus familiares. Sobre este tema, peço ao leitor que dedique atenção às linhas de força que atravessam o cotidiano no interior dos hospitais, nas quais o tráfico de drogas e a adesão a certas religiões pode ser um complicador. Por causa do cheiro de uma paciente que estava em estado terminal e da sujeira do banheiro, Leonor pediu uma transferência para um outro quarto, cuja mudança é marcada por inúmeros conflitos. São esses problemas, descritos através de minúsculos detalhes, que o leitor encontrará à frente.

2.3.2.1 A internação II: exceção ordinária e ética sob pressão

Dona Geraldina urinou sangue durante todo o mês de maio de 2017. Quando, além do sangue, ela urinou pus, Leonor decidiu voltar à unidade de atendimento de emergência, o CER-Centro, próximo à sua casa. Neste retorno, os enfermeiros precisaram retirar a urina de Dona Geraldina a força, pois ela não conseguia urinar devido a quantidade de pus presente em sua bexiga. Os enfermeiros precisaram colocar uma sonda e, na hora de colocá-la: nós tivemos que segurar ela na marra para poder colocar a sonda, para entrar no meio das pernas. Por telefone, eu pedi para Leonor me explicar como tinha sido o procedimento. A primeira enfermeira havia tentado colocar a sonda, mas Dona Geraldina reagia fechando as pernas e contraindo os músculos da vagina. Com Alzheimer avançado, não é difícil imaginar que ela não respondia conforme Leonor e os enfermeiros pediam. Assim, Leonor e uma enfermeira seguraram Dona Geraldina e a outra enfermeira colocou a sonda a força. Segundo Leonor, quando a sonda foi encaixada saiu um jato de pus que encheu meio potinho. A enfermeira jogou o pus na fralda geriátrica e manteve a sonda até conseguir a quantidade necessária de urina.

Eu queria entender porque Leonor não tinha levado sua mãe ao hospital quando ela urinava sangue. Segundo Leonor me contou, assim que elas deixaram o Hospital de Acari, Dona Geraldina teve uma leve melhora, mas logo voltou a urinar sangue novamente. Ainda com a memória do que havia acontecido durante a internação de Dona Geraldina no CER-Centro, Leonor me disse não ter coragem de levar sua mãe para essa emergência, pois ela própria não iria aguentar cuidar da mãe ficando dias e mais dias em pé novamente. Por isso, Leonor tentou

tratar sua mãe com seus remédios, alimentos e chás caseiros, além de dobrar a quantidade de água. Leonor me disse também que ela não sabia o que fazer e finalizou com a seguinte frase:

É muito ruim ser pobre, Camila, é muito ruim não ter dinheiro. Se eu tivesse dinheiro, eu ia para um convênio, um lugar bom, ia estar bem tratada. Ela ia enxergar, ia ter dentes, já não ia ter problemas.

Notemos que Leonor não vê a melhora das condições da saúde pública como alternativa viável à sua condição. A partir do que Leonor me falou, podemos pensar em como a precariedade (e a precarização) das instituições públicas é efetiva na formação de subjetividades que veem nas instituições privadas a alternativa para suas condições. Além disso, Leonor nos fala claramente como a pobreza foi fundamental na produção na vulnerabilidade de um corpo cego e sem dentes.

Como eu falei acima, além de urinar sangue, Dona Geraldina começou a ter dificuldades de urinar, a sentir muitas dores e, quando ela conseguiu urinar alguma coisa, saiu pus. No primeiro dia que sua mãe começou a urinar pus, Leonor decidiu levá-la ao CER-Centro e eles retiraram a urina para os exames, como descrevi acima. Na hora de retirar sangue, também para os exames:

O filho da puta do enfermeiro que foi coletar o sangue dela, enfiou a agulha e ficou cavando, fez um buraco no braço dela e não dava mais para por a agulha e eu falava “não faz isso, dói muito”.

Quando o enfermeiro foi pegar a veia do outro braço, Leonor, já furiosa, falou para ele: não cava, se furar e não pegar a veia, tira. Leonor terminou sua explicação dizendo que os enfermeiros do CER-Centro são uns lixos e uns carneiros.

Passado pela enfermaria do CER-Centro, Dona Geraldina foi atendida por uma médica. Assim que Leonor entrou na sala, ela contou sobre o estado de saúde de sua mãe e reclamou do enfermeiro carneiro. A médica perguntou a Leonor em um tom de reprovação, como ela destacou alterando o tom de sua voz para me narrar a história: a sua mãe está há um mês urinando sangue, um mês? Leonor começou a contar sobre suas experiências no CER-Centro e o inferno que passou em Acari. Sobre os remédios caseiros e naturais que Leonor dava para sua mãe, ela decidiu não falar para a médica, pois ela sabia que seria repreendida e que a médica não iria concordar, afirmando que era tudo bobagem ou ainda culpando Leonor pelo estado de saúde de sua mãe. Retomo aqui o argumento da assimetria da relação acusatória e da hierarquia dos saberes, na qual Leonor tentou desviar ao não falar para a médica seus procedimentos.

Ainda na conversa com a médica, Leonor me disse ter sido categórica ao afirmar que ela não deixaria a mãe internada no CER-Centro e que preferia levá-la de volta para casa, local onde Leonor poderia de fato cuidar dela, já que no CER-Centro ela não aguentaria ficar. Leonor explicou para a médica que fazia quatro anos que Dona Geraldina tinha sido diagnosticada com pedras nos rins e que o cálculo era muito grande. Sua impressão, a partir do cotidiano com a mãe, era que o cálculo renal estava se dissolvendo e infeccionando a bexiga, por isso a sequência de infecções. A médica concordou com a explicação de Leonor e encaminhou Dona Geraldina para o urologista do Hospital Municipal Souza Aguiar.

O dia 2 de junho era a data da consulta marcada com um urologista no período da manhã, mas Leonor estava quebrada, pois no período noturno havia tido uma operação policial com caveirão na rua da ocupação e, como consequência, tiroteio intenso. Seu filho Vitor demorou a chegar em casa o que impediu Leonor de dormir. Como ele trabalhava em uma boca de fumo próxima à ocupação, Leonor estava nervosa com a possibilidade de acontecer alguma coisa com ele, que poderia ser a prisão, passando pela tortura ou sequestro e chegando até mesmo a morte. Ela só conseguiu dormir quando às 4h da manhã Vitor entrou pela porta de sua casa.

No dia anterior à operação com caveirão, um policial havia sido baleado na rua da ocupação pelos garotos que trabalhavam em uma das bocas de fumo que funcionavam na região. Já era esperado que os policiais voltariam para vingar o amigo baleado, o que de fato aconteceu. Segundo Leonor me contou, ela estava na barraca de doces da sua amiga quando começou o tiroteio. Foi uma correria para tudo quando era lado. Na correria, Leonor pensou: se a gente se jogar no chão, eles (policiais) só irão nos matar se quiserem nos executar, porque ninguém atira pro chão. Assim, ela se jogou no chão e puxou as 3 outras moradoras da ocupação junto com ela e uma caiu em cima da outra, como ela me narrou. No meio do tiroteio e deitada no chão com as outras três mulheres, Leonor me enviou um áudio de whatsapp, através do qual eu pude ouvir os sons dos tiros e a explosão de uma granada. Lidiane, sua jovem vizinha de 25 anos, entrou em um surto e não parava de gritar para não matarem sua filha e repetia que ela e sua filha eram muito novas para morrer. A filha de Lidiane era uma pequena criança de 8 meses de idade. Ela estava sendo trazida pelo pai e a mãe a esperava na barraca dos doces junto com outras mulheres quando começou o tiroteio. Leonor me contou que pensou: é melhor eu não ficar tão nervosa e acalmar essa garota senão ela vai enfartar. Assim, ela pegou na mão de Lidiane, a abraçou e repetia insistentemente que o pai da criança tinha visto a movimentação e tinha voltado com a filha, que era para ela ficar calma que a filha estaria bem e finalizou com a preocupação em saírem vivas dali.

Quando Leonor finalmente conseguiu chegar em casa, ela me enviou uma sequência de áudios de whatsapp contando o que havia acontecido. Neles, ela dizia que quando o caveirão entrou na rua da ocupação, os garotos que trabalhavam nas bocas de fumo começaram a jogar granadas contra o carro blindado. Ela me disse ter ficado surpresa com a atitude dessa molecada e me disse a seguinte frase:

Esses meninos não têm medo, minha filha. A gente ficou lá apavorada, era uma coisa estranha que eu nem sei explicar. Os meninos jogavam a granada e ficavam gritando: “aí, seus cuzão!” e “vem merda, vem!” e saiam correndo, se escondiam.

Leonor me disse que precisou ir correndo à UPA próxima a sua casa tomar insulina pois sua diabetes subiu depois de tanta adrenalina. Ela finalizou os áudios dizendo que a Central do Brasil estava uma praça de guerra e que ela estava nervosa pois seu filho não tinha voltado para casa e ele não respondia as mensagens que ela enviava para seu telefone. Às 4 horas da manhã Vitor chegou em casa e Leonor dormiu.

Ao acordar no dia seguinte, já atrasada para levar sua mãe ao médico, ela abriu a torneira da pia e a ocupação estava sem água. Embora essa noite sua mãe não tivesse tirado a fralda geriátrica, a urina com pus e sangue fedia muito e ela precisaria dar um banho em sua mãe antes de levá-la ao médico. Leonor desceu correndo para buscar um galão de água no Casarão, esquentou a água e deu um banho de balde em sua mãe. Fazia algumas semanas que a água da caixa d'água estava contaminada. Conforme Leonor me contou, um dos moradores responsável por controlar a bomba de água esqueceu de ligá-la e a caixa d'água ficou vazia. Choveu neste dia e a bomba aspirante puxou a água da rua misturada ao esgoto para a cisterna que, por sua vez, chegou à caixa d'água. Em semanas normais de falta de água, Leonor buscaria água no Casarão ou no salão de cabelereiro de seu amigo. Mas ela estava com dores no corpo, com depressão e não tinha forças para subir 6 lances de escadas com galões de 5 litros de água nas mãos. Assim, Leonor estava comprando água mineral, mas os galões eram caros e suas condições financeiras só permitiam comprar água para cozinhar e beber. Para o banho, ela usava a água da caixa d'água que estava contaminada. Contudo, no dia de levar sua mãe ao urologista, a caixa d'água estava mais uma vez sem água.

Por mensagens de whatsapp eu perguntei a Leonor se ela não teria como esperar o dia seguinte para leva sua mãe ao médico. Contudo, o dia seguinte era um sábado e não teria atendimento de um urologista e ela não poderia esperar até segunda-feira para levar sua mãe, visto que ela sentia muitas dores. Depois de me mandar essas mensagens, e de dar banho de balde em sua mãe, Leonor preparou o café para as duas e, quando elas estavam prontas para ir ao pronto socorro, Vitor desceu os seis lances de escadas com a avó no colo e Leonor empurrou

Dona Geraldina na cadeira de rodas até o Hospital Municipal Souza Aguiar para a consulta médica. No dia 2 de junho de 2017, mesmo atrasada e depois de uma noite sem dormir, Leonor levou sua mãe ao urologista e ela foi internada no mesmo dia.

2.3.2.2 O quarto, o cheiro e as piadas

Dona Geraldina foi internada no Hospital Municipal Souza Aguiar. O quarto tinha camas para três pacientes. Uma estava vazia no primeiro dia, na segunda estava Dona Geraldina e na terceira cama estava uma paciente com câncer na bexiga em estado terminal. Parte da bexiga da paciente estava exposta junto com uma bolsa de pus do tamanho de uma manga, aproximadamente. Segundo Leonor, o cheiro que ficava no quarto era insuportável, uma carniça que dava ânsia de vômito e as impediam, inclusive, de comer. Dona Geraldina tinha vomitado duas vezes enquanto comia, ou se recusava a comer e sua diabetes abaixava. Nessas condições, Leonor decidiu tirar sua mãe do quarto e levá-la até o corredor para alimentá-la a cada refeição. Sabe podre, completamente podre? Era a frase dita por Leonor na tentativa de descrever para mim o cheiro que ela sentia no quarto. Segundo Leonor, o pus e a urina da mulher doente não paravam de vazar para o chão do quarto e o cheiro impregnava o ambiente. A pior parte era sair do quarto e retornar, pois o cheiro parecia mais forte do que nunca, era horrível. Leonor fotografou a bexiga exposta e a bola de pus, me enviou e preservou o rosto da paciente.

Aline havia sido internada neste mesmo quarto onde estavam Leonor e sua mãe, mas fez um escândalo por conta do cheiro e a transferiram para o quarto ao lado. Contudo, ela ficou amiga de Leonor e foi até o quarto conversar com ela, mas era a hora de trocar o curativo da senhora com câncer na bexiga. O quarto estava sem porta, por isso, as enfermeiras trouxeram um biombo para poderem higienizá-la. Assim que a enfermeira abriu o ferimento, Aline desmaiou ao sentir o cheiro. Me contou Leonor que precisou segurar Aline até conseguir encostá-la em uma cadeira e ela, então, pluft, caiu. A enfermeira pediu que Leonor fosse chamar outra enfermeira para socorrer Aline. Depois delas contarem o que havia acontecido, uma das enfermeiras afirmou que não tinha mais condições de ninguém ficar naquele quarto. As enfermeiras decidiram finalizar a higienização da paciente com câncer sem o biombo, para elas não morrerem ao inalar aquele cheiro.

Ai, Camila, aquele cheiro, aquele cheiro, aquele cheiro horrível, insistia Leonor ao telefone. Com alguns dias de Dona Geraldina internada no quarto com a podre, como Leonor passou a se referir à paciente, Aline, a amiga que desmaiou, lhe disse a seguinte frase:

Leonor, você está com o cheiro do quarto. Se você tomar condução, qualquer coisa, as pessoas não vão entender. Você sabe o que está acontecendo, mas as pessoas não. Vão pensar que você é uma mulher que não toma banho.

Desde que Dona Geraldina havia sido internada neste quarto, Leonor tinha colocado mais um banho em sua rotina de higiene diária e também na de sua mãe. Além disso, ela passou a se encher de hidratante e perfume, mas não adiantava. Ela começou a levar naftalina, desinfetante lysoform bruto entre outros produtos para limpar o quarto, mas nada tirava aquele cheiro. Ela, por fim, começou a lavar todas as roupas, travesseiros, cobertores de Dona Geraldina, mesmo os do hospital, para lavar em casa, na tentativa de tirar esse cheiro de murrinha das roupas.

Mas não era só o cheiro que incomodava Leonor. A enfermaria, que além de pequena era apertada e feia, a deixava agoniada pois ela sentia a dor dos filhos da mulher que estava morrendo. Me contou Leonor que era triste ver como a filha da paciente ainda acreditava na recuperação da mãe. Em sua concepção, a médica enganava a garota como a estava enganando, em referência ao diagnóstico de tumor no rim, como veremos abaixo. Neste momento da conversa, Leonor se auto definiu como uma antena parabólica que captura tudo o que tem perto dela. Ao ver e sentir o sofrimento dos filhos e também as dores da mulher enferma, Leonor chorou no período da manhã. Ela também tinha chorado quando uma paciente que estava na enfermaria ao lado recebeu a notícia de que sua mãe havia falecido. A menina gritava e chorava, me contou Leonor, e ela, no quarto ao lado, chorava junto.

Embora Leonor sentisse a dor dos filhos da senhora com câncer, ela também sentia uma coisa esquisita, pois as costas, as pernas e uma das costelas laterais dessa senhora estavam com escarras e algumas feridas estavam em carne viva. Deixar Dona Geraldina sem escarras era uma das lutas e orgulho de Leonor no cuidado de sua mãe. Assim, Leonor atribuía as feridas no corpo ao abandono dos filhos no cuidado com a mãe doente. Apesar deles estarem presentes no hospital, eles não colocavam as mãos na mãe nem para servir comida, trocá-la, nada, o que podemos entender como o sofrimento dos filhos pela condição da mãe e o cuidado dedicado a ela não são sinônimos.

Quando Leonor e sua mãe chegaram ao hospital, segundo ela me contou, a senhora doente ainda comia, mas os filhos não a alimentavam e exigiam que as enfermeiras fizessem o trabalho. Na prática, o que acontecia, é que às vezes essa senhora ficava sem comer. A namorada de um dos filhos da senhora doente tinha contratado uma cuidadora de idosos para o período noturno, de quem Leonor ficou amiga rapidamente. Da cuidadora os filhos cobravam outros cuidados como o das escarras. Na concepção de Leonor, a família toda era metida e eles

muitas vezes humilhavam as enfermeiras, o que a fez classificar os filhos da mulher doente como sem humildade. Em sua concepção, ela sim poderia exigir das enfermeiras, pois ela estava o tempo todo presente e cuidava de sua mãe, mas os filhos da mulher doente não. Com suas palavras: eu posso chegar lá, dar show, gritar, agora, eles não podem porque eles nunca estão lá. Eles “nunca estarem lá” não significa que eles estivessem ausentes ou que não visitassem a mãe, o que Leonor me dizia era que eles não cuidavam da mãe. Conforme a mulher doente piorava, a concepção de Leonor sobre os filhos dela mudava, sobretudo quando foi ficando cada vez mais concreta a sua morte.

Lembremos que quando Dona Geraldina foi internada havia três camas no quarto e uma delas estava vazia. No dia seguinte à internação de Dona Geraldina, uma jovem paciente, uma menina, foi internada. Diana chegou sozinha e, por isso, Leonor decidiu ajudá-la no que ela precisasse. Logo no primeiro dia, Diana e Leonor ficaram amigas e andavam juntas pra lá e pra cá. Em uma das noites em que Cleber chegou para substituir Leonor, a menina lhe disse: "ah, eu vou sentir falta sua" e Leonor respondeu que estaria de volta na manhã seguinte. Mas logo ela se arrumou com outro paciente. Conforme me narrou Leonor, Diana e seu novo namorado começaram a jogar baralho dentro do quarto durante a madrugada, conversando, rindo, além de namorem com beijo na boca e com tudo mais. Sem poder dormir por conta dos jogos, risos e dos namoros dos pacientes, Leonor me disse que aquele quarto estava um inferno de todas as formas.

Em um dos dias de internação de Diana, seu marido veio visitá-la no hospital. Quando o rapaz chegou, Leonor pensou: chegou o chifrudinho. Me contou Leonor que ficou observando os dois e que ele chamou Diana para fora do quarto de forma agressiva. Pela atitude do rapaz, Leonor intuiu que ele batia em Diana e fez essa pergunta a ela, mas ela negou e afirmou que ele era nervoso assim mesmo. O casal tinha um filho de 7 meses, um menino, e Diana chorava de saudades da criança. Leonor não aguentava ver a menina chorando e a consolava. Para lhe fazer um agrado, Leonor desceu até a portaria do hospital e lhe comprou um bombom.

Em uma das raras noites em que Leonor foi dormir em sua casa, Diana se aproximou da filha da mulher que estava morrendo e, no dia seguinte, elas começaram a jogar piada para Leonor. Jogar piada, como ela me explicou, é fazer fofoca, falar indiretas, e Leonor odiava isso. Como ela me falou: eu sou muito mulher para falar as coisas na cara dos outros e não ficar jogando piada pelas costas. Leonor tinha ido à ouvidoria do hospital e estava brigando com as assistentes sociais, com as enfermeiras e com os médicos para trocarem sua mãe de quarto, falarei da transferência abaixo. Por isso, a filha da mulher doente e Diana começaram a falar que Leonor era metida, pois ela não queria ficar no quarto por causa do cheiro. De acordo com

Leonor, elas jogaram piada sobre os produtos de limpeza que ela levava ao hospital. As duas jovens também envenenaram as enfermeiras, que tinham passado a odiá-la. Uma das piadas que a filha da mulher doente e Diana jogou em Leonor foi: “Todo mundo vai ficar podre, está pensando que não vai pagar?”, dito em tom alto no quarto, mas Leonor entendeu que era para ela.

Enquanto havia esse jogo de piadas no quarto, os funcionários da Comlurb tinham ido limpar os baldes e as comadres que estavam no banheiro do quarto. Havia três baldes que eram utilizados para retirar urina dos pacientes e duas comadres para as fezes. Leonor pediu que os funcionários da Comlurb tirassem, lavassem e esterilizassem os baldes e as comadres, pois o procedimento das enfermeiras era o de levar os baldes ou as comadres até o banheiro, jogar a urina ou as fezes no vaso, dar a descarga, mas elas não lavavam os baldes, o que deixava o cheiro do banheiro uma coisa horrível, pior ainda. Com uma paciente com câncer na bexiga e pus, outra com tumor nos rins, além de pus e sangue na urina, não é difícil imaginar que seria urgente a esterilização dos baldes e da comadre. O funcionário da Comlurb respondeu que aquela não era a função dele e que era a função das enfermeiras. Leonor foi falar com o enfermeiro responsável e este afirmava que quem tinha que fazer a limpeza eram os funcionários da Comlurb. Essa atitude de Leonor fez com que as jovens amigas jogassem mais piada para Leonor, incluindo agora os enfermeiros que também davam suas indiretas. Apenas para informar o leitor, no banheiro do quarto também havia um vazamento de esgoto. Desde o primeiro dia de internação de sua mãe, Leonor foi até a ouvidoria do hospital reclamar da situação e ameaçou ir até a Defensoria Pública do Estado. De tanto ela reclamar, segundo Leonor me contou, havia começado a obra para consertar o vazamento de esgoto. Com o final das obras, o vazamento cessou, mas ficou um buraco no chão e Leonor me disse ter receio de entrar um rato.

“Você quer um lugar limpinho? Vai para o Copa D'or, vai pagar. Está pensando que não vai apodrecer também?”. Leonor me contou que já estava de saco cheio e neste momento decidiu responder: “eu sei que vou apodrecer, e daí? O que me impede de querer estar em um quarto limpo?”. A filha da mulher doente, que pode ter se sentido ofendida pelas atitudes de Leonor, teria dito em voz alta e não diretamente a ela, ou seja, sem olhar em seus olhos, que o Souza Aguiar era de graça. Como Leonor também entendeu que essa frase foi direcionada a ela, ela respondeu em voz alta e, segundo ela me contou:

Olhando bem pra cara daquela garota eu falei: “você compra um sabonete, você paga imposto. Tudo o que você compra, você paga imposto. Isso aqui é da Prefeitura. É a prefeitura quem paga os funcionários e compra tudo isso que está aqui com o nosso

dinheiro. Isso aqui é da Prefeitura, mas na verdade quem paga é o povo, então nós pagamos tudo isso aqui”.

“Eu não pago”, disse a filha da mulher doente e, olhando na direção do marido da Diana que estava no quarto, perguntou: “você paga?”. Ele, “eu não, eu não pago imposto”. Em seguida, a filha da mulher doente continuava jogando piadas: “está pensando o que? A doença ninguém pede, ninguém pediu para ficar doente e todo mundo vai ficar podre, todo mundo vai feder”. Sem alianças no interior do quarto, Leonor preferiu não responder mais.

Introduzido na conversa, o marido de Diana entrou no jogo das piadas. Leonor tinha percebido que ele era bandido. Sem olhar diretamente para Leonor, ele começou a falar que havia lugares que fediam mais do que aquele quarto. Em tom jocoso, ele perguntou para as garotas se elas já tinham visto um micro-ondas no morro. De acordo com o que Leonor me contou, ele começou a demonstrar no quarto e explicar como eles empilhavam seis pneus, colocavam a pessoa dentro, jogavam gasolina e ateavam fogo. O marido de Diana falava que esse era o momento em que fedia, quando a pessoa começava a queimar. Encenando, ele falava que o fogo começava pelos braços, depois pegava no corpo e na barriga. Quando chegava nas tripas, elas estouravam e voava merda para tudo quanto era lado e finalizou com esse é o momento que mais fede. Diana, seu marido e a filha da mulher doente riram. Leonor se sentiu ameaçada, mas sem entender porque, por isso decidiu encarar o rapaz, olhando bem de frente pra eles. Aqui, fiquei pensando nas palavras de Veena Das (2011b), quando ela afirma que os critérios para determinar o que é engraçado e o que é ultrajante não ocorre a partir de fatos universais, mas são ancoradas em ações e experiências concretas.

Leonor deixou o quarto, foi falar com Aline e contou o que havia acontecido. Segundo ela me contou, Aline lhe respondeu dizendo que se o morro souber que ele está fazendo isso, vão botar é ele no micro-ondas. Aline explicou a Leonor que quando alguém ameaça o outro de colocar no micro-ondas, é porque esse alguém foi X9, ou seja, fez alguma traição dentro do tráfico de drogas. Mas que traição teria feito Leonor se o que ela queria era tirar a mãe daquela carniça, ela se perguntava. Com as palavras de Aline, Leonor foi ligando os pontos e entendeu que todos eles eram da mesma facção. Aline era moradora do Morro do Dendê, Ilha do Governador, Terceiro Comando. Diana e seu marido moravam no Caju, mas antes viviam no Catumbi, ambos os bairros controlados também pelo Terceiro Comando. Leonor era da Central do Brasil, região controlada pelo Comando Vermelho. Ao ligar os pontos, ela entendeu que estava sendo intimidada por causa de facção.

Quando Leonor voltou para o quarto, o marido de Diana já havia ido embora e ela foi falar com a menina:

“Eu não sou bandida, mas eu entendi muito bem o que o seu marido falou. É esse negócio de facção, não é? Porque eu moro na Central e vocês moram no Caju. Eu me senti ameaçada”.

Leonor contou para Diana sua conversa com Aline e disse que ela poderia falar no Morro o que ele estava fazendo no hospital. Diana negou que estivesse ameaçando Leonor, mas ligou para seu marido e pediu que ele desse um tempo do hospital. A outra estratégia adotada por Leonor foi contar a história do pneu para cuidadora da mulher doente que havia ficado sua amiga, pois ela sabia que a cuidadora falaria para a filha da mulher que ela se sentiu ameaçada e que mais pessoas sabiam o que estava acontecendo. Como Leonor me contou, os bandidos que ficam internados no Souza Aguiar são majoritariamente do Comando Vermelho e grande parte dos enfermeiros fecham (ou são obrigados a fechar) com o Comando, o que lhe dava alguma segurança.

Para terminar sua narrativa, Leonor me disse:

Camila, eu estou péssima com essa história do pneu: aí você imagina se eu estou saindo dessa porra desse hospital e eles vêm e me jogam num carro e me levam para me queimar dentro de pneu. Eu, que tenho pavor de fogo.

Diana pediu para Leonor não ficar com raiva dela e Leonor respondeu dizendo eu ela não estava com raiva, mas não queria mais ouvir nenhum jogo de piadas direcionado a ela. O marido de Diana voltou a visitá-la apenas quando Leonor mudou de quarto.

No quarto, Leonor não tinha cama para dormir. Em um primeiro momento, ela havia levado um colchonete e dormia no chão, ao lado da cama de sua mãe, mas era comum Dona Geraldina levantar rapidamente e pisar em Leonor. Nos dias seguintes ela conseguiu uma cadeira no hospital, mas ela quase não reclinava. Para ficar um pouco mais confortável, Leonor colocava o colchonete sobre a cadeira, ficava meio sentada, meio deitada e tentava descansar, porque em hospital não se dorme, é impossível dormir. O quarto não tinha televisão para passar o tempo. Além disso, Leonor me dizia passar bastante aborrecimento porque ela enfrentava 3 plantões de enfermeiros, controlava os remédios que davam para sua mãe, brigava com eles para a ajudarem a levar sua mãe ao banheiro, já que Dona Geraldina se recusava a defecar na fralda geriátrica e com o tempo ela passou a levar sua mãe sozinha, pois os enfermeiros se recusavam a tirá-la da cama todas as vezes que ela pedia. Com as palavras de Leonor: todos os dias eu amanheço com a diabetes alterada por causa desse maldito hospital.

Antes de desligar o telefone, Leonor me contou sua a última briga com um dos enfermeiros. Uma de suas éticas diárias era descer com sua mãe da cama e levá-la ao banheiro para que ela pudesse defecar. Com a recusa de Dona Geraldina em defecar na fralda geriátrica, ela havia ficado dois dias sem fazer cocô. Segundo Leonor, ela só faz cocô na fralda se ela

estiver passando muito mal. A médica tinha autorizado que Leonor levasse sua mãe ao banheiro sempre que ela quisesse. O enfermeiro a repreendia e dizia para Leonor acostumar sua mãe a defecar na fralda, mas Leonor não queria e insistia que ela não faria cocô e que isso trataria mais problemas para elas. Vou reproduzir o diálogo entre o enfermeiro e Leonor, como ela me contou:

Enfermeiro: Não, não tem problema não, se ela ficar uma semana sem fazer cocô, você fala para o médico, ele vem enfia o cano, faz uma lavagem e sai tudo.

Leonor: Vocês enfiam o cano no rabo da sua mãe?

Enfermeiro: (De cabeça baixa e sem dirigir o olhar para Leonor) É, se precisasse sim.

Leonor: Ah tá, porque eu não quero que minha mãe passe por isso se eu posso levantar ela.

Enfermeiro: Ah, mas vocês vão cair, vão bater a cabeça, as duas. Olha que tem caso no hospital que eu estou cansado de ver, heim.

Leonor não entendeu as palavras do enfermeiro como um alerta, mas sim como uma goração, ou seja, como se ele estivesse torcendo para que ela não conseguisse levar a sua mãe ao banheiro ou mesmo estivesse desejando um acidente.

Eu me despedi de Leonor ao telefone. Nesse dia ela iria dormir no hospital. Antes de desligarmos, ela me disse que o filho da mulher doente tinha matado uma mosca varejeira que voava pelo quarto. Em um dos momentos que ela fez força ao carregar sua mãe, a ferida em seu rosto relativa ao câncer de pele começou a sangrar. Para finalizar, ela me disse que só queria que aquela fosse uma noite tranquila. No quinto andar do hospital tinha muitos policiais transitando nos corredores. Havia tido um tiroteio no dia anterior na região do Morro da Providência e um dos gerentes do tráfico estava internado. Leonor me falou: eu só quero descansar e tentar dormir, eu só espero que nenhum filho da puta jogue uma bomba ou granada aqui perto, ou que não tenha tiroteio. Neste momento, Leonor se referia ao mesmo tempo à experiência que ela viveu com o resgate do Fat Family exatos um ano atrás no mesmo hospital e a todas as noites em que ela não conseguia dormir em sua casa devido aos tiroteios, granadas e gritos de pessoas torturadas.

Quais são os poderes e as linhas de forças que estão atravessando a vida das pessoas? Que tipos de regimes discursivos são colocados em prática quando se faz uma ameaça? Através dos problemas apresentados por Leonor, vemos que as questões que atravessam o cotidiano não são nada abstratas, mas estão alinhados com as possibilidades presentes na vida concreta. Dos problemas relacionados ao cheiro do quarto, passando pelos jogos de piadas, nós podemos ver como a capacidade em afetar ou prejudicar os outros está inscrita nos pequenos gestos e se expressa de maneira absolutamente cotidiana.

2.3.2.3 O diagnóstico e os remédios

Leonor sentia que a médica a estava enrolando e não falava a verdade sobre a doença de sua mãe. Sempre que ela perguntava o que sua mãe tinha, a doutora respondia com: nós não sabemos exatamente, temos que estudar. Na conversa que Leonor levava com a médica, ela a informou que fazia um mês que Dona Geraldina tinha tido uma forte pneumonia. A médica, então, recomendou um Raio-X de pulmão. Quando o maqueiro desceu com Dona Geraldina para fazer o exame, Leonor, que os acompanhava, aproveitou que o maqueiro deu mole, pegou o prontuário médico, olhou ele todo e fotografou as informações que ela achava importante. As informações que ela achava boba, Leonor não fotografou, pois não daria tempo de fazê-lo sem o maqueiro perceber. Ela me enviou essas fotografias. No prontuário ficou claro que ela tinha um tumor urotelial e que, no corpo de Dona Geraldina, se localizava em um dos rins. Leonor logo deduziu que o que sua mãe tinha era câncer.

O fato é que, depois de ler o prontuário, Leonor passou a rever todo o medicamento caseiro e alopático que sua mãe tinha ingerido para tratar as infecções urinárias, a questionar as consultas médicas, a precisões dos diagnósticos e, neste momento, ela passou a duvidar ainda mais do saber médico e da eficácia das instituições de saúde. A partir das reflexões de Leonor, a minha leitura foi que essas falhas dos exames e diagnósticos incidiam como mais uma marca da precariedade institucional no corpo de Dona Geraldina, confluía para as desconfianças de Leonor em relação às instituições de saúde e aprofundou as desconfianças entre o acreditar ou não no que dizem os médicos. Quando Leonor leu no prontuário a palavra tumor, ela entendeu porque fazia mais de um ano que sua mãe não sarava da infecção urinária. Ela também começou a inquirir o diagnóstico de cálculo renal que sua mãe recebeu há quatro anos e que foi ano a ano reafirmado. Em seu raciocínio, fazia muito tempo que Dona Geraldina estava com câncer em um dos rins, por isso ela nunca sarava totalmente.

Após ler o prontuário, Leonor foi questionar a médica que confirmou que sua mãe tinha uma massa nos rins, mas essa massa ainda precisaria ser estudada. Enquanto no prontuário estava escrito que Dona Geraldina tinha um tumor urotelial, a médica afirmava para Leonor que não dava para saber se era um tumor maligno ou benigno e tentava acalmá-la dizendo que elas deveriam ficar tranquilas até o resultado ficar pronto. Segundo Leonor me contou, assim que a médica terminou de falar, ela sentou e desmontou completamente, me disse que mal conseguiu dormir durante a noite e que amanheceu chorando. Como Leonor não se sentia muito bem, ela própria mediu sua diabetes e ela estava alta de tanto nervoso.

Passado o choro, Leonor decidiu que teria que acertar seus passos, acalmar o coração e se preparar para o melhor, não para o pior. Me contou Leonor que ela se preparava psicologicamente para que quando Dona Geraldina voltasse para casa elas retomariam o tratamento danado que ela havia feito para curar o câncer de boca de sua mãe. Durante os quatro anos em que o diagnóstico de Dona Geraldina foi cálculo renal, Leonor escolhia certos vegetais, frutas e chás para dissolver as pedras nos rins. Mas, como agora ela sabia que o que sua mãe tinha era um tumor, ela voltaria com a graviola (que, como aparecia no caderno de 2014, funciona como uma quimioterapia para o câncer), com o avelós e com a fruta que ela acabara de conhecer, o noni.

Durante essa conversa, Leonor me disse uma frase na qual podemos ver a associação direta entre as plantas e as drogas alopáticas, ambas funcionando como remédios. Quando Leonor me afirmou que iria retomar os tratamentos caseiros, incluindo a planta avelós, eu me lembrava que essa planta havia queimado a boca de Dona Geraldina durante o tratamento de câncer de boca em 2014. Contudo, quando eu fiz essa pergunta a Leonor, ela me respondeu afirmando que o que queimou a boca de sua mãe foi a radioterapia e não o avelós. Na sequência, eu perguntei por que ela tinha suspenso o avelós e ela me respondeu com uma pergunta: se sarou o câncer de boca, eu vou ficar dando o avelós para que? Medicação, se você está boa, por que você vai tomar? Para me explicar seu raciocínio, ela deu o seguinte exemplo: quando os enfermeiros traziam dipirona para sua mãe, a primeira coisa que ela fazia era perguntar para Dona Geraldina se ela estava sentindo dores. Se a resposta fosse positiva, então Leonor autorizava que os enfermeiros dessem a dipirona para sua mãe. Agora, se Dona Geraldina não estivesse sentido dores, ela não deixava darem o remédio de jeito nenhum, nem que ela precisasse brigar com os enfermeiros, pois como efeito do remédio, a pressão arterial de Dona Geraldina caía. Camila, pensa comigo, se você estiver com dor de cabeça, você toma um remédio, se passou, você vai continuar tomando? Eu concordei com ela nessa conversa.

Eu não conhecia a fruta noni a qual ela se referia e perguntei sobre ela. Noni é uma fruta fedorenta, horrível, horrorosa, dá nojo de ver, como Leonor me falou. Contudo, ela não via a hora de voltar para a casa e iniciar o tratamento de câncer de sua mãe com essa fruta. Embora o noni tivesse um cheiro que a fazia ter ânsia de vômito e para ingeri-la era necessário tampar o nariz, a fruta não tinha um gosto desagradável. Como Leonor me contou, ela estava tomando suco da fruta noni batido com outras frutas para tratar o seu próprio câncer de pele que ela acredita ter adquirido ao fazer testes de produtos para a indústria de cosméticos em seu rosto. Por isso, ela tinha a fruta congelada em sua casa. Leonor comprava o noni de um vendedor mineiro que, por vezes, aparecia na Central do Brasil. Como apenas ele vendia a fruta noni na

região, outras pessoas o procuravam para ter acesso à fruta. Quando Leonor ia à barraca do vendedor mineiro, ela sempre voltava com novas histórias que falavam da eficácia do noni no tratamento de câncer e outras doenças, como a vez em que o noni ajudou um homem a diminuir o tumor em sua próstata ou uma mulher que tinha voltado a andar e deixado a cadeira de rodas. A própria Leonor tinha deixado de fazer a biópsia de seu câncer de pele devido a resposta que o câncer dava ao tratamento feito com a fruta. No entanto, como ela estava passando dias no hospital e com muito nervoso, ela havia interrompido o tratamento e sua ferida tinha voltado a incomodar. A doença, aqui, aparece como mais complicada e a cura como menos miraculosa do que se esperava.

Os médicos iriam fazer a biópsia em Dona Geraldina. Eles perguntaram para Leonor se ela autorizaria que, na hora da biópsia, eles já fizessem a cirurgia de retirada do rim doente. Leonor perguntou sobre os riscos que sua mãe correria e os médicos confirmaram que ela correria risco de vida. Leonor não sabia o que decidir: se deixar, o bicho engole, se tirar, sabe Deus o que acontece. Então, eu não sei. Por fim, ela acabou não autorizando a cirurgia e queria que antes fosse feita a biópsia para confirmar se o que ela tinha nos rins era, de fato, câncer.

2.3.2.4 A transferência II: suíte presidencial

Leonor estava há 10 dias tentando transferir a sua mãe de quarto. Quem a estava ajudando era Aline. Como eu falei acima, Aline havia sido internada no mesmo quarto onde estava Dona Geraldina, mas ela conseguiu uma transferência no dia seguinte à sua internação, alegando que não era possível ficar no quarto por conta do cheiro da mulher com câncer na bexiga. Aline aconselhava Leonor a fazer um escândalo imenso para mudarem a sua mãe de quarto e, como ela tinha feito, ela orientava Leonor a procurar o regulamento do hospital e utilizar a insalubridade do quarto como argumento. Assim, Aline passou o caminho das pedras para Leonor e ela seguiu os passos de Aline. Na ouvidoria do hospital e no serviço social, Leonor fez um escândalo e ainda acrescentou: “ela porque gritou, fez escândalo, porque é novinha, vocês tiraram? Minha mãe tem que morrer? Vocês querem que minha mãe pegue bactéria lá?”. É interessante ver as formas como se usam as leis e os discursos relativos aos direitos para percebermos como eles estão enredados e embebidos na vida social.

Leonor conseguiu a transferência de sua mãe, veremos como. Ela havia ficado com Aline no corredor do hospital, na lanchonete, andando pelos corredores, subindo e descendo as escadas até 3h da madrugada quando finalmente seu sono era muito forte e ela foi para o quarto dormir. Às 5.40h da manhã, a enfermeira foi esvaziar a sonda da mulher que estava com câncer

na bexiga. Leonor acordou com o barulho, com a luz e com aquele cheiro. Ela me contou que levantou que nem um furacão, foi para fora do quarto e não dormiu mais. Ela se sentia esgotada e estava decidida a tirar sua mãe da carniça a qualquer custo. Nos falávamos ao telefone por volta da meia noite desse dia, ela estava eufórica pois havia conseguido a mudança de quarto de sua mãe, porque Cleber a havia substituído no hospital, porque ela estava em casa e poderia dormir, mas ela torcia para que não tivesse tiros de fuzil, pois o barulho dos tiros a acordava.

Leonor soube pelas outras pacientes que uma senhora receberia alta e haveria uma vaga em uma cama em outro quarto. Era a oportunidade de Leonor transferir a sua mãe e, como ela me disse, ela não iria perder. Entretanto, era final de semana e o caminho comum que seria ir até a ouvidoria do hospital não funcionaria, pois a ouvidoria estava fechada. Leonor, então, procurou a médica que ficava na emergência do hospital e levou sua mãe na cadeira de rodas até ela. A médica esculachou Leonor dizendo que sua mãe poderia pegar uma infecção. Inconformada, Leonor respondeu à médica que era no quarto onde sua mãe pegaria infecção, pois tinha uma mulher em decomposição, baldes e comadres sem esterilização, moccas varejeiras. A médica insistiu no argumento de que ela não poderia ir até a entrada do hospital com sua mãe pois tem muita bactéria e todo dia entra bandido e é arriscado. Leonor respondia que ela podia sim tirar a sua mãe do quarto: doutora, e o quarto não tem bactéria não, né? O quarto está perfeito? Pelo amor de Deus, olha só, minha mãe tem 84 anos, olha aqui para ela. Ao ver a reação da médica, Leonor ameaçou invadir o quarto que ficaria vazio caso ela não autorizasse a transferência. A médica autorizou.

Mesmo com autorização da média, a enfermeira chefe também tinha que autorizar a transferência. Mas as enfermeiras que trabalhavam na enfermaria para onde Leonor queria ir a odiavam e Leonor as odiava também. Como Leonor me contou, elas haviam brigado muito durante a internação de sua mãe relativa a fratura do fêmur no ano anterior, por isso elas estavam de penimba com Leonor e queriam boicotar a transferência de Dona Geraldina. As enfermeiras de um plantão específico que trabalhavam no quarto onde Dona Geraldina estava, também estavam dificultando sua transferência, pra ela aprender a ser menos metida e mais humilde, como Leonor havia escutado. É interessante como as relações, mesmo no interior das instituições de saúde não são neutras, tem histórias, tem sua duração, especialmente quando a ida e vinda de hospitais passam a ser rotina.

Na hora em que ela tentava a transferência de quarto, era o plantão que a odiava que estava trabalhando. As enfermeiras já tinham se recusado a ajudar Leonor a levar Dona Geraldina ao banheiro naquele dia e Leonor tinha aprendido a tirar e a colocar a mãe na cama, mesmo que ela se arrepentasse sozinha para isso. Eu vinha falando para Leonor tomar cuidado,

pois ela já estava doente, com problemas de circulação, diabetes, bexiga caída, câncer de pele e glaucoma (doenças que eu lembrava). Para justificar meu argumento, eu lhe enviei por mensagem de whatsapp uma reportagem que falava sobre o adoecimento dos cuidadores de idosos doentes. Essa reportagem dizia, e eu enfatizei para Leonor, que muitos cuidadores têm morrido cerca de 3 anos antes dos próprios doentes, por isso, eu disse que ela tinha que se preservar e não se machucar mais. Ela me respondeu:

Não tem como, Camila. Eu não tenho mais coluna, não tenho mais costela, não tenho mais vida, não tenho mais fôlego, não tenho mais direitos, não tenho mais nada.

Me contou Leonor que outras pacientes foram solidárias a ela, começaram a tumultuar o corredor e a apoiavam na estratégia de invadir o quarto que teria uma cama vaga. Leonor ficou vigiando este quarto, aguardando a saída da paciente que havia recebido alta. Ansiosa, ela levou sua mãe novamente na entrada do hospital e a médica mandou que ela subisse de volta, que não adiantaria ela trazer sua mãe, que ninguém ficaria mais ou menos emocionada por isso. Leonor entendeu o recado, voltou para o quarto e começou a arrumar as coisas de sua mãe com a ajuda de Aline e outras pacientes, com o objetivo de invadir o quarto assim que a paciente saísse. Leonor explicava para as outras pacientes do corredor que ela era humana, que se precisasse, ela colocaria a mão e limparia a ferida, ajudaria a fazer curativo, mas ela não deixaria a sua mãe mais um dia sequer naquele quarto. As outras pacientes aconselhavam Leonor a ter calma.

Leonor ia insistentemente no quarto verificar se a paciente já havia saído do quarto, mas ela não ia embora para casa. Me contou Leonor que ela não se aguentava, que andava pra lá e para cá, ficava sassaricando de um lado ao outro no corredor, com um olho no quarto da sua mãe e outro no quarto da mulher que havia recebido alta. Em uma dessas caminhadas, Leonor perguntou à senhora, porque ela demorava a ir embora se ela havia recebido alta? E, com calma, ela respondeu que estava esperando o Uber. Me disse Leonor que se ela tivesse dinheiro, ela mesma pagaria o Uber para aliviar o seu desespero.

Enfim, por bom senso, a enfermeira chefe autorizou a transferência de Dona Geraldina para o novo quarto. Um médico gostosão foi conversar com Leonor e disse que gostaria de fazer algumas perguntas a Leonor antes de finalizar a transferência. A primeira pergunta feita pelo médico foi: por que você quer tirar a sua mãe de lá? Leonor respondeu que sua mãe não conseguia comer por causa do cheiro, que ela tinha 84 anos, não enxergava, não andava sozinha e ficava passando mal dentro do quarto. A segunda pergunta feita pelo médico foi: a senhora

também não gosta do cheiro? e ela respondeu, claro que eu não gosto do cheiro, eu também estou ficando doente naquele quarto.

De repente, o médico fez uma pergunta que surpreendeu Leonor: qual é a sua religião? Como Leonor me contou, ela estranhou a pergunta, ficou olhando para ele e tentando descobrir porque este homem está querendo saber qual é a minha religião? Depois de muito pensar, Leonor decidiu falar a religião que lhe daria menos problema: sou católica. O médico lhe respondeu com uma quarta pergunta: a senhora tem preconceito? E Leonor respondeu que não tinha preconceito, embora sua vontade fosse falar que odeia crentes, mas ela decidiu não falar nada para não criar mais problemas. O médico prosseguiu:

A enfermaria que a senhora vai tem uma paciente do candomblé, ela fez um altar no quarto e eu não quero brigas por causa de preconceito. Se a senhora pedir para trocar a sua mãe de enfermaria, eu vou dar alta para ela.

Me contou Leonor que não conseguia parar de segurar o riso e chegou até a chorar de rir. Nós duas gargalhávamos ao telefone com essa história. Leonor respondeu ao médico que o seu problema era aquele quarto, que na internação anterior de sua mãe ela ficou 28 dias sem mudar de enfermaria, mesmo ficando ao lado da enfermaria onde eles internam os bandidos.

Dona Geraldina finalmente foi transferida. Com as palavras de Leonor, quando eu entrei naquele quarto, parecia que eu tinha entrado no lugar mais lindo do mundo. Eu arrumei tão rápido as minhas coisas que você não tem nem noção. Aline a ajudou a carregar as bolsas, cobertores e roupas de Dona Geraldina de um quarto para o outro, pois ela queria ajudar a vizinha. É um quarto bonitinho, cheiroso, com banheiro, grande, arejado, tem 4 camas, tem televisão. De verdade, só de não feder... No primeiro dia no novo quarto Dona Geraldina voltou a comer melhor: comeu banana, comeu a janta, tomou o suco, comeu a papinha de frutas, comeu tudo.

Uma parte das enfermeiras eram crentes e não gostavam da mulher do candomblé. Ela estava internada há 3 meses aguardando uma cirurgia, por isso, me contou Leonor, ela se dizia a mais velha do quarto, não em relação à idade, mas ao tempo de internação. Por isso, Leonor logo a classificou como chata, mas me disse que não criaria nenhum problema, pois era muito melhor uma chata do candomblé do que um cara que queria me colocar num pneu. De fato, no quarto tinha um pequeno altar que Márcia construiu para lembrar de casa. Era um altar para Oxum, com uma boneca e com flores, mas isso não incomodava Leonor, ao contrário, a agradava. Leonor decidiu não falar para essa senhora que ela gostava do candomblé, pois havia muito conflitos em torno das religiões e ela me disse querer se poupar. Aline começou a falar para Leonor que a mulher do candomblé era fofoqueira e que era para Leonor não dar confiança

a ela. Márcia tinha tido uma má experiência com Aline no hospital e alertava Leonor dizendo que ela era falsa. No primeiro dia de Leonor no quarto, Márcia chorou pois não aguentava mais ficar no hospital. Leonor a consolou dizendo que logo ela seria operada e iria para casa.

No final da tarde, Cleber mandou uma mensagem para o whatsapp de Leonor avisando que ele poderia dormir no hospital aquela noite e ela ficou feliz pois, além de ter conseguido mudar a sua mãe de quarto, ela iria dormir em casa. Leonor pediu que o irmão chegasse mais cedo ao hospital para ela passar as instruções e fazerem a troca de acompanhantes. Ela deixou um colchonete para ele colocar no chão, já que lá tinha bastante espaço, pois apenas Márcia e Dona Geraldina estavam internadas em um quarto para quatro pessoas. Leonor recomendou que Cleber amarrasse a mãe na cama, pois as grades da cama estavam quebradas e ela ensinou como fazer sem machucá-la. Quando chegou em casa, Leonor, com sua mania de brincar, mandou uma mensagem no whatsapp de Cleber: está gostando? Estreando a minha suíte presidencial?

O que significa esta doença neste corpo? Com esta colocação elaborada por Veena Das (2015a), que aqui eu transformei em pergunta, encerro minhas discussões sobre envelhecimento, adoecimento e cuidado. Através dessa pergunta, a autora indiana nos mostra como as narrativas de doenças são marcadas por uma perplexidade e pelas condições materiais em que os corpos se encontram. Eu quis levar a sério a provocação elaborada por Das para vermos as especificidades do que significa o mal de Alzheimer e outras doenças no corpo de Dona Geraldina e seus efeitos no corpo de Leonor, bem como a duração de certas doenças e as marcas produzidas ano após anos. O que eu tentei mostrar é como as doenças nestes corpos ganham maior densidade quando analisadas no interior da vida cotidiana e em relação às condições de moradia, às relações familiares e de gênero, ao acesso às instituições de saúde e suas condições estruturais, e também com domínio territorial feito por grupos masculinos armados, entre tantas outras linhas de força que atravessaram o cotidiano.

3 INFRAESTRUTURA E POLÍTICA COTIDIANA: ÁGUA, ELETRICIDADE, ESPERA E SUSPENÇÃO

Nesta terceira parte da tese, eu pretendo me debruçar de forma mais íntima e detalhada sobre os problemas que envolveram o cotidiano, as exceções ordinárias, as infraestruturas concretas e as micropolíticas que facilitaram ou dificultaram a vida cotidiana de Leonor na Ocupação Nelson Mandela. Se olharmos com atenção para os capítulos nos quais trabalhei a relação entre envelhecimento, adoecimento e cuidado, podemos ver como as possibilidades e os limites relacionados às infraestruturas foram fundamentais nas práticas relativas às dinâmicas do cuidado e na formação de éticas cotidianas em torno do cuidar. Seja na casa de Leonor – como a ausência de elevadores, interrupções no abastecimento de água, luzes que eram retiradas pelos agentes do tráfico, entre outras – ou nas instituições de saúde – como a ausência de cadeiras para acompanhantes, vazamentos de esgoto no banheiro de uma enfermaria ou as grades da cama hospitalar que estavam quebradas – os problemas relacionados à infraestrutura produziram efeitos concretos e nada banais em sua vida ordinária. As infraestruturas, nesse sentido, aparecem como experiências incorporadas à vida cotidiana e são fundamentais para entendermos as estratégias adotadas pelas pessoas nos processos de tornarem seus mundos habitáveis.

A vida cotidiana em uma ocupação popular está intimamente relacionada às infraestruturas, estejam elas em funcionamento, mas também quando apresentam falhas ou quando se quebra ou se queima algum objeto e há a necessidade de troca ou reparo. Para entendermos o que acontece quando uma tubulação de água é danificada e impede o abastecimento da caixa d'água, por exemplo, importa se o problema ocorreu na parte interna do prédio, o que coloca sobre os moradores a responsabilidade para a solução, ou se o dano está localizado na rua e, neste caso, é necessário acionar os agentes da Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE). Durante os anos em que eu pude acompanhar os moradores da Ocupação Nelson Mandela, houve uma grande reforma nas tubulações de água e esgoto na região da Central do Brasil, relacionadas à reforma urbana intitulada oficialmente “Porto Maravilha”, que na linguagem local recebia o termo irônico “Porto Armadilha”. Essas reformas na tubulação de água e esgoto produziram efeitos diretos na vida dos habitantes da ocupação, como demonstrarei no Capítulo 7. Também no período da pesquisa, houve o avanço no desmonte da CEDAE e a tentativa de privatização que, se ainda não produziu efeitos visíveis na região, urge serem acompanhadas para entendermos as consequências concretas das implementações dessas políticas neoliberais. Em relação ao fornecimento de água, eu acompanhei os cortes no

abastecimento sem aviso prévio e sem justificativa, as inúmeras vezes em que a bomba que levava a água da rua para a caixa d'água do prédio queimava, impedindo que a água chegasse às casas das pessoas, bem como os conflitos na tentativa de resolver estes problemas e os efeitos na vida concreta como buscar água em outras residências na região para fazer o almoço. Por fim, eu testemunhei as dificuldades de se coletar o dinheiro referente a 70 apartamentos para o pagamento da conta de água, bem como os roubos e as invasões dos apartamentos onde moravam os responsáveis por receber e juntar os quase 700 reais em dinheiro, além dos contornamentos e estratégias elaboradas por esses moradores para entocar o dinheiro da água para que ele não fosse encontrado.

Neste conjunto de problemas concretos relacionados à água que apresentei ao leitor, vemos como o acesso à água potável e sua distribuição é um ponto crítico que envolve micro e macropolíticas. Como colocam Appel, Anand e Gupta (2015), ao nos atentarmos para a formação, manutenção e demolição de estradas, tubulações de água ou de redes elétricas e seus efeitos no cotidiano, nós podemos perguntar como a infraestrutura ajuda a teorizar questões antropológicas fundamentais sobre afetos e conflitos; esperanças e imaginações; sobre modernidade, desenvolvimento e temporalidade; sobre a produção de estados e de mercados, do público e do privado e, aqui eu incluo, os atravessamentos e sobreposições dessas questões. Nesse sentido, para entendermos melhor quais são as linhas de força e os jogos de poder que estão atravessando e constituindo os emaranhados que fazem a vida urbana, inquietações elaboradas por Vera Telles (2010), é preciso prestar atenção também às infraestruturas quase invisíveis e ao enredamento de relações que as compõem. No meu caso específico, eu quero olhar, a partir do que aprendi com Leonor, como questões relacionadas à eletricidade, à água e a uma promessa de reforma do prédio lançada pelo Governo Federal, bem como sua suspensão, fizeram parte de sua vida ordinária e foram constitutivas de suas relações dentro e fora da ocupação.

Durante os anos em que visitei a Ocupação Nelson Mandela, eu observei a dificuldade dos moradores em administrar a coleta de lixo no interior do prédio, as práticas efetuadas por alguns moradores – e posteriormente agentes do tráfico de drogas – que se recusavam a descer as escadas carregando o próprio lixo e os jogavam da janela ou no vão onde um dia foi um elevador, bem como os mutirões de limpeza organizados por diferentes grupos de moradores para a retirada do lixo. Os problemas internos referentes à coleta de lixo não estão descolados da precariedade do recolhimento público do lixo na região, o que gerava frequentes alagamentos nas ruas durante os períodos chuvosos. Sem elevadores em um prédio de 13 andares, eu acompanhei algumas das estratégias elaboradas pelos moradores para subir as escadas

carregando compras de supermercado, galões de água quando o abastecimento era interrompido, ou mesmo quando o funcionário de uma loja de eletrodomésticos entregava um fogão ou uma geladeira e os transportava nos braços degrau por degrau até o apartamento do consumidor. Eu também pude observar os efeitos do débil encanamento de esgoto que fazia com que as pessoas ficassem em alerta e corresse para fechar rapidamente ralos, pias e privadas quando ouviam um ruído específico que indicava que o esgoto poderia voltar, ou ainda, a atenção constante ao aparecimento de ratos e baratas.

Foram inúmeros os problemas, e com eles as relações, relacionadas às infraestruturas que eu pude documentar durante o meu trabalho de campo na Ocupação Nelson Mandela. Além dos que descrevi acima, a instabilidade da rede que fornecia a energia elétrica e os frequentes curtos-circuitos muitas vezes resultava na queima de eletrodomésticos que os moradores haviam economizados meses para poderem comprar, outras vezes em princípio de incêndios. Como forma de exercer certo poder disciplinar sobre os moradores, eu ouvi histórias nas quais militantes cortavam a energia elétrica dos moradores que não participavam regularmente das reuniões e assembleias organizadas pelo grupo intitulado coletivo, como detalharei no Capítulo 6. Além dessas questões, funcionários da empresa de energia elétrica Light fizeram, no início da ocupação e antes da regularização da energia elétrica, uma dezena de vistorias surpresas na tentativa de flagrar os usos irregulares de energia elétrica e inviabilizar sua regularização, que resultou no desenvolvimento de diversos “ilegalismos”, dentre eles, as técnicas de instalação e desinstalação de chuveiros elétricos e outros eletrodomésticos.

Outro problema relacionado à infraestrutura que acompanhei e será discutido no Capítulo 8, foi a luta dos moradores em torno da reforma do prédio cujo financiamento havia sido aprovado pelo Ministério das Cidades do Governo Federal, com dinheiro proveniente do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS). Veremos, a partir das ações de Leonor que pude acompanhar, como a batalha por esta reforma se relacionou com a esperança de conseguir um apartamento na localidade ou a de expulsar os agentes do tráfico de drogas que tinham invadido a ocupação e com a impossibilidade de acionar a polícia militar para retirar os agente do tráfico, devido às tensas correlações entre eles, como trabalhei nos capítulos anteriores. Contudo, Leonor e outros moradores se depararam com mais problemas associados à reforma do prédio como as burocracias e os lentos tempos das instituições muitas vezes dissonantes dos tempos da vida cotidiana dos moradores, bem como a “ilegibilidade” do estado, suas leis e práticas (Das, 2004); os conflitos de interesses entre diferentes grupos de moradores e entre moradores e militantes de movimentos sociais; as transformações e volatilidades das políticas urbanas direcionadas à habitação popular e, ao final de 7 anos de luta, a suspensão do

projeto de reforma do prédio que – embora tenha sido uma surpresa e tenha provocando uma sensação momentânea de desespero nos moradores – como assinala Gupta (2015a), é a regra dos projetos de infraestrutura direcionados às populações pobres nos países localizados no “Sul Global”.

Como eu tenho feito em todos os capítulos da tese, vou apresentar as questões relacionadas à infraestrutura a partir do que Leonor me mostrou ser um problema para ela, pois, relembro aqui ao leitor, meu objetivo é apresentar alguns dos problemas que atravessam o cotidiano de uma pessoa que vive a vida em exceção ordinária. Nesta parte da tese, como nos outros capítulos, eu quero descrever como as infraestruturas também são constitutivas da precariedade cotidiana, dos jogos de poder e como produzem relações de vizinhança, familiares e políticas, além de estarem no centro das discussões quando ocorrem os encontros com os agentes das instituições estatais. Ainda que eu tenha me relacionado com outros moradores que trouxeram questões relacionadas à infraestrutura, eu escolhi manter Leonor no centro da minha etnografia para que consigamos visualizar os emaranhados e as linhas de força que fazem a sua vida cotidiana específica e atravessam seu corpo, mesmo que faça parte do dia a dia dos vários moradores da ocupação. Ao manter Leonor como protagonista da tese, os problemas relacionados ao gênero continuam sendo cruciais para pensarmos a vida ordinária, e não seria diferente quando o foco da discussão se dá em torno da infraestrutura.

Ainda que eu vá discutir o caso específico de Leonor, é fato que grande parte das mulheres moradoras da ocupação passava a maior parte do dia em casa, pois faziam da própria casa o lugar de trabalho. Por isso, elas viviam a precariedade cotidiana das instalações infraestruturais de forma singular. Majoritariamente trabalhadoras informais, suas casas eram os lugares onde elas costuravam roupas, faziam quentinhas/marmitas que os trabalhadores da região compravam em suas casas, cuidavam dos filhos e dos idosos seus e das pessoas que trabalhavam nas ruas da Central do Brasil, levavam seus clientes e parceiros sexuais para dentro dos apartamentos. Não é difícil imaginar que muitas vezes eram as mulheres quem lidavam com uma tubulação de água quebrada, com a queima da bomba da caixa d’água, com o corte da energia elétrica, com as vistorias surpresas de agentes do estado e, uma questão de suma importância, com os efeitos da invasão do tráfico de drogas que, como tenho mostrado em vários capítulos, afetou a vida ordinária de Leonor e, no caso específico, também incidiu concretamente sobre as infraestruturas⁴¹.

⁴¹ No Rio de Janeiro é lugar comum que grupos armados como milicianos controlem o abastecimento de gás, água potável, eletricidade, internet, transporte, ou seja, elementos fundamentais da vida urbana. Temos poucas pesquisas em áreas de milícia, pois, como sabemos, esses territórios são difíceis e certamente perigosos de

A partir das questões colocadas por minha interlocutora, eu fui buscar uma bibliografia que me auxiliasse a pensar os problemas infraestruturais combinando as condições de pobreza e precariedade, as questões macro e micropolíticas envolvidas e que colocassem no centro as relações sociais concretas. Nessa busca bibliográfica, eu encontrei o conjunto de ensaios organizados por Hannah Appel, Nikhil Anand e Akhil Gupta (2015) cuja proposta é oferecer ferramentas teóricas para pensarmos os problemas concretos contemporâneos relacionados a infraestrutura. Os textos, que nasceram após o seminário *The Promise of Infrastructure* realizado na *School for Advanced Research* em novembro de 2014, na cidade de Santa Fé, defendem que descolemos das ideias relacionadas às infraestruturas no sentido desenvolvido pela crítica marxista que se ancora nos conceitos de infraestrutura e superestrutura para teorizar sobre o capitalismo⁴². “O que acontece quando a infraestrutura não é uma metáfora?”, é a pergunta que fazem os organizadores. A proposta por eles apresentada é que tragamos para o primeiro plano a concretude das questões relativas à infraestrutura, bem como os emaranhados de relações sociais e políticas envolvidas. Assim, os autores nos desafiam a olharmos teórica e etnograficamente para as estradas, tubulações de água, para as pontes, redes de energia elétrica e cabos de fibras ópticas, incorporando o paradoxo de que essas infraestruturas são ao mesmo tempo estruturadas e sempre em processos de formação e de ruínas.

Se concordamos com Arjun Appadurai (2013) quando ele diz que as questões relacionadas às habitações que envolvem os pobres urbanos são, literalmente, “um campo de batalhas”, é um fato que as infraestruturas estão no centro das disputas e das relações de poder micro e macropolíticas. Segundo Appadurai, a habitação está intimamente ligada aos processos que caracterizam o mundo moderno como: megacidades superlotadas; formas complicadas de tributação, crédito e dívidas que, em geral, precarizam ainda mais a vida dos despossuídos e favorecem os ricos; os arranjos legais que transformam a habitação em imóveis que podem ser comprados, vendidos e trocados sem levar em conta as desigualdades sociais; os sistemas políticos e de governança que tornaram a habitação um dos pontos centrais da corrupção de alta ordem, da criminalização e da guerra política.

Não é difícil imaginar que, no meio desse “campo de batalhas”, a distribuição de água potável, de eletricidade, de esgoto, de gás, entre outras infraestruturas que fazem a vida urbana como asfalto, pontes, linhas de ônibus e de metrô, além das redes de internet, se dá de forma

serem estudados. Embora saibamos dessas práticas executadas por milicianos, sabemos pouco, mesmo no senso comum, como outros grupos (armados ou não) se relacionam com as questões infraestruturais.

⁴² Larkin (2013) faz uma longa discussão sobre os conceitos de infraestrutura e aponta como a ideia de marxista de infraestrutura obliterou as discussões sobre infraestrutura concreta.

desigual nas cidades contemporâneas. Como enfatizou Susan Star (1999), ao analisarmos as infraestruturas (seja as existentes, seja aquelas que se almeja ter), nós pesquisadores estaremos discutindo características mundanas e nada banais da vida urbana, que são alvos de diversos poderes sociais e políticos. Por este ângulo, as infraestruturas nos falam de aspectos essenciais de justiça distributiva, segundo a autora, e, embora sejam quase invisíveis e muitas vezes ilegíveis, são absolutamente constituintes das condições e manutenções da pobreza e da precariedade.

O seminário organizado por Appel, Anand e Gupta (2015), como eles escreveram, foi estruturado a partir das seguintes perguntas: que tipos de políticas, socialidades e questões são incorporadas/implicadas/informadas nas muitas formas de infraestrutura? Segundo, por que as infraestruturas – inextricavelmente ligadas a projetos de formação e reforma do estado – se tornou um lugar crítico da política hoje? Como as infraestruturas produzem formas histórica e materialmente situadas de governo biopolítico e de cidadania? E, finalmente, como as infraestruturas participam e produzem formas mutáveis de público e privado, de estados e corporações, de cidadãos e consumidores? Embora eu não vá responder a essas perguntas, penso que as questões por eles elaboradas podem me ajudar a olhar para os problemas concretos relacionados ao acesso a água potável e ao fornecimento de energia elétrica, à promessa e à falência do projeto de reforma da Ocupação Nelson Mandela. O que os autores nos incentivam a fazer é olhar para as relações sociais que emergem dos emaranhados que conectam as pessoas com o mundo material, nas quais as infraestruturas aparecem como aspirações, desejos e significados concretos, mas também como pontos centrais das estratégias cotidianas, dos ilegalismos, da imprevisibilidade e indeterminação.

São incontáveis as pesquisas que se dedicam a entender as batalhas que as populações pobres travam em torno da moradia, seja nas ciências sociais, nos programas de planejamento urbano, nos estudos demográficos, entre outros. No caso brasileiro e especificamente na cidade do Rio de Janeiro, as favelas foram (e continuam sendo) o lócus privilegiado dos estudos sobre pobreza e moradias populares (Zaluar e Alvito 2006; Valladares 1983). Entretanto, a retomada das políticas de remoções na última década e o surgimento de programas sociais direcionados à habitação como o “Morar Carioca” e o “Minha Casa Minha Vida” tem ampliado as discussões em torno da moradia (Cavalcanti 2017; Conceição 2016; Lobo 2015; Gutterres 2014; Magalhães 2013). Soma-se ainda a implantação de unidades de policiamento militar no interior das favelas, conhecido como UPPs, que, dentre os diversos efeitos, modificou os modos de habitar as favelas (Leite 2015; Menezes 2015). Na última década, também houve um número significativo de ocupações/invasões de imóveis organizados por segmentos populares e

algumas pesquisas têm documentado essas práticas (Fernandes 2013a; Lobo 2015; Moreira 2011).

Minha tentativa é a de somar às discussões em torno da habitação popular e apresentar outros problemas que fazem parte da vida cotidiana das pessoas em condições de pobreza e precariedade. Assim, as batalhas em torno do abastecimento de água, do fornecimento de energia elétrica e a promessa e suspensão de uma reforma para o prédio nos permite ver que não há garantias de continuidade dos serviços básicos para os pobres urbanos. Por outro lado, veremos como as disputas em torno da infraestrutura colocavam os moradores no interstício entre a violência do estado e a violência do tráfico de drogas. Nesse “campo de batalhas”, os moradores da ocupação precisavam se articular e se virar o tempo todo em busca de soluções, muitas delas inesperadas. Ao analisar a materialidade das infraestruturas, podemos desconstruir as noções genéricas de pobreza e dar mais um passo para compreender o que significa viver a vida em exceção ordinária.

3.1 A mudança: redes, conflitos e precariedade

Antes de entrarmos nas discussões específicas sobre os conflitos que envolveram o fornecimento da energia elétrica, eu gostaria de apresentar ao leitor como Leonor chegou e permaneceu na Ocupação Nelson Mandela. Seguindo o mesmo raciocínio que desenvolvi para falar da chegada de Dona Geraldina à casa de Leonor, eu quero mostrar os caminhos e as relações que estavam em jogo quando ela decidiu sair de Santa Cruz e se mudar para uma ocupação popular na região da Central do Brasil. Veremos, através de sua narrativa, como questões políticas e de gênero, violências, relações familiares, de trabalho, de amizade, religiosas, além das memórias e uma paquera incidiram sobre a decisão de mudar de casa, seja entre casas no mesmo bairro em Santa Cruz, seja da Zona Oeste para o centro da cidade.

Para trabalhar essas questões, eu tenho pensado nas reflexões de Veena Das, especificamente em seus artigos que tratam dos problemas relacionados à pobreza urbana (Das, 2011b; 2014; Das e Walton 2015; Das e Randeria 2015). Em todos esses textos, a autora vem construindo o argumento de que não podemos assumir que os pobres urbanos que vivem em favelas ou cortiços, invasões ou ocupações são “populações” criadas através de atos da governamentalidade somente. Em outras palavras, Veena Das (2011b) argumenta, por exemplo, que a formação de comunidades de imigrantes pobres que vivem na periferia de Nova Deli tem que ser pensada não apenas como uma gestão biopolítica de populações, mas em correlação com as densas redes que envolvem afinidades, parentesco, amizade, vizinhança e, no caso

específico da Índia, castas (o que nos abre para pensar esses movimentos no Brasil relacionados às questões raciais). Nesse sentido, ainda baseada nos textos da autora indiana, os deslocamentos das pessoas não são simplesmente uma resposta à ordem biopolítica de controle de populações e não esvaziam as densas redes de vínculos e afinidades, mas são tecidas no mundo social das pessoas e suas relações⁴³.

Gostaria de destacar que Leonor fez o movimento oposto ao instituído pela ordem biopolítica. Ao invés de fazer o caminho do centro para os bairros considerados periféricos, trânsitos que ganharam força com as políticas de remoções na cidade nos últimos anos, ela e sua família saíram de uma área desvalorizada da cidade para morar ao lado da Central do Brasil. Ainda assim, os textos de Veena Das me ajudam a pensar os seus deslocamentos exatamente por valorizarem as complexidades e a potência das relações.

Ao acompanharmos a narrativa de Leonor, veremos que a forma como ela chegou na Ocupação Nelson Mandela não foi neutra, ao contrário, foi tecida através de pessoas específicas que permitiram que ela conseguisse o seu quarto. Essas pessoas, por sua vez, também estavam entrelaçadas em complexas redes políticas, familiares, religiosas e de amizades, interna e externa à ocupação. O que estou querendo dizer é que as relações entre as pessoas têm histórias que precedem a chegada de Leonor na ocupação e são marcadas por alianças, mas também por desconfianças, acusações e conflitos que não desaparecem com sua chegada, ao contrário, a constitui. Acompanhar essas redes (dentro dos limites do que me foi possível documentar) é fundamental para entendermos as posições que Leonor foi, ao mesmo tempo, se inserindo e sendo inserida no interior deste emaranhado.

Seguindo o raciocínio exposto acima, é possível olhar de perto para as conexões entre os trânsitos territoriais e relacionais de Leonor e compreendermos como ela foi lentamente se construindo em oposição aos moradores da ocupação que se auto intitulavam militantes, mas que Leonor e seus amigos classificavam como os donos do prédio. Minha intensão em apresentar as “palavras-atos” utilizadas por Leonor para classificar seus amigos e vizinhos se dá pela importância que assumem na elaboração de vínculos, na constituição do regime de desconfianças no interior da ocupação e também por me permitir distanciar da ideia de que em lugares marcados pela precariedade se fundam apenas “comunidades compartilhadas” (Birman 2008), no qual os conflitos são colocados em segundo plano ou mesmo invisibilizados. As estratégias postas em prática por Leonor em relação aos militantes, ora marcada por afinidades

⁴³ A tese de Adriana Fernandes (2013) sobre ocupações populares no centro da cidade do Rio de Janeiro e a dissertação de Heloisa Lobo (2015) sobre processos de remoção e de inserção no programa Minha Casa Minha vida são exemplares neste sentido e me ajudaram a pensar essas relações.

e aproximações ora por distanciamentos, conflitos e acusações, me interessam serem descritas e trabalhadas sem perder de vista como essas relações também fizeram gênero em seu cotidiano.

Assim que Leonor se mudou para a Ocupação Nelson Mandela, ela começou a pensar em estratégias para trazer seus três filhos para morarem no prédio. A partir de sua narrativa, veremos como ela trouxe Layla e Vitor para morar consigo na ocupação e os arranjos e enfrentamentos para conseguir um apartamento para seu filho Rudah que, naquele momento, vivia nos fundos da casa da avó em Santa Cruz com sua esposa Bianca e o primeiro filho, Bruno. Ao apresentar esses arranjos e enfrentamentos, minha intenção é mostrar concretamente o que Veena Das nos coloca como desafio e repito: as densas redes de afinidades, de conflitos, de parentesco (entre tantas outras) que constituem a mobilidade das pessoas nas grandes metrópoles.

Ainda pensando nos emaranhados e na densidade das relações sociais que constituem os movimentos das pessoas nas cidades, peço ao leitor que dedique atenção às formas como Leonor mobilizou seu discurso em relação à igreja evangélica que ela fazia parte, bem como os efeitos da sua conversão ao que ela chamava de espiritismo, por vezes de umbanda, ou ainda de macumba. Os trânsitos no campo religioso de Leonor refletiram, como veremos, em sua visão de mundo, na sua concepção sobre si mesma, na forma como ela se relacionava com seus filhos e vizinhos e como ela se posicionava no interior dos conflitos. O que pretendo demonstrar abaixo é como os movimentos territoriais e relacionais de Leonor estão intimamente conectados com seus deslocamentos religiosos. Também quero destacar as alianças com membros da Igreja Adventista e como essas pessoas foram importantes na formação de redes de solidariedades em momentos específicos.

Relembro o leitor que com este trabalho eu quero mostrar diversas questões que atravessam o cotidiano de uma pessoa que vive a vida em exceção ordinária. As histórias que conto abaixo aconteceram muito antes de eu iniciar a pesquisa. Assim, este capítulo específico não é baseado em situações que presenciei, mas em relatos retirados de entrevistas formais realizadas com o gravador no ano de 2014 e 2015, mas também do registro das conversas informais que tive com Leonor em sua casa durante a pesquisa e por mensagens de whatsapp ou por telefonemas já em janeiro de 2018 quando eu precisei tirar algumas dúvidas para preencher certas lacunas que eu achava interessante descrever. Outras lacunas não foram descritas por Leonor não se lembrar ou não querer falar devido as dores que as lembranças causavam e eu respeitei os limites que ela me impunha.

3.1.1 Deslocamentos: família, política e religião

Para conseguir contar a história da chegada de Leonor na Ocupação Nelson Mandela eu precisei fazer um recorte. Eu não vou trabalhar aqui os trânsitos entre cidades que Leonor e sua família fizeram quando ela era criança, adolescente e mesmo na vida adulta. Digo apenas que Leonor morou em diversas cidades de diferentes estados da região sul e sudeste do país por seu pai ser um criminoso, mais especificamente ladrão de joias e matador de polícia. Por esta razão, ele vivia fugindo de cidade em cidade, mas sempre acompanhado de Dona Geraldina e seus filhos. Foi fugindo de uma ordem de prisão que o levaria para o presídio da Ilha Grande que Seu Roberto se fixou no Rio de Janeiro, mais especificamente em Santa Cruz. Naquele momento, Leandro, Laura e Leonor já tinham constituído suas famílias em distintas cidades no estado de São Paulo e Cleber foi o único filho que acompanhou os pais nessa mudança.

Leonor estava no segundo casamento quando seus pais vieram para o Rio de Janeiro. Ela morava na cidade de São Paulo com seu marido e os quatro filhos. O meu ponto nesta parte do capítulo é trabalhar os motivos que fizeram Leonor vir para a cidade do Rio de Janeiro, os conflitos no interior da casa de sua mãe e os caminhos territoriais e relacionais que a levaram até o centro da cidade em uma ocupação popular. Embora essas questões já tenham sido trabalhadas em outros momentos da tese – por terem sido mobilizadas pela própria Leonor para me falar sobre diferentes questões – há algo sobre esses conflitos que não foram ditos e são esses outros elementos o que quero desenvolver aqui. Assim, o que quero detalhar neste texto são as relações que levaram aos deslocamentos específicos de Leonor, entendendo-o como mais um dos desdobramentos em torno dos conflitos que envolveram a casa de Dona Geraldina.

3.1.1.1 Leonor e duas mortes: seu pai, seu filho

Leonor chegou no Rio de Janeiro para o enterro do pai no final de 1999, já separada do segundo marido. No velório, ela teve que lidar com a difícil situação, como ela me contou, de ver sua mãe, sua irmã e a Dona Moema, outra mulher de seu pai, bem como os filhos dessa relação, chorando em volta do caixão. Leonor não entendia como essas três mulheres poderiam chorar juntas por um homem que lhes havia feito tamanho mal. Conforme Leonor me contou, ela fez questão de não cumprimentar a segunda mulher de seu pai nem os quatro filhos que ela classificava como deles. Findo o velório, Leonor, Dona Geraldina e seus filhos foram para a casa da família em Santa Cruz. A casa era formada por uma casa central e duas pequenas casinhas ao fundo e Leonor decidiu ficar em uma delas. Passados os primeiros meses, vieram

Glauber, sua esposa Priscila com dois filhos, além de Layla. Vitor e Rudah ficaram em São Paulo. Nos meses subsequentes, Vitor veio morar com a mãe na casa da avó.

Começo a narrativa a partir do momento específico no qual as brigas pela grande herança se tornaram perigosas para Leonor e seus filhos. Lembremos que Cleber dizia ter alianças com um policial (mas que implicitamente poderia ser um miliciano) e usava este argumento para ameaçar Leonor. Dos vizinhos, Leonor ouviu que o tal policial matador era conhecido na região por andar de navalha por aí e gostar de matar menor. Sendo menor e com muitos problemas com o tio – que envolvia agressões físicas – Vitor se sentiu ameaçado e decidiu voltar para São Paulo para morar na casa do pai, com o apoio da mãe.

Após levar uma surra de seu irmão e com medo de morrer, Leonor decidiu deixar a casa de Dona Geraldina. A irmã Lindalva, antiga amiga de Dona Geraldina, com quem Leonor fez amizade ao frequentar a Igreja Adventista em Santa Cruz, ofereceu estadia em sua casa para ela, seus dois filhos, sua nora e netos até que eles conseguissem um novo lugar para morar, e os cinco foram para lá. Eles passaram algumas semanas na casa da irmã Lindalva quando Dona Cleusa, outra amiga e irmã da igreja, ofereceu uma casa para Leonor e sua família. Conforme Leonor me contou, o aluguel da casa de Dona Cleusa era baixo se comparado aos alugueis na região mas, mesmo assim, era custoso para as suas condições.

Lembremos que um dos trabalhos de Leonor naquele momento era o de vender sonhos e salgados de porta em porta em Santa Cruz. Com esse dinheiro e outros rendimentos provenientes de diferentes trabalhos, Leonor conseguia pagar o aluguel para Dona Cleusa, comprou um pequeno terreno na vizinhança e estava juntando dinheiro para comprar o material e construir a sua casa. Os irmãos da igreja aguardavam a chegada do material para organizarem um mutirão para a construção. Foi durante o período em que Leonor ficou na casa de Dona Cleusa que Glauber, seu filho mais velho, caiu das pedras do Arpoador e morreu. Após a morte do irmão, Rudah veio de São Paulo com sua família para morar com a mãe. A morte do filho mais velho desanimou Leonor e, como ela me falou: eu entrei em um estado de depressão profunda, fiquei um ano em depressão, não conseguia agir, nem fazer nada. Após a morte do filho, Leonor não tinha forças e desistiu de construir sua casa. Passados alguns meses, Dona Cleusa pediu que Leonor deixasse a casa alugada. Sem poder pagar um aluguel e sem ter outro lugar para ir, ela voltou a morar em uma das casinhas nos fundos da casa de sua mãe.

Trabalhando como vendedora de sonhos e salgados em Santa Cruz, Leonor conheceu muitos moradores do bairro. Uma dessas pessoas foi Juliano que, embora não fizesse parte oficialmente de movimentos sociais, conhecia diferentes grupos que atuavam na Zona Oeste da cidade e sabia de suas atividades. Conforme Leonor me contou, sempre que ela batia na porta

da casa de Juliano, ele ficava com as graças dele, dizendo o quanto a paulista era linda, ou seja, ele demonstrava interesse por Leonor e dava em cima dela, mas ela não suportava as suas brincadeiras bestas. Leonor não queria se relacionar amorosamente com Juliano, mas essa recusa não impediu que eles ficassem amigos. Foi Juliano quem soube da Ocupação Nelson Mandela e convidou Leonor para morar no centro da cidade e ele mesmo estava se mudando para lá.

Num primeiro momento, Leonor não aceitou o convite de Juliano. Ela entendeu que ele queria arranjar uma casa pra ela como uma estratégia para comê-la. Juliano havia contado para Leonor que os moradores dormiam juntos nos primeiros andares do prédio, técnica comumente utilizada para evitar um possível despejo ou uma invasão violenta de policiais militares. Leonor me disse ter pensado da seguinte maneira quando recebeu o convite de Juliano:

Bem, dorme todo mundo junto na mesma sala. E o que vai acontecer? De noite, esse cara vai vir me tarar, vai querer me comer, ele vai vir pra cima de mim e eu vou meter uma facada nele e eu vou virar uma assassina.

Para me explicar seu raciocínio, Leonor disse que, embora ela não tivesse sido estuprada, ela tinha essas experiências na sua vida. Os “conhecimentos envenenados” (Das 2007) aos quais ela recorreu foram: os estupros realizados por seu pai contra sua irmã, as ameaças de seu pai que dizia para Leonor que ela seria a próxima a ser estuprada e, por fim, as investidas de seu cunhado, marido de Laura, que havia tentado agarrá-la a força e ela precisou ameaçar fazer um boletim de ocorrência para que as insinuações parassem. Foi, portanto, por antecipar a possibilidade de ser estuprada e para não virar uma assassina que Leonor recusou o convite para morar na Ocupação Nelson Mandela. Contudo, ela ofereceu para Priscila, viúva de Glauber, que também morava na casa de Dona Geraldina em uma situação terrível com seus dois filhos, como Leonor me falou, mas ela não quis se mudar para a ocupação.

Havia ainda a questão de Leonor ser evangélica à época. Ela me contou que não conseguia pensar em morar em um lugar onde dormiam todos no mesmo cômodo e, como Juliano havia narrado para ela, alguns moradores faziam suruba nessa sala. Para ela, o fato de ser evangélica transformava tudo em pecado e Leonor me disse que não conseguia sequer imaginar a possibilidade de pessoas fazerem sexo na mesma sala que ela. Leonor me narrava essas memórias em tom jocoso e, em sua casa, brincávamos e ríamos com os seus medos do pecado do tempo em que ela era evangélica.

3.1.1.2 O amigo, o lixão e as virações

Leonor começou a se aproximar de Juliano quando ele a convidou para participar de uma campanha contrária ao projeto do então prefeito da cidade César Maia (2001-2005) que visava transferir o lixão de Gramacho, em Duque de Caxias, para Paciência, Zona Oeste da cidade e próximo à casa de Dona Geraldina. À época, a família de Leonor havia iniciado o processo do inventário que levantaria os bens de Seu Roberto para ser partilhado pelos herdeiros. Leonor me contou que ficou surpresa e muito nervosa com a possibilidade da construção de um lixão no bairro vizinho à casa de sua mãe. Seu raciocínio, conforme ela me narrou, foi o seguinte:

Camila, eu pensava assim, qualquer um compra uma casa em um bairro onde está sendo construído um shopping, mas ninguém compra uma casa onde está construindo um lixão.

Foi a partir dessa lógica que Leonor decidiu trabalhar na campanha do lixão que, caso fosse vitoriosa, asseguraria o valor imobiliário da casa de sua mãe e lhe renderia algum dinheiro pelo trabalho naquele momento preciso. Penso como, mais uma vez, aquilo que tem sido trabalhado como viração pode assumir outros contornos para além do mundo do trabalho, este discutido por Vera Telles (2010). No caso que trato aqui, a viração envolveu o trabalho como uma forma de conseguir algum dinheiro e, ao mesmo tempo, como parte de uma luta política para não desvalorizar a casa da mãe que futuramente será partilhada entre os irmãos.

A campanha foi organizada pelo “Fórum de Meio Ambiente e Qualidade de Vida da Zona Oeste e da Baía de Sepetiba” que criou o “Movimento Xô, Lixão de Paciência⁴⁴”. Os coordenadores eram, como Leonor recorda, o ambientalista Sérgio Ricardo e seu parceiro Cristóvão – morador de Santa Cruz, vizinho de Dona Geraldina e pai de Marina (uma das moradoras da Ocupação Nelson Mandela) e amigo de Juliano. Leonor ficou incumbida de construir alianças fortes contrárias à construção do lixão e, em seu raciocínio, uma associação com os militares do exército que moravam em Santa Cruz traria força para esta causa. Após visitar a casa de vários desses militares, Leonor montou uma equipe de sargentos do exército que participavam das manifestações contra o prefeito Cesar Maia e das audiências relativas à construção do lixão.

Conforme Leonor me contou, a campanha do lixão virou uma guerra. Ela e seus aliados andavam com carro de som fazendo campanha contra a construção do lixão e a equipe do

⁴⁴ Para um resumo do movimento: <http://www.aula.org.br/sergioricardo/especial46.htm>

prefeito Cesar Maia andava pelo bairro com outro carro de som falando da importância da construção do “aterro sanitário” naquela área. Não raro, os dois carros de som se encontravam nas ruas do bairro, havia brigas, incluindo agressões físicas, e os agentes da prefeitura começaram a fotografar e a filmar aqueles que faziam parte do “Movimento Xô, Lixão de Paciência”. Não demorou para que os militantes contrários à construção do lixão recebessem ameaças de morte. Foram essas ameaças que fizeram Leonor classificar a campanha como uma guerra e ela foi uma das pessoas ameaçadas.

Fora do horário de trabalho oficial com os militantes do “Movimento Xô, Lixão de Paciência”, Leonor andava pelo bairro conversando com as mulheres que ficavam sentadas nas calçadas no final da tarde e as alertava sobre a importância de participarem da audiência pública para barrarem a construção do lixão. Outra de suas estratégias era visitar os mesmos lugares que os agentes da prefeitura logo que eles deixavam o local. Para me explicar como fazia, Leonor contou, por exemplo, que os agente da prefeitura chegaram na invasão 29 de março, apresentaram um projeto de urbanização para o bairro – que, à época, não tinha iluminação, asfalto, nem sistema de esgoto – e anunciaram um projeto de geração de empregos para os moradores cujas casas se localizavam próximas ao futuro “aterro sanitário”. Assim que esses agentes deixavam as casas dos moradores, Leonor chegava e falava exatamente o contrário, às vezes na companhia de Juliano: olha, presta atenção que a sua pele vai ficar cheia de feridas e isso eles não mostram, ou ainda, a quantidade de chorume na localidade vai contaminar a água... O fato é que o lixão para Leonor ou o aterro sanitário no discurso oficial não foi construído em Paciência e foi inaugurado em Seropédica no ano de 2011.

No período em que Leonor morou em Santa Cruz, ela, que tinha formação em magistério, começou a trabalhar como alfabetizadora no projeto do governo federal “Brasil Alfabetizado”, mais conhecido como Projeto Lula. Ela e a irmã Lindalva alfabetizavam os estudantes em uma das salas da Igreja Adventista onde elas frequentavam. Juntas, elas também começaram um projeto no Centro Social do bairro para dar aulas voluntárias de artesanatos para as meninas da região. Por ser evangélica, como Leonor me explicou, ela pensava que não queria morrer sem passar o conhecimento que ela tinha para outras pessoas e dar alguma oportunidade de trabalhos para essas jovens, o que coincidia com as expectativas de Dona Lindalva. Entretanto, o público que se interessou pelas aulas não foram as meninas, mas as senhoras da região: vieram mulheres que frequentavam a fila do leite, senhoras idosas que estavam em depressão como indicação das psicólogas do posto de saúde, membras da igreja que elas faziam parte, entre outras. Leonor e sua amiga ensinaram diferentes técnicas de artesanato para essas

mulheres e, como resultado do trabalho, elas montaram uma lojinha com os produtos produzidos durante as aulas.

Contudo, Leonor e a irmã Lindalva se desentenderam. Lindalva e outros irmãos da igreja queriam que as aulas para alfabetização servissem também como evangelização, mas Leonor era contra, já que ela pensava que não precisava ser evangélico para aprender a ler e escrever e ela não gostava de misturar as coisas. Com o sucesso das aulas de artesanato e como uma possibilidade de aumentar a sua curta renda doméstica, Dona Lindalva quis cobrar pelas aulas ofertadas, mas Leonor queria manter os cursos de forma gratuita. Como resultado, elas se dividiram: Leonor continuou com as alunas e as aulas da irmã Lindalva ficaram vazias. Essas mudanças geraram acusações nas quais Lindalva dizia para Leonor que ela estava endemoniada e de Leonor para Lindalva que falava que era ela quem tinha o demônio da inveja.

Com seus projetos desandando na Zona Oeste, Leonor começou a vender remédios naturais para taxistas, camelôs, motoristas e cobradores de ônibus na região próxima à Rodoviária Novo Rio, mas ela mantinha suas vendas de pães na igreja e de salgados e sonhos de porta em porta em Santa Cruz. A venda dos remédios naturais começou a lhe render algum dinheiro e, para ajudar, ela tinha conseguido um esquema para usar o banheiro do INCA durante o dia de trabalho. Seu filho Glauber já havia falecido, seu irmão continuava violento e ela não tinha mais vontade de voltar para Santa Cruz, além das outras coisas que estavam acontecendo que ela não gosta nem de falar. Foi neste contexto que Leonor procurou Juliano e perguntou se a proposta de se mudar para a ocupação no centro da cidade ainda estava de pé, mas ele respondeu que os quartos da Ocupação Nelson Mandela estavam todos ocupados.

Leonor estava decidida a morar em uma ocupação no centro da cidade. Ela tinha ouvido dizer que Francisca, uma das principais lideranças dos movimentos de camelôs no centro da cidade do Rio de Janeiro, poderia conseguir uma vaga para Leonor em uma das ocupações próximas à Central do Brasil. Francisca sabia da existência de quartos vazios na Ocupação Zumbi dos Palmares que tinha acabado de ser inaugurada, próxima à Praça Mauá, e Leonor ficou animada. No entanto, antes de decidir sobre sua mudança, ela saiu para passear com sua cachorra Dora em uma pracinha em Santa Cruz e encontrou Juliano que havia ido ao bairro visitar sua mãe. Leonor contou a ele sobre a possibilidade de se mudar para a Zumbi, mas o amigo a aconselhou a não ir para lá, pois aquele prédio era um lugar de maluco. Nessa conversa, Juliano garantiu a Leonor que ele conseguiria um quarto para ela na Ocupação Nelson Mandela, caso ela desse certeza de sua mudança e Leonor aceitou.

Existia um quarto vago na Ocupação Nelson Mandela localizado no 11º andar do prédio. A estratégia adotada por Juliano foi a seguinte: Leonor iria para a ocupação e ficaria no

quarto dele. Como ele sabia das suspeitas de Leonor em relação a ele, pois ela mesma havia falado que planejava matá-lo caso ele encostasse nela, Juliano se prontificou a dormir no quarto de um amigo no período em que ela ficasse lá. Assim que tivesse a primeira assembleia de moradores, Juliano apresentaria Leonor para o coletivo e, como ela tinha o perfil: mulher, pobre, camelô, mãe de família, sem lugar para morar e já vivendo no prédio, ela certamente seria aceita. Leonor concordou com a estratégia, pegou suas coisas e veio sem os filhos para a ocupação. Quando ela viu o quarto disponível, ela pensou: caramba, que coisa horrível! E começou a chorar: eu era besta de crente, eu via as coisas acontecerem e ficava chorando, hoje não!

3.1.1.3 A mudança e o quarto

Depois de ver as condições físicas do quarto: sem portas, com diversos vazamentos de água pela parede, sem água nas torneiras e com a fiação elétrica danificada, Leonor teve dúvidas se realmente ficaria na ocupação ou se voltaria para a casa de sua mãe em Santa Cruz. Hospedada no apartamento de Juliano, Leonor continuou vendendo remédios naturais próximo à Rodoviária Novo Rio e viu que na região suas possibilidades de trabalho e renda poderiam aumentar, como ela me falou: a quitinete era horrível, mas o lugar era bom. Em meio a trabalhos, dúvidas e choros, ela foi ficando na casa de Juliano, construindo alianças no interior da ocupação e, como previsto, aconteceu uma assembleia e o coletivo aceitou que ela morasse no prédio.

Para fazer a mudança, Leonor foi aos poucos trazendo de ônibus o fogão, o botijão, as panelas, as roupas, a sapateira, a televisão, vassoura, rodo e foi convivendo assim. Uma das vezes em que ela foi buscar mais dos seus pertences em Santa Cruz, o seu carrinho de mão estava tão pesado que ela não aguentava nem puxar. No trajeto da sua casa até o ponto de ônibus, Leonor encontrou um amigo – vizinho de Dona Geraldina, cujas filhas eram amigas de Layla, militar, também evangélico, mas não da mesma igreja que ela – que a viu arrastando seu carrinho pesado e ofereceu ajuda para carregá-lo. Ao saber que Leonor estava fazendo sua mudança de ônibus, esse amigo lhe disse ter outro amigo que buscava mercadoria no CEASA todos os dias de caminhão e, caso ela pudesse fazer a sua mudança às quatro horas da manhã, esse amigo levaria suas coisas e ela pagaria apenas o combustível. Enfim, o amigo ajudou, o caminhoneiro levou suas coisas e ela fez a mudança no dia seguinte.

Ao chegar na ocupação, o dono do caminhão ajudou Leonor a descarregar seus móveis na portaria do prédio, lhe aconselhou a tomar conta e ficar de olhos abertos com os filhos porque

a região era um lugar barra pesada e foi trabalhar. Leonor precisaria subir a pé os 11 andares com o armário, mesa de pedra, geladeira e outros móveis pesados. Sem elevadores, Leonor foi lentamente subindo seus pertences degrau por degrau, ora com a ajuda de alguns moradores, ora sozinha, mas sempre com alguém vigiando os móveis e eletrodomésticos que estavam na calçada para não serem roubados ou danificados. Alguns moradores se recusaram a ajudá-la alegando que ela tinha filhos que poderiam fazer isso. Contudo, como ela me falou, ninguém sabia que meus filhos não me ajudavam em nada. O fato é que Leonor levou o dia todo para conseguir subir a sua mudança: foi uma barra, Camila, foi uma barra, mas com muito custo eu consegui subir, tu-do.

O apartamento de Leonor estava cheio de entulhos. Para conseguir se livrar desses entulhos, Leonor pegou no supermercado dezenas de sacolinhas, as encheu uma por uma e as colocou no corredor, como ela me falou: eu lotei o corredor. Leonor pediu ajuda para os vizinhos e em cada descida ela e os vizinhos levavam as sacolinhas com os entulhos para baixo. Foram necessários quase 10 dias para descer com todo o entulho.

Outro dos problemas urgentes que ela teve que resolver foi o da porta. O quarto do onze, como ela falava, não tinha porta e ela tinha pavor de imaginar alguém a espiando em sua intimidade. Um dos moradores do prédio conseguiu uma porta para ela e uma equipe de homens moradores da ocupação instalou a porta de sua casa. Leonor também precisou comprar rapidamente um vaso sanitário. O encanamento para a instalação do vaso existia e esse problema foi resolvido, portanto, já nos primeiros dias. A descarga acoplada havia sido roubada e ela não tinha como instalar uma nova. Para se desfazer das fezes e urina eram necessários que baldes de água fossem jogados no vaso sanitário, fato que se mantém até o momento da escrita da tese na atual casa de Leonor, embora ela esteja economizando para fazer a obra e colocar uma descarga acoplada.

Como eu falei acima, o apartamento tinha vazamentos que vinham de todos os lados: do teto, dos canos, da parede e o vazamento enchia o chão do quarto de água. Para conseguir entrar na casa, Leonor fez uma espécie de ponte com tijolos e uma tábua de madeira para poder atravessar o quarto sem que os pés ficassem encharcados. Para que as roupas, sapatos e outros pertences de Leonor não molhassem, ela deixava sempre no alto: sobre a mesa, sapateira, ou sobre a cama e armários. Ela chamou alguns moradores que trabalhavam com encanamento para tentarem encontrar uma solução, mas todos disseram para Leonor que seria necessária uma obra para resolver o problema do vazamento em seu apartamento. À época, Leonor não tinha condições financeiras para concertar os vazamentos, para comprar os materiais e para pagar a mão de obra, pois, como ela me contou, ela mal tinha o dinheiro para comer. Já nas primeiras

semanas ela teve uma decepção com alguns moradores da ocupação que tinham oferecido ajuda para amenizar os vazamentos, mas eles não apareceram. Como ela me falou por telefone: eu espero até hoje o saco de cimento que me prometeram.

Alguns desses vazamentos chegavam ao apartamento abaixo do dela e se tornavam mais intensos quando Leonor abria o cano do banheiro, única saída de água da casa. A moradora que vivia embaixo de Leonor batia em sua porta e reclamava todos os dias desses vazamentos. Para não ter mais problemas com essa vizinha, Leonor cortou e grampeou várias garrafas pet em sequência e montou uma espécie de calha, como as que ficam nos telhados para direcionar a água da chuva, para conduzir parte dos seus vazamentos para o ralo que ficava no banheiro. Foi assim que ela resolveu o problema do vazamento para o apartamento embaixo do seu. Durante todo o tempo em que ela ficou no apartamento, Leonor não conseguiu resolver o problema dos vazamentos em seu apartamento e ela viveu meses com o chão encharcado caminhando sobre as pequenas pontes montadas em casa.

Layla e Vitor já estavam morando com ela e, para isso, Leonor comprou um beliche e o instalou em um canto. Do outro lado do quarto, Leonor colocou sua cama. Ela não pôde trazer sua máquina de lavar para o novo apartamento pois a instalação elétrica não suportava a energia necessária para o eletrodoméstico, fato que perdura até o momento da escrita da tese e causa grandes problemas para a atual moradora do quarto. A instalação elétrica era feita por gatos, extensões improvisadas e pequenos fios pendurados que deixavam Leonor em constante alerta, o que se agravava pela possibilidade de contato da rede elétrica com os vazamentos de água. Não raro havia curtos circuitos no prédio e o apartamento de um vizinho chegou a pegar fogo.

Sem um tanque em casa, Leonor colocava a roupa que estava suja em uma bacia, deixava de molho, lavava, esfregava e pendurava em um varal colocado do lado de fora da janela. Colocar as roupas para secar do lado de fora só foi possível quando ela morou no 11º andar, pois os moradores de cima não jogavam lixo ou outros objetos pela janela, como acontecia quando ela vivia no 4º andar e manchava suas roupas. Por isso, na sua casa atual, as roupas secam na parte interna do apartamento e ela planejava comprar uma secadora de roupas.

Como eu falei acima, a casa tinha apenas uma saída de água, um cano localizado no banheiro, especificamente onde um dia foi um chuveiro. Contudo, a força da água neste cano era tamanha que impossibilitava a instalação de um chuveiro elétrico, por isso, Leonor e seus filhos ficaram meses tomando banho de água fria. Para cozinhar, Leonor buscava a água do cano localizado no banheiro com um balde e o levava para a cozinha. Sem uma pia de cozinha instalada, ela pegava a bacia do banheiro e trazia para a mesa para lavar as frutas e verduras, local onde ela também cortava os ingredientes para cozinhar. Para lavar a louça, era preciso

voltar ao banheiro com o que havia ficado sujo e lavá-la no cano. Para não entupir o ralo do banheiro com os restos de comida e outros sólidos, ela providenciou uma peneira.

O fato é que Leonor não ficou muito tempo nesse apartamento. Após a morte de Seu Augusto, Leonor desceu para o apartamento da pessoa falecida no oitavo andar, levando consigo seus móveis e também o vaso sanitário. Sem um tanque no local, lá ela instalou rapidamente um tanquinho de lavar roupa no banheiro. Esse tanquinho servia tanto para lavar as roupas quanto para as louças, como ela me falou: era horrível. Quando ela se mudou para o quarto andar da ocupação, o morador que entrou no seu antigo apartamento não deixou que ela tirasse o tanquinho, mas o apartamento novo tinha uma pia velha e, como ela detestava esse tanquinho, ela o deixou lá. Foi apenas quando Leonor chegou no quarto andar da ocupação, no seu apartamento definitivo, que ela comprou e instalou um tanque no banheiro. No quarto andar, Leonor refez toda instalação elétrica, mandou colocar tomadas pela casa inteira para não correr o risco de um curto circuito e de queimar seus eletrodomésticos, mesmo assim, o chuveiro e o forminho elétrico eram um problema pela sobrecarga no uso de energia.

Foi com André que Leonor fez a mudança de apartamento. Ele queria subir para o 8º andar para ficar mais próximo à sua esposa e filhos que tinham um quarto ali. Ela queria descer para que Dona Geraldina pudesse vir visitá-la, afinal, subir quatro andares não é a mesma coisa que subir 8 andares a pé, especialmente quando se tem uma mãe idosa. Leonor se queixou, pois, o apartamento do quatro era um pouco menor que o do oito, em sua percepção, além do apartamento antigo ter um taco de madeira lindo, novinho. Contudo, estar mais próxima ao térreo facilitou sua vida. Para fazerem a mudança, Leonor e André decidiram por não apresentar suas intenções como pauta nas reuniões organizada pelo coletivo, como Leonor me falou: para não botarem areia na nossa mudança. Eles combinaram em segredo um dia específico, arrumaram suas coisas e, durante a noite, ele subiu com sua mudança e ela desceu com seus pertences.

Na mudança, Leonor queria levar o seu vaso sanitário do oitavo para o quarto andar e André queria a sua porta nova de madeira. Já na mudança houve um conflito pois André entendia que o vaso sanitário deveria ficar no apartamento por fazer parte dele, e Leonor não queria trocar a porta, já que a porta do seu antigo apartamento não caberia no apartamento de baixo. No final dessa confusão, André levou sua porta e devolveu o vaso sanitário para Leonor. A antiga porta de Leonor de fato não cabia e ficou pequena no novo apartamento e ela não conseguia fechar a sua casa. Sem ter dinheiro para comprar uma porta, Juliano, o amigo de Leonor, ofereceu a ela uma porta boa de madeira que estava sobrando em sua casa. Para instalá-la, Leonor pagou um vizinho.

Quando ela chegou no apartamento quarto andar, outros problemas apareceram. Lá, as paredes não eram emboçadas. O emboço é a primeira camada grossa de argamassa e cal na parede, cuja principal função é a proteção da edificação. Sem o emboço, não havia a vedação do apartamento, a superfície da parede ficava irregular e parte dos tijolos ficavam expostos. A principal consequência da ausência do emboço nos dois lados da parede era que os vizinhos ouviam o que acontecia na casa um do outro. O que incomodava especificamente Leonor, era que a cama da sua vizinha ficava encostada exatamente do lado da parede onde estava a sua televisão. Quando sua vizinha fazia sexo com seus parceiros, além de ouvir todos os barulhos, sua parede mexia e colocava em risco sua televisão que vinha para frente. Lembremos que Leonor era crente à época e o sexo para ela era um pecado. Com um dinheiro que ela e sua filha Layla ganharam trabalhando ao cozinhareem para um evento na UERJ, Leonor emboçou as paredes de sua casa. Logo os dois vizinhos também emboçaram as paredes de suas casas e os problemas com o barulho cotidiano diminuíram e, como ela me falou ironicamente: foi melhorando um pouco a nossa doce vida.

Outro dos problemas que ela enfrentou no apartamento do quarto andar é que ele estava infestado de carrapatos e de pulgas. Antes de André, outra moradora vivia no apartamento com dois cachorros grandes. Os carrapatos entraram nos buracos dos tijolos e as pulgas nos vãos dos tacos de madeira e ali eles botavam seus ovos, respectivamente. Como Leonor se lembra, o caso era ainda mais grave pois o noticiário vinha apresentando surtos da doença do carrapato, ou febre maculosa, no estado do Rio de Janeiro, o que gerou pânico entre os moradores já que o seu apartamento não era o único nesta situação. Para acabar com os carrapatos, Leonor jogou água fervendo nas paredes, jogou veneno, embora fosse caro e não desse para comprar sempre, jogou água fervida com folha de fumo. Conforme ela me contou, Leonor jogou água fervendo diariamente durante semanas seguidas e chegou a passar mais de uma noite inteira fervendo e jogando água na parede e no chão de sua casa para matar os ovos das pulgas e carrapatos – como ela também tinha feito no apartamento do 11º andar para acabar com as baratas. O emboço na parede auxiliou na eliminação total dos carrapatos.

As pulgas atacaram sua pequena cachorra Dora. Ela tentava acabar com as pulgas da cachorra usando o remédio frontiline, mas elas sempre voltavam. Foi o veterinário de Dora quem disse para Leonor que os ovos das pulgas ficavam nos minúsculos vãos presentes nos tacos de madeira. Para acabar com as pulgas, Leonor, que já estava com uma neurose braba por causa desses bichos, arrancou na mão os tacos de madeira da sua casa e deixou todo o chão no cimento. Mas o cimento fazia com que levantasse muita poeira em seu apartamento. Para varrer o chão sem que a poeira levantasse, era preciso jogar água em tudo antes de varrer. Assim que

Leonor conseguiu um dinheiro, ela comprou piso frio, mas ainda não era o que ela queria, pois ela não conseguiu comprar todos os pisos iguais e eles tinham diferença de tamanho. Era véspera de natal de 2013, Leonor queria colocar logo os pisos para receber a filha e os amigos que vinham de São Paulo, pois, como ela me falou, ela não iria colocar a filha e os amigos para dormirem no chão de cimento empoeirado e cheio de pelos de Dora. Como o rapaz que ela havia contratado, também morador do prédio, era lento e não terminaria o serviço antes do natal, ela decidiu fazer o serviço. Entretanto, o dinheiro só deu para colocar piso frio na sala e a cozinha continuou no cimento e ficou para o próximo dinheiro extra que ela recebesse.

Em dezembro de 2013 eu começava a frequentar a casa de Leonor e acompanhei o processo de colocar piso frio em sua casa. Também acompanhei o início de uma reforma de banheiro e a instalação de uma pia de mão, a chegada dos armários embutidos na cozinha, a troca da pia da cozinha, uma pintura nas paredes. Como eu e meu companheiro iríamos fazer (em 2015) um estágio de doutorado sanduíche e pós-doutorado no exterior, respectivamente, nós demos para Leonor a nossa máquina de lavar para facilitar a sua vida no cuidado com a mãe, um sofá de dois lugares, uma “poltrona do papai” para que Dona Geraldina pudesse passar o dia sentada em um local mais confortável, uma mesa acompanhada das quatro cadeiras que faltava em sua casa.

Como tenho trabalhado em toda a tese, inspirada nas reflexões de Veena Das (2015b), repito que a vida diária não é simplesmente o lugar do hábito, da rotina e da repetição que pode ser tomado como óbvio ou garantido. Ou ainda, que as pessoas em situação de pobreza ou precariedade não são meros expectadores da vida cotidiana (Das 2011b). O que podemos perceber até aqui é que o que seria aparentemente simples como uma mudança de residência pode nos surpreender em sua complexidade relacional e territorial, mas também infraestrutural quando pensamos sobre aqueles que vivem a vida em exceção ordinária. A partir das histórias de Leonor, podemos ver que o mundo em que ela vive não é narrado a partir de retóricas ou abstrações, mas estão impressas nas relações, nas pequenas solidariedades, nos conflitos e também nos objetos. Penso que as condições infraestruturais e as lutas para consegui-las não pode ser isolada das análises sobre moradia, ao contrário, é prestando atenção a essas centenas de pequenas resoluções que percebemos a materialidade das condições de pobreza.

3.1.1.4 Os filhos

Peço ao leitor que retorne comigo para o momento em que Leonor iniciou sua mudança de Santa Cruz para a Ocupação Nelson Mandela. Terminada a mudança, Leonor voltou para

Santa Cruz na tentativa de trazer seus filhos para o centro da cidade, mas, num primeiro momento, eles não quiseram acompanhá-la. Como ela me contou, não tinha argumento que convencesse Layla e Vitor – que tinha voltado de São Paulo – a trocarem a Zona Oeste pelo Centro da cidade. Decidida a ficar no centro, Leonor lhes disse: bem, fiquem aí que eu vou embora, tchau, cuidem da vida de vocês. Não demorou muito para ela voltar atrás e iniciar suas estratégias para levar os filhos para morar consigo na ocupação.

3.1.1.4.1 Layla

O primeiro dos filhos a ir morar com a mãe foi a Layla. Naquele momento, com as palavras de Leonor, ela estava numa rebeldia só: ela tinha colocado piercing na língua e na orelha escondida da mãe, dava problemas na escola, se metia em encrencas no bairro, tinha deixado a Igreja Adventista... Leonor trouxe Layla contra a sua vontade e logo conseguiu uma vaga para a filha estudar no Colégio Estadual Souza Aguiar, segundo ela me falou, uma das melhores escolas públicas do centro da cidade à época. Para conseguir a vaga, ela foi sozinha conversar com o diretor. Rindo comigo, Leonor me contou que ela chegou para falar com o diretor da escola com aquela cara de senhorinha, comportadinha, cabelo comprido, saia comprida, carinha de crente, e pensava: mal sabe ele como é a minha filha que vai chegar aqui.

Como lembra Leonor, cerca de uma semana após o início das aulas, o diretor a chamou na escola, disse a ela que sua filha tinha muitos amigos no Morro da Providência, que ela trabalhava pro tráfico de drogas e que ela era chefe de quadrilha. Chocada com palavras do diretor, pois, como ela me falou eu era crente e era difícil acreditar nessas coisas, não entrava em sua cabeça como, em tão pouco tempo, sua filha poderia ter muitos amigos e entrado para o tráfico de drogas: Camila, eu não sabia nem onde eu estava e minha filha já conhecia tudo isso aqui. Ao chegar em casa, Leonor deu uma surra em sua filha e lhe disse: você é o meu sonho e o meu sonho é ver a minha filha formada e não chave de cadeia. Leonor foi chamada novamente na escola quando Layla começou a dar em cima e a cantar uma outra menina do colégio. Em guerra com a filha, Leonor decidiu levar Layla de volta para a casa da avó.

Em Santa Cruz, Leonor tentou rematricular Layla em sua antiga escola, mas a vaga de Layla já havia sido ocupada. Entretanto, Leonor achava que a diretora não queria sua filha de volta na escola e estava fazendo um jogo duro para não a matricular. Mesmo assim, a diretora mandou chamar Layla e lhe passou um sermão na frente de sua mãe, dizendo que ela tinha que aproveitar a oportunidade de estudar em uma das melhores escolas públicas da cidade e valorizar o esforço de Leonor. Não vou me estender sobre esses diálogos entre Layla e a diretora

da escola, narrados em detalhes por Leonor. O fato, é que Layla voltou a morar com Leonor na Ocupação Nelson Mandela, deixou de estudar, e se juntou, nas palavras de Leonor, com o bonde dos sem futuro. E aí, minha filha virou uma tremenda de uma sem futuro, mas alguns anos depois, ela pegou no futuro novamente.

O período que Leonor chama de sem futuro, foi o tempo em que Layla começou a usar drogas ilícitas como maconha, loló e cocaína e depois começou a trabalhar para o Comando Vermelho do Morro da Providência. O sem futuro, no sentido dado por Leonor, tinha uma atribuição clara à possibilidade de sua filha se viciar nessas substâncias de forma irreversível e na possibilidade de morrer de overdose, pela polícia ou pelo próprio tráfico. Foram diversas as vezes em que Leonor me narrou suas andanças pela favela atrás de sua filha, o que fez com que ela conhecesse a Providência como a palma da minha mão. Lembremos que assim que Layla completou 18 anos, ela foi presa e sua detenção durou 9 meses. Foi para tirar a filha da cadeia que Leonor deixou a Igreja Adventista. Meses após conseguir a liberdade, Layla se mudou para São Paulo, começou a trabalhar como ambulante, se juntou com uma garota, o que significou que ela pegou no futuro novamente, embora ela tenha desistido de estudar, o que decepcionava Leonor. Em 2018, Leonor estava novamente preocupada com Layla, pois ela tinha tido uma recaída no uso da cocaína e essa recaída estava afetando seu casamento.

O que eu ainda não escrevi, mas penso ser importante para entendermos outra das histórias de dor e ressentimentos que tecem a vida ordinária de Leonor, é que quando sua filha foi pega, levada para o Casarão por policiais do BOPE e torturada, seu filho Rudah e outros vizinhos estavam na portaria do prédio, testemunharam este momento e, como ela recorda, não fizeram nada. Leonor estava no trabalho como cuidadora de um idoso com Alzheimer quando Layla foi torturada. Essa história foi reanimado por Leonor em diferentes situações durante a pesquisa e ela repetidamente me dizia que não conseguia perdoar aqueles que se omitiram de tentar ajudar Layla e que se ela estivesse lá, ela morreria ao enfrentar os policiais, mas a sua filha não teria sido sufocada com um saquinho na cabeça.

3.1.1.4.2 Vitor

Em meio a idas e vindas entre as cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, Vitor conseguiu um trabalho de camelô com Seu Álvaro na rua Santo Antônio, centro da cidade, quando ele ainda morava em Santa Cruz e acompanhava a mãe nas viagens para vender produtos no entorno da rodoviária. Embora ele tenha recusado num primeiro momento a mudança para a ocupação por achar aquele lugar horrível, logo ele entendeu que morar no

centro facilitaria a sua vida. O que Leonor não sabia, era que seu filho já era viciado em cocaína quando chegou na ocupação. Não demorou muito para que ele começasse a faltar no trabalho e, como Layla, ele também se juntou ao bonde dos sem futuros.

Contudo, no caso de Vitor, o bonde dos sem futuros era feito por garotos que moravam na ocupação e gostavam de subir no quarto de um dos moradores do prédio para jogar RPG – sigla que abrevia a expressão em inglês role playing games. O RPG é um jogo no qual os participantes inventam e interpretam seus papéis, criam suas histórias e, como ela me disse é viciante. Leonor me contou que esses meninos eram terríveis e que foi um inferno: você estava dentro de casa, passava um no corredor e assobiava, shiiiiiii. Esse era o sinal, e todos os jovens iam jogar. Durante os jogos:

Eles faziam uma reunião amigável, tipo: um fuma craque, outro cheira loló, outro fuma maconha, outro cheira pó. Eles faziam o rateio, pegavam o dinheiro dessa vaquinha, um ia buscar a droga e todos os outros usavam a droga que esse um gostava.

Conforme Leonor me contou, muitos jovens enlouqueceram ao jogar o RPG na ocupação.

Leonor se lembra que na época ela juntava latinhas de alumínio para complementar a renda. Certa vez, ela tinha guardado três sacos grandes de latinha em sua casa e faltava pouco para conseguir trocá-los por uma quantia razoável de dinheiro. Sem dinheiro para poder jogar RPG com os amigos, o que significava não ter nenhum dinheiro para comprar alguma substância ilícita, Vitor pegou os sacos de latinha da mãe e saiu correndo pela Central do Brasil. Leonor desceu atrás do filho gritando socorro, pega ladrão, devolve minhas latinhas e o filho respondia eu não sou ladrão, ela é a minha mãe, até que ele se afastou muito e ela desistiu de correr atrás dele. Como ela me falou:

Eu não corria atrás dele pela latinha, eu corria porque eu não queria que ele usasse drogas. Eu pensava: ele vai pegar o dinheiro e vai usar drogas. Acabou que eu desisti. Ele foi lá e vendeu as latinhas e encheu o rabo de loló e sei lá mais o que.

Leonor me disse ter muitas outras histórias mais difíceis para contar, mas que ela preferia não lembrar delas, ao menos naquele momento em que conversávamos.

Como eu falei nos capítulos anteriores, Vitor também começou a trabalhar para o Comando Vermelho do Morro da Providência, foi preso e ficou dois anos em detenção. Quando ele saiu da prisão, seguiu o caminho da irmã e foi morar em São Paulo. No natal de 2015, Vitor veio visitar a mãe pela primeira vez desde sua saída da prisão e no ano seguinte voltou a morar com Leonor. Nessa volta em 2016, Vitor também voltou a trabalhar para o Comando Vermelho e, em novembro de 2017, perdeu quase 7 mil reais em dinheiro, mercadoria e pistola durante

uma investida dos policiais do CORE. O gerente do Comando que coordenava a boca de fumo onde ele trabalhava apresentou como possibilidade que ele trabalhasse de graça para pagar o montante perdido. Mas logo nos primeiros dias de trabalho gratuito, Vitor foi ameaçado pelo matador do tráfico e apanhou. Leonor me contou que ficou observando ele ter seus pesadelos nessa noite. Durante a madrugada, Vitor pegou sua motocicleta e voltou para São Paulo. Até o final da escrita da tese Leonor rezava para que Vitor não voltasse para sua casa e viu como um sinal divino o roubo da moto de seu filho logo nas primeiras semanas em que estava em São Paulo.

3.1.1.4.3 Rudah

Rudah foi o último filho de Leonor a ir morar na Ocupação Nelson Mandela. Casado e com um filho pequeno, ele precisaria de um quarto para sua família. Era a vez de um morador chamado Heitor apresentar alguém para morar no prédio e Leonor pediu a ele que apresentasse seu filho. Em uma das assembleias de moradores, Heitor apresentou Rudah, argumentou que ele não tinha casa, que tinha família e que era batalhador. Ocorre que não existia um apartamento vazio naquele momento e Heitor sugeriu que eles morassem em uma pequena salinha localizada no primeiro andar. A reunião estava esvaziada, mesmo assim, alguns moradores argumentaram que não aceitariam que Rudah entrasse naquela salinha, pois ali não era uma moradia. Foi quando Leonor e outro morador que também queria trazer uma amiga para a ocupação fizeram um bem bolado.

Havia duas pequenas salinhas localizadas no primeiro andar do prédio. Durante a reunião, Seu Maurício e Leonor, os interessados em colocarem seus amigos e familiares para morarem na ocupação, fizeram um jogo de olhar. Como os donos do prédio não estavam na reunião – termo pejorativo que Leonor acionava para falar de um grupo de moradores que, quando juntos, dominavam as decisões coletivas – eles teriam que ser rápidos e convencer os moradores presentes a aceitarem transformar as salinhas em moradia. Leonor e Seu Maurício insistiram, dividiram rapidamente as salinhas e conseguiram os votos suficientes nesta reunião.

Segundo Leonor me contou, quando os donos do prédio souberam da autorização para a entrada de dois novos moradores, eles viraram o demônio. Logo apareceram cartazes colados pelos corredores convocando os moradores para uma nova reunião para discutirem os quartos, marcada para o dia seguinte. Era meia noite quando Leonor saiu correndo em busca de um orelhão para ligar para Rudah em Santa Cruz. Na conversa, Rudah afirmou que queria morar na ocupação. Como a reunião seria no período noturno no dia seguinte, a estratégia adotada por

Leonor foi que ele chegasse às 5h da manhã, antes da maioria das pessoas acordarem, e caísse pra dentro do quarto para depois a gente vê o que faz. Foi dessa forma que Rudah chegou na Ocupação Nelson Mandela com sua mulher e filho.

Até o final da escrita da tese, ele continuava morando na ocupação com uma nova esposa e seus dois filhos da relação anterior. Entretanto, com a instalação da boca de fumo literalmente na porta da sua casa, a condição de sua moradia ficou bastante delicada. Sua porta virou alvo de tiroteios e eles ficaram expostos: Rudah e sua família se tornaram testemunhas oculares de diversas torturas e assassinatos (cometidos por agentes do tráfico ou por policiais civis e militares) o que gera constante tensão e ameaças a eles. Em uma das vezes em que policiais militares executaram um jovem agente do tráfico na frente de Rudah e sua família, os mesmos policiais apontaram armas para a cabeça de Beatriz e Bruno e diziam que se alguém abrisse a boca, as crianças seriam mortas. Outra das vezes, agentes do tráfico ameaçaram Rudah de morte por ele fazer aulas de natação no (j a findo) programa social da UPP da Providência e ser acusado de ser fechado com polícia. Eu fazia a mediação entre os moradores da ocupação e a Comissão de Direitos Humanos da OAB nesse período e tentamos uma medida protetiva para Rudah e sua família junto ao Núcleo de Defesa de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Estado (Nudedh), mas não houve resultado.

3.1.2 Anedotas sobre eletricidade

Não   difícil imaginar que uma das primeiras a o es dos ocupantes para tornarem a Ocupa o Nelson Mandela habitável foi tirar o entulho de um prédio que estava vazio há anos, providenciar o fornecimento de água e energia elétrica e desentupir os encanamentos de água e de esgoto. Todas essas a o es foram feitas em mutirões pelos próprios ocupantes e contou com a ajuda de alguns apoiadores. O prédio, que antes de ser abandonado funcionava como um pequeno hotel para funcionários de órgãos públicos, tinha, por este motivo, tubula o es de água e esgoto em todos os pequenos apartamentos, o que facilitou a instala o  dos vasos sanitários, de torneiras e chuveiros, se comparado com outras ocupa o es que ocorreram no centro da cidade (ver: Fernandes 2013a).

Leonor se mudou para a Ocupa o Nelson Mandela poucos meses após o seu surgimento. Embora a ocupa o  já tivesse com o fornecimento de água e energia elétrica minimamente garantido, tanto a água quanto a energia não haviam sido regularizadas e esta era uma das grandes batalhas naquele momento. Para conseguirem rapidamente a energia elétrica, os moradores fizeram “gatos”, no qual puxavam energia dos postes públicos localizados na rua

da ocupação para os apartamentos. Militantes e outros apoiadores da ocupação haviam iniciado o processo de regularização do fornecimento de energia elétrica junto ao Governo do Estado e da Light, empresa privada responsável pela distribuição da energia na cidade do Rio de Janeiro. Assim que Leonor chegou na ocupação, funcionários da Light fizeram uma vistoria no prédio e retiraram todos cabos que faziam a ligação entre o prédio e a rua, o que impediu o fornecimento de energia elétrica por três meses.

Os conflitos em torno do fornecimento de energia elétrica que conto abaixo não são histórias lineares, mas são aquelas que Leonor lembrava e que eu pude anotar durante os anos de pesquisa. Em 2010, ano em que eu entrei pela primeira vez na Ocupação Nelson Mandela, a empresa Light já havia regularizado o fornecimento da energia elétrica e estabelecido um acordo com o Governo do Estado, mais especificamente com o ITERJ, no qual este órgão se tornou responsável pelo pagamento da eletricidade consumida pelos moradores. Assim, como o passar dos anos, as tensões e os conflitos que ocorreram em torno da eletricidade foram se esmorecendo nas narrativas de Leonor e só apareciam no cotidiano quando ocorria um curto circuito, quando queimava uma geladeira ou uma televisão (de um vizinho, pois ela perdeu apenas o chuveiro elétrico nessas circunstâncias) ou quando um morador instalava um ar-condicionado ou um forminho elétrico que, geralmente de segunda mão, sobrecarregava as instalações elétricas e, por vezes, fazia com que o fornecimento de energia fosse interrompido.

Meu intuito ao trazer narrativas que falam dos conflitos que envolveram a energia elétrica na ocupação está na tentativa de dialogar com a afirmação de Akhil Gupta (2015b) que diz que a relação entre energia elétrica e os pobres urbanos é particularmente tensa no interior dos estados localizados no sul global. Por ser algo fabricado pela humanidade, a eletricidade, como ele afirma, é absolutamente social e envolve reivindicações pessoais, políticas e materiais sobre a infraestrutura da cidade. Como Gupta (2015b) e Dominic Boyer (2015), cada um à sua maneira, argumentam, ao contrário dos combustíveis fósseis, eletricidade é um objeto imaterial que não pertence ao mundo natural, embora seja proveniente dele. Desde seu surgimento, a eletricidade é sempre mediada, e, portanto, ela só pode ser pensada em suas relações sociais, culturais e políticas. Ambos os autores afirmam que os estudos sobre eletricidade têm sido negligenciados nas pesquisas antropológicas, mas a distribuição da energia elétrica é fundamental para entendermos as linhas de força que atravessam o mundo contemporâneo e, o que me interessa, a vida cotidiana⁴⁵. Minha tentativa, com as histórias relacionadas ao

⁴⁵ No Rio de Janeiro especificamente, a tese de Pricila Loretto (2016) se dedicou a entender como se deu a instalação de medidores digitais de energia elétrica pela empresa Light na favela Santa Marta após a instalação de uma UPP no local, bem como os conflitos entre moradores, agentes da empresa privada e agentes do estado

fornecimento de energia elétrica que trago abaixo, é começar a entrar nas discussões empíricas sobre infraestrutura urbana.

3.1.2.1 Lembrança 1: vistoria

Havia uma gambiarra montada que permitia que a energia elétrica chegasse nas casas dos moradores do prédio. Como Leonor me contou, as negociações entre os moradores, o Governo do Estado, o ITERJ e a Light já haviam começado e, para que o acordo avançasse, não era permitido o uso de energia de forma irregular, ou na forma de gato na linguagem local. Mas como morar em um apartamento sem energia elétrica? Não é difícil imaginar que os moradores logo encontraram estratégias para driblar essa imposição. Leonor já tinha se mudado do 11º para o 8º andar. Seu apartamento e todos os apartamentos que eram virados para a rua não podiam deixar aparecer nem um mísero feixe de luz através de suas janelas. Como ela me falou: eu tinha uma televisãozinha e um pouquinho de luz para sobreviver, só. Durante a negociação para a regularização do fornecimento de energia, era comum que os funcionários da Light fizessem vistorias surpresas.

Para não ter problemas com a Light, Leonor foi até o Saara – mercado de artigos populares próximo à Central do Brasil – e comprou um tecido grosso tipo esses couros para encapar sofá, cortou do tamanho exato, grampeou e vedou sua janela, impedindo qualquer saída de luz para fora do prédio. Assim, Leonor fechava a janela e a acendia as luzes de casa tranquilamente. Enquanto a sua estratégia foi a de pregar tecido para encapar sofá, a do seu vizinho foi a de colocar papel alumínio, de outro morador foi a colar cartolina preta. Acontece que era verão e o calor estava escaldante. Ao vedar a janela, a casa virava um forno e nem ventilador eu tinha naquela época, era até difícil cozinhar a janta. Contudo, ao fechar a janela com aquele coiso preto, ela podia ligar a televisão, como se estivesse tudo normal e só o calor era demais.

3.1.2.2 Lembrança 2: sobrecarga

Do processo que levou à regularização do fornecimento de energia elétrica, Leonor se lembrava que a grande maioria dos moradores queria que fossem instalados medidores de

envolvidos. Também sobre a instalação de medidores digitais em Johannesburgo na África do Sul, o trabalho de Antina von Schnitzer (2016) é bastante rico para pensar os conflitos que envolvem eletricidade entre poder público, empresas privadas, no caso multinacionais, e moradores pobres urbanos.

energia por apartamento, ou seja, cada um com seu relógio. Entretanto, a Light instalou apenas um medidor que refletiria o consumo total da energia elétrica utilizada por todas as famílias que moram no prédio. Mesmo com a regularização do fornecimento de energia elétrica, as instalações da fiação continuavam precárias. Por isso, as quedas de energia e os curtos-circuitos nunca foram resolvidos o que levava à queima de eletrodomésticos como já descrevi acima. Nós nunca deixamos de viver em um campo minado, me falou Leonor, é risco de incêndio constante o que a gente vive.

Em uma das reuniões entre os moradores do prédio na qual estava presente um engenheiro da Light, este explicou que não poderia haver sobrecarga de energia, o que significava naquele momento a impossibilidade de instalação de chuveiros elétricos, em resumo: sem água quente no chuveiro. Na época, foi formada uma comissão de moradores do prédio para vistoriar as casas e verificar se havia instalações de chuveiro, ar condicionado ou outros eletrodomésticos que sobrecarregavam o fornecimento de energia elétrica. Dona Áurea era uma das únicas moradoras que tinha chuveiro elétrico na época das vistorias, como se lembra Leonor. Cada vez que circulava na rádio corredor que a comissão estava subindo para vistoriar os apartamentos, ela corria para seu apartamento e desinstalava rapidamente o chuveiro elétrico para reinstalá-lo logo que os membros da comissão deixavam sua casa. Não demorou muito para a comissão se enfraquecer e os moradores paulatinamente instalaram seus chuveiros, ar condicionados, forminhos elétricos...

Leonor foi uma das moradoras que, assim que a comissão de vistoria acabou, instalou chuveiro quente em sua casa, mas logo ele queimou. Para tomar banho, ela voltou a esquentar água no fogão até o momento em que Dona Geraldina foi morar com ela. Desde então, eu nunca mais fiquei sem chuveiro quente, por ela, por causa dela. A cada queda de energia no prédio, Leonor me disse fica preocupada e atenta com sua geladeira que faz um barulho esquisito e canta uooooooooo. Mas graças a Deus ela ainda não queimou.

3.1.2.3 Lembrança 3: os cortes

No primeiro ano da ocupação, as lideranças do prédio que incluíam moradores e militantes externos que apoiavam a ocupação – e que Leonor e seus amigos chamavam de os donos do prédio – haviam criado uma regra que não agradou muita gente. O início da ocupação foi marcado por assembleias quase que diárias no período noturno visando discutir os problemas relacionados ao prédio, mas muitas vezes os assuntos se desviavam para questões políticas mais abstratas e ela detestava. A regra criada pelas lideranças era que, caso um

morador faltasse a três reuniões seguidas, o fornecimento de energia elétrica para o seu apartamento seria cortado.

Para não ter a luz de sua casa cortada, Leonor frequentava todas as reuniões. Como ela me falou:

Eu programava bastante o meu cérebro para ir para reunião e eu chegava na sala de reuniões e eu sentava porque eu sempre estava cansada mesmo e eu dormia. Naquela época eu era crente, por isso, eu não tinha muita boca pra falar e sempre ficava quieta nas reuniões, mas não foi ruim, porque eu observava muito e eu aprendi muito bem como eram as pessoas.

Seu amigo Juliano não se conformava com as dormidas de Leonor nas reuniões, em seu raciocínio, eles não poderiam dormir no meio dos inimigos. Não raro Leonor era despertada de seu sono durante as reuniões em baixo de uma chuva de socos e pontapés, especialmente quando a pauta era a expulsão de algum morador.

A prática de cortes de energia elétrica imposta pelos militantes sobre os moradores que se não participavam das reuniões só foi finalizada quando um grupo se organizou, foi até a polícia e fizeram um boletim de ocorrência.

3.1.2.4 Notas sobre os conflitos em torno da energia elétrica

Falar de eletricidade não é falar da “coisa em si”, mas das relações que as compõem, como nos ensina Akhil Gupta (2015b). Através dos conflitos narrados acima, vemos como uma condição aparentemente básica, como ter energia elétrica em casa, pode ser muito mais complicado do que se imagina. A eletricidade é um dos pontos da vida cotidiana onde convergem vários micropoderes e se materializam os conflitos: do estado, da empresa privada, dos militantes, do coletivo, na qual os moradores acabam criando estratégias para contorná-los. Com as condições materiais sempre marcada pela indeterminação, o acesso à eletricidade foi feito através de diversas táticas e negociações que deslizavam entre o legal e o ilegal, o regular e o irregular.

Gostaria aqui de fazer uma nota sobre uma ação que me deixou perplexa. Um dos motivos que fazia Leonor sempre levantar suspeitas em relação aos militantes era exatamente os cortes no fornecimento de energia elétrica como forma de exigir que os moradores da ocupação participassem das reuniões coletivas. Ao ler o trabalho de Alexandre Magalhães (2017), ele descreveu como o poder público cortava o fornecimento de água e eletricidade como forma de pressão sobre os moradores de favelas marcadas para remoção para que eles deixassem o local. A minha perplexidade se deu ao entender como agentes do estado e agentes

dos movimentos sociais podem utilizar as mesmas técnicas de poder para aterrorizar e tornar a vida mais difícil, na qual as infraestruturas acabam por servir como canal material para a violência (Howe et al. 2015). Com outras palavras, o que me deixou atônita, foi pensar em como as técnicas da “guerra de infraestrutura” (Mbembe 2011) levado a cabo por agentes do estado está inscrita na subjetividade das pessoas, cujo limite máximo são os usos das mesmas técnicas disciplinares de terror contra as populações pobres. São esses e outros micropoderes relacionados aos militantes e aos donos do prédio, nas falas de Leonor, que foram lentamente marcando as relações e construindo lacunas que tornavam a convivência sempre mais difícil. Veremos outros desses problemas no correr dos capítulos.

3.2 Água em disputa: tempos sobrepostos, conflitos emaranhados

Com a escala de valores alterada, as causas das disputas sanguinárias na cadeia parecem inteiramente incompreensíveis ao observador externo.

Varlam Chalamóv. Ensaios sobre o mundo do Crime, Contos de Kolimá 4.

Em dezembro de 2017, Leonor venceu por unanimidade a eleição interna que ocorreu na Ocupação Nelson Mandela na qual foi decidido o novo responsável pela cobrança e pagamento das contas de água. Os cortes no abastecimento de água da ocupação vinham se tornando corriqueiros no último ano e, por este e outros motivos, Leonor suspeitava que a moradora responsável pelo pagamento da conta não estava fazendo corretamente, embora ela fizesse a cobrança da água nos apartamentos à sua maneira. Por isso, Leonor e sua amiga Kátia foram até o prédio da CEDAE solicitar as contas e verificar o que havia sido pago. Kátia e Leonor imaginavam que três ou quatro contas de água estariam em aberto, mas, para a surpresa das amigas, nove contas de água não haviam sido pagas nos últimos dois anos, o que comprometia não apenas a cobradora atual, mas também o cobrador anterior. O hidrômetro do prédio era apenas um e media o consumo de todos os apartamentos, o que fazia do uso da água e do pagamento da conta uma experiência necessariamente compartilhada entre os moradores da ocupação.

Diferente do que ocorreu com o fornecimento de energia elétrica – no qual o Governo do Estado através do ITERJ foi imputado a pagar a eletricidade consumida pelos moradores para a empresa Light – o pagamento do consumo da água ficou sob responsabilidade dos

moradores da Ocupação Nelson Mandela. É interessante que os processos de regularização do abastecimento de água e eletricidade na ocupação não levaram às mesmas decisões pelos agentes do estado. Enquanto, através de um acordo, o Governo do Estado garantiu o pagamento do consumo de energia elétrica ao fazer a transferência direta de dinheiro público para a empresa privada Light, sem que nenhum morador tivesse acesso ao valor dessas contas, foi decidido em audiência pública que os moradores seriam responsáveis por pagar o consumo da água diretamente na CEDAE. Esta responsabilidade se tornou um dos principais pontos de tensão entre os moradores da ocupação durante todos os anos de minha pesquisa. Após a invasão do tráfico de drogas e a instalação de uma boca de fumo na portaria do prédio, os problemas em torno da água ganharam novos contornos, especialmente porque esses agentes passaram a ser mediadores nesses conflitos.

Embora a formalização jurídica da moradia tenha ocorrido apenas no ano de 2012, como veremos no próximo capítulo, a legalização da água e da eletricidade ocorreu em 2006 e, em alguma medida, reconhecia a moradia dos ocupantes. Contudo, a regularização não impediu que o abastecimento de água se desse de forma precária, que incorresse em sucessivos cortes e, desde 2013, agravado pelas disputas com agentes do tráfico de drogas. Através dos problemas que trabalharei abaixo, entendo que a legalização e regularização que garantiu o abastecimento e pagamento da conta de água não pode ser lido através de uma narrativa linear, ao contrário. O que eu quero mostrar é como o “legal” aparece como uma categoria instável, na qual as próprias noções das pessoas de legal e ilegal estão inseridas em complexas práticas que incluem o maquinário administrativo do estado (Das 2011b) e estão emaranhadas nas histórias e relações.

Neste capítulo, eu quero olhar de perto, portanto, para as disputas em torno do abastecimento de água na Ocupação Nelson Mandela nos diferentes níveis que pude registrar. Dentre eles, trabalharei os efeitos das frequentes desconfianças e acusações de roubo em torno do dinheiro da água, materializado nos boletos e recibos que atestavam o pagamento. Outros papéis também foram importantes na configuração de conflitos, como na vez em que os moradores receberam da CEDAE, de forma ilegal, um aviso de corte no fornecimento da água e foi necessário recuperar o Mandado de Segurança emitido em 2006 que garantia o abastecimento. Em ambos os casos, embora de modo diferente, veremos como o acesso à água é um composto por acúmulos de leis, histórias sociais, práticas políticas e materiais (Anand 2017a). Assim, veremos como as camadas do tempo e as histórias da e na ocupação se inscreveram nos conflitos em torno do abastecimento da água no prédio.

Durante toda a tese eu trabalhei os emaranhados que fazem do passado uma experiência embebida no presente e aqui quero continuar essa discussão a partir de outros ângulos. Se, como Appel, Anand e Gupta (2015) falam, as infraestruturas são ao mesmo tempo estruturadas e sempre em processos de formação e de ruínas, um dos pontos que quero destacar é como as reformas nas tubulações de água e esgoto na região da Central do Brasil promovidas pelo projeto de reurbanização Porto Maravilha (iniciadas em 2013 e finalizadas em 2015) foram realizadas sobre infraestruturas já existentes, o que nos leva à história das construções da infraestrutura no centro da cidade. Por outro lado, ao observarmos o resultado dessa reforma na vida cotidiana dos moradores da ocupação, veremos como ela alterou para pior as condições de abastecimento de água.

Para desenvolver essas questões, estou pensando nas provocações colocadas por Nikhil Anand (2011 e 2017a) quando ele analisa o abastecimento de água em Mumbai e seus efeitos no cotidiano. O autor nos incentiva prestar atenção aos processos de transformações no abastecimento de água da cidade como chave analítica para entendermos a produção e atualização da desigualdade. Ao mesmo tempo, observar as dinâmicas do abastecimento de água na cidade nos permite quebrar as fronteiras do público e do privado, na medida em que a água é um dos meios com que os governos e/ou empresas entram nas casas e gerem a vida das pessoas. Mais especificamente, o autor nos mostra como o abastecimento desigual e feito em escalas, em que bairros mais abastados recebem mais água e favelas recebem menos água, produz escalas de tempo na cidade e incide de forma específica na vida das mulheres pobres. Ao analisar a dinâmica de trabalho de três mulheres para abastecer sua casa com água potável, Anand argumenta que esse abastecimento de água acaba por atualizar o lugar das mulheres nas dinâmicas domésticas, visto que são elas as responsáveis pela vida cotidiana da casa e, como consequência, as mulheres acabam deixando o trabalho e/ou os estudos para que suas casas e consequentemente os membros de suas famílias tenham água.

Ao observarmos as lutas de Leonor para a continuidade do abastecimento de sua casa com água, veremos como as camadas de tempo estão emaranhadas nos conflitos, no qual água é a materialidade que está na formação de relações sociais, na produção de alianças e acusações, moralidades, medos, dinâmicas domésticas e públicas... A luta para manter o abastecimento de água engendrada por Leonor está ancorada na escassez – ora de dinheiro ora da própria água – e é feita a partir de diferentes arranjos formais e informais, de uma ampla rede de relações que incluem vizinhos, tráfico de drogas, agentes do estado bem como as políticas de estado. O que quero mostrar abaixo é como a precariedade do abastecimento de água não se dissocia das

disputas com grupos masculinos armados ou com agentes do estado, ao contrário, a água está no centro das batalhas micropolíticas de poder.

3.2.1 Tempos e conflitos emaranhados

Como eu falei no início do capítulo, em dezembro de 2017 Leonor foi eleita pelos moradores da Ocupação Nelson Mandela e passou a ser a responsável por cobrar 12 reais mensalmente de todos os 70 apartamentos, pagar os 700 reais, valor médio do consumo de água em 2017 e, com o troco, comprar os boletos para os recibos, canetas entre outras necessidades do cobrador. Leonor ficou feliz ao ganhar a eleição por unanimidade, como ela ressaltava, e interpretou esse fato como um reconhecimento público por todo seu esforço em acertar o pagamento das contas de água nos anos de 2014 e 2015. Durante a reunião, alguns moradores concordaram que Leonor foi a única moradora do prédio que colocou tudo certo quando foi a responsável pelo pagamento da água e, como ela me disse orgulhosa, foi mesmo. Ela estava desconfiada de que havia contas em aberto, prática comum nos quase 12 anos de água regularizada, por isso, Leonor foi dia após dia construindo alianças para voltar a recolher o dinheiro e pagar a conta de água.

Eu havia acompanhado seu trabalho como cobradora de água entre os anos de 2014 e 2015 e, naquele período, eu conheci o universo dos conflitos e sabia que ela voltaria a estar no olho do furacão. Por esse motivo, eu fiquei preocupada quando ela me falou que queria pegar a água de volta e expressei esse sentimento. Na minha interpretação, ela já estava absolutamente sobrecarregada no cuidado diário com sua mãe e com sua casa, embora Vitor tivesse voltado para São Paulo o que aliviou o seu trabalho e aflições cotidianas.

Leonor concordou comigo quando eu disse que voltar a cobrar a água lhe traria muitos problemas. Mas, como ela me explicou, mesmo que ela não tivesse tempo, ela iria cobrar a água, uma vez que seu medo era o de ficar sem água. Depois da reforma nas tubulações de água na região, finalizada em 2015, Leonor buscava água quase que diariamente para poder cozinhar e isso já produzia desgaste suficiente: estou toda quebrada, toda machucada de tanto buscar água. Imagina se eu ficar sem água para lavar a roupa, sem água pra tudo? Para que eu entendesse o que ela falava, Leonor me deu o seguinte exemplo:

Ontem a minha mãe cagou em tudo, hoje ela também cagou em tudo, você imagina se eu tiver que buscar água pra limpar esta bosta toda que tem que passar 50 vezes na água para sair o cheiro?

Na continuação de seu argumento, cobrar a água certamente lhe traria muitos problemas, mas ficar sem água nenhuma lhe traria um problema muito maior. Outra questão era a possibilidade de perder o subsídio que barateia o preço da água, garantido no processo de regularização e cuja falta de pagamento ameaçava suspendê-lo. Seu medo era que o pagamento de um produto vital pudesse se tornar mais caro do que ela poderia pagar ou ainda que limitasse seu orçamento doméstico ao ponto de interferir na compra das fraldas geriátricas de sua mãe, na medida em que o dinheiro já não era suficiente para deixá-la vestida o dia todo. Se Deus abençoasse e um morador decente surgisse para cuidar das contas da água, ela não se colocaria nessa posição, mas, como essa pessoa não existe, Leonor decidiu organizar o meu tempo pra deixar essas contas do jeito que eu entreguei. Eu tenho que fazer do jeito que dá!

3.2.1.1 A dívida e a eleição

Durante todo o ano de 2017 o abastecimento de água da Ocupação Nelson Mandela foi intermitente. Leonor atribuía essa inconstância, em parte, à reforma urbana que alterou a rota e o fluxo de abastecimento da água no centro da cidade, e também à falta de pagamento das contas de água. Ela e outras mulheres da ocupação viram seu cotidiano virar de ponta cabeça por causa da falta de água, como ela me contou, exatamente por serem elas as responsáveis por conseguir a água para os afazeres domésticos. Boa parte das mulheres na ocupação não eram casadas e tinham que dar conta da casa, dos filhos e dos idosos, além de conseguir o dinheiro para o sustento da família. Para verificar o que estava acontecendo, Kátia e Leonor foram até a CEDAE saber se havia contas de água a serem pagas. Como eu descrevi acima, 9 boletos da CEDAE não haviam sido pagos nos últimos 24 meses.

Quando Kátia e Leonor voltaram da CEDAE com as contas que estavam em aberto, elas começaram a espalhar a novidade que rapidamente caiu na rádio corredor e, até o final do dia, todos os moradores do prédio souberam das contas atrasadas e também os agentes do tráfico de drogas. Não demorou muito para que alguns moradores fossem até a casa de Alcina, a última cobradora de água da ocupação, a acusassem de roubo e lhe fizessem ameaças, inclusive de violências físicas. Contudo, Alcina não tinha pago apenas três contas e Nilson, o cobrador anterior, era responsável por seis contas não pagas. Entretanto, além de homem, Nilson tinha alianças com agentes do tráfico e ele não foi interpelado, ao menos não da forma como interpelaram Alcina.

Ao saber que suas vizinhas tinham ido à CEDAE, Alcina, num primeiro momento, negou a acusação de que ela não tinha pago as contas. Mas, sem apresentar os recibos que

comprovavam o pagamento, Alcina logo assumiu as dívidas. Assim, ela decidiu procurar Leonor. Conforme ela me contou, Alcina chegou em sua casa pedindo um conselho e afirmava que sempre havia recebido bons conselhos de Leonor. A vizinha justificava que iria pagar as contas do tempo em que ela era a cobradora, que Nilson era o principal responsável pelas contas em aberto e Leonor concordava com ela. Alcina perguntou a Leonor porque ela queria puxar o tapete dela, enquanto Leonor argumentava que ela não queria puxar o tapete de ninguém, mas sim fazer o levantamento da água para que não houvesse o risco de corte no abastecimento. Fosse Alcina ou não a cobradora, ela iria na CEDAE de qualquer maneira. Segundo Leonor me narrou, Alcina lhe disse que não a procurava por achar que Leonor estava estranha com ela. Para mim, ela disse achar engraçado a vizinha lhe achar estranha, quando era ela quem se recusava a cumprimentá-la já fazia um ano.

O fato é que no natal de 2016, Layla havia ido visitar a mãe na companhia da namorada. Em uma das noites, Alcina – que vivia no apartamento abaixo do de Leonor – bateu na porta da vizinha dizendo que Layla e Berta faziam muito barulho na cama, que os barulhos não a deixavam dormir, e elas discutiram. Depois desse episódio, Alcina começou a fazer uma obra em sua casa no período noturno, cujo limite para Leonor foi quando à meia noite ela furou uma parede com furadeira. Leonor desceu até o apartamento da vizinha para reclamar do barulho e deu problema, discutimos. Foi assim que elas viraram a cara uma para a outra.

Quando Alcina começou a cobrar a água, ela, que não falava e sequer cumprimentava Leonor, não ia até o apartamento da vizinha receber o dinheiro. Leonor, por sua vez, não levava o dinheiro até a casa de Alcina porque:

Ela tinha horário, entendeu, não podia bater de manhã porque estava dormindo, não podia bater de noite porque estava trabalhando, quando a gente se encontrava no corredor, ela não tinha recibo e eu não pago sem recibo. Camila, eu não estou à disposição dela não.

Entre encontros, desencontros e caras viradas, Leonor chegou a ficar pela primeira vez, como ela me disse, cinco meses sem pagar o dinheiro da água. Conforme Leonor argumentou para justificar a falta de pagamento: ela sobe até o 13 para receber e na minha casa ela não bate.

Todavia, era certo que um dia Alcina iria cobrar a água de Leonor e ela aguardava este momento. Quando este dia aconteceu, Alcina bateu na casa de Leonor e ela a recebeu com a frase: que bom que você lembrou que eu existo. Leonor lhe convidou a entrar em sua casa, indicou o sofá para ela sentar, procurou o dinheiro da água em um de seus esconderijos, lhe entregou 60 reais, sendo que, à época, o valor de 5 meses de contas daria 55 reais, e disse para Alcina ficar com o troco. Alcina fez o recibo de cinco meses para Leonor e foi embora, como

ela me narrou, de cara no chão, visto que a prática comum era que os moradores não tivessem o dinheiro para pagar a conta. Para não correr este risco, Leonor guardava o dinheiro da água todos os meses em um de seus esconderijos dentro de casa:

Eu guardo, porque eu não sou trouxa, eu escondo como se esse dinheiro não existisse. Porque a hora que ela vem, o dinheiro está aqui. Pode passar um ano sem vir, mas o dinheiro vai estar aqui.

Após este episódio, Alcina voltou a ficar 3 meses sem receber a água na casa de Leonor que também não descia na casa de Alcina. Era setembro de 2017 quando Alcina foi novamente cobrar Leonor, mas, na hora de cobrar, Alcina recebeu o mês de julho duas vezes. Como Leonor sempre guardava todos os recibos das contas de água em uma pasta, ela conferiu e percebeu o erro da vizinha e aguardaria a nova cobrança para acertar essa conta. Contudo, Alcina tentava acertar a sua dívida e queria receber o dinheiro de quem estava devendo a ela para poder pagar as três contas da CEDAE. Uma de suas estratégias, foi fazer um cartaz e colocar os nomes e os valores de todos os devedores. Assim, com os nomes expostos publicamente, todos souberam que o morador X não pagava a água fazia 18 meses, outro há 24 meses, outro há 3 meses e Leonor foi inclusa na lista dos caloteiros, o que a deixou furiosa. Com os recibos na mão, Leonor foi até a casa de Alcina e mostrou o erro que ela havia cometido na última cobrança. Portanto, ela devia apenas 2 meses e não 3 como tinha sido acusada. Leonor acertou suas contas na hora e Alcina riscou o seu nome da lista de devedores.

Alcina era enrolada para pagar as contas. Segundo Leonor, ela tinha a sua técnica específica. Ao invés de pagar as contas mensalmente – os boletos não chegavam na ocupação e o cobrador precisava ir até a CEDAE buscá-lo – ela guardava o dinheiro e pagava essas contas a cada três meses, podendo variar até cinco meses. Leonor me contou que ela frequentemente falava pelos corredores que sentia dó de entregar os mais de dois mil reais a cada vez que ela ia pagar as contas da CEDAE. Essas colocações de Alcina, que chegavam pela rádio corredor na casa de Leonor, sempre a deixavam inconformada e, para mim, ela repetia: como ela sente dó de gastar um dinheiro que não é dela? Foi dessa maneira que Leonor começou a suspeitar que Alcina não pagava a água corretamente. O que acirrou suas suspeitas foi uma situação que Leonor presenciou no corredor, a saber, a tentativa de uma moradora pagar para Alcina dois meses de água e ela se recusar a receber o dinheiro com os dizeres: melhor eu não pegar agora, porque eu gasto.

Havia outro agravante. Alcina espalhou para todos os moradores que ela tinha virado uma empresária. Com o marido preso, ela passou a ser a única responsável pelas despesas de sua casa. A saída encontrada para amenizar sua vida foi comprar um pula-pula e uma piscina

de bolinhas e alugar os brinquedos para festas infantis. Leonor entendeu, com o meu raciocínio curto, que Alcina comprou os brinquedos com o dinheiro da água. Observando as contas de Alcina que estavam em aberto, ela começou a especular que sua vizinha pagava dois meses de água e deixava um para trás, depois pagava mais dois meses e deixava outro mês. Assim, ela conseguiu o dinheiro para seu investimento, ao mesmo tempo em que ela apresentava contas pagas para o coletivo quando era solicitado, o que fazia com que os moradores ficassem satisfeitos com a prestação de contas. O que aconteceu a partir da narrativa de Alcina eu não tive acesso.

Após se espalharem as notícias de que havia nove contas a serem pagas cujo valor daria aproximadamente 6.500 reais, os moradores convocaram uma reunião urgente. No entanto, apareceu um problema. O diretor do prédio – gerente do tráfico de drogas – comunicou que estaria presente na reunião. Rudah, o filho de Leonor, era o presidente da associação de moradores naquele momento e, ao receber o recado do diretor, adiou a reunião e foi conversar pessoalmente com Alcina. Leonor interpretou a ação de Rudah como uma forma de contornar essa situação e dar uma chance para Alcina resolver o problema das contas e chegar na reunião com as contas pagas. Ela cobrou o dinheiro da água de todos os moradores que deviam, trabalhou o final de semana sem parar, mas não conseguiu levantar os mais de dois mil reais das três contas que ela era responsável. Ela pagou uma conta, ficou devendo duas.

Mesmo que Alcina estivesse sob ameaça, Leonor soube através das fofocas que rolavam na rádio corredor que a cobradora não queria abrir mão do trabalho de recolher o dinheiro e pagar as contas de água e assim começou a se articular para voltar a cobrar a água. Não é difícil imaginar que com o marido preso, sendo ambulante e, agora, dona de brinquedos para aluguel, ter em mãos entre 700 e 800 reais todo mês lhe permitia sair de uma emergência. Além disso, tinha o troco. Todos os meses sobrava entre 50 e 60 reais e havia sido acordado em reuniões anteriores que esse dinheiro ficaria como pagamento pelo trabalho do cobrador de água que consistia em: passar em todos os 70 apartamentos para recolher o dinheiro, fazer os recibos manualmente para cada pagamento, ir até a CEDAE pegar a conta e, por fim, entrar em uma fila de banco para efetuar o pagamento. Cobrar a água não era tarefa fácil, especialmente quando muitos moradores (por diferentes motivos que incluíam desemprego, falta do dinheiro ou ainda não se sentirem responsáveis pela conta) não pagavam a conta. Havia também o perigo, já que as casas dos cobradores se tornavam alvos de invasões e roubos, pois todos sabiam que próximo à data do pagamento da água o cobrador teria dinheiro em casa. José, quando assumiu a função de cobrador da água, teve a sua casa arrombada e o dinheiro furtado duas vezes enquanto trabalhava de pedreiro e, frequentemente, dormia no serviço.

Sob pressão do diretor, Rudah remarcou a reunião. Nilson e Alcina estavam presentes. Ambos se comprometeram a pagar as suas contas nos próximos meses depois da ameaça de serem expulsos de suas casas pela liderança local do tráfico de drogas. Quando Alcina anunciou que gostaria de continuar cobrando a água, muito moradores foram contrários a ela afirmando que se recusariam a entregar o dinheiro para quem já roubou, ou diziam que quem deu o golpe não pode continuar cobrando a água. Para mim, Leonor falou: imagina morar aqui no centro e pagar 12 reais por mês. Isso não é nada. Mas, pagar pra quem? Quem são os sem vergonhos que estão sugando o outro? É interessante que, embora Alcina estivesse no centro das acusações, Leonor masculiniza o termo “sem vergonha”, uma referência sempre forte à dominação masculina exercida no prédio, ora pelos donos do prédio, ora pelo diretor. No caso específico, ela se referia ao argumento de Nilson que disse ter ficado com o dinheiro da água pois estava desempregado, mas logo foi rebatido visto que ele tinha uma barraca de hambúrguer na região.

Alcina se defendeu dizendo que, em uma de suas visitas ao ITERJ, a advogada da instituição lhe disse que os moradores não precisariam pagar a água e que a água nunca seria cortada, como acontecia com a energia elétrica. Essa afirmação causou um reboliço: alguns moradores a chamaram de mentirosa, outros concordaram com ela, dentre eles, Nilson. Dessa forma, os moradores, incluso Leonor, começaram uma confusão pedindo de volta o dinheiro que eles haviam entregado nas mãos dos cobradores para pagar a água: eu dei o meu dinheiro para a água, não pra vocês ou eu quero o dinheiro das nove contas na minha mão, foram as frases que os moradores que tinham pago suas contas repetiam e eles eram muitos.

Conforme Leonor me contou, ela pediu a palavra na reunião. Seu argumento remetia ao tempo em que ela foi cobradora, em 2014, e eles receberam um aviso de corte, o que já era suficiente para desmentir Alcina. Ela continuou dizendo: do jeito que é o sistema, daqui alguns anos, eles vêm e falam, “olha lá, moram, não pagam a água, não pagam a luz, não pagam nada, vamos por esse povo na rua”. Essa frase de Leonor me fez pensar no quanto a ideia de direito e cidadania está intimamente ligada ao pagamento de certos serviços, servindo também como proteção. Me fez pensar também em como o não pagamento pode ser utilizado como instrumento para justificar uma remoção. Assim, vemos como a água bem como o seu pagamento materializam o acesso a certos direitos na cidade.

No meio dessas discussões que não paravam de aumentar, o diretor do prédio ameaçou os moradores dizendo que, se eles não conseguissem resolver o problema da água, ele se tornaria o responsável por cobrar e pagar as contas. Não demorou muito para a reunião acabar. Nas conversas que ocorreram pelos corredores do prédio, Leonor e outros moradores ficaram

receosos de que, caso a conta caísse nas mãos do diretor, ele poderia cobrar um valor acima do que viria na conta, como acontece com o gás em algumas favelas controladas pelo tráfico de drogas ou como ocorre com o fornecimento de energia elétrica e outros serviços em áreas de milícias. Além disso, eles sabiam que seria muito diferente se a cobrança do dinheiro da água partisse de moradores ou de homens armados agentes do tráfico de drogas.

Na tentativa de que a água não caísse nas mãos dos agentes do tráfico, foi marcada uma nova reunião urgente. Nela, uma das moradoras propôs fazer um rodízio para pagar a conta de água, no qual um grupo de 4 pessoas se revezaria nessas atividades. Leonor, que era a principal cotada para assumir esse papel, recusou a proposta e disse que dessa maneira não trabalharia. Em seu argumento, apenas ela e José não tinham dado problemas com a água nos mais de 12 anos de contas pra pagar. Assim, se ela pegasse a conta novamente, seria do seu jeito. Para me explicar seu raciocínio, ela me disse gostar de fazer tudo certinho, que ela tinha caráter para não ficar com o dinheiro dos outros. Ela finalizou dizendo que esse era:

O meu lado chato virginiano do caralho que é o de criticar os outros. Eu não sou perfeita, mas eu tento, eu quero ser perfeita! É um lado que eu tento combater, mas eu não consigo. Faz parte dos astros.

Ao final da reunião o povo decidiu: é a Leonor a nova cobradora da água. O diretor estava presente. Ele avisou que iria cobrar de Leonor mensalmente os nomes daqueles que não pagassem a conta de água em dia e que tomaria providências.

Eu estava reunindo o material para escrever este capítulo no momento em que aconteciam essas confusões e tinha em mãos alguns dos documentos relacionados à água. Dentre eles, estava o Mandado de Segurança emitido em 2006 que regulamentou o abastecimento de água e responsabilizava os moradores pelo pagamento do consumo. Eu enviei o arquivo por whatsapp para Leonor e ela encaminhou para o grupo da água – grupo de whatsapp que ela montou com os moradores do prédio, sem o diretor já que ele não é morador – como argumento para afastar qualquer boato de que as contas não precisavam ser pagas. Eu continuo acompanhando os desdobramentos deste problema.

Com o que narrei até aqui, podemos ver como as pessoas estão no “olho do furacão” e muitas vezes precisam se envolver com pessoas e atividades que acham corruptas e antiéticos na tentativa de resolver um problema. Assim, vemos como os conflitos apresentados, e aqui pensando de forma mais ampla nas infraestruturas, são acornados em problemas absolutamente concretos e nada banais, no qual o que está em jogo é algo vital, no caso específico, água. A água, portanto, aparece como fundamental na produção de vizinhanças, dos jogos de

micropoderes, mas também de uma moral que classifica quem faz tudo certo e quem rouba, engana, é sem vergonho.

Na próxima sessão voltarei ao tema da duração, mas dessa vez para olhar a duração dos conflitos, desconfianças, histórias, relações sociais que fizeram com que quase três anos depois Leonor vencesse as eleições e ficasse responsável por cobrar e pagar a conta de água.

3.2.1.2 Cobrar a água

Não era a primeira vez que Leonor seria a responsável pela cobrança e pagamento da conta de água na Ocupação Nelson Mandela. Entre os anos de 2014 e 2015 ela já havia exercido essa função. Eu frequentava a casa de Leonor desde dezembro de 2013 e começava lentamente a construir uma relação de confiança com ela. Por isso, eu pude acompanhar parte desses processos, embora de forma menos íntima se comparado com os problemas que acompanhei em 2016 e 2017, quando, de fato, nos tornamos amigas. É a partir dos registros feitos naqueles anos que escreverei sobre as técnicas colocadas em prática por Leonor para cobrar a água dos moradores da ocupação.

Quando Leonor assumiu as contas de água no ano de 2014, ela havia sido eleita em uma condição bastante parecida como a que narrei acima: Nilson não havia pagado dois boletos de água, Gilda outros dois e Valter devia 4 meses de água à CEDAE, mesmo que eles tivessem recolhido o dinheiro dos moradores. Este último, especificamente, causou bastante revolta, pois ele fazia parte do grupo de moradores que se auto intitulavam militantes – lembremos que antes da invasão dos agentes do tráfico Leonor os chamava de os donos do prédio – e ainda fazia parte do Movimento Popular Pela Moradia (MPPM). Como veremos no próximo capítulo, muitos moradores tinham imensas desconfianças em relação aos membros desse movimento social, sedimentadas lentamente ano após ano, o que formava a uma barreira quase intransponível alimentada por acusações e xingamentos.

Assim que os golpes no pagamento dos boletos da CEDAE pelos cobradores haviam sido tornados públicos, Leonor e sua equipe de mulheres começaram a cobrar dos devedores o pagamento dessas contas. Outros moradores também começaram a cobrar à sua maneira. Sob ameaça, Valter deixou rapidamente seu quarto na ocupação após este episódio, mas ele mantinha uma barraca como trabalhador ambulante próximo à Praça Mauá. Leonor e outras mulheres iam diariamente até a sua barraca recolher o dinheiro da água que, de pingado em pingado, ele ia pagando para elas até finalizar a sua conta. Nilson tinha uma barraca de acessórios para celular ao lado da ocupação e do ponto de venda de drogas. Os agentes do

tráfico ameaçaram tomar sua lojinha caso ele não acertasse a sua dívida, e ele pagou. Eu não soube como Gilda resolveu seu problema.

A primeira ação de Leonor ao assumir a função de cobrar e pagar as contas de água foi avisar os moradores do prédio como seria a sua técnica. Mesmo que as contas vencessem no dia 16 de cada mês, ela receberia o dinheiro até o dia 10. Com isso, ela teria tempo para se organizar, ir buscar a conta na CEDAE e depois ir para o banco ou casa lotérica efetuar o pagamento. Por outro lado, entre os dias 10 e 16, ela cobraria aqueles que não haviam pagado a conta. Lembremos que ela cuidava de sua mãe e tinha que administrar suas saídas da ocupação com o tempo do sono de Dona Geraldina.

Ocorre que muitos moradores tinham acostumado a acertar as suas contas no dia do vencimento, às vezes no período noturno, quando bancos e casas lotéricas já haviam fechado. Leonor queria acabar com essa prática e com ela não tinha conversa. Em seu raciocínio, quem era ambulante tinha que se organizar para ter o dinheiro no dia 10 e quem trabalhava formalmente recebia até o quinto dia útil e poderia pagar. Uma moradora reclamava que recebia no dia 25 e Leonor falava que essas pessoas vinham com conversa fiada e ela contra argumentava dizendo pra a moradora que ela poderia muito bem guardar os 8 reais, valor da conta nos anos de 2014 e 2015, e pagar até o dia estabelecido por ela. Mas, como falei acima, receber o dinheiro não era tarefa fácil e ela já tinha a sua lista dos moradores ruins de pagar.

Para pressionar o povo ruim de pagar, Leonor colava cartazes por todo o prédio. Nele, ela desenhava dois olhos gigantes e escrevia: eu estou de olho em você. Dia 10 está chegando. Sua expectativa era que as pessoas não conseguissem desviar dos cartazes, não podendo, assim, alegar que haviam esquecido o dia do pagamento. Como ela me disse: as pessoas subiam as escadas e dava de cara com o cartaz, virava um lance, dava de cara com outro cartaz. Então, não tinha desculpa. Para cobrar aqueles moradores que não haviam pago no dia 10 e ofereciam ameaça física para Leonor, ela não batia em seus apartamentos sozinha. Ao contrário, ela montava uma equipe de mulheres com os cabelos nas ventas, as mulheres que brigam, que gritam, e ia cobrar o dinheiro da água nesses apartamentos.

Com os moradores que não lhe ofereciam ameaça, ela fazia o seguinte procedimento: quando dava meia noite, ou seja, findaria o dia 10 e iniciaria o dia 11, Leonor saía de sua casa e batia na porta dos apartamentos daqueles que ainda não haviam efetuado o pagamento. Como ela me contou, as pessoas reclamavam e diziam que aquela não era hora de sair cobrando e batendo na porta da casa dos outros. Ela, por outro lado, justificava que o prazo havia vencido, que as pessoas tinham visto os cartazes pelo prédio todo e que ela só sairia dali com o dinheiro da água. Assim, Leonor discutia, as pessoas xingavam, gritavam, falavam que ela era bruxa,

mandavam tomar no cu, a chamavam de filha da puta, fechavam a porta em sua cara e Leonor batia novamente até a pessoa abrir e ela insistia: só quero o dinheiro da água.

Alguns moradores desenvolveram técnicas para pagar a água sem encontrar com Leonor pelos corredores, de tanto ódio que eles sentiam de mim, mas também, eu virava o cão virado do avesso. Uma moradora, por exemplo, quando via que Leonor começaria a cobrar a água, entregava o seu dinheiro para a vizinha exatamente para não ter que falar com Leonor. Outro morador proibia Leonor de bater em sua porta, mas ela não estava nem aí e batia mesmo e falava: se você não quiser que eu bato aqui, me paga certinho que eu não bato. Outra moradora dava bastante trabalho, pois, ao acionar que era mulher do traficante, ela enfrentava Leonor dizendo que não pagaria, que ela não tinha os documentos para morar no prédio e que, portanto, ela não tinha responsabilidade sobre os pagamentos. Leonor respondia que aquele não era dinheiro de apartamento, mas era dinheiro da água e que, se ela quisesse tomar banho como todo mundo ela teria que pagar como todo mundo. Com essa moradora, Leonor resolveu o problema da falta de pagamento da água ao ameaçar acionar a liderança do Comando Vermelho do Morro da Providência e contar o que vocês fazem aqui dentro. Embora ela não soubesse onde essa liderança ficava, ela me disse que qualquer moto-taxi poderia levá-la lá.

Acontece que, escondido de todos, no dia de receber o pagamento referente à aposentadoria de sua mãe no banco, Leonor aproveitava, ia pegar a conta na CEDAE, levava o dinheiro da água que ela havia recolhido, sacava o dinheiro da aposentadoria da de Dona Geraldina e pagava a conta de água do prédio. Se ela não tivesse todo o dinheiro para pagar a conta de água, Leonor completava com o dinheiro de sua mãe: minha filha, depois eu ficava que nem louca, porque a minha mãe tinha que comer e, por isso, ela também enchia o saco pra fazer esse povo pagar. Quando eu perguntei porque ela corria esse risco ao usar o dinheiro da sua mãe, ela me respondeu:

Camila, eu tenho que pagar na data, eu tenho que por isso em ordem, em ordem, eu quero esse negócio na data correta, pra acabar essas multas. Por que a gente vai ficar pagando multa?

Havia outro problema, Leonor não gostava de ficar com o dinheiro da água em casa. Como ela me falou, era perigoso ficar com o dinheiro na ocupação. Moradores, agentes do tráfico e a própria polícia poderiam entrar e roubar o dinheiro. Como a casa de Leonor sempre foi um ponto de encontro de mulheres moradoras da ocupação e, não raro, elas viam Leonor receber o dinheiro e guardá-lo, sua estratégia de segurança era trocar o dinheiro de esconderijo a cada dois dias para não correr o risco de ser roubada. Acontecia também situações em que moradores, quando se aproximava a data do pagamento da conta, iam até a casa de Leonor pedir

dinheiro emprestado a ela. Para se livrar desses pedidos, Leonor atuava, como a vez em que uma das moradoras que era viciada em cocaína pediu 500 reais para não apanhar dos agentes do tráfico de drogas. Leonor respondeu para a vizinha que ela tinha dado azar naquele dia, pois ela havia ido ao banco no período da manhã para acertar as contas de água, disse que naquela hora ela não tinha dinheiro nenhum em casa e que ela nunca ficava com dinheiro na ocupação, mas era mentira o dinheiro estava aqui.

3.2.1.3 O troco e o automático da bomba

No ano em que Leonor começou a tomar conta da água pela primeira vez, em 2014, ela comprou um caderno e anotava detalhadamente os pagamentos recebidos, quem ficou devendo, o valor dos boletos e canetas que eram necessários comprar para fazer o trabalho de cobrador. Ao fazer essas contas mês a mês, Leonor percebeu que sempre sobrava um troco, entre 50 e 60 reais mensais e, como ela me falou, ninguém nunca tinha prestado conta desse dinheiro, faz quase 10 anos que eu moro aqui e ninguém nunca falou nada desse dinheiro. Silenciosamente, Leonor começou a guardar o troco. À época, ela me disse que nãoalaria para nenhum morador pois ela tinha certeza que eles ficariam enchendo o saco por causa desse troco. No início, ela não sabia o que iria fazer com o dinheiro, mas com o passar do tempo, ela começou a ter algumas ideias.

A bomba que abastecia a caixa d'água, embora fosse elétrica, não tinha o controlador automático e o sensor de nível de água. Por isso, alguns moradores, todos homens, eram os responsáveis por ligar e desligar diariamente a bomba que abastecia a caixa d'água. Contudo, era comum que os responsáveis esquecessem de ligar ou de desligar a bomba, o que gerava diferentes problemas. Se a bomba ficasse desligada, faltava água nos apartamentos, se ficasse ligada, podia acontecer da água transbordar até secar a cisterna e, como consequência, a bomba queimar e era necessário comprar outra. A maioria dos responsáveis por ligar e desligar a bomba d'água trabalhavam fora da ocupação. As consequências do excesso ou da falta de água atingia diretamente o cotidiano das mulheres, sobretudo as que passavam a maior parte do dia em casa.

Quando alguém deixava de ligar a bomba e faltava água no prédio, por exemplo, era comum que os moradores esquecessem suas torneiras e chuveiros abertos e saíssem para trabalhar ou passear. Assim que a bomba era ligada, a água retornava, transbordava, chegava nos corredores e até a entrar nos apartamentos localizados nos andares abaixo. Cansada de ter seu apartamento invadido por água e pelo lixo que era arrastado, Leonor construiu uma pequena mureta de cimento na porta de sua casa. Dessa maneira, ao menos em seu apartamento, a água

não entrava mais. Já quando a bomba queimava, era necessário de 3 a 5 dias até conseguir arrecadar o dinheiro de todos os moradores para comprar uma nova bomba, sempre em meio a acusações de roubo, de deixarem queimar a bomba de propósito ou ainda de mentirem para arrecadarem dinheiro e depois apresentarem notas fiscais falsas. Como resultado, os moradores ficavam dias sem água. No início da ocupação havia uma torneira no térreo com água diretamente vinda da rua, mas, por algum motivo que Leonor não sabia explicar, os donos do prédio tiraram a torneira. Quando faltava água, ela e vários outros moradores buscavam água com baldes e galões nas ruas arredores.

Para acabar com os problemas relacionados à bomba d'água, Leonor pensou em guardar o troco da conta para comprar o controlador automático e o sensor de nível de água. Resolvida essa questão, ela imaginava juntar dinheiro para arrumar os espaços públicos do prédio: pintar a sala de reuniões, comprar um vaso sanitário para o banheiro da mesma sala, azulejar as paredes dessa sala e colocar pregos bonitos para quando houvesse uma festa e as pessoas pendurassem os painéis, pois ela achava horrível fazer festa com aquelas paredes feias, comprar lixeirinhas para colocar nos corredores... Enfim, ela via esse troco não como um dinheiro privado, mas como um dinheiro público que poderia ser usado para melhorias coletivas. Mas, seus planos foram todos por água abaixo.

Ocorre que em uma das reuniões coletivas, Leonor apresentou as contas referentes à água e falou sobre o troco que sobrava todos os meses. Ela também expos a sua vontade de comprar o automático da bomba com o dinheiro que ela guardava. Como ela me contou, muitos moradores ficaram revoltados, pois não sabiam que sobrava esse dinheiro. Alguns começaram a falar que quem tinha cobrado a água era ladrão, outros defendiam que era justo que quem cobrasse a água ficasse com o troco para si como uma forma de pagamento por este trabalho. Sobre o automático da bomba, os donos do prédio foram contra a sua ideia e ela perdeu na votação. Mesmo assim, Leonor continuou juntando o dinheiro, mas alguns moradores começaram a se recusar a pagar os 8 reais referentes ao consumo de água, para não dar dinheiro a ninguém.

Em meados de 2015 Leonor deixou de cobrar a água e passou novamente para Nilson. Durante o tempo em que ela foi cobradora, ela juntou 800 reais e mantinha a ideia de comprar o automático da bomba. Contudo, a bomba queimou. Vários dos moradores, sabendo que Leonor guardava o dinheiro do troco, bateram em sua casa para que ela entregasse o dinheiro para comprar uma bomba nova. Alguns moradores a ameaçaram.

O orçamento para o conserto da bomba ficou em 920 reais. Rudah, filho de Leonor, era o presidente da associação naquele momento e foi até a casa de sua mãe para pegar o

dinheiro com ela. Na conversa, ele disse que ficaria com os 800 reais e os outros 120 seriam arrecadados entre os moradores do prédio. Fazia 3 meses que Nilson cobrava a água. Leonor fez as contas em sua cabeça e disse para o filho que não seria necessário cobrar de ninguém, pois Nilson tinha em torno de 150 referente aos trocos de suas contas. Rudah acusou a mãe de estar querendo arrumar encrenca e disse que não poderia provar que Nilson tinha o dinheiro. Leonor o chamou de burro, pois era muito fácil ver quanto sobrava da relação entre os valores arrecadados em 70 apartamentos e o valor que estava no boleto emitido pela CEDAE. Rudah foi embora sem pegar o dinheiro.

No dia seguinte, Rudah voltou à casa da mãe para pegar os 800 reais. Leonor disse que só entregaria o dinheiro se tivesse o recibo. Ela mesma já havia preparado um recibo e ela queria que seu filho, Nilson e outros donos do prédio assinassem para ela não ter problemas no futuro, sobretudo a acusação de roubo. Rudah insistiu dizendo que não seria necessário assinar os papéis, que ele era o filho dela e que nunca iria acusá-la de roubo. Leonor não gostou, mas cedeu ao filho e entregou o dinheiro sem o recibo. A conversa voltou para Nilson e os 120 reais. Conforme Leonor me narrou, Rudah lhe disse que não queria cobrar de Nilson, pois achava justo que quem pagasse a água ficasse com o troco. Olhando bem pra cara dele, Leonor falou, se é justo, me devolve os 800 reais agora, mas Rudah ficou com o dinheiro.

Após a reforma nas tubulações de água e esgoto nas ruas da região, o abastecimento de água na rua piorou, conjugando na ocupação com os problemas específicos relacionados à bomba d'água. O resultado foi que, com a água da rua intermitente somado ao trabalho manual de ligar e desligar a bomba do prédio, as queimas do aparelho se tornaram mais frequentes. No ano de 2017 era quase unânime entre os moradores a necessidade de comprar uma bomba que tivesse um sensor de nível e um automático, exatamente para poder administrar melhor a intermitência da água e sem colocar mais prejuízos aos moradores. Contudo, Leonor tinha receios de que quem controlava a bomba, especialmente Nilson, não quisesse que o automático fosse instalado. Eu perguntei a ela porque as pessoas não queriam que o tal automático fosse instalado se, na minha visão, era claro os ganhos para os moradores com esse sistema. Ela me respondeu com a seguinte anedota:

Sabe o que eles querem dizer, que são empregados da gente. Entendeu? Sabe aquela coisa de colocar você como minha refém. É assim: eu passo todo dia na tua casa, você não está boa, e todo o dia eu lavo a tua louça. Aí, aparece uma máquina de lavar louça, eu vou lá e boto areia pra você não ter a máquina de lavar, para que eu possa continuar dizendo que eu sou a tua escrava, a tua empregada. Tendo o automático da bomba, eu não precisaria passar por isso. É sempre um jogo político sem vergonha.

Nesses pequenos meandros fica claro como, para Leonor, a dominação masculina é estabelecida através do controle do ligar e desligar a bomba que envolve as tecnologias, as infraestruturas disponíveis e as relações sociais. Vemos que o exercício de assegurar a vida cotidiana é feito através de difíceis relações e práticas concretas muitas vezes desconfortáveis. A água aparece, portanto, como socialmente ativa e, assim como falei sobre a eletricidade, também pode servir como canal material para a violência. Em alguma medida, a água também regula o cotidiano das mulheres, visto que eram elas as responsáveis por abastecer suas casas.

Em janeiro de 2018 os moradores compraram, enfim, o automático para ser instalado na bomba d'água. O próximo passo era juntar o dinheiro para pagar a mão de obra para a instalação que, sendo especializada, era cara. Leonor ficou responsável por receber junto com a água 15 reais de cada apartamento para fazer este trabalho. Até o final da escrita da tese, esta questão e a nova taxa colocada pelos moradores estava gerando imensos conflitos.

3.2.2 Tráfico de drogas e o controle sobre a água

Mais do que um mediador nos conflitos que envolviam o pagamento das contas de água, os agentes do tráfico de drogas fizeram outras investidas em diferentes momentos da ocupação, na qual “a água”, ou melhor, os poderes que são exercidos em torno dela, foram pontos centrais de disputa. Eu acompanhei dois momentos dessas investidas e os trabalharei abaixo. Meu argumento aqui é mostrar como este produto vital se torna uma disputa política na qual as fronteiras entre o legal e o ilegal são absolutamente borradas. Aqui, como em todo o texto, veremos diversas formas de instrumentalizar necessidades básicas, cortando, desviando, distribuindo, contornando, na qual os arranjos dos moradores para não perderem completamente o controle da água para os agentes do tráfico é o ponto central.

3.2.2.1 Anedota 1: a ameaça

A primeira investida dos agentes do tráfico de drogas que tinha a água como centro do conflito ocorreu em 2013, logo após a invasão e a instalação de um ponto de vendas de drogas na portaria do prédio. Era setembro e, naquele ano, eu não conhecia Leonor e meus interlocutores faziam parte do grupo de moradores intitulado de militantes. Assim que o ponto de vendas foi instalado, este grupo de moradores e vários dos apoiadores da ocupação, eu inclusa, iniciamos diferentes caminhos na tentativa de denunciar a invasão do tráfico com a expectativa de reverter a situação, ou seja, que os moradores retomassem o controle do prédio.

Detalharei essas tentativas no último capítulo. Em uma das reuniões com esses moradores – na qual discutíamos as estratégias a serem adotadas para fazer uma denúncia anônima que não compromettesse os moradores – eu fiz o registro da seguinte situação em torno da água.

Enquanto aguardávamos a chegada de outros moradores e apoiadores da Ocupação Nelson Mandela, eu fiquei conversando com André e Victória, moradores do prédio, e Isadora, estudante de direito e apoiadora da ocupação. Nesta conversa, Victória nos disse achar difícil conseguirmos tirar os garotos do tráfico de dentro do prédio. A invasão de 2013 não havia sido a primeira tentativa do Comando Vermelho instalar um ponto de vendas de drogas na ocupação. Contudo, em outro momento, os moradores conseguiram mediações importantes dentro da hierarquia do Comando Vermelho e uma das lideranças emitiu uma ordem para que os agentes do tráfico deixassem o prédio. Em 2013 esta mediação não existia mais⁴⁶.

Ocorre que Victória tinha ouvido falar que os garotos queriam invadir o prédio há bastante tempo. Diferente dos outros casarões no asfalto onde funcionavam bocas de fumo – que não tinham saídas seguras quando havia uma investida policial e os agentes do tráfico ficavam encurralados – o prédio da ocupação oferecia diferentes rotas de fuga: os garotos podiam subir vários andares, entrar em diferentes apartamentos, sair pelos fundos e chegar próximo ao Morro da Providência, fugir pelos telhados, etc. A diferença da ocupação para os outros casarões era que a ocupação virava um labirinto e, no raciocínio de Victória, eles não vão querer sair dali.

Nos primeiros meses de instalação da boca de fumo, os agentes do tráfico começaram a invadir alguns apartamentos e a expulsar antigos moradores para colocar membros do Comando Vermelho ou de suas famílias. Ainda no interior das disputas em torno da instalação do ponto de vendas, o gerente da boca de fumo começou a exigir do cobrador da água à época os nomes e os apartamento daqueles que não pagavam a conta de água em dia e ainda os recibos referentes ao pagamento da água para os membros do Comando Vermelho que haviam se instalado no prédio. Como Victória me contou, o cobrador, que estava sofrendo a pressão, passou a desviar o máximo que podia desses garotos, a desconversar, adiar, mas, naquele momento preciso, eles não estavam vendo muitas saídas e possivelmente teriam que entregar os nomes dos moradores que deviam o dinheiro da água e fazer os recibos.

Como estudante de direito, Isadora havia sido estagiária na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro no Núcleo de Terras e Habitação (NUTH). Ela nos contou que era bastante comum receber casos como esse narrado por Victória, em que havia uma invasão do

⁴⁶ Sobre as tentativas de invasão do prédio, ver Fernandes e Pierobon 2012. Nobre a invasão do tráfico de drogas na Ocupação, ver Birman, Fernandes e Pierobon 2014.

tráfico de drogas ou de milicianos, seguido do controle da distribuição das contas de água e/ou de energia elétrica. Segundo Isadora, essas contas acabavam se tornando um documento que identificava aqueles que moravam no local. Em locais onde há disputas sobre a posse de um imóvel, as pessoas que pagavam essas contas e conseguiam gerar um recibo referente à conta paga, poderiam requerer o direito à posse desse imóvel.

Assim, como já havia acontecido na Ocupação Nelson Mandela, por exemplo, uma pessoa que passasse a morar em um apartamento que estava regularizado em nome de outro morador, logo que pagasse as primeiras contas de água, poderia recorrer ao ITERJ com os recibos nas mãos para atualizar a sua situação no imóvel. Essa era a preocupação de Isadora, caso os garotos do tráfico conseguissem controlar as contas de água. A preocupação de Victória era outra. Ela imaginava que o tráfico iria usar as contas para expulsar aqueles que não pagavam. Ao final desta conversa, concordamos que o fim seria o mesmo, o uso da conta de água para expulsar moradores e colocar membros do Comando Vermelho nos apartamentos e, quiçá, em um futuro, solicitar a atualização dos cadastros dos moradores junto ao ITERJ. Eu já assinalei acima e reforço aqui, como a regularização da água e da eletricidade em alguma medida reconhecia a moradia dos ocupantes. Neste caso, vemos como os recibos do pagamento da água podem se tornar um documento importante para garantir o direito à posse de um imóvel, por isso, está no centro das disputas.

O gerente da boca de fumo que solicitava os nomes dos moradores que não pagavam a conta de água em dia foi assassinado por policiais militares em 2013. Com as disputas internas ao Comando Vermelho para colocar um novo gerente no ponto de vendas ali instalado, a pressão sobre o cobrador da água terminou momentaneamente. Como eu narrei acima, no ano de 2017 o novo gerente participou das reuniões que elegeram Leonor como cobradora da água. Lembremos que ele deixou claro na reunião que iria solicitar a Leonor os nomes de quem não pagava as contas em dia no último dia do mês e tomaria suas providências.

3.2.2.2 Anedota 2: a obra

Era setembro de 2015. Fazia quase dois anos que eu mediava a relação entre um grupo de moradores da Ocupação Nelson Mandela e a CDH/OAB/RJ. Leonor havia me mandado mensagens por whatsapp que falava sobre a obra que os agentes do tráfico estavam fazendo no prédio. O gerente da boca de fumo havia expulsado o dono do pequeno botequim que funcionava ao lado da ocupação e tomaram conta do estabelecimento. Para terem água, os agentes do tráfico fizeram uma obra, ou um gato, na qual a água que abastecia o estabelecimento

era proveniente da cisterna da ocupação. Essa obra, que foi feita sem a autorização dos moradores, aumentou o consumo de água no prédio, conseqüentemente os valores a serem pagos que subiram de 8 para 12 reais, pois, por diferentes motivos, os agentes do tráfico não entravam na divisão das contas de água.

Nas mensagens enviadas por Leonor, ela pedia que eu narrasse o que estava acontecendo para os membros da CDH/OAB na tentativa de impedir que os agentes do tráfico terminassem a obra. No dia 23 de setembro de 2015 eu fiz este e-mail que ainda narrava o assassinato de dois agentes do tráfico por policiais disfarçados em frente à ocupação. Infelizmente, nenhum dos advogados sabia como agir nessa situação. Eles marcaram reuniões com o presidente do NUTH da Defensoria Pública do Estado e com o presidente do Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos (NUDEDH) da mesma defensoria. Eu estive presente nas duas reuniões, mas não encontramos alternativas para este problema. O presidente do NUDEDH à época ainda me explicou que, como existia a possibilidade de conseguir o dinheiro do governo federal para a reforma do prédio e os agentes do tráfico já haviam tomado 7 apartamentos, provavelmente as disputas pela posse dos apartamentos se tornariam mais acirradas. O defensor público reforçou que em outras áreas da cidade como a Zona Oeste, a atuação do tráfico de drogas e de milícias em questões imobiliárias, sobretudo aquelas que recebiam dinheiro do governo federal ou estadual já era bastante comum.

No dia 2 de novembro de 2015 eu escrevi outro e-mail para os membros da CDH/OAB, também a pedido de Leonor, no qual relatei que os agentes do tráfico de drogas tinham terminado uma obra que transferia a água da cisterna para o botequim. Neste mesmo e-mail, relatei uma seção de tortura e espancamentos efetuadas por agentes do tráfico de drogas no interior do prédio. Sem ter como enfrentar os agentes do tráfico, Leonor me gravou um áudio de whatsapp no qual ela disse: me sinto tão impotente diante do dragão.

Se os moradores iam pouco a pouco perdendo o controle político sobre o prédio, algo concreto como a perda do controle das contas de água colocava os arranjos dos moradores em outro plano. Como enfrentar agentes masculinos armados que controlam o território? Qual a materialidade dos domínios territoriais? Os jogos de poderes em torno da água foi (e continua sendo) o ponto nevrálgico de disputas de um bem público que é essencial à vida. O que poderia acontecer se as contas de água caíssem nas mãos dos agentes do tráfico? Ao menos dois medos me foram narrados por Leonor e, como as histórias narradas acima nos mostram, eram compartilhadas por outros moradores. Se os agentes do tráfico controlassem a água, facilitaria a regularização de algumas famílias que invadiram apartamentos no prédio através do Comando

Vermelho. O segundo era que, ao controlar a conta de água, os agentes do tráfico poderiam “vender” a água para os moradores do prédio em um preço acima ao estipulado pela CEDAE.

3.2.3 A cobrança ilegal da água

Como eu falei na introdução deste capítulo, assim que os moradores invadiram o prédio do INCRA - que estava abandonado há 20 anos - e deram início à Ocupação Nelson Mandela, foram iniciados os procedimentos de regularização do abastecimento de água e eletricidade. A regularização da água foi alcançada através de um Mandado de Segurança no início do ano de 2006. As advogadas que atuavam em nome da associação de moradores faziam parte do coletivo Mariana Crioula, que prestava assessoria jurídica a diversos grupos das classes populares.

Em audiência pública realizada no dia 19 de janeiro de 2006, foi acordado que os moradores da ocupação seriam os responsáveis pelo pagamento da conta de água a partir do mês de janeiro de 2006 e ficou registrado que o INCRA não se opôs. Contudo, a conta de água ainda viria em nome do INCRA visto que os moradores não tinham a titularidade do imóvel. Nesta mesma audiência, ficou acordado com o advogado que representava a CEDAE não se opôs a adesão dos moradores no Programa Baixa Renda do Governo Federal, que subsidiaria parte dos custos relativos ao consumo de água. Ficou determinado também que os débitos anteriores ao processo seriam de responsabilidade do INCRA. A decisão não agradou totalmente os moradores, pois eles queriam que fossem instalados hidrômetros em cada um dos apartamentos do prédio para que cada um ficasse responsável pelo pagamento de sua própria conta de água.

No dia trinta de março de 2014, os moradores receberam da CEDAE um aviso de corte no abastecimento de água. Ocorre que a conta que estava sendo cobrada veio no valor de R\$: 9.984,80, referentes ao período de janeiro de 1997 a janeiro de 2006. Havia também três contas em aberto posterior a janeiro de 2006: duas referentes ao ano de 2010 e uma referente ao ano de 2011. No aviso de corte, os moradores deveriam efetuar o pagamento em 30 dias para que o abastecimento não fosse interrompido.

Leonor era a cobradora de água naquele ano. Ela ficou desesperada quando recebeu este aviso e, principalmente, com a possibilidade de ficar sem água. Como cobradora, ela começou a arrecadar o dinheiro dos moradores para pagar as contas que estavam em aberto, mas o que ela poderia fazer em relação à cobrança dos anos em que eles não moravam na

ocupação? Leonor me ligou, eu fui até a casa dela para entender o que estava acontecendo e decidimos contatar a CDH/OAB para que eles nos auxiliassem a resolver este problema.

Mariana Crioula era o nome do coletivo que trabalhou na regularização da água. Leonor se lembrava desse nome e pediu que eu as procurasse. Eu entrei em contato com as advogadas e felizmente elas tinham o Mandado de Segurança original que regularizou o abastecimento de água. Com os documentos em mãos, eu os repassei à CDH/OAB e eles enviaram um ofício à CEDAE, ao INCRA e ao NUTH com o Mandado de Segurança em anexo e com os comprovantes de pagamento dos meses os quais os moradores eram os responsáveis. Neste ofício, os advogados da CDH/OAB ressaltaram a ilegalidade na interrupção do abastecimento de água. Neste caso, através da parceria com os advogados da CDH/OAB, os moradores não tiveram o abastecimento interrompido.

Com este pequeno caso que narro aqui podemos ver como o abastecimento de água se conecta com diversas camadas das histórias da ocupação: invadir um prédio do público abandonado cujas contas de água não estavam pagas, a história da própria regularização do prédio e os atores envolvidos nesse processo que precisaram ser acionados. Esta pequena anedota nos fala também sobre as sobreposições de histórias urbanas que conectam diferentes temporalidades da vida nas cidades, cujo registro aparece materializado nesses objetos. Por fim, esta anedota nos conta como o trânsito entre o legal, o ilegal e o ilícito são postos em prática por agentes do estado, cujo funcionamento é ilegível também para eles próprios.

3.2.4 A água imunda do Porto Maravilha

Para finalizar as discussões sobre os problemas em torno do abastecimento de água na Ocupação Nelson Mandela, quero trazer o argumento de Appel, Anand e Gupa (2015) que diz que a infraestrutura é um ponto nodal em que se concentram as promessas de modernidade, desenvolvimento e progresso para as pessoas e governos em todo o mundo. Simultaneamente, as infraestruturas são pontos críticos através dos quais os sistemas sociais e políticos são formados e executados. Contudo, como os autores ressaltam, ao mesmo tempo que são promessas de modernidade, as formas como as infraestruturas são concretizadas são frequentemente precárias e ameaçadas por falhas, quebras e fracassos, e é exatamente esta relação que nos permite pensar uma política particular do presente. Como tal, a vida material e política das infraestruturas, ainda com os autores, revelam relações frágeis entre as pessoas, as coisas e as instituições (públicas e privadas) que procuram governá-las. São essas relações que

tornam a infraestrutura um local produtivo para examinar a constituição, manutenção e reprodução da vida política, econômica e social.

Nesta parte do capítulo eu quero mostrar como uma reforma na tubulação de água e esgoto vinculada ao projeto de reurbanização intitulado Porto Maravilha piorou o abastecimento de água na rua onde se localiza a ocupação e, especificamente, as condições da vida cotidiana de Leonor. Esta reforma, alterou a rota de abastecimento de água em algumas ruas da região da Central do Brasil. Como me explicou um dos técnicos da CEDAE à época, antes, a água que abastecia a rua específica onde fica a Ocupação Nelson Mandela vinha das tubulações ligadas ao bairro Centro da cidade, ou seja, do lado da avenida Presidente Vargas onde está localizada a Praça da República. Após as reformas nas tubulações, o abastecimento de água passou a ser feito a partir da rede que fornece água ao bairro da Gamboa. O que está no fundo da minha discussão são os processos de transmissão e distribuição da água pela cidade que, como trabalha Nikhil Anand (2017a), acaba sendo uma das formas com que o estado entra na casa das pessoas e se insere nas dinâmicas da vida privada.

Ocorre que, como Leonor me explicou, antes da reforma nas tubulações, eram raras as vezes que faltava água na ocupação. Em geral, a falta de água estava relacionada aos problemas internos à ocupação: ora a bomba aspirante que queimava e não puxava a água da rua para a cisterna, ora queimava a bomba que levava a água da cisterna para a caixa d'água do prédio ou ainda, relativas às dinâmicas de ligar e desligar a bomba da caixa d'água como descrevi acima. Após a reforma na tubulação pública, a rede de água que passou a abastecer a rua da ocupação era a mesma que abastecia o Hospital Federal dos Servidores. Como consequência, quando havia falta de água na região, a prioridade era abastecer as cisternas e caixas d'água do hospital. Nas palavras de Leonor: depois que terminou essa reforma, cada vez que ligo a televisão e tem que notícia que vai faltar água, eu já entro em pânico. No dia 24 de janeiro de 2018 eu estava finalizando este capítulo e Leonor me mandou uma mensagem por whatsapp dizendo que fazia 4 dias que a ocupação estava sem água. Também fazia 4 dias que os termômetros da cidade marcavam 40°C. Eu procurei e nenhum jornal emitiu sequer uma nota sobre falta de água na região da Central do Brasil.

3.2.4.1 Durante a obra

Eu frequentava semanalmente a casa de Leonor quando estavam sendo feitas as obras nas tubulações de água e esgoto, entre os anos de 2014 e 2015. Era difícil chegar no prédio com aqueles imensos buracos, tratores, retroescavadeiras, com as ruas enlameadas e, quando eu

deixava o prédio, a rua quase não tinha iluminação pública. Oficialmente, a reforma nas tubulações prometia um maior fluxo de água e escoamento de esgoto. Contudo, as tubulações de grande parte dos casarões da região eram antigas, algumas com mais de 70 anos e, sem serem reformadas, esses casarões não tinham infraestrutura para receber o novo volume de água.

A obra na rua da ocupação durou quase um ano. Durante a obra, houve períodos chuvosos e a água acumulava naqueles imensos buracos abertos nas ruas, além de não ter vasão para o esgoto que se misturava à água da chuva. O fato é que os buracos transbordavam. Em um desses alagamentos, houve um “erro técnico” e parte dessa água de chuva misturada ao esgoto foi puxada pela bomba aspirante, entrou na cisterna da Ocupação Nelson Mandela, chegou na caixa d’água e, conseqüentemente, nas torneiras e chuveiros dos moradores. Leonor e outros moradores foram tirar satisfações com os técnicos da CEDAE dizendo que de suas torneiras saía uma água imunda e fedorenta.

No decorrer das reformas nas tubulações de água, a falta de água era constante. Os moradores da região fizeram diversos protestos na sede da CEDAE, reclamavam com os engenheiros e técnicos que trabalhavam na obra e, devido à pressão feita por eles, a prefeitura enviou caminhões para encher as caixas d’água da ocupação, casarões e escolas na região. Acontece que a água enviada era água de reuso. Como Leonor me falou, era uma água marrom, imunda e nojenta. A água de reuso, como sabemos, não é potável para o consumo humano. Essa mesma água abasteceu diversos outros imóveis. No Casarão que ficava em frente à ocupação e onde raramente faltava água, se formavam longas filas para encher galões com água potável.

No período da reforma, como Leonor me contou, era impossível utilizar a água do prédio. Com Dona Geraldina frágil, pois ela acabava de finalizar as seções de radioterapia relativas ao câncer na boca, Leonor imaginava que usar aquela água suja iria contaminar e adoecer sua mãe e ela mesma. Leonor e vários moradores passaram a comprar água mineral nos depósitos da região para beber e para cozinhar. Para as outras atividades diárias como lavar a roupa, a louça, limpar a casa, tomar banho, Leonor descia com baldes e garrafas de três a cinco litros e buscava água na loja de um amigo. Para a mãe idosa, Leonor refez o seu orçamento doméstico e comprava água mineral inclusive para dar banho em Dona Geraldina.

3.2.4.2 Depois da obra

Como eu falei acima, a reforma nas tubulações de água alterou a fonte e o fluxo de água na rua da ocupação. Antes da água chegar no prédio era preciso abastecer o Hospital Federal dos Servidores. Após esta mudança, quando chega aquele calorzão e passa na televisão

que vai faltar água, Leonor precisava se preparar, pois ela sabia que seriam de 3 a 7 dias sem uma gota de água na caixa d'água. Desde 2015, portanto, a reforma na tubulação de água alterou o cotidiano de Leonor.

Para abastecer sua casa com a água, Leonor desenvolveu diferentes métodos que perduram até o momento da escrita da tese. Para beber, ela continuou comprando água mineral, pois a caixa d'água do prédio nunca passou por um processo de limpeza e esterilização após a mistura com água de chuva e esgoto, da água de reuso, além dos moradores terem encontrado um gato morto na caixa d'água, outra vez uma camisinha e da prática de alguns moradores usarem a caixa d'água como piscina nos dias quentes. A quantidade de água mineral comprada por Leonor variava muito. Se estivesse calor, ela e sua mãe bebiam mais água, se tivesse visita que bebe água, isso fazia com que ela comprasse mais água e conseqüentemente a água pesava mais em seu orçamento.

Para cozinhar e escovar os dentes, Leonor pegava água no Casarão localizado em frente à ocupação. Todos os dias ela fazia três viagens com seus garrafões de 3 e de 5 litros de água. No local – que é uma invasão de moradia, também é uma boca de fumo, além de ser local de desova de corpos – os agentes do tráfico fizeram um gato, uma gambiarra, na qual os moradores e os próprio agentes do tráfico não pagavam água. No Casarão, como Leonor me falou, raramente falta água. Não é difícil imaginar que com essa prática diária se subir e descer escadas com galões e mais galões de água, sua coluna e seu ombro machucariam, além da bexiga caída, como descrevi no capítulo 3. E ainda, tinham as piadas que incomodavam Leonor. O pessoal do Casarão, sempre que ela ia buscar água, jogava piada para ela e, como ela me disse, eu tinha que enfrentar. As piadas diminuíram depois que Leonor deu uns gritos com eles. Em dias de emergência, ele fazia o café com a água do casarão e não com a água mineral.

Quando Leonor estava bem de saúde e com bom humor, ela fazia uma boa reserva de água em casa esperando os dias ruins. Contudo, existiam dias que estavam muito quentes, dias em que ela estava exausta e acaba suas reservas de água. Nesses dias, ela comprava água mineral nos depósitos na região que, por dois reais, entregavam água nos apartamentos. Para tomar banho e para lavar a louça, ela usava a água da caixa d'água, por não ter opção, embora ela não lavasse os legumes e nem higienize verduras com a água do prédio. Para dar banho em sua mãe com essa água, ela pedia que Dona Geraldina fechasse a boca para não engolir, com as palavras de Leonor:

Por Deus do céu Camila, se eu tivesse uma condição financeira melhor, eu comprava água mineral até para tomar banho. Nem banho eu tomava com essa água. Eu não lavo uma boca com essa água. Eu lavo a louça porque não tenho opção, entendeu. E ainda acho nojento. Tomo banho com nojo, porque não tenho opção. Às vezes estou dando banho na minha mãe e eu falo “fecha a boca”, porque não tem opção. Se eu tivesse opção minha filha, duvido que eu ia usar essa água nojenta aqui.

Para fechar a discussão sobre “a água”, podemos ver como uma “ordem urbana” pode ser produzida ao controlar e distribuir um bem vital como a água. Água aparece aqui como condição material para as moralidades e micropolíticas que estão atravessando a vida cotidiana. Através das histórias narradas por Leonor, vemos como este bem vital não está garantido na vida dos pobres urbanos, que não se sabe se haverá água amanhã, o que instaura um tenso regime de indeterminação. Como coloca Anand (2017a), a distribuição desigual da água está ancorada nas desigualdades estruturais da vida urbana e é produzida através de atividades diárias na cidade. Ao mesmo tempo, a água é um dos meios materiais que conectam a vida pública e a vida privada quando vemos, por exemplo, uma reforma de tubulação pública alterar o cotidiano ordinário de Leonor e piorar o seu regime de trabalho doméstico. Eu quis demonstrar como materiais e tecnologias de infraestruturas da água não são politicamente neutras, mas ensejam diferentes formas de subjetividades, de práticas políticas, de relações sociais.

Chamo a atenção para as formas como os moradores ficaram no interstício entre os poderes e violências do estado e do tráfico de drogas e para os aspectos formativos das inúmeras micro violências. Como coloca Anand (2017b), as infraestruturas não são apenas o local para a construção de cidadãos urbanos. Através delas, podemos analisar os processos em curso através dos quais o contrato social é violentamente traído ou negado e onde violências estão sendo instauradas e atualizadas. Os moradores da Ocupação Nelson Mandela, neste sentido, são envenenados pelos serviços vitais que precisam para viver, e essa situação parece ser parte das condições cotidianas do presente político (Anand 2017b). Assim, a ausência, as ruínas, as destruições de infraestruturas é uma constante nas guerras que precarizam ainda mais a vida das populações pobres (Mbembe 2011). De qualquer maneira, a falta não significa ausência de relações, mas está embebida nas formas como as relações se constituem.

3.3 Esperança, ilegibilidades e suspensão

Nessa terra de esperanças e, conseqüentemente, terra de boatos, conjecturas, pressuposições e hipóteses, qualquer acontecimento cresce ao ponto de virar uma lenda.

Varlam Chalámov. A margem esquerda, Contos de Kolimá 2

No ano de 2012 os moradores da Ocupação Nelson Mandela ganharam na justiça o “direito ao usufruto do imóvel” ocupado desde 2004, através da “cessão de uso” dos apartamentos pelo período de 99 anos. Esta conquista encerrou uma das lutas dos moradores, militantes e apoios da ocupação, convictos (eu inclusive) de que esta ação asseguraria a

permanência dos ocupantes no prédio e no centro da cidade do Rio de Janeiro. Assim, mesmo que o imóvel estivesse em condições estruturais precárias, a publicação dos nomes dos moradores no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ) seguido do número de seus apartamentos foi amplamente festejada. Sobretudo porque a ocupação referida se situava nas proximidades da Estação Ferroviária Central do Brasil, um dos locais de intensas remoções e despejos após o anúncio dos Jogos Olímpicos na cidade e das obras de “reurbanização” do projeto “Porto Maravilha”. Tal fato, naquele momento, criou uma atmosfera de segurança para os moradores, ampliou a circulação da noção de direito à moradia no centro da cidade e reforçou o discurso de vitória de uma luta popular. Entre meados de 2012 e início de 2013, moradores, militantes e apoios da ocupação faziam circular a ideia de que a Nelson Mandela era uma ocupação que deu certo.

No entanto, as lutas e as virações que garantiriam a moradia no centro da cidade não se encerraram com regularização fundiária, obtida judicialmente através da “cessão de uso” dos apartamentos para “fins de habitação de interesse social”. Nove meses após a publicação dos nomes dos moradores no DOERJ, membros do Comando Vermelho instalaram uma boca de fumo no prédio com a seguinte disposição: entre 5 e 8 meninos e um gerente por turno (dia e noite), alguns deles armados, faziam a guarda na portaria da ocupação para a venda de substâncias ilícitas. Ao mesmo tempo em que comercializavam seus produtos, os meninos dominavam os espaços comuns no interior do prédio, controlavam a entrada e saída dos moradores e suas visitas, muitas vezes com ameaças. Com alguns meses de invasão do tráfico, os meninos e o gerente começaram a trazer seus familiares para morar na ocupação expulsando⁴⁷ antigos moradores de seus apartamentos.

De modo sucinto, desde 2004 um grupo de moradores da Nelson Mandela tentava (com grandes dificuldades) construir a ocupação internamente e na cena pública como um tipo de moradia coletiva que tinha como forma política a autogestão e a luta pela moradia no centro da cidade do Rio de Janeiro. O traçado da autogestão caiu em 2013 quando o controle dos espaços comuns do prédio passou para um comando masculino armado, que em algumas situações se mostrava amigável, mas nas práticas comuns do dia-a-dia agia de forma autoritária, opressiva e violenta, como trabalhei nos capítulos anteriores. Já a luta pela moradia ganhou

⁴⁷ Várias foram as formas de expulsar moradores. Ouvi relatos de que moradores, não suportando a situação, venderam seus apartamentos para amigos ou familiares. Outros moradores enfrentaram os garotos, foram ameaçados e tiveram que sair. Houve aqueles que passaram a dever dinheiro para os garotos, e estes tiveram seus apartamentos invadidos e os pertences jogados pela janela. E ainda quartos tomados pelo tráfico, cujos *donos* iam com pouca frequência à ocupação. Todas essas diferentes modalidades de saída de antigos moradores *pelo tráfico* foram classificadas como expulsão pelos meus interlocutores.

outro formato com a invasão do tráfico de drogas, na medida em que a ocupação referida foi realocada no interior das “zonas de indeterminação” (Agamben, 2010) e inserida em novas tramas do legal, ilegal e ilícito ou, nos termos de Vera Telles (2010), nas tessituras dos “ilegalismos”. Diante deste quadro, diferentes grupos de moradores mobilizaram suas redes (políticas, familiares, religiosas, de vizinhança, entre outras) na tentativa de resolver o problema do tráfico e retomar o controle do prédio ou de articular maneiras de sair da ocupação e conseguir outra moradia.

A invasão do tráfico de drogas gerou, portanto, fortes impactos nas vidas individuais dos ocupantes, nas suas relações familiares, de amigos e de vizinhança, mas não só. Os modos coletivos de articulações internas e externas foram afetados, alguns mediadores entraram na composição política (outros saíram) e as reivindicações direcionadas aos órgãos do estado se transformaram: se antes os moradores reivindicavam o direito à moradia no centro, após a invasão do tráfico de drogas uma nova “causa” começava a ser formulada. O problema a partir daquele momento não era somente a luta pelo direito à moradia no centro, no sentido genérico e compartilhado com outros grupos políticos atuantes na região central do Rio de Janeiro. As novas lutas políticas somadas às virações cotidianas eram para defender e assegurar a moradia concreta. Esta poderia ser tomada pelo “Estado”, como previsto no contrato de “cessão de uso”, se “o imóvel no todo ou em parte, vier a ser dada utilização diversa da que destinada”, ou ainda se houver “utilização para atividades proibidas em Lei⁴⁸”. O tráfico também poderia tomar os apartamentos com a expulsão dos moradores através de ameaças e do uso de armas. Somado às duas possibilidades de perder a moradia, os ocupantes criavam estratégias na tentativa de manter um cotidiano menos violento e para garantir a integridade do próprio corpo.

Isto posto, tomo de empréstimo a questão formulada por Veena Das (2011b) que direciona sua análise sobre as reivindicações em torno da moradia e da cidadania entre moradores da periferia de Nova Deli: “como se constitui o domínio do político na vida dos pobres?” (Das, 2011b:319). De forma mais específica para o meu campo de indagações, questiono: quais os arranjos políticos e as virações possíveis de serem encadeadas para se reivindicar “o direito à moradia” em um contexto no qual o corpo e/ou a vida podem ser violados? Ou ainda: como construir uma “causa” política quando se está em uma situação de precariedade que envolve ameaças seja por parte do estado, seja por um grupo paraestatal armado?

⁴⁸ Nos termos do contrato de cessão de uso, o Estado poderia “rescindir” o contrato. No entanto, o termo corrente utilizado por meus interlocutores é *tomar*, ou seja, o Estado poderia *tomar* o apartamento que lhes foi garantido. Os termos citados estão presentes no processo de regularização fundiária.

Neste capítulo, eu quero abordar essas questões a partir de um episódio específico: a tentativa de retomar a reforma do prédio com o objetivo de movimentar a ocupação e, com isso, retirar os agentes do tráfico de drogas do local. Desde que foi iniciado o processo de regularização da posse do imóvel, os militantes e apoiadores da ocupação também iniciaram o processo para conseguir verba do Governo Federal junto ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) para a reforma do prédio. O financiamento para a reforma foi pré-aprovado em 2009, mas, para ser colocado em prática, seria necessária a regularização da posse do imóvel, que só foi obtida em 2012, e um projeto detalhado de reformulação. Com dificuldades de conseguir o projeto elétrico com a empresa Light, hidráulico com a CEDAE, de saída de incêndio com o Corpo de Bombeiros, entre tantas e tantas outras exigências para uma reforma estrutural de um prédio de 13 andares, o projeto acabou suspenso. Foi após a falência das denúncias que tentavam retirar os agentes do tráfico, como mostrarei abaixo, que a retomada do processo da reforma se tornou uma esperança de alcançar esse objetivo.

Para olhar as questões relacionadas à reforma do prédio quero discutir com a proposta colocada por Akhil Gupta (2015b) na qual ele nos convida a pensarmos nas temporalidades das infraestruturas, especificamente para o intervalo sempre presente entre o início e a conclusão dos projetos. Segundo ao autor, a ideia comum quando se pensa em projetos de infraestrutura é que, uma vez iniciados, eles serão concluídos. Há também as afirmações que falam que o que não está em pleno funcionamento está incompleto ou a caminho de sua conclusão. Contudo, como Gupta nos alerta, nem sempre os projetos de infraestrutura são concluídos, ao contrário, são inúmeros os projetos que são suspensos. A conclusão, portanto, não é o único resultado possível assim que um projeto começa. Os projetos podem ser suspensos por curtos períodos ou suspensos para sempre, também podem ser desmontados, removidos, derrubados e, como Gupta argumenta, todas essas possibilidades são concretas quando projetos de infraestrutura são levados a cabo pelo estado indiano. Em seu raciocínio, a suspensão dos projetos de infraestrutura precisa ser teorizada como parte da própria condição dos projetos.

Adianto para o leitor que a reforma do prédio nunca foi iniciada. Isso não significa que não tenha gerado relações em torno dela. Como mediadora entre a CDH/OAB/RJ e moradores da ocupação, eu participei, entre os anos de 2013 e 2016 das tentativas de correr contra os prazos que levaria à suspensão do projeto, como pretendo desenvolver em trabalhos futuros. Aqui especificamente, quero trazer uma reunião realizada em dezembro de 2014 entre uma arquiteta da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), um integrante do Movimento Popular Pela Moradia (MPPM), moradores da Ocupação Nelson Mandela, que tinha como pauta a reforma do prédio. A reunião, marcada por ilegibilidades, desentendimentos, incertezas

e conflitos, nos mostra diversos problemas: as desconfianças associadas a membros de movimentos sociais e agentes do estado; transformações e volatilidades das políticas para habitação popular; pluralidade e intrigas entre moradores; dominações que relacionam gênero e habitação. Peço que o leitor dedique atenção às escalas diferenciadas de ameaças e intimidações, medos, silêncios e silenciamentos que compõem os processos de lutas, virações, demandas e reivindicações de direitos efetuadas pelos moradores da ocupação.

Gostaria de colocar algumas questões que me inquietaram e me ajudaram a construir os rumos desse capítulo: quais são as formas de engajamento político possíveis nas cidades contemporâneas? Retomo aqui o texto de Veena Das (2011b:320) para emprestar a seguinte pergunta: “a sociedade oferece as mesmas possibilidades de engajamento político a todos os setores – tais como as mulheres, os pobres ou os despossuídos?”. E ainda: como se operam as hierarquias das formas de engajamento político e como as questões de gênero compoem esses espaços? Quais os motivos que fazem com que muitas pessoas escolham outros caminhos (muitos deles atravessados pelas virações) para reivindicar direitos ao invés de se somarem aos espaços consolidados da militância e dos movimentos sociais? Por fim, como as pessoas que não se adequam às normativas da militância e dos movimentos sociais constroem suas lutas políticas?

3.3.1 Como falar em meio a ameaças: tentativas de denúncias

Assim que houve a invasão do tráfico de drogas na Ocupação Nelson Mandela, eu pude acompanhar os movimentos dos moradores intitulados militantes na tentativa de recuperar a gestão política da ocupação. Esses moradores, que tinham maiores vínculos com membros de movimentos sociais, mobilizaram suas redes de confiança (dentro e fora do prédio) no esforço de construir estratégias para denunciar a invasão do tráfico de drogas. Após alguns encontros e discussões, a alternativa escolhida foi a redação de uma carta-denúncia que seria enviada por e-mail de forma anônima. Uma moradora escreveu esta carta, um membro de um importante movimento social forneceu a lista de endereços eletrônicos e eu fiquei responsável por encontrar um computador público, criar uma conta de e-mail, enviar o texto redigido e destruir a lista de endereços eletrônicos. Esta carta/e-mail teve como destinatários pessoas que trabalham na imprensa, integrantes de movimentos sociais, além de representantes de instituições estatais como a polícia federal e as polícias estaduais (civil e militar) e ainda agentes da prefeitura carioca e do Governo do Estado do Rio de Janeiro. Cada um dos destinatários foi estrategicamente escolhido sob a suposição de que teriam alguma simpatia pelos movimentos

sociais e de direitos humanos na cidade. Esta carta/e-mail foi enviada em concomitância a todos os destinatários. O argumento falava sobre a importância de todos receberem esta carta ao mesmo tempo, pois cada um saberia quem recebeu e não poderiam alegar desconhecimento do problema. Para o bem ou para o mal, essa estratégia não teve a resposta esperada, ou seja, uma comoção pública que gerasse uma intervenção governamental para a retirada dos meninos do tráfico e a dissolução da boca de fumo. Mas também não houve uma retaliação dos meninos do tráfico para com os moradores, possibilidade real que permeava os medos e desconfianças entre aqueles que se diziam estar tentando fazer alguma coisa. Em uma frase: não deu em nada!

No final de 2013, dois apoiadores da ocupação, de viés político anarquista, iniciaram um contato com a CDH/OAB/RJ através da figura de seu presidente Marcelo Chalhó. Como mais um dos apoios da ocupação, eu entrei nesta trama como mediadora entre um grupo de moradores da Nelson Mandela e os advogados da OAB que, a partir daquele momento, passaram a dar suporte institucional à construção da “causa” política⁴⁹ (Lacerda, 2015) da Ocupação Nelson Mandela. No primeiro encontro, acompanhei três moradores que apresentaram aos advogados a situação do prédio. Juntos, acordamos que um dos caminhos possíveis de ação para a retirada dos meninos seria a retomada do processo de reforma do imóvel, em andamento desde 2009. Como muitos moradores afirmavam (e confirmamos depois) a existência de uma verba liberada pelo Ministério das Cidades para a reforma do prédio através do FNHIS, nós imaginávamos que uma ação que levasse à reforma poderia ser iniciada com alguma facilidade. Imaginávamos também que caso fossem iniciadas as “obras de requalificação”, termos do processo, o prédio teria bastante circulação de pessoas e os meninos não conseguiriam manter uma boca de fumo no local. Os advogados foram, em um momento seguinte, apresentados aos outros moradores da ocupação. Eles ficaram incumbidos de verificar junto aos órgãos públicos em que pé estava o “processo de requalificação” do prédio para, então, pressionar os órgãos responsáveis e iniciar o mais rapidamente possível a reforma. É importante destacar que nesta apresentação da CDH/OAB a um grupo maior de moradores foi suprimida qualquer conversa sobre o tráfico de drogas, mesmo que os rumores, a tensão, os conflitos e os medos em torno de tal assunto estivessem pulsantes. O medo de quem estava morando no prédio era sofrer alguma represália.

Essas tentativas de tomar providências coletivas para resolver a questão do tráfico de drogas não impediram que vários moradores (individualmente ou acompanhado de um colega

⁴⁹ Pretendo desenvolver em trabalhos futuros como um grupo de moradores da ocupação, a Comissão de Direitos Humanos da OAB/RJ e eu como mediadora tentamos (lentamente e de forma não linear) construir a reforma da Nelson Mandela como uma “causa” política.

confiável) se dirigissem a diferentes órgãos públicos com o intuito de encontrar alguma solução rápida para problema. São incontáveis os relatos dos moradores e suas visitas à órgãos estatais ligados às políticas públicas de habitação como: o ITERJ, a CEHAB, a Secretaria de Estado de Habitação (SEH), a Secretaria Municipal de Habitação (SMH) e a Caixa Econômica Federal, nos quais os ocupantes expunham (com maior ou menor detalhe) os problemas que vinham ocorrendo no prédio e exigiam soluções. Ao retornar para suas casas, os moradores transmitiam àqueles em quem confiavam as novas informações. Estas, na maioria das vezes, não correspondiam com as informações recebidas anteriormente ou ainda eram contraditórias entre si. Cada uma dessas novidades também circulava soturnamente pela rádio corredor e reestabelecia relações sociais através dos rumores, medos, desconfianças e conflitos, mas também, dos sonhos, projetos e expectativas. É preciso lembrar que a polícia local (civil e militar) não era uma instituição do estado possível de ser contatada. Todos sabiam da relação (tensa) entre tráfico e polícia, mediada por altas quantias de dinheiro, amplamente conhecida como arregos.

Houve ainda a tentativa de retirar os meninos do tráfico acionando pessoas que ocupavam os postos mais altos na hierarquia do Comando Vermelho da região da Central do Brasil. A ideia dos moradores era que houvesse uma intervenção do Comando para resolver o problema, retirando os garotos do local, como havia acontecido em outro momento da ocupação⁵⁰. No entanto, o quadro dos dirigentes do Comando Vermelho local havia mudado após a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no Morro da Providência (favela próxima à ocupação). Também havia ocorrido a operação policial “Fortaleza” na Providência e entorno que resultou na prisão de vários líderes do Comando. Logo após essa operação, ocorrida em março de 2013, um dos novos gerentes instalou pessoalmente a boca de fumo no prédio, seguindo a recente ordem de expandir as bocas de fumo no asfalto⁵¹.

Os advogados da OAB também tentaram acionar líderes ainda mais altos na hierarquia do Comando Vermelho no interior das prisões. O objetivo era que esses líderes interviessem e solicitassem a retirada dos meninos da ocupação. Contudo, as mediações outrora possíveis, a saber: pessoas da rede da Comissão que poderiam realizar este contato, não existiam mais. Na tentativa de acessar esses mediadores tivemos a informação de que a dinâmica do tráfico de drogas também se reconfigurava no interior das prisões e que a nova ordem era que os líderes do Comando não interfeririam no funcionamento das bocas de fumo locais.

⁵⁰ Refiro-me aqui ao caso narrado em Fernandes e Pierobon 2012

⁵¹ Sobre o momento exato da invasão do tráfico de drogas e a instalação da boca de fumo, ver: Birman, Fernandes e Pierobon 2014.

Outro importante personagem compunha a cena naquele momento. Ricardo Antunes (à época presidente do Movimento Popular Pela Moradia no Rio de Janeiro, membro do Comitê Popular da Copa e Olimpíadas, membro do Comitê Técnico de Planejamento e Gestão do Solo Urbano junto ao Ministério das Cidades, membro do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social junto à Secretaria Municipal de Habitação do Rio de Janeiro e militante da ocupação desde seu início em 2004) era quem fazia a mediação entre agentes dos órgãos estatais municipais, estaduais e federais de habitação e os moradores da Ocupação Nelson Mandela, embora parte dos moradores não autorizassem essa mediação. Após a invasão do tráfico de drogas, Ricardo ficou alguns meses sem aparecer no prédio, segundo sua justificativa, por estar viajando muito a Brasília para reuniões no Ministério das Cidades. Quando retomou suas visitas à ocupação em meados de 2014, foi acusado por alguns moradores de ter voltado para não perder seu reinado pros advogados da OAB, que haviam solicitado o desarquivamento do processo de reforma da Ocupação Nelson Mandela. Muito criticado pelos moradores não militantes que eu acompanhava em 2014 e sempre referido como o dono do prédio, Ricardo Antunes era comumente acusado de fazer uma política suja em cima dos pobres e de ganhar muito dinheiro e prestígio político explorando a ocupação. Escutei relatos e rumores de que ele teria feito cadastros falsos dos moradores, que teria ajudado a expulsar moradores usuários de drogas e que impedia a autonomia política e jurídica da ocupação⁵².

A reunião entre a arquiteta da CEHAB e os moradores da Ocupação Nelson Mandela, que analisarei abaixo, foi mediada por este militante, usualmente referido como Ricardo da MPPM. Esta reunião está inserida nos caminhos de se tentar construir arranjos políticos para retirar os meninos do tráfico sob o argumento de reivindicar o direito à moradia digna e à reforma do prédio. Também está inserida nas disputas micropolíticas internas à ocupação, na qual os rumores, desconfianças, paranoias, ameaças, medos e conflitos marcavam as relações. Mas antes de ir para a reunião, que terá Leonor como protagonista, penso ser importante traçar alguns dos sonhos, expectativas, medos e desconfianças que circundavam e tencionavam a reunião.

⁵² Esta avaliação sobre o Ricardo da MPPM não era compartilhada por todos os moradores. Existia um pequeno grupo de pessoas que via esse personagem como um importante apoio da ocupação, com o argumento de que ele era uma pessoa *de bom coração* e muitas vezes *ingênuo* em relação ao *real funcionamento da política* e tem *contatos* com gente grande. Esse grupo de moradores compartilhava a ideia de que o Ricardo era o único que não *abandonou* a ocupação durante todos esses anos. No entanto, decidi manter no corpo do texto as acusações a ele referidas exatamente por essas acusações circularem entre os diferentes grupos que tenho contato no interior da ocupação (com maior ou menor grau de intensidade) e por serem importantes na produção do “regime de desconfianças” que trabalharei na tese.

3.3.2 Minha Casa Minha Vida: tempo da esperança

Após a invasão do tráfico de drogas na ocupação, Leonor e sua amiga Kátia tentaram diferentes maneiras de sair d'aquela favela (termo utilizado por várias mulheres após a invasão do tráfico de drogas e que remete a um espaço onde este tipo de violência e interferência do tráfico seria comum e ao qual elas anteriormente não faziam parte). Visitas ao ITERJ, à CEHAB, à SEH, à SMH e à Caixa Econômica Federal tomaram conta do dia-a-dia dessas e de outras mulheres. Kátia tentou inclusive falar pessoalmente com a presidenta Dilma Rousseff na inauguração do teleférico do Morro da Providência⁵³. Na expectativa de que Dilma se lembraria da relação progressista que tiveram no Partido Democrático Trabalhista (PDT) na cidade de Porto Alegre, Kátia queria que a presidenta interviesse e conseguisse encaixá-las em dois apartamentos do programa federal Minha Casa Minha Vida localizado na Rua Frei Caneca, região contigua ao centro⁵⁴.

Essas tentativas de articular maneiras para sair da ocupação foram realizadas no ano de 2014. Naquele momento, o programa Minha Casa Minha Vida já era consolidado como uma política pública de habitação nacional⁵⁵. Era também o carro chefe das propagandas do Partido dos Trabalhadores (PT) e dos governos Lula e Dilma. Mais próximo à vida concreta das minhas interlocutoras, em meados de 2014 o conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida localizado na Rua Frei Caneca havia sido inaugurado. Este foi o primeiro empreendimento habitacional do programa construído na região central do Rio de Janeiro e, não é difícil imaginar, deixou em alvoroço diferentes segmentos populares.

As reportagens e propagandas políticas traziam a informação de que esses apartamentos foram construídos para atender os moradores de ocupações populares “desativadas”, como os índios da Aldeia Maracanã, e as vítimas das enchentes na região serrada que ocorreram 2010. Os rumores que circulavam entre os meus interlocutores eram mais específicos e diziam: soube que Maria conseguiu mudar pra lá, ou ainda tô sabendo que teve gente lá da Providência que foi pr'esses apartamentos. Esses rumores de que pessoas conhecidas

⁵³ Trabalharei a tentativa de Kátia contatar Dilma em trabalhos futuros.

⁵⁴ Vou manter Minha Casa Minha Vida e não abreviado como MCMV, como correntemente acontece, respeitando os usos feitos pelos meus interlocutores que nunca utilizam a abreviação para se referir ao programa, como acontece com a CEHAB ou o ITERJ.

⁵⁵ Não é meu objetivo discutir os avanços e os limites do programa Minha Casa Minha Vida, sua eficiência. O que me interessa são os efeitos dessa política e de suas propagandas na subjetividade das pessoas, como uma política pública amplamente divulgada passa a fazer parte dos sonhos, projetos e expectativas e pessoais, e mais, como as pessoas se movimentam na tentativa de fazer parte do projeto.

teriam conseguido se mudar para o condomínio nunca foram confirmados, nem por isso deixaram de gerar sonhos, expectativas, virações e agenciamentos concretos.

O projeto elaborado por Leonor e Kátia não se resumia em sair do prédio. Elas tinham um objetivo claro: morar em um dos apartamentos do conjunto habitacional localizado na Rua Frei Caneca. Também pretendiam barganhar com a prefeitura 30 mil reais⁵⁶, como indenização por saírem de uma região que contava com trens, metrô, hospitais, área de lazer, mercados e restaurantes. No argumento elaborado por Leonor e Kátia, por mais precária que fosse a região da Central do Brasil, havia ali equipamentos urbanos que facilitavam sobremaneira seus trânsitos diários e trabalhos como viradoras. Era para permanecer no centro da cidade, próximas às suas redes de trabalho, amizade, assistência social, saúde, entre outras, e para manter o acesso à malha de mobilidade urbana que essas mulheres estavam determinadas a conseguir um apartamento na localidade.

Os discursos e propagandas oficiais veiculados sobre o programa Minha Casa Minha Vida apresentavam imagens de imóveis considerados “dignos”, quase sempre com a figura da mulher como protagonista. As imagens amplamente difundidas de um apartamento com 2 quartos, banheiro, cozinha e área de serviço, revestidos com pisos e azulejos, passaram a fazer parte do “campo de possibilidades” (Velho 2003) de Leonor e Kátia. Ambas começaram a se ver como as pessoas ideais para morarem nesses apartamentos. E por que elas não seriam as pessoas ideais? Afinal, elas eram mulheres, logo prioridade do programa, e ainda, moravam em uma habitação precária que se somava aos sérios riscos que corriam com a presença dos meninos do tráfico.

Com a inauguração do condomínio na Rua Frei Caneca o “campo de possibilidades” dessas mulheres se ampliava. Uma dimensão imaginativa se formava e relacionava as possibilidades de acesso a uma política pública concreta, os discursos oficiais que definiam quem podia ou não morar nesses espaços e produzia como efeito a inscrição dessas políticas e discursos oficiais nas formas de constituição e narrativas de si. Kátia e Leonor carregavam em seu corpo (ser mulher), em seu cotidiano (de precariedade e violência) e em sua subjetividade (se consideravam as pessoas ideais para essa política e queriam fazer parte do programa) os elementos que as tornavam (em suas narrativas) alvos certos dessa política. Esses efeitos se traduziam, portanto, em corporeidades e expectativas concretas, na constituição de si como sujeitos políticos e em estratégias reais para atingir seus objetivos.

⁵⁶ Os valores por elas enunciados se relacionam com outras indenizações pagas aos moradores de prédios esvaziados pelo poder público. Futuramente pretendo trabalhar a mudança do valor que elas supunham ser *justo* para deixar o local, que saltaria para 120 mil quando elas entenderam que moravam na região do Porto Maravilha, já em 2015.

Se Kátia e Leonor conseguissem se mudar para os apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida, vários dos seus problemas seriam resolvidos. Neste clima, envolto por certa euforia, em uma mesma tacada elas: i) se livrariam do domínio do tráfico de drogas, do coletivo e dos militantes, aproximação feita pelas mulheres pela dominação masculina exercida por esses grupos; ii) entrariam na legalidade enquanto proprietárias de um apartamento de dois quartos e sairiam de zona de indeterminação, ilegalismo e precariedade; iii) resolveriam seus problemas financeiros pois ganhariam de troco 30 mil reais da prefeitura. Mas elas precisariam se apressar e conseguir dois desses apartamentos antes deles serem totalmente ocupados, fato que ocorreu no ano de 2015, quando qualquer resquício do sonho de se mudar para esses apartamentos ruiu.

Voltando ainda para as esperanças de se mudarem para o Minha Casa Minha Vida localizado na rua Frei Caneca. Mesmo que Leonor e Kátia falassem sobre o assunto entre si durante semanas, e em clima de euforia, as expectativas e as ações realizadas no cotidiano deveriam ser mantidas em segredo. Nenhum dos outros moradores poderia saber ou sequer suspeitar o que elas planejavam. Caso as estratégias elaboradas por Leonor e Kátia rolassem na rádio corredor elas seriam facilmente chamadas de pelegas por outros moradores, militantes e apoios da ocupação e pior, seriam acusadas de estarem tentando vender o prédio e acabar com o coletivo.

Ao se imaginarem morando em um apartamento do programa Minha Casa Minha Vida localizado no centro da cidade, vimos um “campo de possibilidades” se abrir para essas duas mulheres: uma política pública de habitação direcionada ao público feminino, somada à inauguração de um condomínio popular próximo à região central do Rio de Janeiro, que fez com que elas gerassem sonhos, projetos e expectativas para si próprias. A esperança, nesse sentido, aparece como calcada no mundo através de um esforço concreto e compartilhado, como possibilidade de transbordar o presente e de escapar da vida difícil para uma vida melhor (Pedersen 2012). No entanto, a partir da reunião entre os moradores da Ocupação Nelson Mandela, o Ricardo da MPPM e a arquiteta da CEHAB, acompanharemos as primeiras percepções de que o sonho da mudança de endereço se rui e se transformariam em um espectro ao qual elas não conseguiram alcançar.

3.3.3 A reunião

Saí cedo de casa, por volta de 7h da manhã, dezembro de 2014. Eu não poderia me atrasar para a reunião na CEHAB. A ideia corrente entre os moradores da Ocupação Nelson Mandela era a de que, para serem atendidos em uma repartição pública, aqueles que apresentassem demandas não poderiam cometer o deslize de se atrasar. O atraso poderia se

transformar em uma brecha/argumento para que o Estado não atendesse um determinado grupo ou pessoas e, claro, meus interlocutores não queriam correr este risco. Havia uma segunda questão: a reunião foi marcada por funcionários da Caixa Econômica Federal juntamente com o Ricardo da MPPM. No interior de um emaranhado complexo de informações, desconfianças, ameaças, rumores e “ilegibilidades” (Das, 2007), além de articulações políticas divergentes e conflitivas, as pessoas que eu acompanhava não queriam que a reunião começasse sem que eles estivessem presentes.

O combinado é que eu chegaria à casa da Leonor por volta das 8h para tomarmos café da manhã e sairmos juntas. Feito isso, ela preparou Dona Geraldina: deu-lhe um banho, serviu-lhe uma vitamina, um pão com manteiga, um copo de café com leite e um de água. Depois de alimentá-la, Leonor a levou novamente ao banheiro, vestiu a fralda geriátrica e a deitou na cama que fica em baixo da única janela da casa, para que ela tomasse um pouco de sol. Cuidado que ela julgou necessário para com uma idosa de 82 anos com Alzheimer avançado, câncer na boca, catarata nos dois olhos e dificuldades de locomoção. Cuidado este que não aconteceu de forma tão linear, pois Dona Geraldina descumpria as ordens da filha e esta, muitas vezes aos berros e palavrões, tentava persuadir a mãe a cumpri-las. Entre mandos e desmandos não conseguimos sair no horário previsto. Tivemos que correr para não nos atrasarmos. Sem ninguém para ficar com Dona Geraldina na ausência da filha, Leonor e eu torcemos para que sua mãe dormisse durante três horas. Mas também foi preciso se precaver. Então, Leonor deixou uma banana na mesa com um copo de água ao lado. A luz do banheiro foi deixada acesa para que sua mãe pudesse se orientar pela casa de 30m², atividade que ela ainda conseguia fazer em 2014.

Kátia, José, Regiane, Francisco e Mariano nos aguardavam no corredor do 4º andar da ocupação. Tínhamos dez minutos para sair do prédio localizado na Central do Brasil e chegar à Rua da Ajuda, onde se localiza a CEHAB. A tensão relacionada ao atraso e o receio da reunião começar tomaram conta da conversa. José e Mariano vestiam bermuda e chinelos. Leonor logo os alertou que com essas vestimentas eles não conseguiriam entrar no prédio da CEHAB, que exigia dos homens camiseta com manga, calça e sapatos fechados. Eles voltaram a seus apartamentos para trocarem de roupa, nós seguimos andando. Eu paguei com dinheiro os três reais e cinquenta centavos do metrô, Leonor e Kátia pagaram com o cartão RioCard. Laura e Francisco (entre caminhar e correr os 2 km de distância, já que não tinham nem o cartão RioCard nem o dinheiro da passagem) chegaram seguidos de José e Mariano. Era 10:15h, a reunião estava marcada às 10h. Na portaria da CEHAB cerca de 20 moradores aguardavam a chegada do Ricardo da MPPM.

A reunião marcada na CEHAB tinha como pauta o andamento do processo para a reforma do prédio e dos apartamentos, reivindicada pelos moradores da Ocupação desde 2009, cujo processo havia sido reaberto pelos advogados da OAB. Leonor me disse estar preocupada e aflita. Havia rumores de que os moradores teriam como conseguir uma nova moradia e que poderiam mudar do prédio da ocupação para um apartamento do programa federal Minha Casa Minha Vida que, naquele momento preciso, era parte de suas expectativas. Outros rumores circulavam com a informação de que as pessoas não mudariam do prédio, o que estaria em questão era a forma de financiamento da reforma que passaria do FNHIS para a modalidade Minha Casa Minha Vida-Entidades ou, na linguagem comum entre meus interlocutores, Minha Casa Minha Entidade.

O fato é que na semana anterior à reunião na CEHAB alguns funcionários da Caixa Econômica Federal estiveram na Ocupação Nelson Mandela com o objetivo de apresentar aos moradores a proposta de migração⁵⁷ para o programa federal Minha Casa Minha Vida, registrada em Ata oficial. Todavia, esses mesmos funcionários e o texto registrado em Ata não especificaram se essa migração seria uma mudança de apartamento ou de forma de financiamento, em outras palavras, não foi explicado se os moradores sairiam do prédio para morarem em apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida ou se o financiamento da reforma migraria do FINHS para o Minha Casa Minha Vida-Entidades. Sem uma informação precisa, fofocas, rumores, paranoias e expectativas passaram a borbulhar no interior das diferentes tramas de relações existentes entre os moradores da ocupação.

Leonor sentia uma esperança-desconfiada⁵⁸ sentimento que conecta seu presente com os sonhos de um futuro melhor. Ela e as outras pessoas que eu acompanhava estavam decididas, naquele momento, a tentar construir caminhos políticos que os levassem a mudar da ocupação para os apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida, localizado na Rua Frei Caneca. É nesta tentativa que Leonor e Kátia, mas também, como soubemos depois, José, Laura, Francisco e Mariano, além de outros moradores do prédio investiam suas esperanças individuais e desconfiavam da verdadeira intenção dos colegas e do que eles poderiam falar por trás.

A desconfiança também estava presente nas relações que levaram a essa reunião na CEHAB. A reunião havia sido marcada pelos funcionários da Caixa Econômica Federal, mas a informação ficou restrita aos moradores militantes. Foi apenas quando o Ricardo da MPPM telefonou para Reginaldo confirmando a reunião que mais moradores souberam dessa reunião. No entanto, Leonor e Kátia o acusavam de ter avisado apenas os seus aliados, um monte de

⁵⁷ Termos utilizados na ata redigida posteriormente

⁵⁸ Leonor me relata seu sentimento da seguinte forma: *Eu tenho esperança, mas sou sempre desconfiada.*

gente burra, ignorante e drogada que não entende o que está acontecendo. Leonor e Kátia não foram comunicadas que haveria uma reunião e só tiveram a confirmação pelas informações que circularam na rádio corredor, o que aumentava os rumores, desconfiâncias e conflitos. Eu fui avisada da reunião por Leonor com um dia de antecedência. Ela também me pediu que eu chamasse o Marcelo Chalhó, presidente da CDH/OAB e que prestava apoio jurídico para a ocupação, que não pôde comparecer. O intuito de Leonor era que, com a presença de um advogado, Ricardo não conseguisse enganar os moradores.

Voltemos para a entrada da CEHAB. Ricardo não chegava. Regiane, Leonor e Kátia resolveram subir. Eu preferi segui-las. Reginaldo murmurava que não seríamos atendidos sem a presença do Ricardo e decidiu ligar para ele. José, Francisco e Mariano foram atrás das mulheres. Para entrar na CEHAB passamos pelas recepcionistas que exigiram nossos documentos de identificação seguido da questão: é de onde? Eu havia sido aconselhada a me apresentar como moradora da Ocupação Nelson Mandela para não ter problemas ao entrar e assim fiz. No mesmo momento outros moradores resolveram subir e esperar o Ricardo no 17º andar, onde estava marcada a reunião.

Dez moradores entraram no elevador, além de mim, o ascensorista e um casal com uma criança de colo. Leonor faz uma piada-tensa direcionada a Kátia e a mim, a meia altura de voz, e outros moradores puderam ouvir: qual é o nome do filme? Kátia começou a rir e eu, sem entender direito o que ela queria dizer, respondi com um olhar, um riso-tenso e um balançar de cabeça fazendo não. Leonor repetiu a pergunta e na sequência pronunciou: o plano das cobras. Kátia soltou uma gargalhada, depois rimos. Em um tom mais baixo, quase cochichando, ela continuou: aí, os que pensam no ser humano têm que estar juntos para não sermos engolidos. Leonor referia esta piada-tensa ao Ricardo da MPPM, Reginaldo, Katiene, a velha Rosa, Marinaldo e outros moradores que ela classificava como aliados do Ricardo, os donos do prédio. Através delas, podemos ver que os boatos, os perigos e as acusações não vem dos grandes eventos, mas dos cantos e recantos da vida cotidiana (Das 2012).

No 17º andar, eu sentei ao lado de Mia na sala de espera. Minha tentativa era a de iniciar um contato com moradores que estabeleciam redes diferentes daquelas que me aproximei em 2013 e 2014. Tivemos uma curta conversa que girou em torno das investidas que ela fez na CEHAB, no ITERJ e na Caixa Econômica Federal para solicitar informações sobre a reforma do prédio. Mia me contou que havia recebido a seguinte informação de uma funcionária da Caixa: está tudo pronto, o que falta é apenas o plano do incêndio. Essa mesma funcionária teria acrescentado para Mia que tudo estava na mesa de quem pode resolver o problema. Kátia, de 58 anos, sentou do meu outro lado, me contou que havia caído da escada

naquela manhã, que sentia muitas dores nas costas e que não aguentava mais subir a pé os 11 andares 3 ou 4 vezes por dia.

3.3.3.1 A chegada da “Entidade”

Entre conversas, cochichos e silêncios, Ricardo chegou acompanhado dos seus aliados que o aguardavam na entrada do prédio. Ele cumprimentou rapidamente as pessoas ali sentadas. Nós não tínhamos nenhuma simpatia um pelo outro, por isso, mesmo com nosso cruzamento de olhar, não nos cumprimentamos. Segundo alguns moradores, Ricardo me classificava como a garota babaca, pelega e metida da OAB e, muito influenciada pela narrativa de Leonor, eu o classificava como um safado, pelego e aproveitador. Ele caminhou na frente, andou depressa e entrou sozinho na sala de Eliane, funcionária da CEHAB. Essa ação fez com que os moradores que eu acompanhava voltassem a falar de suas desconfianças em relação ao Ricardo: por que ele tinha que entrar sozinho? Por que as conversas não podem ser feitas as claras? Após alguém enunciar essas perguntas, Leonor repetia a frase: o plano das cobras. Escuta o que eu estou te falando.

Passados cerca de 10 minutos, Ricardo convidou os moradores a entrarem na sala de Eliane. Em um tom de surpresa, a funcionária estadual disse que não esperava tanta gente para a reunião. Desprevenida, ela argumentou que não tinha uma sala confortável para receber aquela quantidade de pessoas. Reginaldo me perguntou o que estava fazendo ali e se eu era moradora. Sentindo-me acuada, fiz um tímido sim com a cabeça e Leonor, de forma impositiva, sem deixar espaço para novas perguntas, falou que eu estava com ela. Eliane pediu que as pessoas não a levassem a mal, pois eles estavam de mudança já que o prédio estava caindo aos pedaços. Essas colocações geraram burburinhos como: ela nem sabe o que é uma ocupação ou ela nem imagina o que é que está caindo aos pedaços.

Eliane se posicionou no centro da mesa. Ricardo se sentou em frente a ela. Leonor se sentou ao lado dele. Reginaldo se sentou do outro lado do Ricardo. Algumas pessoas se sentaram nas cadeiras que sobraram. A maioria dos moradores e eu nos posicionamos em pé ao redor da mesa.

Foi Ricardo quem começou a falar, o que provocou vários sussurros: lá vai ele querer falar pela gente ou ele nem aparece no prédio e quer falar o que acontece lá. Sua curta retrospectiva sobre a ocupação expressiu a deterioração do prédio ocupado há 11 anos em 2014, que contava com inúmeros problemas infraestruturais, agravados pelo atraso no início das obras de reforma do prédio. Na sequência, o militante se colocou como aquele que, desde meados de

2014, vinha tentando conversar com a CEHAB sobre os problemas relacionados à reforma. Acrescentou que conversou com o pessoal do orçamento da CEHAB, com a Luana da Chiq da Silva⁵⁹, disse que havia deixado uma planta do prédio com ela, mas que faltou uma assinatura, sem explicar, de fato, o que significava cada uma dessas ações e como se todos conhecessem esses passos. Finalmente, Ricardo contou da reunião entre os funcionários da Caixa Econômica Federal e os moradores da ocupação na semana anterior. Eliane estava de férias quando foi realizada a reunião entre o Ricardo, os moradores e funcionários da Caixa. Ela soube da reunião pelos funcionários da Caixa, posteriormente.

Na sequência da conversa, Ricardo expos o problema entre o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e do Minha Casa Minha Vida. Direcionado à Eliane, Ricardo explicou que quem estava financiando esse projeto de reforma da ocupação Nelson Mandela era o FNHIS, no entanto, todos sabiam que depois do Minha Casa Minha Vida, o FNHIS foi colocado um pouco a escanteio. No argumento do Ricardo, a Caixa Econômica estaria empurrando os moradores para o programa Minha Casa Minha Vida. Ele depois se corrigiu dizendo que não era exatamente empurrar, mas transferir os moradores para o novo programa federal de habitação.

Eliane concordou com o colega e mencionou dois casos de migração de financiamento no Rio de Janeiro que saíram do FNHIS e migraram para o programa Minha Casa Minha Vida na modalidade Entidades⁶⁰. Notemos que foi a primeira vez que a modalidade Entidade, do programa federal Minha Casa Minha Vida apareceu na reunião. O primeiro caso de migração apresentado foi o da Manuel Congo, em que os moradores teriam tido interesse em migrar para o programa. E o segundo caso, o de Matadouro, este mais complicado, pois os moradores não queriam essa mudança, mas se viram obrigados a migrar. A funcionária da CEHAB apresentou na sequência a estratégia utilizada pela Caixa Econômica Federal para que os moradores se vissem obrigados a migrar: a Caixa envia um documento dizendo que não vai mais prorrogar o período de início das obras com financiamento do FNHIS. Eliane continuou: e se nós, Caixa, não vamos mais prorrogar... Bem, é o que está acontecendo com vocês aqui, a Caixa está dizendo que não vai mais prorrogar.

O tal documento referido é a Ata elaborada após a reunião do dia 10/12/2014 que mencionei acima. É preciso ressaltar que poucos moradores tiveram acesso a esse documento

⁵⁹ Grupo de arquitetos da UFRJ, vinculados à MPPM.

⁶⁰ Não tenho como trabalhar na tese as diferenças dos regimentos dos programas Minha Casa Minha Vida, Minha Casa Minha Vida – Entidades e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Para discussões específicas sobre o Minha Casa Minha Vida – Entidades, indico o texto de Rizek, Amore e Camargo, 2014.

antes deste momento da reunião, quando Eliane distribuiu uma cópia entre os moradores, oportunidade em que eu pude anotar o que ficou registrado em ata. No documento foi registrado que:

- CAIXA reitera que permanece a pendência anteriormente informada relativa ao projeto e orçamento que impediram a finalização do laudo de análise de engenharia e consequentemente a autorização do início da obra.
- CAIXA informou que o Ministério das Cidades autorizou a prorrogação do contrato até 30 de dezembro de 2014. Porém, esclareceu que o termo de compromisso foi contratado em 27/12/12 e conforme determinação do Manual de Instruções Normativas do Ministério das Cidades que estabelece o prazo máximo de 02 anos para o início da execução do objeto, a obra deveria ser iniciada até o próximo 27/12/14. Assim sendo, mesmo que a CEHAB atendesse as pendências para o processamento da análise de engenharia, não haveria mais tempo hábil para a CAIXA emitir o laudo de análise, autorizar o início da obra e CEHAB preparar a licitação para contratação da empresa para execução do serviço dentro do prazo legitimamente instituído.
- CAIXA apresentou a possibilidade de migração para o programa Minha Casa Minha Vida como forma de viabilizar a continuidade da operação. Os representantes do Movimento Ocupação Nelson Mandela presentes na Reunião disseram que precisam discutir esta possibilidade internamente com os demais moradores e, só então, manifestar-se-ão.
- Ficou agendada uma reunião no dia 17/12/14, às 10 horas, a ser realizada na CEHAB com os representantes do Movimento, concernente aos projetos de orçamento, objetivando firmar o compromisso da CEHAB na finalização dos mesmos.
- Posteriormente será agendada nova reunião com a presença de representantes da CAIXA para darmos continuidade às tratativas de migração para o Minha Casa Minha Vida.

Enquanto o documento circulava entre os quase 30 moradores, Ricardo retomou a fala completando o que Eliane havia dito: a gente sabe que a Caixa vem quase na hora de soltar o edital para licitação da obra e, aqui eu completo, os moradores e órgãos estatais responsáveis acabam por não conseguir realizar tal procedimento a tempo. Em meio a muitos burburinhos, Ricardo continuou:

Eu estava conversando com pessoal da Nelson que com uma pressão grande, política, a gente pode até manter o financiamento pelo FNHIS. Mas não sei se é interessante mesmo porque eles pedem... porque o que tem verba e regras que facilitam, a gente sabe que é o Minha Casa Minha Vida.

Eliane finaliza com: Entidades, principalmente.

3.3.3.2 Leonor e o triângulo da verdade ou como enfrentar a “Entidade”

Quase vinte minutos de conversa entre Eliane e Ricardo giraram em torno dos tramites burocráticos e dos laudos técnicos pendentes para a elaboração do projeto que teria impossibilitado o início da reforma do prédio. Leonor, incomodada e até este momento em silêncio, foi à reunião com o intuito de conseguir uma vaga no condomínio Minha Casa Minha

Vida da Rua Frei Caneca e mostrar aos outros moradores o quanto eles estavam sendo enganados pelo Ricardo da MPPM e como ficariam em suas mãos, caso eles fossem para o Minha Casa Minha Entidade.

No meio da conversa entre Ricardo e Eliane, Leonor aproximou os dedos polegares e os dedos indicadores construindo um triângulo com as mãos. Ela apoiou as mãos em triângulo nas pernas e direcionou os dedos indicadores para a Eliane, como ela me contou em sua casa, eu não vi este minúsculo detalhe. Com esse símbolo, que rege a Cigana que Leonor carrega na cabeça somada a muita concentração, ela pretendia fazer com que Eliane falasse a verdade (que ela já sabia) a todos os moradores presentes. A verdade que Leonor queria mostrar ao chamar sua entidade Cigana era uma: caso eles fossem para o Minha Casa Minha Entidade, os moradores jamais seriam donos dos apartamentos e o Ricardo seria a Entidade que vai tomar conta da nossa vida.

Na sala de reuniões os burburinhos só aumentavam. Muitas perguntas solicitavam esclarecimentos sobre o FNHIS, o Minha Casa Minha Vida e o Minha Casa Minha Entidade. Ricardo, em um tom mais alto, chamou a atenção das pessoas dizendo: gente, está pronta a migração para o Minha Casa Minha Vida-Entidades, seguida da confirmação de Eliane que ainda assegurava ter entregue aos funcionários da Caixa Econômica Federal as últimas exigências do orçamento na presença do Ricardo (e sem a presença dos moradores).

Os burburinhos ficavam mais fortes e tensos. Ricardo fez a proposta de que os moradores realizassem uma nova reunião com a Caixa em fevereiro de 2015 (lembrando que o prazo para o início da reforma com o financiamento do FNHIS era 27/12/2014). Até lá, em seu argumento, os moradores da Nelson Mandela teriam que se organizar e discutir em reuniões qual a melhor caminho a ser tomado: continuar no FNHIS ou ir para o Minha Casa Minha Vida-Entidades. Mas, na prática, se a obra não fosse iniciada, a Caixa teria que autorizar a prorrogação para manter o financiamento pelo FNHIS. Katiene que estava ao meu lado me perguntou baixinho: como vamos fazer uma reunião com o prédio do jeito que está?

Leonor estava muito incomodada. Ela me lançava inúmeros olhares raivosos. Em sua primeira fala, Leonor perguntou: eu quero entender uma coisa, é Minha Casa Minha Vida ou Minha Casa Minha Vida-Entidades? Ricardo a interrompeu. Porém, calma e lentamente ela retomou sua fala e o burburinho foi diminuindo:

Por favor, vamos lá. Eu sou filiada à Entidade, eu vou ter domínio, acesso sobre tudo do prédio, é isso? Tudo o que acontece no prédio eu tenho domínio? Eu... (Agora interrompida pela Eliane. Mais uma vez ela retoma) o que quer dizer é que não vai ser nosso.

Com a frase não vai ser nosso Leonor conseguiu causar impacto e os outros moradores presentes ficaram em silêncio. O clima da reunião ficou mais tenso do que já estava. Sem um compartilhamento com as questões que estavam em jogo para os diferentes grupos de moradores presentes, Eliane entendeu a questão de Leonor não como uma discussão sobre a propriedade dos apartamentos, mas sobre a forma do regimento do financiamento. A funcionária da CEHAB aconselhou os moradores a redigirem uma constituição e a escolherem um representante, tipo um síndico, para delegar responsabilidades, como acontece nos condomínios. O que Eliane não sabia é que a Ocupação Nelson Mandela já tinha seu regimento próprio e um presidente eleito, mas que este estava acuado devido a presença do tráfico de drogas. O presidente naquele momento era o filho de Leonor, com quem ela não falava naquele momento.

Contudo, a conversa que Leonor estava propondo era outra. Ela e outros moradores estavam temerosos de que o Ricardo da MPPM se tornasse responsável pela obra de reformulação do prédio. Em seu raciocínio, caso eles fossem para o Entidades o Ricardo dominaria a vida dos ocupantes, ou ainda, os moradores ficariam subjugados às diretrizes da Entidade MPPM, em resumo: eles continuariam sendo os donos do prédio. Talvez por isso ela tenha lançado a seguinte pergunta: mas o correto seria um morador ser o responsável pela obra, não é? E Eliane responde: ou uma comissão, eu não sei como é que é. Eu acho que aí é o Ricardo quem pode falar, pois ele era o único quem conhecia o funcionamento do programa Minha Casa Minha Vida Entidades, já que a MPPM era responsável por uma obra em andamento na Zona Oeste. No momento em que Eliane atribuiu a responsabilidade da fala ao Ricardo, um não morador, a sala de reuniões voltou a ficar alvoroçada, afinal, nesta reunião estavam os seus aliados, mas também seus inimigos. Os burburinhos alcançaram altura maior que as falas de Ricardo, Eliane ou Leonor.

Eliane sugeriu que os moradores migrassem para o Minha Casa Minha Vida – Entidades. Em seu argumento, os órgãos públicos seriam lentos pois as pessoas estariam sujeitas a muito controle já que todos os passos dados por agentes do Estado deveriam ser publicados no Diário Oficial. Embora fosse mais burocrático, esta seria a maneira correta, pois os funcionários estaduais também ficariam resguardados e tudo ficaria direitinho. Já, se os moradores migrassem para o Minha Casa Minha Vida-Entidades, eles teriam mais agilidade, porque a Entidade não precisa licitar.

A fala de Eliane não acalmou os moradores, tão pouco Leonor. Como afirmei anteriormente, Leonor propunha outra discussão. Ela queria discutir a propriedade dos apartamentos, a possibilidade de não ficarem subjugados a uma outra Entidade (ela já se via

subjugada ao coletivo Nelson Mandela, aos militantes e ao tráfico de drogas) e a uma possível mudança do prédio. Tudo o que ela não queria, portanto, era migrar para o Minha Casa Minha Entidade. No entanto, esses desejos não eram ditos com as palavras precisas e Eliane entendia o recado a partir da sua visão e seus interesses.

Peço licença para reproduzir uma parte deste complicado dialogo, cujo áudio foi gravado por Mia e me enviado dias depois para que eu registrasse e o áudio não se perdesse, ficando, assim, como um documento:

Leonor: Mas aí no caso da Entidade o apartamento não será meu.

Eliane: Vai ser seu, lógico que vai ser seu.

Leonor: Eu vou poder mandar no meu apartamento ou de repente a organização Entidade resolve que existe algum problema, vai lá e te bota pra fora⁶¹?

Eliane: Não, espera aí. O projeto define como vai ser cada apartamento, já está definido. Existe um projeto que está dizendo como é que vai ser o seu apartamento. Inclusive, mesmo que continue com a CEHAB no FNHIS, já tem lá o projeto do seu apartamento. Se migrar para o Entidades aquele projeto vai manter, tá. Quando a unidade ficar pronta, aí o apartamento é seu. Aí você faz do apartamento o que você quiser, agora, evidentemente que você não vai poder fazer qualquer reforma.

Ricardo: Não pode vender, não pode alugar.

Eliane: E porque que você não pode fazer qualquer reforma? Porque Eu (com ênfase) não posso fazer qualquer reforma no meu apartamento sem consultar a prefeitura, porque senão o prédio pode cair.

Leonor: Porque o Minha Casa Minha Vida, sem ser Entidade, depois de 10 anos, pode vender, alugar, sei lá o que, não é? Sem ser Entidade. Sendo Entidade não vai poder nem alugar, nem vender, nada.

Eliane: Eu acho que passado um determinado prazo...

Ricardo: Não, Minha Casa Minha Vida-Entidade não pode.

Eliane: Não pode? Nunca?

Leonor: Então quer dizer que nunca o apartamento vai ser nosso. Definitivamente não. Tipo assim, daqui 10 anos eu resolvo que eu não quero mais morar ali, aí sendo Minha Casa Minha Vida eu posso vender ou alugar depois de 10 anos. Aí sendo Minha Casa Minha Vida-Entidade a **Entidade manda**, então, eu não posso alugar e não posso vender, então o apartamento não é meu. Então quer dizer que meus filhos e meus netos não serão meus herdeiros.

Ricardo: Nelson Mandela você não pode vender e não pode alugar de forma alguma, é uma cessão de direito real de uso, se você vende ou aluga...

Katiene: A maioria que entrou, que fundou, que abriu, não está mais lá. Já vendeu, já roubaram tudo o que tem lá no prédio, essa sim é a verdade. Quem precisa é quem está lá até hoje sofrendo, muita gente foi embora. Quem precisa está lá até hoje, quem não precisa saiu fora ou está lá só de passagem.

(A sala de reuniões está alvoroçada)

Eliane: Eu acho assim, se é o FNHIS, também não pode.

Leonor: Depois de 10 anos o Minha Casa Minha Vida pode. Eu quero um apartamento para mim, eu não quero nenhuma Entidade tomando conta da minha vida.

Eliane: Deixa eu te falar uma coisa, você está comparando Minha Casa Minha Vida-Entidades com Minha Casa Minha Vida. Não é o caso aqui. Aqui o caso é comparar Minha Casa Minha Vida-Entidades com o FNHIS, porque aqui com a CEHAB é FNHIS e dentro do FNHIS vocês também não podem porque é uma cessão. Por que? No FNHIS, você imagine bem, vocês não vão pagar na-da (com ênfase), custo ze-ro (com ênfase), a casa é do-a-da (com ênfase). Porque está sendo doada para vocês que moraram lá a vida inteira permaneçam lá. A gente está entregando pros seus filhos,

⁶¹ Referência a reuniões que existiram na Nelson Mandela, onde em muitas delas o Ricardo estava presente e houve a expulsão de moradores com a ajuda de membros da MPPM. Estas acusações voltarão a aparecer em novas reuniões. E será trabalhada futuramente na tese.

seus netos... Você só não pode vender para terceiros. Você só não pode usar aquele bem e fazer dinheiro com aquilo.

Leonor: Mas eu vou ficar à mercê de uma Entidade que não mora e que não vive lá.

Eliane: Não, você vai ficar à mercê da lei, a lei que estipulou, aquela que te deu aquilo para que você morasse. Agora eu vou falar uma coisa que eu nem devia falar, mas a gente sabe que não é assim que a banda toca, a gente sabe que as pessoas... (silêncio). Por isso existem os contratos de gaveta. A gente sabe que depois as pessoas vendem, fazem contrato de gaveta. A gente sabe disso. Eu não vou estimular isso. Isso foi feito com o objetivo de dar uma moradia digna para vocês.

3.3.3.3 Ilegibilidades e desentendimentos

Não é difícil imaginar a confusão e desencontros que ocorriam nesta reunião. Dentre as perguntas feitas por diferentes moradores, pude anotar as seguintes: os moradores iriam para o programa Minha Casa Minha Vida ou para o Minha Casa Minha Entidade? Se fossem para o Minha Casa Minha Entidade eles seriam proprietários do apartamento ou ficariam à mercê da MPPM ou do coletivo Nelson Mandela? Quem ficaria responsável pela obra? Seria realmente vantagem sair do FNHIS e ir para o Minha Casa Minha Entidade? Por que eles não poderiam se mudar para um apartamento do programa Minha Casa Minha Vida? O que aconteceria com as pessoas que estão com os nomes publicados no Diário Oficial, mas que venderam os apartamentos por contratos de gaveta? O que aconteceria com as pessoas que compraram os apartamentos por contrato de gaveta e estavam morando no prédio, na situação em que este se encontrava? Essas pessoas que compraram os apartamentos vão perder o dinheiro e o imóvel? E quem tinha sido expulso pelo Comando Vermelho?

De fato, nenhum dos presentes tinha resposta para todas as perguntas colocadas. A arquiteta da CEHAB não sabia que se as pessoas migrassem para o Minha Casa Minha Vida - Entidade elas não seriam proprietárias dos apartamentos. Eliane teve essa informação a partir desta reunião e logo a incorporou às suas respostas. A Ata da reunião com a Caixa, na semana anterior, propunha a migração para o programa Minha Casa Minha Vida e não especificava se essa migração seria de apartamento ou de forma de financiamento, tão pouco se os moradores iriam para o Minha Casa Minha Entidade. Agora, se os moradores decidissem manter o financiamento de reforma pelo FNHIS eles teriam 10 dias para conseguir a licitação para a obra, no entanto, havia muitas pendências, dentre as mais importantes estavam um novo projeto de incêndio e o orçamento detalhado da obra. Aqui, vemos claramente a produção de ilegibilidades, na qual nenhum dos atores envolvidos conseguia dar conta das burocracias que envolvem diferentes regimentos e legislações, mudanças nas políticas de habitação, interesses pessoais e coletivos, das pressões relativas a datas e prazos e, também, por não haver um

compartilhamento do mundo e das questões cotidianas que incluem a impossibilidade de falar do domínio territorial exercido por agentes do tráfico de drogas.

Com a Ata na mão, Reginaldo pedia mais esclarecimentos. Se a Caixa não especificava no documento que a migração seria para o Minha Casa Minha Entidade, porque eles estavam discutindo este assunto? Em seu raciocínio seria óbvio que a Caixa estaria transferindo os moradores para o Minha Casa Minha Vida. A pauta, como Reginaldo argumentava, deveria ser a migração para o Minha Casa Minha Vida e não o Minha Casa Minha Entidade.

Ricardo ficou nervoso e começou a explicar novamente. Eliane pedia calma e em tom pedagógico voltou a falar:

Se vocês migrarem do FNHIS para o Minha Casa Minha Vida normal, vocês vão se colocar nas mãos de uma construtora. É isso. Eu acho que vocês começaram tudo organizados, através de uma Entidade. Então uma coisa que eu acho é que vocês devem discutir internamente na Entidade que foi quem conduziu a ação.

Reginaldo completou com: A MPPM no caso. Só então Eliane entendeu o interesse das pessoas em se mudarem do prédio. Porém, quando ela começou a colocar esta questão na reunião, ela foi imediatamente interrompida por Ricardo. A reunião chegava ao seu fim. Ficou acordado que Eliane ligaria para os funcionários da Caixa para marcarem uma nova reunião com os moradores e nos avisaria.

3.3.3.4 Tentativas de visibilidade: tráfico de drogas

A reunião coletiva havia acabado. Eliane se levantou, se direcionou à porta e a abriu indicando a saída para as pessoas presentes. Ricardo saiu na frente, pois ele tinha um compromisso com o pai que estava hospitalizado. Os moradores aliados do Ricardo, o seguiram. Leonor e os outros moradores que eu acompanhava permaneceram na sala e cochichavam entre si. Dentre os cochichos estava a certeza de que o sonho de se mudarem para os apartamentos do programa Minha Casa Minha Vida na Rua Frei Caneca havia ruído. Ao pé do ouvido, Leonor me diz: bem, Camila, é bom pra você perceber como funciona. Aqui é FF, ou a gente se ferra, ou a gente se fode! Do outro lado, José insistia: isso é pra você ver que tipo de coisas a gente passa.

Os moradores que permaneceram na CEHAB iniciaram uma conversa com Eliane. Leonor lhe disse que ela e a maioria dos moradores não queriam a continuidade do Ricardo e da MPPM como mediadores no processo de reforma do prédio, que eles estavam sendo assessorados pela CDH/OAB/RJ e que a maioria dos moradores já havia assinado um

documento atribuindo essa responsabilidade aos advogados da OAB. Francisco pedia mais esclarecimentos sobre o funcionamento do Minha Casa Minha Vida como foco na questão da propriedade do morador sobre o apartamento. Eliane retomou e foi enfática no argumento de que a Ocupação Nelson Mandela só seria Minha Casa Minha Vida apenas se for na modalidade Entidades e que, portanto, uma mudança de endereço estava fora de cogitação.

Nesta hora, eu tomei a iniciativa de falar que o prédio havia sido invadido por agentes do tráfico de drogas, que a vida lá dentro estava um inferno e, por isso, os moradores não queriam mais ficar morando no prédio. Os moradores ficaram apreensivos, mas logo os homens começaram a falar. Francisco colocou: morador não abre mais a boca mais lá não. José continuou:

Esse moço que estava aí, ele não é morador. A MPPM é a Entidade, então eles estão controlando a gente há 11 anos, faz 11 anos que a gente mora lá, 11 anos... A gente quer a liberdade com voz nossa. A gente não aguenta isso mais. A Entidade só vai nos dar mais trabalho...

Os moradores que ficaram no final da reunião com Eliane (aqueles mesmos que acompanhei desde a ocupação) começaram a expor suas intenções, colocadas apenas pela tangente na fala pública de Leonor. José expôs que o Ricardo estava tentando convencê-los a mudar para o Minha Casa Minha Entidade, mesmo que eles não quisessem, acrescentou que sempre que algum morador tentava colocar a proposta de se mudarem dos apartamentos, o Ricardo não deixava a pessoa falarem. Sua preocupação também estava relacionada ao tráfico de drogas e José lançou a pergunta:

Você acha que se fizer uma obra lá a gente não vai perder o prédio? Se nós já estamos perdendo agora. Se o prédio está um bagaço e a gente já está perdendo, imagina quando estiver lindo.

As perguntas continuavam: por que se movimentar ou fazer alguma coisa se eles certamente iriam perder o prédio ou para o tráfico ou para o Ricardo? Se os garotos arrombam a porta, se roubam o que tem lá dentro, se apontam a arma para a sua cara, se matam pessoas lá dentro? Se são um monte de gente armada que quando morre um vem outro? Se batem nas pessoas até matar? E se a Entidade resolver te expulsar? Por que eles não faziam denúncia à polícia, questionou Eliana.

3.3.3.5 Paranoias e risos

Este pequeno grupo de moradores e eu nos despedimos de Eliane. Na portaria da CEHAB vários moradores nos aguardavam. Paranoias, desentendimentos, conflitos e piadas

começaram a rolar na saída da reunião. Leonor mostrou preocupação em relação ao Ricardo. Ela tinha certeza que ele iria persegui-la depois de suas perguntas. Ela repetia fervorosa que Ricardo não a deixava falar. Para os moradores que nos aguardavam na portaria da CEHAB, Leonor justificava a repetição de suas perguntas não porque ela fosse burra, mas porque queria que os outros, esses sim, burros, entendessem o que de fato estava acontecendo ali. Para deixar claro aos moradores o que tinha acontecido, Leonor disse as seguintes palavras:

Se não for pelo Entidades, já entendi que não vai ter obra. Ele ganhou, nós estamos na mão dele! Ele nos colocou numa parede sem opção, esta é a realidade.

No meu ouvido Francisco pediu que eu não confie em Kátia. Ele me disse que a filha dela estava namorando um agente do tráfico de drogas e, por isso, não poderíamos mais confiar nela. Reginaldo voltou a falar que todos estavam enganados e que, na realidade, não era Minha Casa Minha Entidade, mas Minha Casa Minha Vida. Leonor e outros moradores começaram a chamá-lo de burro, o que gerou mais confusão e xingamentos. Kátia propôs a seguinte solução: se não é FNHIS, então não é CEHAB, se é Minha Casa Minha Vida, então é Caixa. Sua proposta era que os moradores se organizassem e fossem no dia seguinte à Caixa Econômica responsável pelo projeto de reforma da Ocupação Nelson Mandela: é na Caixa, gente.

Já em clima de brincadeiras e risadas, Leonor sugeriu que, ao chegarem na Caixa, eles deveriam levar a seguinte proposta: para fazer a obra, vocês colocam todos nós na Frei Caneca. Essa colocação gerou muita risada e Kátia completou: isso, e a gente não sai mais de lá, batendo palmas fervorosa ela continuou, todo mundo sai do prédio, vai para o Frei Caneca, depois acha que a gente volta? Mas é nunca, quero ver me tirar de lá. Direcionado a mim, Kátia continuou: Esse povo acha que a gente é burro, tá. Já me chamaram de burra, mas eu sou uma pessoa muito inteligente.

As pessoas voltam caminhando para a Central do Brasil, eu me diricionei ao metrô para retornar à UERJ. À noite, enviei uma mensagem no whatsapp da Eliane para confirmar a reunião de sexta-feira com a Caixa. Por whatsapp tive a seguinte resposta de Eliane:

Oi Camila, o Ricardo não ligou para mim, então eu peço para avisar a ele que não vai ser possível. A Caixa disse que acha que vocês não entenderam. Eles só irão marcar uma outra reunião se vocês já tiverem a decisão. Quem me disse isso foi a Cláudia. Portanto, vocês têm que decidir primeiro para então irem na Caixa e isso pode ser no início do ano que vem. Se quiserem se reunir comigo de novo, agora que eu já conversei com a Caixa, estarei à disposição, porém não virei aqui na semana do Natal, somente na próxima. Peça para o Ricardo marcar comigo. Abraço.

Como eu falei na introdução deste capítulo, entre os anos de 2013 e 2016, eu participei de inúmeras reuniões entre moradores da Ocupação Nelson Mandela e diversos agentes do estado: engenheiros, arquitetos, defensores públicos, técnicos da prefeitura e da concessionária Porto Novo, na tentativa de contornar a suspensão do projeto de reforma do prédio. Nesse sentido, pensando aqui na proposta de Gupta (2015b) de entender a suspensão como um dos resultados quando trabalhamos com projetos relacionados a infraestrutura, vemos como a promessa de uma reforma aparece no plano prático. Assim, tanto a promessa quanto a suspensão da reforma do prédio não significam que não produzam relações, ao contrário. Através dessa reunião, vemos como a promessa e suspensão - que tinha como pano de fundo a tentativa de retirar os agentes do tráfico de drogas - alinham o tempo de espera, a luta cotidiana dos moradores, o tempo da esperança, todos atravessados pela incerteza e indeterminação. Promessa, espera, luta e suspensão são as formas como pessoas experienciam as temporalidades do estado. O que vemos é que nada está garantido, que as políticas e os poderes mudam o tempo todo. Em meio a essa constante indeterminação, o medo e o raciocínio conspiratório se alinham à ilegibilidade das leis, aos rumores e às micro e macropolíticas que atualizam as condições da vida precária.

O que me chamou a atenção nessa reunião descrita acima é a assimetria das relações de poderes quando diversos atores estão implicados. Na tentativa de diminuir ou inverter essa assimetria e de tornar não só o estado, mas de trazer as intenções de seus inimigos às claras, Leonor acionou a sua Cigana, esta figura mágica que traria a verdade para a reunião e a mostraria para os outros moradores através da sua pessoa. Se acompanhamos o raciocínio de Leonor, vemos que as lutas em torno das infraestruturas não se dão apenas sobre seu funcionamento técnico, mas em redes de poderes e relações que podem incluir agentes do mundo espiritual.

Como as ilegibilidades operam no cotidiano? Como processos burocráticos, transformações nas legislações e ilegalismos produzem ilegibilidades? Quais são os papéis dos atores em jogo na fabricação da ilegibilidade, quando levamos em conta a assimetria entre os envolvidos e o poder discricionário dos agentes? Por fim, como silêncios e silenciamentos de certos problemas se enredam em todas as questões colocadas acima? Penso ser importante descrever e qualificar como as ilegibilidades vem sendo criadas, como são fundamentais na vida urbana das populações pobres e acabam por se tornar mecanismos de manutenção da precariedade.

PONTOS SEM FIM: FAZER VIVER EM EXCEÇÃO ORDINÁRIA

Em meados de junho de 2017 eu enviei o primeiro capítulo da tese para Patrícia Birman, Adriana Fernandes e Mariana Ferreira, para que elas lessem, comentassem e, assim, eu pudesse finalizá-lo. Após ler o texto, uma das perguntas que Mariana Ferreira me fez foi: por que Leonor te conta essas histórias todas? Essa pergunta não saía da minha cabeça. A princípio, eu comecei a pensar que Leonor me contava essas histórias porque ela sabia que eu estava escrevendo sobre a vida dela e seria uma forma de registrar os acontecimentos que ela vivia. Mas, como sempre, eu estava enganada. Estas eram suposições minhas e não o que pensava Leonor. Em uma de nossas conversas, ela me explicou porque me contava suas histórias.

Eu havia ligado para Leonor para conversar, como sempre faço, mas ela não pôde falar comigo pois dava banho em sua mãe e pediu que eu ligasse no dia seguinte. Eu liguei, ela atendeu, mas outra vez Leonor não poderia falar ao telefone já que estava com visitas em casa e ela não queria conversar comigo na frente de outras pessoas. No terceiro dia ela me mandou uma mensagem de whatsapp na qual perguntava se eu poderia ligar para ela e eu, então, liguei prontamente. Leonor reclamou que, no dia anterior, as visitas não iam embora de sua casa e que ela queria falar comigo. Eu respondi que não tinha problema, que ela poderia aproveitar as pessoas que estavam em sua casa e que, por telefone, eu poderia ligar a qualquer hora. Como resposta, Leonor me disse: ah, falar com você é um dos poucos prazeres que eu tenho nessa vida e aquela gente na minha casa só estava me atrapalhando. Nesse momento, a pergunta feita pela Mariana veio em minha cabeça e eu a reproduzi para Leonor, já que eu queria saber a partir dela própria o porquê dela me contar suas histórias. Leonor me respondeu: eu gosto de falar com você porque você me escuta com calma, porque você não me xinga, porque você não me julga, porque eu posso falar o que eu quiser.

Com essa fala de Leonor eu quero finalizar a tese retomando a discussão sobre o lugar do antropólogo, a responsabilidade e a ética quando assumimos certos lugares na vida das pessoas. Como eu escrevi na introdução deste trabalho, quando comecei a entender o que se passava, eu escolhi entrar e permanecer na vida de Leonor e a fazer da escuta calma e paciente, sem nenhum julgamento moral, a minha metodologia de pesquisa. Foi através dessa “paciência crítica”, nos termos de Veena Das (2015b), que nós fomos lentamente construindo uma relação de amizade e eu passei a habitar a vida de Leonor e ela a minha. Embora compartilhássemos a vida, eu não participava efetivamente de sua rotina diária na Ocupação Nelson Mandela, tão pouco fazia parte dos conflitos internos à sua família. Esse distanciamento das suas relações

conflitivas me permitiu ouvi-la e valorizar os seus pontos de vista sobre os problemas, bem como suas redes de relações na tentativa de contorná-los.

Ao escolher permanecer e habitar a vida com Leonor e fazer do seu cotidiano e do que ela pautava como importante as minhas questões de pesquisa, eu fui me dando conta da centralidade da memória; das relações familiares; da responsabilidade que ela colocava para si na relação com os filhos e com a mãe; da gravidade das condições materiais e infraestruturais na vida diária, entre tantos outros problemas que pude documentar e escolhi trazer nesta tese. O que estou sugerindo é que a qualidade das descrições emergiu no interior do compartilhamento do mundo e da relação de amizade, em que os detalhes mais micros da vida cotidiana, e que muitas vezes isolamos, Leonor me mostrava como potência.

Para finalizar a tese eu destaco que tentei valorizar uma das facetas da biopolítica desenvolvida por Foucault (2008a e b) que é a do “fazer viver”. Digo uma das facetas, pois o jogo que ele nos apresenta está o “fazer viver e deixar morrer”. A meu ver, as pesquisas contemporâneas têm focado mais no “deixar morrer”, destacando mais as tecnologias e as políticas da morte do que a produção da vida. No meu caso, eu quis mostrar como a vida precária foi produzida na relação com diversas exceções ordinárias que são vividas todos os dias.

Destaco ao leitor que eu não estou utilizando os termos sobrevivência, resistência ou resiliência. Apoiada em Veena Das (2015b), penso que estes termos estão diretamente relacionados com a valorização do “deixar morrer”, ou seja, com uma faceta da biopolítica na qual as pessoas “resistem”. Mas a vida cotidiana não é só isso. A meu ver a predominância dessas leituras acabam por subtrair os olhares sobre como as vidas estão sendo vividas em meio às exceções ordinárias. Vou tentar explicar com outras palavras.

Veena Das (2015b) nos diz que o cotidiano não é o lugar do hábito ou da repetição, o que não significa dizer que rotina e repetição não sejam importantes. Ao contrário, o trabalho de fazer a vida todos os dias exige a repetição do cozinhar, do limpar, do cuidar, de conseguir água, entre outras atividades que vimos nas histórias de Leonor. Assim, penso que essas ações são a própria vida, que inclui sobrevivência, resistência e resiliência, mas não pode se restringir a isso. O que penso, apoiada em Das, é que esses trabalhos feitos um dia após o outro quando analisados na chave do “fazer viver” nos ajuda a compreender os micro desgastes corporais que se acumulam com o passar dos anos. Há, portanto, um paradoxo na medida em que o hábito e a repetição produzem micro desgastes em um corpo que também envelhece e, no limite, não é a mesma coisa todos os dias. O olhar para o “fazer viver” em exceção ordinária inclui as resistências, sobrevivências e resiliências no ordinário da vida.

No momento em que finalizava a tese, eu fiz um balanço sobre o que escrevi e me surpreendeu como as violências estão arraigadas à vida social, é parte indissociável dela e, por isso, é um dos fios que tecem essa etnografia e que gostaria de destacar para finalizar o trabalho. Quando olhamos retrospectivamente para os capítulos, podemos ver como as violências generificadas aparecem como tentáculos que atravessam diversos âmbitos da vida ordinária de Leonor: ela é interna às relações familiares; está nos interstícios entre a violência do estado e dos agentes do tráfico de drogas; é constitutiva dos seus vínculos de vizinhança e com os agentes de movimentos sociais; está marcada no seu corpo e subjetividade; eu não trabalhei na tese, mas está enredada às suas relações amorosas. Menos que classificar o que é ou não é violência, eu quis mostrar, através dos processos de descrições, algumas filigranas não tão fáceis de capturar. Ao descrever o acúmulo dos minúsculos gestos e das pequenas violências que fazem o cotidiano de Leonor, bem como a duração em seu corpo e sua subjetividade, eu fui me dando conta do quanto gênero é o idioma crucial dessas relações, como está na tessitura dos seus vínculos afetivos, como atravessam os planos públicos e domésticos, muitas vezes através do silenciamento das falas das mulheres.

Embora as estatísticas nos mostrem que os estupros, assassinatos e espancamentos de mulheres são perpetrados majoritariamente por membros da própria família, por amigos e vizinhos, etnografar essas violências é especialmente delicado pelo sofrimento que o tema traz àquele que fala, porque exige uma relação de intimidade e de confiança e, também, porque os vínculos entre aquele que agrediu e quem recebeu a agressão comumente não se rompem. Nesse sentido, o que eu tentei mostrar foi como pequenas violências tecem o universo familiar, não apenas na relação conjugal, mas como está nos vínculos entre pais, irmãos, filhos com mães, irmãs e filhas. Como nos ensinou Veena Das (2007), essas relações não irrompem o ordinário, mas habitam o dia a dia das pessoas. Por estarem na tessitura das relações, recai sobre as mulheres encontrar caminhos para contornar as violências cotidianas e foi esse movimento o que pretendi mostrar.

Trabalhar as violências que ocorrem no interior das famílias não através de grandes eventos, mas a partir de micro relações, implica em trazer as memórias desses acontecimentos para o primeiro plano. O que tentei apresentar na tese é como as memórias estão enredadas à vida cotidiana e às experiências concretas do presente. Contudo, elas não aparecem sem que haja mediações para isso. Ao olhar retrospectivamente para o trabalho, vemos como os objetos como cartas, facões, boletins de ocorrências, são os ganchos que trazem as experiências do passado para serem enredadas no presente, mas não só. As memórias da violência podem ser reanimadas quando atos violentos acometem o corpo de outra pessoa; quando a doença senil

faz com que as pessoas tragam o passado para o presente; quando palavras são ditas e estalam essas memórias; quando a culpa é um sentimento que está embebido na pessoa; quando se sonha com essas experiências. Objetos, situações, palavras, sentimentos, sonhos atuam como mediadores nestes processos que fazem do passado experiência emaranhada no presente.

Ainda sobre violências generificadas, Leonor me ajudou a entender o que significa morar em um local e viver o cotidiano no interior de um regime masculino e militarizado que envolve tráfico de drogas e polícia militar. Em nenhum momento eu tive interesse de estudar e escrever sobre essa dinâmica especificamente. Contudo, eu não poderia isolar os agentes do tráfico nem a polícia militar, visto que são fundamentais na manutenção e intensificação da precariedade cotidiana de Leonor. Gabriel Feltran (2011) nos mostrou como, na virada do século, o tráfico de drogas passou a fazer parte da composição das famílias nas periferias de São Paulo. Eu quis mostrar, para além dessas composições, os efeitos da presença desses agentes nos emaranhamentos na vida cotidiana, seja no interior das famílias, seja quando se vive em territórios em que homens e meninos armados tentam controlá-los.

De forma mais específica, eu tentei descrever os efeitos concretos na vida das mulheres quando se vive em lugares militarizados. Aqui, especialmente, eu quero marcar que a presença do tráfico de drogas é um dispositivo da construção generificada de territórios e exerce um controle moral sobre os corpos, produz medos, silêncios e silenciamentos, tanto na cena doméstica quanto pública. O que estou querendo dizer é que a presença do tráfico de drogas produz um duplo efeito: se, por um lado, funciona como um dispositivo de criminalização das populações pobres, por outro, é um dispositivo de controle dessas mesmas populações. Se esta afirmação é verdadeira, penso que ainda sabemos pouco sobre como o tráfico de drogas – que podemos ampliar para grupos masculinos armados – está constituindo e regulando a vida urbana e está imiscuído na vida cotidiana das populações pobres, muitas vezes em lugares onde não se imagina: dentro de hospitais, disputando o fornecimento de água, atuando em lixões, vendendo gás, controlando postos de gasolina, vendendo carros usados, invadindo imóveis financiados pelo Governo Federal... Nesse sentido, as ramificações das agências de grupos masculinos armados extrapolam o universo das favelas, das prisões, do “mundo do crime” e da vida familiar.

Eu não poderia deixar de mencionar as violências relacionadas aos vizinhos e aos militantes submetiam as mulheres a poderes masculinos e atravessaram a vida pública e doméstica de Leonor. Ao controlar o abastecimento de água, impor medo no momento de cobrar a taxa da água, ao tentar silenciar a fala de Leonor na reunião com agentes do estado, podemos dizer que nessas relações estão enredadas as marcas do gênero no qual o corpos femininos

acabam sendo mais vulneráveis às ameaças, o seu cotidiano diretamente afetado e suas falas desqualificadas. Reafirmo que não estou pensando aqui nas grandes violências, mas nos pequenos perigos que estão em jogo na vida cotidiana, ou ainda, em quem pode oferecer perigo e quem precisa se defender dele. Nesse jogo, cabe às mulheres driblar a lógica estabelecida com os meios que elas dispõem para isso que pode incluir alianças com entidades espirituais.

Para finalizar, penso que a tese nos ajuda a desconstruir as noções genéricas de pobreza e precariedade, na medida em que nada do que foi escrito está no plano das abstrações, ao contrário. Ao participar ano após ano do cotidiano de Leonor, eu pude entender a gravidade das condições materiais na vida diária daqueles que vivem a vida em exceção ordinária. Não ter garantias sobre o abastecimento de água ou de eletricidade; se terá dinheiro para comprar fraldas geriátricas; se haverá tiroteios; se a casa será invadida por policiais militares, agentes do tráfico de drogas ou mesmo por vizinhos; se o filho voltará vivo para casa, nos mostra como o regime de indeterminação se dá no cotidiano, como atravessa o corpo das pessoas, ao mesmo tempo, como as respostas dadas a esses eventos estão sempre arraigadas às experiências concretas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMS, Paul. 1988. “Notes on the Difficulty of Studying the State”. *Journal of Historical Sociology*, vol. 1. n. 1, March, pp. 58-89.
- AGAMBEN, Giorgio. 2010. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG.
- AGUIÃO, Silvia. 2014. “Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. *Tese de Doutorado*, (Programa de Doutorado em Ciências Sociais), IFCH, UNICAMP, Campinas.
- ALEKSIÉVITCH, Svetlana. 2016. *A guerra não tem rosto de mulher*. São Paulo: Companhia das Letras.
- ALEXANDER, Michele 2018. *A Nova Segregação. Racismo e Encarceramento em Massa*. São Paulo: Boitempo.
- ANAND, Nikhil. 2017a. *Hydraulic City: water and infrastructures of citizenship in Mumbai*. Durham: Duke University Press.
- _____. 2017b. “The Banality of Infrastructure”. Disponível em: <http://items.ssrc.org/the-banality-of-infrastructure>. acessado em: 01 Fev. 2018.
- _____. 2015. “Leaky States: Water Audits, Ignorance, and the Politics of Infrastructure”. *Public Culture*. Vol. 27, n. 2, pp. 305-330.
- _____. 2013. “Pressure: the polytechnics of water supply in Mumbai”. *Cultural Anthropology*, Vol. 26, n. 4, pp. 542–564.
- APPADURAI, Arjun. 2013. “Housing and Hope”. *Places Journal*. Online. Disponível em: <https://placesjournal.org/article/housing-and-hope/?cn-reloaded=1#0>
- APPEL, Hannah; ANAND, Nikhil; GUPTA, Akhil. 2015. “The Infrastructure Toolbox. Theorizing the Contemporary” disponível em *Cultural Anthropology website*, <https://culanth.org/fieldsights/725-the-infrastructure-toolbox>, acessado em 01 Fev, 2018.
- ARAÚJO, Fábio. 2014. *Das “técnicas” de fazer desaparecer corpos*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- ÁVILA, Marcos; ALVES, Milton Ruiz; NISHI, Mauro. 2015. *As condições de saúde ocular no Brasil, 2015*. São Paulo: Conselho Brasileiro de Oftalmologia.
- BIONDI, Karina. 2009. *Junto e Misturado: Imanência e Transcendência no PCC*. Dissertação de Mestrado, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.
- BIRMAN, Patrícia. 2015 “Ocupações: territórios em disputa, gêneros e a construção de espaços comuns”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

_____. 2008. “Favela é comunidade?”. In: MACHADO da SILVA, Luis Antônio. (Org.). *Vidas sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

BIRMAN, Patrícia. 1997. “Males e malefícios no discurso neopentecostal”. In: BIRMAN, Patrícia; NOVAES, Regina e CRESPO, Samira (orgs.). *O mal à brasileira*. Rio de Janeiro: EdUERJ. pp. 62-80.

BIRMAN, Patrícia; FERNANDES, Adriana; e PIEROBON, Camila. “Um emaranhado de casos: tráfico de drogas, estado e precariedade em moradias populares. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 20, n 3, 2014, pp. 430-461.

BOLDRIN, Guilherme. 2015. *Monas, envolvidos e o crime: etnografia com Travestis e homossexuais em uma prisão paulista*. Monografia. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos.

BOYER, Dominic. 2015. “Anthropology electric”. *Cultural Anthropology*. Vol. 30, n. 4, pp. 531–539.

BUTLER, Judith. 2015. *Senses of the subject*. New York: Fordham University Press.

_____. 2002a. *Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”*. Buenos Aires: Paidós.

_____. 2002b. “Como os corpos se tornam matéria”. *Estudos Feministas*, Ano 10, n. 1, 2002. Entrevista concedida à Baukje Prins e Irene Costera Meijer.

CANO, Ignácio. 2003. “Execuções Sumárias no Rio de Janeiro: o uso da força pelos agentes públicos”. In: CEJIL; LAV (UERJ); Núcleo de Direitos Humanos (PUC-Rio) (Orgs). *Relatório do Rio de Janeiro sobre Execuções Sumárias*.

CARSTEN, Janet (ed.). 2007. *Ghosts of memories: essays on remembrance and relatedness*. Malden, Blackwell,

CATELA, Ludmila e NOVAES, Regina. 2004. "Rituais para a dor. Política, religião e violência no Rio de Janeiro". In: BIRMAN, Patricia; LEITE, Márcia Pereira. (orgs.). *Um mural para a dor: movimentos cívico-religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

CAVALCANTI, Mariana. 2017. “Vida e morte do ‘agrupamento 26’: breve etnografia do Morar Carioca na ‘Barra Olímpica’ (2011-2013)”. *Revista de Antropologia*, vol. 60, n. 3, pp. 2011-235.

CHALÁMOV, Varlam. 2015. *Contos de Kolimá* (6 volumes). São Paulo: Editora 34.

COCKBURN, David. 2014. “Trust in conversation”. *Nordic Wittgenstein Review*, vol. 3, n 1, pp. 47-67.

COMERFORD, John. 2015. “Córregos em movimento: famílias, mapeamentos e assuntos na Zona da Matta mineira. In: COMERFORD, John; CARNEIRO, Ana; DAINESE, Grazielle. *Giros etnográficos em Minas Gerais: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo*. Rio de Janeiro: 7 Letras FAPERJ.

CONCEIÇÃO, Wellington. 2016. Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistências nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro. *Tese de Doutorado*. PPCIS/UERJ. Rio de Janeiro.

COUNIHAN, Carole; VAN ESTERIK, Penny. 2013. *Food And Culture a Reader*. New York: Routledge.

DAVIS, Angela. 2017. *Mulher Cultura e Política*. São Paulo: Boitempo.

DAS, Veena. 2015a. *Affliction: health, disease, poverty*. New York: Fordham University Press.

_____. 2015b. “What does ordinary ethics look like?” In: LAMBECK, Michael; DAS, Veena; FASSIN, Didier; KEANE, Webb; *Four lectures on ethics: anthropological perspectives*. Chicago: HAU Books.

_____. 2014. “Action, expression and everyday life: recounting household events”. In: JAKSON, Michael D.; KLEINMAN, Arthur; SINGH, Bhri Gupta; DAS, Veena (eds.) *The Ground Between: Anthropologists engage philosophy*. Durham: Duke University Press.

_____. 2012a. “Ordinary Ethics”, in: FASSIN, Didier (Ed.), *A Companion to Moral Anthropology*, Hoboken: 2012.

_____. 2012b. “Entre palavras e vidas: Um pensamento de encontro com margens, violências e sofrimentos”. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, Vol. 5 – n. 2 Abril-Junho, pp. 335-356. Entrevista concedida a Michel Misse, Alexandre Werneck, Patricia Birman, Pedro Paulo Pereira, Gabriel Feltran e Paulo Malvasi.

_____. 2011a. “O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade”, *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, Julho-Dezembro, pp. 79-116.

_____. 2011b. “State, citizenship, and the urban poor”, *Citizenship Studies*, Vol. 15, n. 3 e 4, pp. 319-333.

_____. 2010. “On Life and Words: an interview with Veena Das”, *Feminist Approaches in Culture and Politics*, vol 10. Entrevista concedida a Ash Zengin.

_____. 2008a. *Sujetos del dolor, agentes de dignidad*. Bogotá: Ed. Francisco A. Ortega.

_____. 2008b. “Violence, Gender and Subjectivity”, *Annual Review of Anthropology*. Vol. 37, pp. 283-299.

_____. 2007. *Life and Words: violence and the descent into the ordinary*. Los Angeles: University of California Press.

_____. 2004. “The signature of the state: The paradox of illegibility”. DAS Veena, e POOLE, Debora (eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press.

_____. 1999. “Fronteiras, violência e o trabalho do tempo: alguns temas wittgensteinianos”. *Rev. bras. Ci. Soc.* [online]. 1999, vol.14, n.40, pp.31-42.

_____. 1995. *Critical Events: An Anthropological Perspective on Contemporary India*. Oxford: Oxford University Press, 230 p.

DAS, Veena; RANDERIA, Shalini. 2015. "Politics of the Urban Poor: Aesthetics, Ethics, Volatility, Precarity: An Introduction to Supplement 11". *Current Anthropology*, Vol. 56, Supplement 11.

DAS, Veena; WALTON, Michael. 2015. "Political leadership and the urban poor: local histories". *Current Anthropology*. Vol. 56, Supplement 11.

DAS, Veena; ELLEN, Jonathan; LEONARD, Leroi. 2008. On the Modalities of the Domestic, *Home Cultures*, vol. 5, n. 3, pp. 349-371.

DAS Veena, e POOLE, Debora. 2004. "Introduction". In: DAS Veena, e POOLE, Debora (eds.) *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press.

DUARTE, Luiz Fernando Dias; GOMES, Edlaine de Campos. 2008. *Três famílias: identidades e trajetórias transgeracionais nas classes populares*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

DOUGLAS, Mary. 2005. "Introduction: "Thirty years after *Witchcraft, Oracles and Magic*". In: DOUGLAS, Mary (Ed.). *Witchcraft, confessions and accusations* New York: Routledge.

_____. 1999. "Os Lelé revisitados: acusações de feitiçaria à solta". *Mana*. Vol. 5, n. 2, pp. 7-30.

EVANS-PRITCHARD, Edward. 2005. *Bruxaria entre os azande*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

FARIAS, Juliana. 2015. *Governo de Mortes Uma etnografia da gestão de populações de favelas no Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia) Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, UFRJ.

_____. 2015. "Da capa de revista ao laudo cadavérico: pesquisando casos de violência policial em favelas cariocas". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. 2015. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula.

FAULHABER, Lucas; NACIF, Cristina. 2013. "Rio Maravilha, desapropriações, remoções e reforço do padrão centro-periferia". *Anais da ANPUR*.

FELTRAN, Gabriel. 2010. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo. Editora Unesp.

FERNANDES, Adriana. 2015. "Dois agenciamentos e uma ocupação de moradia". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

_____. 2013a. Escuta ocupação: arte do contornamento, viração e precariedade no Rio de Janeiro. *Tese de Doutorado* (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais), UERJ, Rio de Janeiro.

_____. 2013b. “Escombros, entulhos, vestígios e ruínas. Sobre o incêndio do Camelódromo no Rio de Janeiro”. *Revista Intratextos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 1, pp. 95-112.

FERNANDES, Adriana; PIEROBON, Camila. 2012. “Cotidiano da 'viração', engajamento e políticas públicas”. *Mimeo*.

FERREIRA, Mariana Tavares. 2015. *Ensaio da Compaixão: sofrimento, engajamento e cuidado nas margens da cidade*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

FONSECA, Claudia. 2017. “Lá onde, cara pálida?” Pensando as glórias e os limites do “campo” etnográfico. In: BRITES, Jurema; MOTTA, Flávia. *Etnografia, o espírito da Antropologia: tecendo linhagens. Homenagem à Claudia Fonseca*. Santa Cruz do Sul, EDUNICS.

FOUCAULT, Michel. 2008a. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. 2008b. *O Nascimento da Biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes.

GODOI, Rafael. 2017. *Fluxo em Cadeia. As Prisões em São Paulo na Virada dos Tempos*. São Paulo: Boitempo.

GRAHAM, Stephen. 2010. *Cities under siege: the new military urbanism*. London/New York: Verso.

GUPTA, Akhil. 2015a. “Suspension”. Theorizing the Contemporary, Cultural Anthropology website. Disponível em: <https://culanth.org/fieldsights/722-suspension>, acesso em 01, Fev, 2018.

_____. 2015b. “An anthropology of electricity from the global south. Vol. 30, n. 4, pp. 555–568.

GUTTERRES, Anelise dos Santos. 2016. “O rumor e o terror na construção de territórios de vulnerabilidade na zona portuária do Rio de Janeiro”. *Mana*, Rio de Janeiro, vol. 22, n. 1, 2016, pp. 179-209.

_____. 2014. A resiliência enquanto experiência de dignidade: antropologia das práticas políticas em um cotidiano de lutas e contestações junto a moradoras ameaçadas de remoção nas cidades sede da Copa do Mundo 2014 (Porto Alegre, RS e Rio de Janeiro, RJ/Brasil). Porto Alegre: *Tese de Doutorado*. PPGAS/UFRGS.

HIRATA, Daniel Veloso. 2014. “A propos d’un point de vente de drogues: notes ethnographiques”, *L’Ordinaire des Amériques* [Online], 216, pp. 1-9.

HIRATA, Helena, e DEBERT, Guita G. 2016. “Apresentação Dossiê Gênero e Cuidado”, *Cadernos Pagu*, Campinas, n 46, Janeiro-Abril, pp 7-15.

HOWE, Cymene; LOCKREM, Jessica; APPEL, Hannah; HACKETT, Edward; BOYER, Dominic; HALL, Randal; SCHNEIDER-MAYERSON, Mathew; POPE, Albert; GUPTA, Akhil; RODWELL, Elizabeth; BALLESTERO, Andrea; DURBIN, Trevor; EL-DAHDAH, Farès ; Long, Elizabeth; MODY, Cyrus. 2015. “Paradoxical infrastructures: ruins, retrofit, and risk”. *Science, Technology and Human Values*. Vol. 41, n. 3.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa Nacional de Saúde 2013. Disponível em <ftp://ftp.ibge.gov.br/PNS/2013/pns2013.pdf>, acessado em 01 Fev. 2018.

JUSTIÇA GLOBAL. 2003. *Execuções sumárias no Brasil – 1997/2003*. Rio de Janeiro: Justiça Global/Núcleo de Estudos Negros.

KLEINMAN, Arthur; *et al.* 2016. “Time for mental health to come out of the shadows”. *The Lancet*, vol 387, 2016, pp. 2274-2275.

KLEINMAN, Arthur “The art of medicine Care: in search of a health agenda” *The Lancet*, Vol 386, 2015, pp. 240-241.

LACERDA, Paula Mendes. 2015. *Meninos de Altamira: violência, “luta” política e administração pública*. Rio de Janeiro: Garamond.

LAKRIN, Brian. 2013. “The politics and poetics of infrastructure”. *Annual Review of Anthropology*, n. 43, pp. 327-347.

LAMBEK, Michael; ANTZE, Paul (ed.). 1996. *Tense Past: Cultural Essays in Trauma and Memory*. New York and London: Routledge.

LAPOUJADE, David. 2011. “O corpo que não aguenta mais”. *Revista Polichinelo*. Disponível em: <https://revistapolichinelo.blogspot.com.br/2011/04/o-corpo-que-nao-aguenta-mais.html>, acesso em 01 Fev, 2018.

LAUB, Michel. 2011. *Diário da Queda*. São Paulo. Companhia das Letras.

LAUGIER, Sandra. 2015. “The ethics of care as a politics of the ordinary”. *New Literary History*, n. 46, pp. 217–240.

_____. 2011. “Le care comme critique et comme féminisme”, *Travail, genre et sociétés*. n. 26, 2011/2, p. 183-188.

LEITE, Márcia P. 2015. “De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão de favelas cariocas em contexto de ‘pacificação’”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

LEITE, Márcia P. 2012. “Da ‘metáfora da guerra’ ao projeto de ‘pacificação’: favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro”. *Revista Brasileira de Segurança Pública* vol. 6, n. 2, pp. 374-389.

_____. 2004. “As mães em movimento”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira. (orgs.) *Um mural para a dor: movimentos cívico religiosos por justiça e paz*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, pp.141-190.

LIVINGSTONE, Julie. 2012. *Improvising Medicine: An African Oncology Ward in an Emerging Cancer Epidemic*. Durham: Duke University Press.

LOBO, Heloísa. 2015. *Processos de remoções e seus desdobramentos: tramas e percursos em busca de uma casa*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado. PPCIS/UERJ.

LYRA, Diogo. 2013. *A república dos meninos – juventude, tráfico e virtude*. Rio de Janeiro: Mauad.

MACHADO, Carly Barboza. 2015. “Morte, perdão e esperança de vida eterna: “ex-bandidos”, policiais, pentecostalismo e criminalidade no Rio de Janeiro”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

_____. 2014. “Pentecostalismo e o sofrimento do (ex-)bandido: testemunhos, mediações, modos de subjetivação e projetos de cidadania nas periferias”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, Ano 20, n. 42, pp. 153-180.

_____. 2013. “É muita mistura”: projetos religiosos, políticos, sociais, midiáticos, de saúde e segurança pública nas periferias do Rio de Janeiro. *Religião e Sociedade*, Rio de Janeiro, vol. 33 n. 2, pp. 13-36.

MAGALHÃES, Alexandre A. 2017. Críticas e Denúncias: A Configuração da Ação Coletiva contra a Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. *Dados*, Rio de Janeiro, vol. 60 n. 1, pp. 209-238.

_____. 2013. *Transformações no "problema favela" e a reatualização da remoção no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado. IESP/UERJ.

MAGGIE, Yvonne. 1992. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*, Rio de Janeiro: Cia Editora Nacional.

MARIZ, Cecília. 2000. “O demônio e os pentecostais no Brasil”. In: CIPRIANI, Roberto; ELETA, Paula e NESTI, Arnaldo (Org.). *Identidade e mudança na religiosidade Latino-Americana*. Petrópolis: Vozes. pp. 251-264

MATTOS, Carla dos Santos. 2014. “Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos”. *Tese de Doutorado (Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais), IFCH, UERJ, Rio de Janeiro*.

MBEMBE, Achille. 2011. *Necropolítica, seguido de, Sobre el Gobierno privado indirecto*. Santa Cruz de Tenerife: Editorial Melusina.

MEDEIROS, Flávia. 2012. "Matar o morto": a construção institucional de mortos no Instituto Médico-Legal do Rio de Janeiro. *Dissertação de mestrado*. Niterói. PPGA. UFF.

MENEZES, Palloma. 2015. *Entre o "fogo cruzado" e o "campo minado": uma etnografia do processo de "pacificação" de favelas cariocas*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado IESP/UERJ.

MINTZ, Sidney. 2001. “Comida e antropologia: uma breve revisão”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, Vol. 16, n. 47, pp. 31-39.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. (BR). 2010. Secretaria de Vigilância em Saúde. SB Brasil. Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: resultados principais. Brasília, DF: SVS.

MIRANDA, Ana Paula; CORREA, Roberta; ALMEIDA, Rosiane. 2017. “Intolerância religiosa: a construção de um problema público”. *Intolerância Religiosa*. Vol. 2, n. 1, s/p.

MOREIRA, Marianna. 2011. Um 'palacete assobradado': da reconstrução do lar (materialmente) à reconstrução da ideia de 'lar' em uma ocupação de sem-teto no Rio de Janeiro. *Dissertação de mestrado*. Programa de Pós-graduação em Geografia/UFRJ, Rio de Janeiro.

ORO, Ari Pedro. 1997. Neopentecostais e afro-brasileiros: quem vencerá esta guerra? *Cadernos do Ner*. Porto Alegre. Ano 1, n. 1, pp. 10-36.

PADOVANI, Natália Corazza. 2015. *Sobre casos e casamentos: afetos e “amores” através de penitenciárias femininas de São Paulo e Barcelona*. Tese de Doutorado, Programa Pós Graduação em Antropologia Social, IFCH, UNICAMP.

_____. 2011. “No olho do furacão: conjugalidades homossexuais e o direito à visita íntima na Penitenciária Feminina da Capital”, *Cadernos Pagu*, 37, pp.185-218.

PISCITELLI, Adriana. 2017. “#queroviajarsozinhasemmedo”: novos registros das articulações entre gênero, sexualidade e violência no Brasil”. *Cadernos Pagu*, n. 50.

RIZEK, Cibele S.; AMORE, Caio S.; CAMARGO, Camila M. 2014. “Política social, gestão e negócio na produção das cidades: o programa minha casa minha vida "entidades"” *Cad. CRH*, vol.27, n..72, pp. 531-545.

SCHNITZLER, Antina Von. 2016. *Democracy's infrastructure: Thecno-Politics and protest after apartheid*. Princeton: Princeton University Press.

_____. 2013. “Traveling technologies: Infrastructure, Ethical Regimes, and the Materiality of Politics in South Africa”. *Cultural Anthropology*. Vol. 28, n. 4, pp. 670–693.

SILVA, Vagner Gonçalves da. 2007. “Neopentecostalismo e religiões afro-brasileiras: Significados do ataque aos símbolos da herança religiosa africana no Brasil contemporâneo”. *Mana*. Rio de Janeiro, vol. 13 n. 1, pp. 207-236.

STAR, Susan L. 1999. “The ethnography of infrastructure”. *American Behavioural Scientist*. Vol. 43, n. 3, 1999, pp. 377-391.

TARRIUS, Alain. 2002.

TAVARES, Priscila Lorette. 2016. *Energias da crítica: o conflito entre a Light e os moradores da favela Santa Marta, Rio de Janeiro em contexto de pacificação*. Tese de doutorado, Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, IFCH, UERJ, Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, César. 2016. “O testemunho e a produção de valor moral: observações etnográficas sobre um centro de recuperação evangélico”. *Religião e Sociedade*. Vol. 36, n. 2, pp. 107-134.

_____. 2015. “‘Saindo do crime’: igrejas pentecostais, ONGs e os significados da ‘ressocialização’”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2015.

TELLES, Vera. 2015. “Fronteiras da lei como campo de disputa: notas inconclusas a partir de um percurso de pesquisa”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.

- _____. 2010. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm.
- VALLADARES, Lícia (Org.). 1983. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro. Zahar.
- VAN DER PORT, Mattijs. 2012. “Candomblé em rosa verde e preto, recriando a herança religiosa afro-brasileira na esfera pública de Salvador, na Bahia”. *Debates do NER*, Ano.13, n. 22, 123-164.
- VELHO, Gilberto. 1994. “Trajetórias individuais e campos de possibilidades”. In: VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- VIANNA, Adriana. 2015. “Tempos, dores e corpos: considerações sobre a “espera” entre familiares de vítimas de violência policial no Rio de Janeiro”. In: BIRMAN, Patrícia; LEITE; Márcia P.; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (Orgs.) *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro, Editora FGV.
- _____. 2014. “Violência, Estado e gênero: considerações sobre corpos e corpos entrecruzados”. In: LIMA, Antônio C.; GARCIA-ACOSTA, Virgínia. *Margens da Violência: subsídios ao estudo do problema da violência em contextos brasileiros e mexicanos*. Brasília: ABA.
- _____. 2013. “Fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos”. In: VIANNA, Adriana. *O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre políticas, administração e moralidades*. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.
- VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. 2011. “A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional”, *Cadernos Pagu*, n. 37, n. 37, Julho-Dezembro, pp. 79-116.
- WAISELFISZ, Julio. 2016. *Mapa da violência 2016: homicídio por arma de fogo no Brasil*. Flacso Brasil. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/>. Acesso em: 01, Fev, 2018.
- WOODWARD, Kathleen. 2012. “A public secret: assisted living, caregivers, globalization”. *International Journal of Ageing and Later Life*. Vol.7 n. 2, pp. 17-51.
- ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (Org.). 2006. *Um século de favela*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- ZAMBONI, Márcio. 2017. “O barraco das monas na cadeia dos coisas: notas etnográficas sobre a diversidade sexual e de gênero no sistema penitenciário”. *ARACÊ – Direitos Humanos em Revista*. Vol.4 n. 5, pp. 93-115.